



Tamara Duarte Ramos

A DIMENSÃO
SOCIOEDUCATIVA DO
TRABALHO PROFISSIONAL DO
ASSISTENTE SOCIAL:
**UMA ANÁLISE CRÍTICA
A PARTIR DO COTIDIANO
PROFISSIONAL NOS CENTROS
DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL DE JUIZ DE FORA/MG**



Tamara Duarte Ramos



A DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA DO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL:

uma análise crítica a partir do
cotidiano profissional nos Centros
de Referência de Assistência Social
de Juiz de Fora/MG

1ª edição
Juiz de Fora/MG
2023



©Editora UFJF, 2023

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização expressa da editora.

O conteúdo desta obra, além de autorizações relacionadas à permissão de uso de imagens ou textos de outro(s) autor(es) são de inteira responsabilidade do(s) autor(es) e/ou organizador(es)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Reitor

Marcus Vinicius David

Vice-Reitoria

Girlene Alves da Silva

Logo Serviço Social

Luciano Cardoso de Souza

EQUIPE EDITORIAL DO SELO SERVIÇO SOCIAL

Diretora Editorial

Profa. Dra. Edneia Alves de Oliveira

Editora

Profa. Dra. Carina Berta Moljo

Diretor Associado

Prof. Dr. Alexandre Aranha Arbia
Prof. Dr. Marco José de Oliveira Duarte

Conselho Editorial

Alcina Martins
(Instituto Superior Miguel Torga - Portugal)

Carina Berta Moljo
(Universidade Federal de Juiz de Fora)

Cláudia Mônica dos Santos
(Universidade Federal de Juiz de Fora)

Elaine Rossetti Behring
(Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

José Paulo Netto
(Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Marco José de Oliveira Duarte
(Universidade Federal de Juiz de Fora)

Margarita Helena Rozas Pagaza
(Universidad Nacional de La Plata - Argentina)

Maria Carmelita Yazbek
(Pontificia Universidade Católica de São Paulo)

Maria Lúcia Duriguetto
(Universidade Federal de Juiz de Fora)

Marilda Villela Iamamoto
(Universidade Federal do Rio de Janeiro e
Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Ana Elizabete Mota
(Universidade Federal de Pernambuco)

Miguel Ángel Oliver Perelló
(Universitat Illes Balears - Espanha)

Paula Vidal Molina
(Universidad de Chile - Chile)

Rodrigo Souza Filho
(Universidade Federal de Juiz de Fora)

Vassilis Ioakimidis
(University of Essex - Inglaterra)

Projeto Gráfico, Editoração e Capa
Paolo Malorgio Studio

Ramos, Tamara Duarte

A dimensão socioeducativa do trabalho profissional do assistente social: uma análise crítica à partir do cotidiano profissional nos centros de referência de assistência social de Juiz de Fora/MG / Tamara Duarte Ramos . – Juiz de Fora, MG: Editora UFJF, 2023.

Dados eletrônicos (1 arquivo: 4,6mb)

ISBN: 978-85-93128-69-1

1.Serviço social. 2. Dimensão socioeducativa. 3. CREAS- JF. 4.Profissional. 5. Políticas de assistência social. I. Ramos, Tamara Duarte.II.Título.

CDU: 36.058.95

Editora UFJF

Campus Universitário, Rua José Lourenço Kelmer, s/n
São Pedro, Juiz de Fora - MG, CEP: 36036-900

Telefone (32) 2102-3586

editora@ufjf.edu.br / distribuicao.editora@ufjf.edu.br

www.ufjf.br/editora

Filiada à ABEU



Dedico esta produção à minha querida mãe Terezinha (in memoriam), por todo amor e carinho. Por fazer despertar em mim o desejo de contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1: Faixa etária das assistentes sociais entrevistadas	139
Gráfico 2: Tipo de instituição de ensino em que as assistentes sociais entrevistadas concluíram a graduação em Serviço Social	140
Gráfico 3: Período de conclusão da graduação das entrevistadas	141
Gráfico 4: Índice de entrevistadas que possuem pós-graduação/especialização	149
Gráfico 5: Participação das entrevistadas em atividades de atualização	152
Gráfico 6: Avaliação das assistentes sociais entrevistadas acerca do trabalho realizado com grupos no CRAS	172
Gráfico 7: Atribuições dos membros da equipe profissional do CRAS descritas pelas entrevistadas	182
Gráfico 8: Percepção das entrevistadas sobre a compreensão dos usuários acerca da prestação de serviços no CRAS como direito ou não	190

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Composição da equipe profissional do CRAS de acordo com o porte do município	138
Tabela 2: Especificação das pós-graduações realizadas pelas entrevistadas	150
Tabela 3: Condições de trabalho apresentadas pelas assistentes sociais entrevistadas	154
Tabela 4: A importância do CRAS na vida da população usuária apresentada pelas entrevistadas	188
Tabela 5: Relação estabelecida pelas entrevistadas entre o SUAS e o projeto ético-político da profissão	194

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
AMAC	Associação Municipal de Apoio Comunitário
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo
CFE	Conselho Federal de Educação
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DC	Desenvolvimento de Comunidade
ESS/UCMG	Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais

FNAS	Fundo Nacional de Assistência Social
FSS	Faculdade de Serviço Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MG	Minas Gerais
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
NOB–RH/SUAS	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social
PAIF	Proteção e Atendimento Integral à Família
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PSA	Programa de Segurança Alimentar
SDS	Secretaria de Desenvolvimento Social
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora

SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
<i>Carina Berta Moljo</i>	
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I	
SOCIEDADE DO CAPITAL: ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE CRÍTICA	29
1.1 Características do capitalismo na contemporaneidade	29
1.2 As políticas sociais sob o ponto de vista da teoria social de Marx	39
1.3 As políticas sociais no contexto neoliberal	44
1.4 As principais características da política de assistência social no Brasil	48
CAPÍTULO II	
SERVIÇO SOCIAL E A DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA	59
2.1 As bases de surgimento do Serviço Social no Brasil	59
2.2 Elementos acerca do processo de renovação do Serviço Social brasileiro	74
2.3 Elementos para pensar o Serviço Social no cenário atual	91
2.4 A dimensão socioeducativa da profissão no curso da história: uma apreensão a partir da função pedagógica	107
2.5 A dimensão socioeducativa do trabalho profissional do assistente social	114
CAPÍTULO III	
PESQUISA EMPÍRICA: UMA ANÁLISE DA DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA A PARTIR DA APREENSÃO DO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS	129
3.1 O processo de realização da pesquisa empírica: as observações e as entrevistas	130
3.2 O cenário da política de assistência social em Juiz de Fora	134
3.3 O perfil dos assistentes sociais entrevistados	138

3.4 As condições de trabalho nos CRAS e os impactos no trabalho profissional do assistente social	153
3.5 O processo de trabalho dos assistentes sociais e a dimensão socioeducativa	159
CONSIDERAÇÕES FINAIS	203
REFERÊNCIAS	210
APÊNDICE A	
ROTEIRO UTILIZADO NAS OBSERVAÇÕES NOS CRAS	222
APÊNDICE B	
QUESTIONÁRIO UTILIZADO NAS ENTREVISTAS COM OS ASSISTENTES SOCIAIS	225
APÊNDICE C	
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	233
SOBRE A AUTORA	234

PREFÁCIO

É com muita alegria que recebi o convite da Tamara para realizar o prefácio do seu livro denominado *A Dimensão Socioeducativa do Trabalho Profissional do Assistente Social: uma análise crítica a partir do cotidiano profissional nos Centros de Referência de Assistência Social de Juiz de Fora/MG*, fruto da sua dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFJF, que tive o prazer de orientar. Acompanho o desenvolvimento acadêmico e pessoal da Tamara, desde que ela estava no segundo período da Faculdade de Serviço Social e participava de um Projeto de Treinamento Profissional que eu coordenava. Depois continuou trabalhando comigo como bolsista de treinamento profissional nas atividades do PPGSS, posteriormente foi bolsista de iniciação científica BIC/UFJF e depois PIBIC/CNPq na pesquisa coletiva denominada *Serviço Social e Sistema Único de Assistência Social em Juiz de Fora: Uma análise a partir dos assistentes sociais e usuários do Sistema Único de Assistência Social – SUAS*, financiada pelo CNPq.

Durante estes anos tive o privilégio de acompanhar de perto a Tamara e ver o seu crescimento e amadurecimento, se transformando numa assistente social competente, crítica e propositiva. São estas alegrias que nos dão o ofício da docência o sabor do dever cumprido, mesmo que momentâneo e sempre em construção. Espero reencontrar a Tamara no seu processo de doutoramento.

Outro ponto que me enche de orgulho é que a dissertação é fruto de um intenso trabalho coletivo de pesquisa, do qual derivaram ademais deste importante trabalho, outras dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso na graduação, assim como artigos, capítulos de livros e apresentação de trabalhos em eventos científicos.

Sem dúvida Tamara conseguiu a partir do trabalho coletivo, construir seu próprio objeto de estudo, a sua própria pesquisa que o público tem agora a possibilidade de conhecer.

É necessário salientar a importância da temática abordada por Tamara: o Serviço Social do ponto de vista histórico, inserido na divisão técnica de trabalho, como já nos ensinou Iamamoto em 1982, mas, essencialmente, trata do processamento do trabalho do assistente social no seu cotidiano. Trata de umas das dimensões ainda pouco exploradas pela profissão, embora esteja presente no cotidiano profissional de todos os assistentes sociais. A pesquisa aborda a dimensão socioeducativa do Serviço Social como uma dimensão constitutiva e constituinte da profissão. Não foi por acaso que lá na sua banca de defesa as professoras Maria Carmelita Yazbek e Luciana de

PREFÁCIO

Paula indicaram a sua publicação, mostrando que, mesmo sendo um trabalho de mestrado, a pesquisa possuía originalidade.

A autora começa a exposição do livro analisando a sociedade na qual o trabalho do assistente social se processa, a sociedade capitalista, e dentro desta analisa as políticas sociais na sua concepção, na sua constituição histórica e desenvolvimento à luz da teoria social de Marx. Apresenta a função social exercida pelas políticas sociais no contexto atual, e, dentro destas a política de assistência social, um dos espaços privilegiados de atuação do assistente social, e cenário desta pesquisa. Neste capítulo o leitor encontrará uma interessante análise teórica que fornece pistas para compreender o desenvolvimento da pesquisa empírica.

No segundo capítulo, a autora trata dos fundamentos histórico e teórico metodológicos do Serviço Social, buscando construir as mediações necessárias com a dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social, como parte constitutiva destes fundamentos. A autora também nos apresenta, de forma rigorosa, como são construídos os processos de formação da consciência e da alienação, recuperando aqui o pensamento de Gramsci e autores do Serviço Social, como a professora Marina Maciel de Abreu, que se inscrevem nesta linha de análise, especialmente, tratando da função pedagógica do assistente social no percurso histórico da profissão.

No terceiro capítulo Tamara nos apresenta a pesquisa empírica, rica em dados qualitativos e quantitativos. Aqui é necessário destacar a pesquisa de campo, de fôlego, realizada, na qual os dados são analisados de forma rigorosa. Neste capítulo as reflexões teóricas apresentadas nos capítulos anteriores se materializam, se objetivam, ganham voz, ganham vida e movimento. O trabalho profissional do assistente social no seu cotidiano é aqui analisado em toda a sua complexidade, trazendo a realidade concreta para o nosso conhecimento. Nos mostra a necessidade de ter clareza sobre o direcionamento ético-político do trabalho profissional, e como este impacta de forma direta sobre as classes com as quais o Assistente Social trabalha.

Trata-se de uma pesquisa inserida nos estudos de Fundamentos do Serviço Social na perspectiva histórico- crítica já consolidada no Serviço Social brasileiro.

Sem dúvidas, este trabalho contribuirá, como já vem contribuindo, para a análise crítica da profissão mostrando as fragilidades, as limitações, mas, também, as possibilidades concretas.

Parabéns, Tamara e parabéns ao Programa de Pós-Graduação da UFJF, que mostra mais uma vez a qualidade de seu corpo discente e docente.

Desejamos uma boa leitura!

Carina Berta Moljo

Juiz de Fora, outono de 2022.

INTRODUÇÃO

Esta obra tem como objetivo compreender a dimensão socioeducativa do trabalho profissional do assistente social e como ela se processa no cotidiano de atuação. Partimos da hipótese de que esta dimensão é constitutiva da profissão e se articula às demais dimensões do trabalho profissional, tendo potencialidade para influenciar nas maneiras de pensar e agir dos sujeitos.

A presente produção se origina da pesquisa de dissertação de mestrado intitulada *Reflexões acerca da dimensão socioeducativa do trabalho profissional do assistente social: Uma análise crítica a partir do cotidiano profissional nos Centros de Referência de Assistência Social de Juiz de Fora/MG*. Tal pesquisa foi desenvolvida a partir de revisão bibliográfica e de análises de dados obtidos por meio da pesquisa *Serviço Social e Sistema Único de Assistência Social em Juiz de Fora: Uma análise a partir dos assistentes sociais e usuários do Sistema Único de Assistência Social – SUAS*, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), coordenada pela professora doutora Carina Berta Moljo, inserida no grupo de pesquisa: Serviço Social, Movimentos Sociais e Políticas Públicas da Universidade Federal de Juiz de Fora, na qual participam professores e alunos da Faculdade de Serviço Social/UFJF.

O interesse pela temática surgiu a partir de fatores que percorreram meu processo formativo na graduação em Serviço Social, realizada na Universidade Federal de Juiz de Fora, no período entre 2012 e 2017. Dentre eles, experiências vivenciadas no campo de estágio no qual me inseri durante a graduação,¹ onde pude identificar a extrema importância de se trabalhar a dimensão socioeducativa, e, assim, compreender a função socioeducativa² que o profissional pode desenvolver em sua atuação. Os debates que perpassam esta temática sempre estiveram presentes nas discussões de casos, tanto no âmbito da supervisão de campo, como no âmbito da supervisão acadêmica. É interessante apontar também que tal dimensão traz impactos para os

1 Os Estágios Curriculares I, II e III foram realizados no Hospital Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, no período de março de 2015 a julho de 2016.

2 Alguns autores utilizam as terminologias função educativa e função pedagógica, e apresentam o mesmo sentido de função socioeducativa, visto que os autores nos quais nos embasamos encontramos fundamentados na perspectiva crítico-dialética, e fazem suas análises considerando os elementos presentes na totalidade, buscando explicar as principais características desta função que o assistente social possui, corroborando assim, para pensarmos na dimensão socioeducativa. Vale ressaltar que uma das referências teóricas que norteiam os autores que estudam esta temática é Antônio Gramsci, que embasa o debate acerca da função pedagógica.

INTRODUÇÃO

sujeitos que são atendidos pelos profissionais, tendo potencial para contribuir para o fortalecimento dos interesses deles enquanto classe trabalhadora.

Ademais, durante meu processo formativo no âmbito da graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), as disciplinas ministradas foram fundamentais para refletir, por exemplo, acerca do trabalho profissional do assistente social, das dimensões do trabalho profissional (estudadas na disciplina de Oficina de Trabalho Profissional I, tendo como referência autores como Yolanda Guerra e Cláudia Mônica dos Santos), e da dimensão socioeducativa (a partir da disciplina de Laboratório de Assistência Social, que trabalhou com autores como Maria Carmelita Yazbek, Marilda Villela Iamamoto, Ivete Simionatto e Marina Maciel Abreu). A articulação entre conteúdos como esses levou a refletir sobre a relevância de estudar a dimensão socioeducativa do trabalho profissional do assistente social.

Além disso, minha participação³ na pesquisa coletiva intitulada *Serviço Social e Sistema Único de Assistência Social em Juiz de Fora: Uma análise a partir dos assistentes sociais e usuários do Sistema Único de Assistência Social – SUAS*,⁴ financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), coordenada pela professora doutora Carina Berta Moljo, contribuiu enormemente para minha aproximação com debates sobre o trabalho profissional, despertando o interesse de aprofundar determinados elementos que estão presentes no cotidiano do assistente social. Assim sendo, a pesquisa corroborou para identificar a importância de se refletir acerca da dimensão socioeducativa presente na profissão.

Os apontamentos realizados ao longo deste estudo permitem compreender a dimensão socioeducativa do trabalho profissional do assistente social, e como esta dimensão se processa no cotidiano profissional.

Neste livro busca-se refletir sobre a forma em que a dimensão socioeducativa perpassa o trabalho profissional, tornou-se mais claro que esta dimensão perpassa as outras dimensões do Serviço Social (como as dimensões ético-política, teórico-metodológica, técnico-operativa, investigativa e interventiva).

O objeto deste estudo centra-se em desvendar a dimensão socioeducativa no âmbito do trabalho profissional do assistente social, tendo como *locus* de pesquisa de campo os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de Juiz de Fora, equipamentos de proteção social básica, que compõem a política de assistência social.

Paralelamente, é importante refletir sobre quais impactos esta dimensão traz para os sujeitos que são atendidos pelos profissionais, buscando compreender qual

3 Iniciei minha participação na pesquisa, como bolsista de iniciação científica, em março de 2015.

4 Esta pesquisa encontrava-se inserida no grupo de pesquisa: Serviço Social, Movimentos Sociais e Políticas Públicas da Universidade Federal de Juiz de Fora, na qual participam professores e alunos da Faculdade de Serviço Social/UFJF.

o potencial para contribuir com o fortalecimento dos interesses enquanto classe trabalhadora.

Com base na pesquisa de campo desenvolvida, foram sistematizados dados e informações que foram coletados nas observações participantes e na pesquisa de campo de cunho qualitativo (entrevistas). As questões que se correlacionam com a dimensão socioeducativa foram analisadas a fim de subsidiar este estudo. Assim, nesta investigação, o ponto de partida consiste em um conjunto de elementos extraídos desta pesquisa de campo já realizada.

A partir da pesquisa supracitada identificamos vários elementos que perpassam o trabalho profissional e também a vida dos sujeitos usuários da política de assistência social. Dentre os elementos relacionados ao trabalho profissional podem ser destacados: o trabalho interdisciplinar, as atribuições privativas do assistente social, a autonomia relativa, a atuação enquanto um mediador das classes fundamentais, assim como as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa que são constitutivas da profissão. Em relação aos sujeitos usuários, foi possível conhecer melhor as características presentes na vida cotidiana e apreender os elementos que configuram a cultura da população usuária, bem como identificar a percepção que possuem acerca da política de assistência social, do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), dos serviços prestados, dos profissionais que os atendem, dentre outros aspectos.

Na ação profissional é importante pensar sobre o direcionamento ético-político que o assistente social possui e na criação de estratégias de intervenção que reafirmem seu comprometimento com os interesses da classe trabalhadora, quando se é subsidiado por uma perspectiva crítica, considerando a articulação entre as dimensões do trabalho profissional e, também, a dimensão socioeducativa.

O assistente social é um profissional que, a partir de uma formação crítica, tem potencialidade para desenvolver um perfil reflexivo, crítico, criativo e propositivo, compreendendo a realidade social sob uma ótica de totalidade, assim como consta no Código de Ética Profissional. Desse modo, considerando a existência de uma função pedagógica de caráter emancipatório, como apresenta Abreu (2016), há a possibilidade de contribuir para a formação crítica dos sujeitos, influenciando nas maneiras de agir e pensar, visto que podem ser criadas estratégias de atuação que visem romper com os processos de alienação presentes na sociabilidade capitalista.

O perfil crítico criativo que o assistente social pode desenvolver está associado às suas potencialidades enquanto ser social no processo de trabalho, considerando que a realização do labor tem a participação da subjetividade humana. Sendo assim, no processo de trabalho, o homem executa sua capacidade teleológica, ao pensar no que se deseja criar e os meios para sua objetivação. Todavia, é importante ressaltar que a configuração do processo de trabalho na sociabilidade capitalista é marcada por

INTRODUÇÃO

mecanismos de alienação, os quais precisam ser compreendidos para assim serem superados.

Em relação às especificidades do Serviço Social enquanto profissão, Raichelis (2018), considerando as contribuições dos estudos realizados por autores renomados como Yamamoto e Netto, situa

o Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho na sociedade capitalista em seu estágio monopolista, partícipe dos processos de produção e reprodução social por meio das respostas que o Estado e as classes dominantes constroem frente à “questão social”, como expressão das lutas de classes contra a exploração do trabalho e pela apropriação de bens e serviços frutos do trabalho coletivo. Estabelecendo uma ruptura com as atividades voluntárias precedentes e não exercendo sua atividade como profissionais liberais, os trabalhadores assistentes sociais se inserem numa relação de compra e venda de sua força de trabalho em troca de um salário, cujo valor é estabelecido como qualquer outra mercadoria no reino mercantil, na dupla dimensão de valor de uso e valor de troca (RAICHELIS, 2018, p. 155).

Logo, como aponta Raichelis (2018, p. 156) a profissão possui suas particularidades enquanto parte do trabalho social coletivo, possuindo uma dupla dimensão: de trabalho concreto e de abstrato. Enquanto trabalho concreto “é expressão do valor de uso dotado de qualidade específica que atende a necessidades sociais a partir de suportes intelectuais e materiais para sua realização, cujo exercício profissional passa a ser mediado pelo mercado”. Temos o abstrato, que expressa o valor de troca absorvido de sua qualidade, “representa uma fração do trabalho social total pensado em sua quantidade, como dispêndio de força humana de trabalho”.

Em conformidade com Raichelis (2018), afirmamos que é impossível não reconhecer a atividade profissional de assistentes sociais enquanto trabalho, tampouco não considerar suas peculiaridades como assalariados. Portanto, é fundamental demarcar a inserção da atuação do assistente social no âmbito da reprodução das relações sociais na sociedade capitalista, sendo demandado pelo Estado e pelas instituições para atuar junto às classes subalternas.

Nesse sentido,

[...] a prática profissional do Serviço Social é necessariamente polarizada pelos interesses de classes sociais em relação, não podendo ser pensada fora dessa trama. Permite também apreender as dimensões objetivas e subjetivas do trabalho do assistente social. Objetivas: no sentido de considerar os determinantes sócio-históricos do exercício profissional em diferentes conjunturas. Subjetivas: no sentido de identificar a forma como o assistente social incorpora em sua consciência o significado de seu trabalho e a direção social que imprime ao seu fazer profissional. Supõe, portanto, também descartar visões unilaterais da vida social e da profissão, deixando de considerar, por um lado, as determinações históricas, econômicas, sociais, políticas e culturais sobre o exercício profissional

do assistente social e, por outro, o modo como o profissional constrói sua intervenção, atribui-lhe significado, confere-lhe finalidades e uma direção social (YAZBEK, 2009, p. 129-130).

Conforme Lukács (2013), o trabalho é fundante do ser social e este processo o diferencia dos demais seres vivos, visto que possui capacidade teleológica, projetiva e consciente. O ser social é dotado de liberdade, que lhe possibilita fazer escolhas conscientes. Considerando esses elementos, observa-se a possibilidade de se aderir uma perspectiva crítica que tenha como direcionamento a construção de uma nova forma de sociedade, livre de exploração, opressão e alienação. Conforme expressa o Código de Ética do/a Assistente Social de 1993 (CFESS, 2012, p. 22):

É mediante o processo de trabalho que o ser social se constitui, se instaura como distinto do ser natural, dispondo de capacidade teleológica, projetiva, consciente; é por esta socialização que ele se põe como ser capaz de liberdade. Esta concepção já contém, em si mesma, uma projeção de sociedade – aquela em que se propicie aos/às trabalhadores/as um pleno desenvolvimento para a invenção e vivência de novos valores, o que, evidentemente, supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação. É ao projeto social aí implicado que se conecta o projeto profissional do Serviço Social - e cabe pensar a ética como pressuposto teórico-político que remete ao enfrentamento das contradições postas à profissão, a partir de uma visão crítica, e fundamentada teoricamente, das derivações ético-políticas do agir profissional.

De acordo com Barroco (2008), a ética constitui-se enquanto parte do horizonte da liberdade, haja vista que adere uma reflexão crítica que direciona suas escolhas e ações para além do campo da individualidade, alcançando a dimensão da coletividade. Além disso, como um elemento para construção da crítica à vida cotidiana, pode propiciar o desvendamento das relações de alienação, bem como as formas de estruturação das relações sociais, presentes na sociedade capitalista. Assim sendo, como conhecimento crítico, pode contribuir para o desvelamento da moral dominante e traçar estratégias de enfrentamento ético-político da estrutura desigual e alienante do atual modo de organização da sociedade.

Tais aspectos podem ser observados nas ideias centrais do Código de Ética do/a Assistente Social. No que se refere às relações profissionais dos assistentes sociais com os usuários, este Código evidencia seu direcionamento para uma atuação profissional comprometida com os interesses históricos da classe trabalhadora, como pode ser observado na redação de seu artigo 5º:

Art. 5º São deveres do/a assistente social nas suas relações com os/as usuários/as:

- a- contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais;
- b- garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências

INTRODUÇÃO

das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos/as usuários/as, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos/as profissionais, resguardados os princípios deste Código;

c- democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as;

d- devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos/às usuários/as, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses;

e- informar à população usuária sobre a utilização de materiais de registro audiovisual e pesquisas a elas referentes e a forma de sistematização dos dados obtidos;

f- fornecer à população usuária, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional;

g- contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os/as usuários/as, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados;

h- esclarecer aos/às usuários/as, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional (CFESS, 2012, p. 29-30).

Observando os deveres do assistente social nas suas relações com os usuários, evidencia-se que em seu trabalho profissional está presente a dimensão socioeducativa. Alguns destes deveres, como a socialização de informações e contribuição para a participação da população nas decisões institucionais, revelam que as atividades desempenhadas pelos profissionais pressupõem o desenvolvimento de ações com um viés socioeducativo e esclarecedor, pautadas na realidade em que os sujeitos se inserem. Tais ações viabilizam aos usuários o acesso, o conhecimento e a compreensão de seus direitos. Além do mais, o assistente social é um profissional que pode potencializar o processo de conscientização da população usuária por meio da dimensão socioeducativa que a profissão possui.

Ademais, apreende-se que os deveres dos assistentes sociais em sua relação com os usuários expressam a dimensão socioeducativa, uma vez que tais deveres reconhecem a natureza socioeducativa da profissão. Desse modo, podemos assinalar que não é possível uma atuação profissional direcionada aos usuários desvinculada desta dimensão. Considerando os elementos já apresentados, pode-se inferir que tal dimensão é essencial e historicamente requisitada pela profissão.

Diante disso, a partir desses fragmentos do Código de Ética do/a Assistente Social, pode-se ressaltar que o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais tem um caráter de grande relevância que impacta na vida dos usuários. Considerando os preceitos deste Código de Ética, tem-se como orientação uma atuação profissional que esteja articulada a um projeto profissional planejado a um projeto societário, que revela um compromisso com a classe trabalhadora, objetivando sua emancipação. Nesse sentido, cabe destacar a visão crítica que a profissão estimula, a qual objetiva a construção

de uma atuação que possa contribuir para a conscientização da classe trabalhadora acerca dos processos que perpassam seu cotidiano, marcados pela alienação.

Ressaltamos, ainda, a relevância de se estudar esta temática, visto que, até então, há poucas produções que versam sobre a dimensão socioeducativa no trabalho profissional do assistente social. No acervo de dissertações do Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, por exemplo, dentre as 163 (cento e sessenta três) dissertações defendidas ao longo do Programa, entre os anos de 2007 e 2019, apenas 01 (uma), cuja defesa ocorreu em 2014, apresentou como objeto de estudo a dimensão socioeducativa. Todavia, identificamos na base de dados deste Programa outras 03 (três) dissertações que possuem temáticas que se relacionam com a dimensão socioeducativa, as quais versavam sobre: os grupos educativos realizados na área da saúde (publicação em 2009); a dimensão ídeo-política da intervenção profissional do assistente social (publicação em 2009); e a relação da ideologia com o Serviço Social (publicação em 2013).⁵

No catálogo de teses e dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), ao fazer uma busca utilizando como palavras-chave “dimensão socioeducativa”, “dimensão educativa”, “ações socioeducativas”, “ações educativas”, “trabalho socioeducativo”, “trabalho educativo” e “perfis pedagógicos”, na área do Serviço Social, pode-se constatar que há poucas publicações que tratam deste assunto. Nesse banco de dados da CAPES foram encontradas 02 (duas) teses de doutorado e 18 (dezoito) dissertações de mestrado⁶ que se relacionam com este tema.⁷ Reafirmamos, assim, a importância do estudo da temática e ressaltamos os enormes desafios que se colocam neste processo.

Além disso, fizemos uma busca em algumas revistas da categoria profissional, como na Revista Serviço Social e Sociedade, Revista Katálysis, e Revista Temporalis, nas quais optamos por fazer um levantamento das produções mais recentes, a partir do ano de 2010. Sendo que a temática também não apresenta uma centralidade em suas publicações. Na revista Serviço Social e Sociedade pesquisamos nas edições de 2010 a 2019 e encontramos 03 (três) artigos cuja proposta possui uma aproximação com a dimensão socioeducativa, a saber: a educação popular. Na revista Katálysis, em uma pesquisa nas edições entre os anos de 2010 e 2019, identificamos 04 (quatro)

5 Este levantamento de produções de dissertações foi atualizado em 25 de abril de 2019, com base no banco de dados do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: <https://www.ufjf.br/ppgservicosocial/dissertacoes-defendidas/>.

6 Do total de teses (02) e dissertações (18), apenas 03 (três) dissertações de mestrado foram desenvolvidas em Programas de Pós-Graduação de outras áreas, são elas: Mestrado em Educação; Mestrado em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais; e Mestrado em Serviço Social e Direitos Sociais. As outras 17 produções teóricas foram realizadas em programas de Serviço Social.

7 Esta busca foi realizada na base de dados da CAPES. Catálogo de Teses e Dissertações. Disponível em: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 20 mai. 2019.

INTRODUÇÃO

publicações relacionadas diretamente à dimensão socioeducativa. E na Revista *Temporalis*, no período de 2010 e 2018, encontramos a publicação de 01 (um) artigo que versava sobre o trabalho socioeducativo.⁸ Feitas estas considerações reiteramos a relevância de aprofundamento teórico sobre o tema.

Com o objetivo de compreender a dimensão socioeducativa do Serviço Social e como se processa no cotidiano profissional do assistente social, consideramos ser necessário apreender o contexto atual do capitalismo e refletir sobre seus impactos na configuração das políticas sociais e no trabalho profissional do assistente social. Além disso, é imprescindível analisar o trabalho profissional do assistente social na contemporaneidade a partir das dimensões da profissão e os elementos que perpassam o cotidiano; assim como refletir sobre os limites e possibilidades para o desenvolvimento da dimensão socioeducativa no trabalho profissional numa perspectiva crítica, decorrentes da atual conjuntura e das características do cotidiano.

Em relação ao método de análise, nos embasamos na perspectiva materialista histórico-dialética, por meio da qual é possível apreender os elementos a serem estudados não de forma isolada, mas situando-os na dinâmica da realidade, considerando-a em sua totalidade.

De acordo com Ianni (2011, p. 02), “a análise dialética é sempre uma análise crítica”, a qual parte do princípio de que para se conhecer a realidade social é preciso uma reflexão demorada, reiterada e obstinada, tal processo pressupõe uma observação delongada sobre o objeto, uma vez que busca desvendar dimensões que não são visíveis nem dadas.

Conforme Netto (2011), o processo investigativo utilizado por Marx presume que o pesquisador deve em sua relação com o objeto pesquisado, extrair as suas diversas determinações, das mais abstratas as mais concretas. Desse modo, é possível lograr do objeto pensado as suas determinações concretas. Nessa perspectiva torna-se essencial transcender a aparência dos fenômenos em direção à sua essência.

Para Marx, a sociedade burguesa é uma totalidade concreta. Não é um “todo” constituído por “partes” funcionalmente integradas. Antes, é uma totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade (NETTO, 2011, p. 56).

Marx (2011), ao investigar a realidade, parte do pressuposto de que todas as considerações partem da própria realidade. O autor destaca que a realidade em sua totalidade é uma síntese de múltiplas determinações, onde o todo é decisivo, pois compreende a realidade em toda sua amplitude, não considerando apenas os fatos isolados.

8 A busca na versão on-line das revistas foi realizada em maio de 2019.

Ao descrever o método da economia política, Marx (2011) apresenta reflexões fundamentais acerca de elementos imprescindíveis para realização de um processo investigativo. O autor aponta para a importância de partir de uma realidade concreta dentro de uma totalidade, devendo-se tomar cuidado para iniciar a investigação com base num concreto imediato, tendo em vista que remete a uma representação caótica, na qual não se entende as categorias e suas articulações. Ressalta a conformação de um caminho de retorno, por meio do qual, no final do processo é possível conhecer a categoria pesquisada da maneira em que se encontra efetivamente na realidade, e para além de sua mera conformação na realidade imediata.

No que concerne às reflexões apresentadas por Marx acerca do entendimento de uma categoria, o autor aponta que é necessário considerá-la como parte de um todo determinado historicamente e socialmente, caso contrário, acabaria se detendo a meras abstrações. Há um duplo caminho: em princípio, se extrai da realidade as categorias simples, posteriormente, as categorias simples são pensadas em suas devidas interrelações com as outras categorias. Além disso, só é possível compreender completamente uma categoria ou objeto pesquisado quando o processo está finalizado, o que caracteriza a maturação do objeto (MARX, 2011).

Cabe ainda ressaltar que, de acordo com Netto (2009c), a teoria social de Marx encontra-se associada a um projeto revolucionário, de transformação da sociedade com a superação do capitalismo. Desse modo, tanto a análise quanto a crítica à sua concepção teórico-metodológica, assim como outros elementos, estiveram condicionados às reações que este projeto desperta, visto que se contrapõe totalmente à ordem vigente.

A construção deste trabalho buscou apreender o movimento dinâmico da realidade, considerando os elementos presentes na totalidade que se relacionam ao fenômeno pesquisado e suas determinações. Neste sentido, cabe frisar que o método marxiano propicia “desvendar para subsidiar ou instigar aprimoramentos, mudanças, transformações, mesmo que provisórias” (PRATES, 2012, p. 127).

Isto posto, em concordância com Guerra (2009, p. 715), ressaltamos que “o conhecimento crítico é um dos caminhos para a liberdade, autonomia, competência e compromisso”. Portanto, conforme expressa a autora, o desenvolvimento da pesquisa científica é essencial e indispensável para compreender a dinâmica da realidade social na atualidade; para o enfrentamento da “barbárie social”; combater a ofensiva neoliberal; promover a criação de alianças com a sociedade civil organizada; buscar a obtenção de novas legitimidades profissionais; incentivar a concretização dos princípios e valores do projeto profissional; e com foco na formação de profissionais críticos e competentes.

Após a exposição de elementos que caracterizam a perspectiva crítico-dialética, que perpassa a construção deste estudo, consideramos pertinente detalhar os procedimentos metodológicos – que englobam pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo – utilizados para atingir os objetivos propostos por esta pesquisa.

INTRODUÇÃO

Como em toda pesquisa, é necessário começar pelo conhecimento acumulado sobre a temática estudada, ou seja, o “estado da arte” relacionado ao assunto. Portanto, para o desenvolvimento da tese proposta, em um primeiro momento, realizamos uma pesquisa bibliográfica por meio de uma revisão de literatura sobre temas que se relacionam com o objeto. Sendo assim, fizemos um pré-mapeamento do estado da arte, que possibilitou um estudo categorial e um levantamento bibliográfico por meio de livros; artigos publicados em revistas na área do Serviço Social; dissertações e teses que constam no banco de dados da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) que se relacionam com o assunto deste estudo. A partir desse procedimento de investigação foi possível analisar alguns elementos fundamentais que perpassam esta proposta.

O referencial utilizado encontra-se fundamentado em autores que discutem e problematizam o Serviço Social e especialmente a dimensão socioeducativa do assistente social, bem como as tônicas que perpassam este tópico. Para tal finalidade, foram referências autores como Karl Marx, Antônio Gramsci, Marilda Villela Iamamoto, José Paulo Netto, Maria Carmelita Yazbek, Maria Lúcia S. Barroco, Elaine Rossetti Behring, Yolanda Guerra, Ivete Simionatto, Cláudia Mônica dos Santos, Marina Maciel Abreu, Carina Berta Moljo, Adriana Giaqueto Jacinto, Regina Célia Tamasso Miotto, Raquel Raichelis, dentre outros.

De acordo com Gil (1999, p. 50), “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. Com isso, sua interlocução com uma pesquisa de campo propicia um conhecimento mais amplo acerca do tema a ser estudado, pois possibilita realizar uma associação com elementos históricos, viabilizando conhecer fatos passados de maneira que contribua imensamente para uma construção teórica crítica em relação aos elementos presentes na atualidade.

Em um segundo momento, analisamos dados produzidos pela pesquisa coletiva Serviço Social e Sistema Único de Assistência Social em Juiz de Fora: Uma análise a partir dos assistentes sociais e usuários do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, como mencionado inicialmente, que foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e coordenada pela professora doutora Carina Berta Moljo. Ao longo da iniciativa, trabalhamos com análise bibliográfica, análise das observações participantes e pesquisa de campo de caráter qualitativo. As observações e a pesquisa

de campo qualitativa tiveram como locus os Centros de Referência de Assistência Social do município de Juiz de Fora.⁹

Esta pesquisa foi composta por dois eixos de análise: o eixo do trabalho profissional do assistente social e o eixo dos usuários da política de assistência social. O primeiro eixo teve como objetivo central analisar de forma crítica o trabalho profissional do assistente social nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os elementos que perpassam o cotidiano, identificando as configurações das políticas sociais, as determinações do trabalho profissional, as dimensões do trabalho profissional, e sua cultura profissional. O segundo eixo buscou aprofundar os conhecimentos sobre os sujeitos que recorrem à política de assistência social, por intermédio dos CRAS, compreender a dimensão da cultura e os aspectos representativos das classes subalternas, que configuram o perfil desses usuários, identificar os impactos desta política na vida cotidiana dos sujeitos, conhecer o significado do trabalho profissional do assistente social em suas vidas, bem como a percepção que possuem acerca da política de assistência social e dos CRAS. Para a construção desta produção, o enfoque central encontra-se no eixo do trabalho profissional do assistente social.

9 A partir dessa pesquisa foram publicados trabalhos em anais de eventos, artigos em revistas, trabalhos de conclusão de curso e dissertações. Dentre os trabalhos publicados em eventos e artigos em revistas, destacamos:

MOLJO et al. O exercício profissional do assistente social no SUAS: atribuições privativas e projeto ético político. Emancipação (on-line) (PONTA GROSSA), v. 17, p. 304-318, 2017.

_____. O exercício profissional dos assistentes sociais no SUAS: Apontamentos acerca das atribuições privativas e a possibilidade de materialização do Projeto Ético-Político. In: I Colóquio Internacional IV Colóquio Nacional Sobre o Trabalho do/a Assistente Social, Maceió: UFAL, 2017.

_____. Breves apontamentos acerca do exercício profissional do assistente social nos Centros de Referência de Assistência Social de Juiz de Fora/MG. In: 15º CBAS 80 anos do Serviço Social no Brasil, Olinda, 2016.

_____. Reflexões sobre os Usuários da Política de Assistência Social na Perspectiva da Efetivação dos Direitos Humanos. In: I Semana de Pesquisa (SEMEX) e XIII Semana de Extensão (SEMPESq). Juiz de Fora: Revista DNA UNIVERSO- Formação e Inovação Científica, 2015.

MOLJO, C. B.; PEREIRA, Z. A.; MOTA, J. V. O exercício profissional do assistente social: apontamentos sobre os assistentes sociais da política de assistência social. In: I Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos, II Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais e I Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental. Londrina: UEL, 2015.

MOLJO, C. B.; SILVA, P. C. ; VIEIRA, P. Serviço Social e Sistema Único de Assistência Social em Juiz de Fora: uma análise a partir dos usuários do SUAS. In: 3º Encontro Internacional de Política Social 10º Encontro Nacional de Política Social. Tema: Capitalismo contemporâneo: tendências e desafios da política social, Vitória, 2015.

MOLJO, C. B.; RAMOS, T. D.; PEREIRA, Z. A.. O direcionamento do exercício profissional dos assistentes sociais na Política de Assistência Social. In: IV Seminário Internacional: Crise do Capital, Periferia Urbana, Lutas Sociais e Serviço Social. Juiz de Fora: UFJF, 2015.

INTRODUÇÃO

Na primeira etapa da pesquisa¹⁰ foram realizadas 60 (sessenta) observações participantes em 03 (três) CRAS do município de Juiz de Fora. As observações aconteceram mediante prévia autorização dos responsáveis pelo planejamento e execução da política de assistência social do município, após apresentação da pesquisa e explicitação de seus objetivos.

Após a realização das 60 (sessenta) observações participantes, estas foram analisadas, com isso, identificou-se que existiam questões importantes que precisavam ser aprofundadas e complementadas com o intuito de ampliar o conhecimento e atribuir maior rigor científico aos estudos a serem feitos. Mediante isso, foi planejada a segunda etapa da pesquisa, que consistiu em voltar a campo para realização de entrevistas em profundidade. Para isso, houve uma preparação do grupo de pesquisa, bem como, a elaboração de um roteiro de entrevistas composto por várias questões de grande relevância.

Para o desenvolvimento desta produção, todas as observações participantes foram retrabalhadas com a finalidade de identificar as ações profissionais desenvolvidas pelos assistentes sociais nos CRAS, e refletir como a dimensão socioeducativa se expressa através dessas ações no trabalho profissional. Assim sendo, foram selecionados alguns fragmentos das observações, expostos e analisados no capítulo 3, que corroboraram para desvendar o objeto em estudo. Consideramos a utilização das observações participantes enriquecedora para a construção deste trabalho, visto que elas revelam como se desenvolvem as ações socioeducativas dos assistentes sociais em seu cotidiano profissional, além de possibilitarem a apreensão de algumas características da relação desenvolvida com os sujeitos usuários.

Na segunda etapa da pesquisa¹¹ de campo foram realizadas 16 (dezesesseis) entrevistas¹² com assistentes sociais inseridos em 05 (cinco) dos 09 (nove) CRAS, e 41 (quarenta e uma) entrevistas com usuários referenciados em 07 (sete) dos 09 (nove) CRAS do município de Juiz de Fora. O grupo de pesquisa se dividiu em duplas para a realização de cada entrevista. Subsequentemente, realizamos as transcrições das

10 As observações participantes foram realizadas entre os meses de novembro e dezembro de 2013. Ocorreram em 03 CRAS do município de Juiz de Fora. Cada CRAS tinha sua equipe técnica composta por 03 assistentes sociais. No total, 09 assistentes sociais participaram dessa etapa da pesquisa. Participaram dessa primeira etapa da pesquisa 08 discentes, dentre elas bolsistas de iniciação científica, bolsistas de treinamento profissional e mestrandas.

11 As entrevistas foram realizadas entre os meses de setembro e novembro de 2015. Participaram da realização das entrevistas 06 discentes da graduação (bolsistas de iniciação científica e treinamento profissional). Cabe ressaltar que também houve a participação de mestrandas em Serviço Social.

12 O objetivo inicial era entrevistar todos os assistentes sociais que trabalham nos CRAS, mas alguns destes se recusaram e outros se encontravam afastados do trabalho por diferentes motivos. Desta forma, entrevistamos 16 assistentes sociais inseridas em 05 (cinco) dos 09 (nove) CRAS existentes no município de Juiz de Fora.

entrevistas,¹³ em seguida, estas foram analisadas.¹⁴ Propiciando assim, uma ampliação do conhecimento acerca dos elementos que perpassam os eixos desta pesquisa, os quais são aprofundados no capítulo 3.

O roteiro de entrevistas direcionado às profissionais foi composto por 48 (quarenta e oito) questões, muitas delas apresentam elementos que se correlacionam com a dimensão socioeducativa da profissão. Assim como, serão expostas algumas falas das assistentes sociais entrevistadas, que contribuem para reflexionarmos acerca do objeto de estudo. Vale lembrar que este trabalho visa refletir sobre o trabalho profissional, tendo como chave heurística a dimensão socioeducativa, portanto, o foco das análises das entrevistas são as questões que compreendem o eixo do trabalho profissional.

O uso da pesquisa qualitativa enriquece as análises acerca da temática a ser estudada, visto que, é capaz de responder a questões pontuais. Minayo (2004) analisa que esta modalidade de pesquisa,

[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (MINAYO, 2004, p. 21).

Pode-se constatar que o uso da pesquisa qualitativa, articulada a pesquisa bibliográfica, traz elementos que contribuem enormemente para o desenvolvimento da temática proposta. A pesquisa supracitada possui uma imensa riqueza de dados, tanto advindas das observações como das entrevistas,¹⁵ o que esperamos que seja de grande contribuição para a produção de conhecimento sobre a dimensão socioeducativa do Serviço Social e o trabalho profissional do assistente social.¹⁶ Assim como, a pesquisa

13 Todos os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e por intermédio deste autorizaram o uso das informações obtidas a partir das entrevistas para publicações científicas.

14 Tais informações também estão presentes nas publicações realizadas a partir dessa etapa da pesquisa, como no artigo O exercício profissional do assistente social no SUAS: atribuições privadas e projeto ético político, publicado na Revista Emancipação (ONLINE) (PONTA GROSSA), v. 17, p. 304-318, 2017.

15 Seguem anexos os roteiros das entrevistas e das observações da pesquisa de campo realizada nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de Juiz de Fora (MG), que já foram realizadas e são objetos de análises apresentadas no capítulo 3.

16 Para a análise dos dados referentes à pesquisa de campo realizada, primeiramente relemos todo o material a fim de identificar alguns aspectos importantes que se fizeram presentes nas entrevistas de maneira geral. Após essa leitura, foram definidos os temas pertinentes que apareceram durante as entrevistas e se correlacionam com o objeto de estudo. Assim, selecionamos as questões centrais que são analisadas no desenvolvimento do capítulo 3. Essas análises não são descoladas do movimento do real, elas se inserem na totalidade das relações sociais e dos processos sócio-históricos.

INTRODUÇÃO

bibliográfica é essencial para o conhecimento, a aproximação e a apropriação de elementos fundamentais para elaboração deste estudo.

Esta obra encontra-se estruturada em três capítulos, sendo o capítulo 1 denominado Sociedade do capital: elementos para uma análise crítica, o capítulo 2 denominado Serviço Social e a dimensão socioeducativa, e o capítulo 3 denominado Pesquisa empírica: uma análise da dimensão socioeducativa a partir da apreensão do trabalho profissional do assistente social no CRAS.

No capítulo 1 consideramos necessário realizar uma breve análise da estrutura do modo de produção capitalista, assim como da conjuntura. Apresentamos elementos acerca da sociedade do capital, onde se inscreve o trabalho profissional. Nesta sociabilidade, o assistente social na condição de trabalhador assalariado, vende a sua força de trabalho no mercado para instituições e organizações, vivenciando assim, em seu cotidiano as determinações que concernem à realidade na qual se insere. Com esse intuito, serão apresentados elementos que configuram o capitalismo na contemporaneidade, onde predomina o ideário neoliberal. A estrutura presente no capitalismo conforma uma conjuntura na qual se manifesta as relações sociais, as relações de produção e reprodução, que traz impactos no âmbito de atuação do Serviço Social, profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, enquanto uma especialização do trabalho coletivo (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006).

Cabe ressaltar a importância de compreender as configurações do capitalismo, uma vez que influenciam diretamente na conformação das políticas sociais, as quais são executadas em determinadas instituições e equipamentos sociais (como o CRAS – equipamento da proteção social básica que compõem a política de assistência social), que constituem espaços privilegiados de atuação dos assistentes sociais. Neste capítulo, também, apresentamos a política de assistência social, apontando os principais elementos de sua configuração a partir de um olhar crítico. Nesta apresentação, daremos maior ênfase à proteção social básica, destacando a forma pela qual se estruturam os CRAS, uma vez que, são locus da pesquisa de campo supracitada, além de ser um espaço riquíssimo a ser estudado.

No capítulo 2 destacamos as principais características que compreendem a trajetória histórica do Serviço Social no Brasil, para assim podermos embasar as reflexões sobre o trabalho profissional no cotidiano tendo como base de análise a dimensão socioeducativa. Nesse sentido, compreender o significado sócio-histórico da profissão é fundamental para entendermos como se configura o trabalho profissional do assistente social na contemporaneidade, os elementos que perpassam o cotidiano, assim como as dimensões do trabalho profissional. Também trabalhamos com algumas categorias teóricas que embasam este estudo, como alienação, consciência, trabalho profissional etc.

Neste capítulo destacamos o debate acerca dos perfis pedagógicos da profissão e da dimensão socioeducativa, considerando que esta última influencia diretamente nos processos desenvolvidos na sociedade, bem como traz rebatimentos para a forma de refletir e pensar acerca do modo em que se encontram configuradas as relações que perpassam o cotidiano.

Nesta perspectiva, é importante refletir sobre a atuação profissional num contexto adverso, no qual se reproduz de maneira hegemônica uma lógica imposta pelo capitalismo. Este contexto é acirrado com a implementação do ideário neoliberal no Brasil, a partir da década de 1990, que trouxe inúmeros impactos negativos para o cotidiano profissional. Dentre eles, identifica-se que é exigido dos profissionais respostas imediatas para as demandas, o que pode resultar em uma prática irrefletida, conforme analisa Guerra (1995). Entretanto, podem ser desenvolvidas ações que ultrapassem o nível da imediatividade, para isso, é imprescindível fundamentar-se em uma perspectiva crítica de análise, que compreenda os diversos fatores que perpassam a vida dos usuários. Sob essa ótica, mediante uma atuação profissional comprometida com os interesses da classe trabalhadora num viés emancipatório, é possível criar mecanismos capazes de expandir as formas de compreender, pensar e agir desses sujeitos sociais diante da realidade social.

Mediante a configuração atual da sociedade capitalista em que estamos inseridos, torna-se imprescindível a apropriação pelo Serviço Social desse debate, o qual contribui para refletir acerca da intervenção profissional. Nesse sentido, é fundamental conhecer a forma em que o trabalho profissional está se construindo na atualidade. O estudo da dimensão socioeducativa pode incentivar a reflexão acerca das estratégias de atuação que podem ser criadas, considerando a importância de sua função socioeducativa num sentido emancipatório, em consonância com o projeto ético-político hegemônico do Serviço Social brasileiro.

No capítulo 3 apresentamos as reflexões e análises realizadas a partir da pesquisa de campo direcionada aos assistentes sociais que atuam nos Centros de Referência de Assistência Social de Juiz de Fora/MG. Para contextualizarmos o cenário em que a pesquisa de campo foi realizada, a fim de contribuir com as análises e apreensão dos leitores, apontamos alguns aspectos relevantes sobre a configuração da política de assistência social em Juiz de Fora. Versamos acerca do perfil dos assistentes sociais entrevistados, das condições de trabalho dos profissionais, das ações profissionais desenvolvidas nos CRAS, dando ênfase às ações socioeducativas, do trabalho interdisciplinar, dos limites e das possibilidades de atuação etc. Consideramos importante analisar estes elementos para reflexionar sobre a dimensão socioeducativa presente no trabalho profissional do assistente social e suas expressões.

Desse modo, acreditamos ser possível colaborar com a produção de conhecimento que busque contribuir para a formação crítica dos assistentes sociais, comprometida

INTRODUÇÃO

com os interesses da classe trabalhadora. Todavia, não podemos deixar de delimitar que a profissão possui uma autonomia relativa, além de ter que atuar mediante o confronto dos interesses do capital e do trabalho, por isso, é fundamental a criação de estratégias de intervenção que privilegiem o desenvolvimento de um trabalho socioeducativo que reafirme o compromisso ético-político assumido pela categoria profissional com as classes subalternas.

Para finalizar este trabalho, trazemos nas considerações finais as aproximações conclusivas que obtivemos a partir da construção desta obra, que reafirma a necessidade de continuar em busca da produção de conhecimento e aprofundar os estudos da dimensão socioeducativa que o assistente social possui, elemento de grande relevância para pensarmos o trabalho profissional e as contribuições que a profissão pode levar aos sujeitos sociais.

A pesquisa aqui apresentada teve o apoio do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. A pesquisadora/autora desta obra recebeu bolsa de estudos durante o segundo ano de mestrado, fornecida pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), o que corroborou imensamente para a conclusão deste processo de produção de conhecimento.

Compreender a forma em que o capitalismo se encontra estruturado é imprescindível para refletirmos sobre os rebatimentos que este modo de produção traz sobre o cenário em que se insere a profissão de Serviço Social, que está inscrita na divisão social e técnica do trabalho na sociabilidade do capital.¹⁷ Neste sentido, é importante demarcar que somente é possível compreender o trabalho profissional no marco das relações entre as classes sociais, desenvolvendo-se no capitalismo contemporâneo.

Logo, torna-se essencial apreender a estrutura da sociedade burguesa em que se insere a profissão, assim como os aspectos conjunturais que configuram este cenário no qual o assistente social atua cotidianamente. Visto que reflete diretamente na forma de organização das políticas sociais e dos espaços socioinstitucionais, bem como sobre o próprio trabalho profissional.

Assim sendo, neste capítulo apresentaremos algumas características que configuram o capitalismo contemporâneo e seus reflexos no âmbito das políticas sociais. Com esse intuito, também abordaremos a compreensão sobre as políticas sociais sob o ponto de vista da teoria social de Marx e exporemos alguns elementos que as caracterizam no contexto neoliberal. E, para finalizar, faremos uma breve apresentação da política de assistência social, principalmente porque a pesquisa de campo, supracitada, foi realizada neste âmbito. Portanto, é fundamental compreendê-la.

1.1 CARACTERÍSTICAS DO CAPITALISMO NA CONTEMPORANEIDADE

Neste item vamos enfatizar as transformações ocorridas desde o final do século XX, dando ênfase ao modelo de acumulação flexível e à conformação do ideário neoliberal, que são constitutivos do capitalismo contemporâneo, ou capitalismo-tardio. Podemos afirmar, então, que o capitalismo contemporâneo é “resultado

17 Cf. Iamamoto e Carvalho (2006).

das transformações societárias ocorrentes desde os anos 1970 e posto no quadro da sua crise estrutural” (NETTO, 2017b, p. 56).

Para o entendimento da atual dinâmica do capitalismo é necessário demarcar que os mecanismos de acumulação de capital afetam diretamente a classe trabalhadora, visto que pressupõem a sua exploração. Tal configuração vai refletir no acirramento da “questão social”, cujas expressões são consideradas matérias-primas de intervenção do Serviço Social.

Entendemos que a “questão social” está situada no cerne da contradição entre capital e trabalho, nos marcos do capitalismo. Além disso, expressa os problemas gerais causados por esta relação antagônica, na qual existem mecanismos para criação de riquezas, simultâneos aos que geram o pauperismo (em larga escala). Iamamoto e Carvalho (2006) refletem que a “questão social” expressa o processo de formação e desenvolvimento da classe trabalhadora, que ingressa no cenário político reivindicando seu reconhecimento enquanto classe tanto pelo empresariado quanto pelo Estado. Nesse sentido, a “questão social” pode ser entendida como um conjunto de expressões das desigualdades emergentes na sociabilidade do capital.

Cabe ressaltar que a compreensão de “questão social”, que defendemos aqui, está embasada na concepção difundida por Iamamoto e Carvalho (2006), que a consideram como expressão da contradição entre capital e trabalho, sendo assim, é estrutural ao modo de produção capitalista. Nas palavras dos autores:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 77, grifo dos autores).

De acordo com Harvey (2008, p. 117), a partir do final do século XX, podemos apontar significativas transformações ocorridas na forma de organização do capitalismo. Segundo este autor, “são abundantes os sinais e marcas de modificações radicais em processos de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas, poderes e práticas do Estado etc”.

Harvey (2008) destaca que um dos elementos presentes no processo de acumulação capitalista consiste na disciplinarização da força de trabalho, ou controle do trabalho. Conforme o autor, essa questão engloba “alguma mistura de repressão, familiarização, cooptação e cooperação, elementos que têm de ser organizados não somente no local de trabalho como na sociedade como um todo” (HARVEY, 2008, p. 119). O controle social exercido sobre o trabalhador na dinâmica capitalista adquire

uma dimensão bem ampla, uma vez que alcança as capacidades físicas e mentais, bem como impacta nas formas de socialização.

A compreensão de algumas transformações que ocorreram no curso da história é fundamental para entendermos a atual configuração do capitalismo, como a transição do modelo de acumulação fordista-keynesiano – por meio do qual identificamos o desenvolvimento do Estado de Bem-Estar social nos países centrais – para o modelo de acumulação flexível.

De acordo com Harvey (2008, p. 119), o período de expansão do pós-guerra,¹⁸ que compreende os anos de 1945 a 1973, pode ser devidamente denominado de fordista-keynesiano. Este período constantemente caracterizado por “um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico”.

Após o ano de 1945, o fordismo alcançou sua maturidade enquanto modelo de acumulação completamente constituído. Este regime prevaleceu durante o período de expansão pós-guerra, que se conservou relativamente intacto até 1973.

Ao longo desse período, o capitalismo nos países capitalistas avançados alcançou taxas fortes, mas relativamente estáveis de crescimento econômico. Os padrões de vida se elevaram, as tendências de crise foram contidas, a democracia de massa, preservada e a ameaça de guerras intercapitalistas, tornada remota. O fordismo se aliou firmemente ao keynesianismo, e o capitalismo se dedicou a um surto de expansões internacionalistas de alcance mundial que atraiu para a sua rede inúmeras nações descolonizadas (HARVEY, 2008, p. 125).

De acordo com Harvey (2008), no referido período o Estado assumia um papel que buscava o controle sob os ciclos econômicos por meio de uma combinação adequada de políticas fiscais e monetárias. Tais políticas eram direcionadas para as áreas de investimento público que garantissem o crescimento da produção e do consumo em massa, além de visarem à oferta de emprego relativamente pleno e buscarem medidas que fornecessem um complemento ao salário social.

Nesse contexto, conforme Salvador (2010), pode-se identificar que ocorreram significativas transformações que representaram avanços no campo da proteção social nos países centrais, mediante a consolidação do Estado de bem-estar social. A luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho também teve um papel relevante no processo de constituição desse modelo de proteção social. Salvador (2010) aponta que

18 Cabe destacar que o período que se iniciou após a Segunda Guerra Mundial também foi marcado pelo surgimento de ideias neoliberais em regiões onde o capitalismo imperava, a saber, na América do Norte e na Europa. Nesse momento as ideias neoliberais não se consolidaram, estavam apenas germinando. Conforme apresenta Anderson (1995), estas ideias representavam uma reação de cunho teórico e político, que se contrapunha ao Estado intervencionista e de bem-estar social.

foi decisiva a intervenção do Estado acoplada com as políticas de cunho keynesiano/fordista, destacando-se as modificações redistributivas no orçamento público: pelo lado do financiamento, a implantação de sistemas tributários mais justos tendo como base a cobrança de impostos diretos e progressivos; pelo lado dos gastos, destaca-se, entre as políticas sociais, a edificação da seguridade social, articulando as políticas de seguros sociais, saúde e auxílios assistenciais (SALVADOR, 2010, p. 607).

Podemos identificar que a ampliação dos direitos sociais, das políticas sociais e a incorporação do conceito de seguridade social são elementos marcantes do Estado de bem-estar social.¹⁹ Este modelo incorpora

[...] a perspectiva da responsabilidade estatal na regulação do mercado, com vistas a manter o equilíbrio entre oferta e demanda e assegurar benefícios de proteção aos trabalhadores em momento de perda da capacidade laborativa e, mais globalmente, aos cidadãos em situações de dificuldades econômicas e sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 98).

Diante disso, é fundamental compreendermos o significado das políticas sociais e dos padrões de proteção social, que são definidos por Behring e Boschetti (2011, p. 51) como “desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da “questão social” no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho”. As políticas sociais apresentam como formas de materialização a prestação de serviços e benefícios pelo Estado.

Vale ressaltar que os benefícios previstos pelo Estado no período do fordismo não abrangiam a todos, de modo que gerou um descontentamento em parte da população que se via desprotegida e desfavorecida pelos governos durante a fase de apogeu desse regime. Mediante a crescente insatisfação por parte dos segmentos populacionais que não conseguiam se inserir no mercado de trabalho, o Estado precisou criar estratégias que garantissem certos benefícios que combatessem a pauperização. Assim, o Estado buscava dar resolutividade a essas questões através da garantia de um salário social ou implantação de políticas redistributivas ou ações legais. Além disso, para a legitimação do seu poder era necessário ampliar a potencialidade de “levar os benefícios do fordismo a todos e de encontrar meios de oferecer assistência médica, habitação e serviços educacionais adequados em larga escala, mas de modo humano e atencioso” (HARVEY, 2008, p. 133).

Contudo, a despeito de todos os descontentamentos e de todas as tensões manifestas, o núcleo essencial do regime fordista manteve-se firme ao menos

19 Vale dizer que o Plano Beveridge, publicado na Inglaterra no ano de 1942, influenciou neste modelo de seguridade social (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

até 1973, e, no processo, até conseguiu manter a expansão do período pós-guerra – que favorecia o trabalho sindicalizado e, em alguma medida, estendia os “benefícios” da produção e do consumo de massa de modo significativo – intacta. Os padrões materiais de vida para a massa da população nos países capitalistas avançados se elevaram e um ambiente relativamente estável para os lucros corporativos prevalecia. Só quando a aguda recessão de 1973 abalou esse quadro, um processo de transição rápido, mas ainda não bem entendido, do regime de acumulação teve início (HARVEY, 2008, p. 134).

Outro fator que corroborou para o esgotamento do modelo fordista-keynesiano resultou da articulação de correntes de oposição que foram se unindo, constituindo um movimento político-cultural resistente.

Diante dessa conjuntura, a partir do final da década de 1960 e início dos anos 1970 o modelo de acumulação fordista-keynesiano entrou em crise. Com o colapso desse modelo, em 1973 iniciou-se “um período de rápida mudança, de fluidez e de incerteza” (HARVEY, 2008, p. 119). As diferenças entre as práticas político-econômicas implementadas na atualidade e do período anterior embasam a hipótese apresentada por Harvey (2008) de que ocorre uma passagem do fordismo para um modelo de acumulação flexível.

De acordo com Salvador (2010, p. 609), neste período o desenvolvimento fordista, as políticas keynesianas e o projeto de Estado social, foram colocados em ameaça: “A nova fase de acumulação capitalista vai ser capitaneada pela esfera financeira, e no campo ideológico o velho liberalismo se veste com a “nova” roupagem, rebatizado de neoliberalismo”.

A crise do Estado de bem-estar social é considerada por Netto (2017a, p. 43, grifos do autor) como

“a crise do capitalismo democrático” (Przeworski, 1991, p. 248), na escala em que é a crise estrutural das condições que viabilizaram o desenvolvimento do capitalismo num marco de democracia política. Eis por que a significação da crise do Welfare State possui um alcance que está longe de ser exagerado: em si mesma, revela que a manutenção e o envolver da ordem do capital estão implicando, cada vez com mais intensidade, ônus sócio-humanos de monta.

Foi nesse mesmo período que as ideias neoliberais começaram a ser difundidas, apesar de terem sido gestadas em meados da década de 1940. Conforme Anderson

(1995), Friedrich Hayek²⁰ e seus companheiros – que compartilhavam de suas ideias neoliberais – afirmavam que as raízes das crises estavam associadas há um aumento dos gastos sociais dos Estados. Desse modo, os neoliberais propunham a construção de um Estado forte, no sentido de combater o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, porém escasso e limitado no que diz respeito aos gastos sociais e nas intervenções econômicas. Este modelo de governo deveria buscar primordialmente, a estabilidade monetária.

Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. [...] Desta forma, uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas (ANDERSON, 1995, p. 11).

Segundo Anderson (1995), o programa neoliberal levou aproximadamente uma década, que corresponde aos anos 1970, para conquistar hegemonia. Neste processo, foi fundamental a eleição do governo Thatcher na Inglaterra, em 1979, que se empenhou em colocar em prática este programa, sendo pioneiro. Outros países foram aderindo ao neoliberalismo, como os Estados Unidos, no governo Reagan – eleito em 1980. No caso da América Latina temos como exemplos o governo Pinochet no Chile, em 1973, e de Videla na Argentina, em 1976, nos quais as ditaduras militares foram necessárias para a instauração deste modelo.

Vale ressaltar que com o esgotamento do expansionismo vivenciado pelo capitalismo no período pós-guerra foi elaborada esta forma de ofensiva política, na qual pode ser identificada uma combinação entre neoliberalismo e globalização, que, nas palavras de Netto (2017b, p. 63), “veio para demonstrar aos desavisados que o capital não tem nenhum ‘compromisso social’ – o seu esforço para romper com qualquer regulação política democrática, extramercado, da economia tem sido coroado de êxito”.

Segundo Harvey (2008, p. 140), a acumulação flexível se baseia na “flexibilidade dos processos de trabalho, dos produtos e padrões de consumo”. É marcada pela emergência de “setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente

20 Friedrich August von Hayek (1899- 1992), economista e filósofo austríaco, renomado representante da Escola Austríaca de pensamento econômico, em seu livro *O Caminho da Servidão*, publicado em 1944, apresenta ideias que, como afirma Anderson (1995), o configuram como o texto de origem ao que ficou conhecido como neoliberalismo. Conforme apresenta Anderson (1995, p. 9), o neoliberalismo nasceu logo após a II Guerra Mundial, e difere-se do liberalismo clássico; este livro de Hayek expressa “um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciada como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política”.

intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional”. Esse modelo de acumulação acarreta transformações rápidas dos padrões de desenvolvimento desigual entre setores tal como entre regiões geográficas.

Com o aumento da flexibilidade e da mobilidade, os empregadores capitalistas passaram a exercer um maior controle do trabalho, num contexto em que os trabalhadores se encontravam enfraquecidos e impactados pelo aumento do desemprego nos países capitalistas avançados para patamares nunca vistos no pós-guerra. Algumas consequências advindas com a acumulação flexível foram: níveis elevados de desemprego estrutural, ganhos reduzidos de salários reais, solapamento do trabalho organizado e a retrocessão do poder sindical. Harvey (2008) analisa que houve uma radical reestruturação do mercado de trabalho, apontando que:

Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis (HARVEY, 2008, p. 143).

Com o aumento da subcontratação, do trabalho temporário ou em tempo parcial, oriundos desse processo de flexibilização, muitos impactos negativos acometem a classe trabalhadora, como a redução de direitos, de níveis salariais e de segurança no emprego. Em concordância com Harvey (2008), vale ressaltar que a atual tendência dos mercados de trabalho consiste em aumentar a contratação de uma força de trabalho que pode ser demitida com mais facilidade e sem custos, quando os empregadores considerarem necessário, em contrapartida diminuir o número de empregados que possuem uma maior estabilidade.

Em 1982, o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial tornaram-se autoridades centrais com a capacidade de desempenhar o poder coletivo das nações-Estado capitalistas a respeito das negociações financeiras internacionais. Pode-se constatar que esta modalidade de poder traz impactos negativos tanto para a classe trabalhadora quanto para o desenvolvimento das políticas sociais, uma vez que, “esse poder costuma ser empregado para forçar reduções de gastos públicos, cortes de salários reais e austeridade nas políticas fiscal e monetária” (HARVEY, 2008, p. 160).

Segundo Antunes (2009), o padrão de acumulação flexível é também um padrão produtivo organizacional, com crescente utilização de novas tecnologias como a informática e a microeletrônica. Além disso, tem como um de seus mecanismos a desconcentração produtiva, em que a maior quota do processo produtivo é transferida para empresas terceirizadas. São criados modelos de gestão da força de trabalho, dando maior ênfase a uma lógica de envolvimento e participação dos trabalhadores no processo produtivo, que na verdade representa “uma participação manipuladora e

que preserva, na essência, as condições de trabalho alienado e estranhado” (ANTUNES, 2009, p.54).

Todas essas mutações que caracterizam a nova forma de produzir do capitalismo, adaptadas as particularidades de cada país, tiveram por finalidade essencial a intensificação das condições de exploração da força de trabalho, combinando formas relativas e absolutas de extração de mais-valia. Ademais, geraram implicações negativas para a classe trabalhadora, como: a diminuição do número de empregos nas fábricas; a redução do número de trabalhadores inseridos no mercado de trabalho formal; o aumento da flexibilização das condições de trabalho nos empregos, que tem como alguns reflexos a terceirização e a ampliação dos contratos temporários; a expansão do trabalho precarizado; a subproletarização do trabalho; o crescimento do desemprego estrutural; entre outras (ANTUNES, 2011).

Mediante as metamorfoses no mundo do trabalho, Antunes (2011, p. 58) verifica que: “Complexificou-se, fragmentou-se e heterogeneizou-se ainda mais a classe-que-vive-do-trabalho”.²¹

Esse novo padrão de acumulação, que tem como principal objetivo atender e solidificar os interesses do capital, na medida em que cria estratégias para ampliar a obtenção de mais-valia, por meio da exploração da força de trabalho, provoca uma série de efeitos negativos sobre a classe trabalhadora, a qual vivencia em seu cotidiano as mais variadas expressões da “questão social”. Ressaltamos que a “*questão social*” é constitutiva do capitalismo: não se suprime aquela se este se conservar” (NETTO, 2017b, p. 61, grifo do autor).

Cabe destacar que Antunes (2011) constata que o processo de reestruturação produtiva do capital no Brasil se intensificou a partir da década de 1990. O autor identifica que há uma junção de elementos do fordismo e das novas formas de acumulação flexível e/ou influxos do toyotismo no país. Nesse cenário, ocorrem enxugamentos da força de trabalho, além de transformações sociotécnicas no processo produtivo e na organização da força de trabalho. O que reflete no processo de flexibilização e desregulamentação dos direitos sociais, assim como na terceirização e em novas formas de gerir a força de trabalho.

Nesta conjuntura também ocorre o fortalecimento do capital financeiro, igualmente denominado capital portador de juros, o qual se encontra no centro das relações econômicas e sociais. Conforme Harvey (2008), o sistema financeiro mundial possui crescentes poderes de coordenação, provenientes, de certo modo, do poder da nação-Estado de controlar o fluxo de capital e, assim, a sua respectiva política fiscal e monetária.

21 Antunes (2011, p. 200, grifo do autor) destaca que: “Utilizamos a expressão *classe-que-vive-do-trabalho* como *sinônimo de classe* trabalhadora. Ao contrário de autores que defendem o fim do trabalho e o fim da classe trabalhadora, esta expressão pretende *ênfaticamente o sentido contemporâneo da classe trabalhadora (e do trabalho)*”.

Chesnais (2005) descreve que as formas de organizações capitalistas mais visíveis continuam sendo os grupos industriais transnacionais, e, com menor evidência, as instituições financeiras bancárias e principalmente as não bancárias. Estas compõem um capital com configurações distintas:

Esse capital busca “fazer dinheiro” sem sair da esfera financeira, sob a forma de juros de empréstimos, de dividendos e outros pagamentos recebidos a título de posse de ações e, enfim, de lucros nascidos de especulação bem-sucedida. Ele tem como terreno de ação os mercados financeiros integrados entre si no plano doméstico e interconectados internacionalmente. Suas operações repousam também sobre as cadeias complexas de créditos e de dívidas, especialmente entre bancos (CHESNAIS, 2005, p. 35).

Em concordância com Chesnais (2005), o lugar central que o capital financeiro possui foi possibilitado pelo papel desempenhado pelos Estados mais poderosos, a partir da liberação do movimento dos capitais, bem como da desregulamentação e do desbloqueio de seus sistemas financeiros. Ademais, após 1976 iniciou-se um processo que levou a abertura de linhas de crédito dos bancos internacionais e possibilidade de empréstimos aos governos dos países de capitalismo dependente, com ênfase para os países da América Latina. Nesse sentido, é importante a apreensão de que esta dinâmica levou ao aumento da dívida pública, visto que foram criados mecanismos de endividamento dos Estados, que refletem na divisão do fundo público.²² Porquanto para custear a dívida pública, uma maior parte do orçamento público passa a ser destinada para este custeio, conseqüentemente, reduz-se a quantidade de dinheiro público aplicada na área social. Logo, diminuem-se os investimentos financeiros nas políticas sociais. Diante disso, o processo de luta social orquestrada pela classe trabalhadora na disputa do fundo público, ou seja, pela ampliação do orçamento público em prol de seus interesses, faz-se necessário.

De acordo com Iamamoto (2010), o processo de financeirização vincula-se a um modo de estruturação da economia mundial, marcado pelo fetichismo dos mercados financeiros. Isso remete ao fato de que a esfera das finanças é alimentada pela esfera produtiva, sendo assim, não gera riquezas em sua essência. Nessa conjuntura, ocorre a mundialização da economia, a qual se encontra fundamentada nas fusões e aquisições de empresas a nível transnacional, em um contexto de desregulamentação

22 Nos termos de Salvador (2010, p. 607): “O fundo público envolve toda a capacidade de mobilização de recursos que o Estado tem para intervir na economia, além do próprio orçamento, as empresas estatais, a política monetária comandada pelo Banco Central para socorrer as instituições financeiras etc. A expressão mais visível do fundo público é o orçamento estatal. No Brasil, os recursos do orçamento do Estado são expressos na Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada pelo Congresso Nacional”.

No contexto do capitalismo monopolista, o orçamento público constitui um espaço de luta política, onde se desenvolve uma disputa entre os interesses das classes sociais fundamentais em torno da riqueza socialmente produzida (SALVADOR, 2010; SOUZA FILHO, 2016).

e liberalização da economia. Caracteriza-se também pela associação das empresas industriais às instituições financeiras, “que passam a comandar o conjunto da acumulação, configurando um modo específico de dominação social e política do capitalismo, com o suporte dos Estados Nacionais” (IAMAMOTO, 2010, p. 108). Estas instituições são representadas por bancos, companhias de seguros, fundos de pensão, sociedades financeiras de investimentos coletivos e fundos mútuos.

Iamamoto (2010) destaca que o capital financeiro na esfera estrita das finanças nada cria, mas sim se apropria da riqueza criada na esfera produtiva, por meio da apropriação dos bens produzidos pela força de trabalho, ou seja, a esfera da finança se nutre da riqueza criada. No entanto, esta relação é encoberta pelo fetichismo da mercadoria, pois não se reconhece que as riquezas produzidas são, efetivamente, fruto da mobilização da força de trabalho.

Conforme ressalta Iamamoto (2010), outro componente que impulsiona a mundialização é o crescimento da dívida pública, a qual se vincula à desigualdade que há na distribuição de renda, em que ocorre uma menor carga tributária das altas rendas, em contrapartida há uma maior tributação que incide sobre os trabalhadores.

Nessa dinâmica, parte significativa do fundo público é direcionada para alimentar o mercado financeiro. Sendo assim, o Estado atende aos interesses de uma minoria, enquanto o ônus da dívida pública recai sobre a grande maioria dos trabalhadores, tanto ativos quanto inativos, uma vez que é aplicado um modelo de tributação regressiva, em que são aplicados tributos menores para altos rendimentos. Pode-se constatar assim que a forma de tributação é mais um dos mecanismos presentes na atual configuração do Estado capitalista que coloca em desvantagem a classe trabalhadora. Ressalta-se ainda que, este modelo de acumulação vinculado ao ideário neoliberal impulsiona o aumento das desigualdades sociais.

Nos países de capitalismo dependente a dívida pública assumiu uma dimensão que ocasionou a implantação de políticas de ajuste estrutural e deu largada a processos de desindustrialização em grande parte deles. “A dívida pública levou a um forte crescimento da dominação econômica e política dos países capitalistas centrais sobre os da periferia” (CHESNAIS, 2005, p. 40). Essa dívida, nos anos 1980, possibilitou a expansão dos mercados financeiros, e, nos últimos dez anos, promoveu a implantação das políticas de privatização nestes países.

Portanto, em conformidade com Chesnais (2005), a dívida pública destes países além de ter propiciado a instauração de políticas energéticas de ajuste estrutural, austeridade fiscal, liberalização e privatização, explicitando o ideário neoliberal, conseqüentemente provocou o aumento da pobreza, que se evidencia a partir da ampliação das expressões da “questão social”.

Então assistimos ao reaparecimento, nos países pobres, dos piores flagelos de desnutrição, até mesmo de fome, doenças e sobretudo de epidemias devastadoras.

Esses flagelos não são mais “naturais” do que o aumento de desempregados, de precarizados e dos sem-teto nos países da OCDE (CHESNAIS, 2005, p. 67).

Com as mudanças advindas da modificação no modelo de acumulação, atreladas à reestruturação produtiva, a financeirização e a mundialização do capital, acirra-se o processo de transferência de riqueza entre classes e categorias sociais, bem como entre países. Logo, intensifica-se a ampliação do desemprego estrutural, a precarização das relações de trabalho, as novas exigências de contenção salarial, a precariedade das relações de trabalho, a flexibilização das condições e relações de trabalho, assim como o desmonte dos sistemas de proteção social. Consequentemente, tal processo representa uma grande recessão no campo social (IAMAMOTO, 2010).

Tal apreensão inicial é fundamental para compreendermos o cenário em que se desenvolve o trabalho profissional do assistente social, uma vez que:

A reestruturação produtiva do capital e do trabalho, que reconfigura as relações, condições e organização do trabalho no capitalismo contemporâneo, atinge também o Serviço Social e seus trabalhadores e trabalhadoras nos serviços implementados pelas políticas sociais, onde exercem funções de execução, elaboração e gestão, atuando na mediação do acesso a direitos sociais da classe trabalhadora, principalmente das camadas mais subalternizadas (RAICHELIS, 2018, p. 168).

Posto isto, no item a seguir vamos enfatizar a apreensão da política social com base na perspectiva teórico-crítica, uma vez que esta embasa nossos estudos. Além do mais, esta compreensão faz-se necessária, considerando que o lócus de nossa pesquisa de campo é no âmbito de uma política social, que consiste em uma das mediações do trabalho profissional do assistente social, como veremos mais adiante.

1.2 AS POLÍTICAS SOCIAIS SOB O PONTO DE VISTA DA TEORIA SOCIAL DE MARX

Para compreendermos as políticas sociais na atualidade, é de suma importância resgatar seus fundamentos, bem como situar a partir de qual perspectiva se busca compreendê-las. Nesse sentido, o estudo das políticas sociais sob a ótica da teoria social de Marx possibilita uma análise crítica acerca das suas configurações no capitalismo.

Conforme já colocaram Behring e Boschetti (2011), o estudo das políticas sob o ponto de vista da teoria social de Marx se diferencia de todos os demais enfoques restritos ou unilaterais, os quais estão relacionados ao empirismo positivista e funcionalista e ao idealismo culturalista. Como já sinalizamos, esta teoria é pautada em um método crítico-dialético que possui uma perspectiva relacional. Ao analisar estas políticas como processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre o Estado e a sociedade civil, onde está presente o conflito

entre capital e trabalho, é possível interpretá-las de maneira desmistificada. Para isso, é importante compreender algumas concepções fundamentais de Marx.

Para as autoras antes citadas, o campo analítico da tradição teórica marxista permite problematizar o surgimento e o desenvolvimento das políticas sociais considerando toda a estrutura do modo de produção capitalista, no qual permeia a luta de classes, além de demonstrar todos os limites e possibilidades na produção do bem-estar neste modelo de sociedade. Esse tipo de análise surgiu com os estudos de Marx sobre a legislação fabril inglesa, e permearam até as produções mais recentes, sobretudo a partir dos anos 1970. Nesta análise que Marx fez sobre as legislações fabris da Inglaterra no século XIX, reconheceu que elas fazem parte da luta dos trabalhadores, representando uma vitória da economia política do trabalho ao impor limites ao capital, embora fossem insuficientes na superação da ordem burguesa.

Marx e Engels (1848, p. 23), ao elaborarem o Manifesto Comunista, já afirmavam que “a história de toda a sociedade até nossos dias é a história das lutas de classes”. Na sociedade do capital, trava-se uma luta entre aqueles que possuem os meios de produção, a propriedade privada, e aqueles que têm como alternativa de subsistência vender sua força de trabalho. O que revela o antagonismo entre capital e trabalho, entre dominadores e dominados, entre opressores e oprimidos. No modo de produção capitalista há uma divisão desigual da riqueza socialmente produzida, a qual se concentra nas mãos de uma minoria, os detentores do capital, enquanto a maioria da população que compõe a classe trabalhadora sofre os rebatimentos desta desigualdade, vivenciando em seu cotidiano as refrações da “questão social”. Mediante isso, a classe trabalhadora tem como alternativa se organizar e lutar por melhores condições de vida e pela ampliação de direitos via políticas públicas, bem como por transformações estruturais.

Sob a ótica marxista é possível compreender as políticas sociais em sua essência, considerando todo o contexto que as envolve e os elementos da totalidade, os quais se encontram articulados. Do ponto de vista histórico, é preciso relacionar o surgimento das políticas sociais com a “questão social”, uma vez que constituem um mecanismo para controlar suas refrações. Do ponto de vista econômico, faz-se necessário estabelecer relações da política social com as questões estruturais da economia e suas implicações para as condições de produção e reprodução da vida da classe trabalhadora. Do ponto de vista político, preocupa-se em reconhecer e identificar as posições tomadas pelas forças políticas em confronto, desde o papel do Estado até a atuação de grupos que constituem as classes sociais e cuja ação é determinada pelos interesses da classe em que se situam (BEHRING & BOSCHETTI, 2011).

A condição/possibilidade de implementar as políticas sociais relaciona-se aos movimentos da taxa de lucros e de extração/realização/apropriação da mais-valia socialmente produzida, à relação capital/trabalho, em sentido político e

econômico, e que estão na origem dos grandes ciclos econômicos de estagnação e expansão do capitalismo (BEHRING & BOSCHETTI, 2011, p. 44).

Para o capitalismo, há um limite mínimo e máximo para a concessão das políticas sociais, o mínimo seria a classe trabalhadora ter condições para que continue a se reproduzir e, assim, assegurar o processo de produção e reprodução, já o limite máximo seria não interferir no processo de acumulação ampliada do capital, no qual há a obtenção de lucros.

De acordo com Behring e Boschetti (2011) a análise a partir do enfoque dialético pressupõe que sejam considerados alguns elementos essenciais para entender o surgimento e desenvolvimento das políticas sociais. São eles: a natureza do capitalismo, seu grau de desenvolvimento e as estratégias de acumulação prevaletentes; o papel do Estado na regulamentação e implementação das políticas sociais; e o papel das classes sociais. Portanto, é impossível pensar no processo de surgimento e desenvolvimento das políticas sociais sem considerar a influência da política econômica e a essencialidade da luta de classes.

No âmbito político, Behring e Boschetti (2011) destacam que é fundamental apreender o papel do Estado quanto à criação das políticas sociais em um contexto marcado pela luta de classes entre os detentores de riquezas, representantes da classe dominante, e aqueles que necessitam dessas políticas devido à situação de pobreza na qual se encontram, reflexo do sistema desigual que é o capitalismo.

Conforme aborda Netto (2005a), só é possível pensar em política social pública nos marcos do capitalismo monopolista. É mediante a política social que o Estado burguês busca administrar as expressões da “questão social”. Esse processo é reflexo da funcionalidade do Estado ao capitalismo monopolista, visto que este assume o papel de “comitê executivo” da burguesia, atuando de modo a viabilizar as condições necessárias para o processo de acumulação e valorização do capital. Diferentemente do trato dado às expressões da “questão social” no capitalismo concorrencial, em que se continuam as lutas sociais da classe trabalhadora por meio da coerção e da repressão, no estágio do capitalismo monopolista, tais expressões, que se agudizam, passam a ser tratadas, além da força, no campo político, como forma de controle sobre as massas exploradas, representando assim uma antecipação do Estado mediante a ameaça de uma luta organizada da classe trabalhadora que possa interferir nos processos de acumulação. Portanto, “no capitalismo monopolista, *a preservação e o controle contínuos* da força de trabalho, ocupada e excedente, *é uma função estatal de primeira ordem*” (NETTO, 2005a, p. 26, grifos do autor).

Essas transformações ocorreram em um contexto de transição do capitalismo concorrencial para seu estágio monopolista, que consolidou três fenômenos, cujas raízes encontram-se no período “liberal”: a constituição do proletariado enquanto

“classe para si”,²³ o papel estratégico desempenhado pela burguesia como agente social conservador, e o peso específico das classes e camadas intermediárias (NETTO, 2005a).

Demarcar estes fenômenos é primordial para compreendermos que o reconhecimento das demandas da classe trabalhadora, por parte da classe dominante e do Estado, não ocorreu de forma isolada, mas num cenário de disputa entre interesses antagônicos. Isto posto, torna-se substancial demarcar o momento inicial em que o proletariado ascendeu como “classe para si”, visto que representa a emergência da classe trabalhadora no campo político de forma consciente, por intermédio de uma luta organizada por meio de instrumentos fundamentais: o sindicato e o partido proletário. Tal como descreveu Netto (2005a):

Em plano histórico-universal, as condições para a assunção do proletariado como classe para si se configuraram com os embates de 1848. As amargas derrotas sofridas pela classe operária (e, de fato, pelo conjunto dos trabalhadores), a que se seguiu pelo menos uma década de refluxo do seu movimento em escala euro-continental, destruindo todo um acervo de ilusões em relação quer às possibilidades de revolução segundo a tradição blanquista, quer aos arcos de aliança então viáveis – tais derrotas constituíram o material histórico a partir do qual a prática e politicamente, o proletariado começa a construir a sua identidade como protagonista histórico-social consciente. É nos anos sessenta que o refluxo mencionado se vê revertido – como o indica a fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores. Inicia-se então um largo processo, que só estará consolidado às vésperas da Primeira Guerra Mundial, pelo qual a classe operária urbana vai elaborar os seus dois principais instrumentos de intervenção sócio-política, o sindicato e o partido proletário (NETTO, 2005a, p. 51).

Tal processo é balizado, principalmente, pelo acontecimento da Comuna de Paris,²⁴ que representa a luta da classe trabalhadora e a sua primeira experiência histórica de tomada de poder. A partir deste processo, com o deslocamento da base do movimento operário revolucionário para a Alemanha, houve a configuração do sindicato e do partido proletário, que é perpassada por dois fenômenos: “a degradação

23 Embasados em Marx, Montaño e Duriguetto (2010, p. 97) expõem que: “Conforma uma classe para si aquela que, consciente de seus interesses e inimigos, se organiza para a luta na defesa destes”. Já por “classe em si”, compreende-se a “população cuja condição social corresponde com determinado lugar e papel no processo produtivo, e que independentemente de sua consciência e/ou organização para a luta na defesa de seus interesses, caracterize uma unidade de interesses comuns em oposição aos de outras”. Marx identificou que a passagem da “classe em si” para a “classe para si”, ocorreu entre 1830 e 1848, momento em que a classe trabalhadora se transformou em “sujeito autônomo, consciente de seus interesses e do seu antagonismo ao capital, e organizado para as lutas de classes”.

24 Para aprofundar os conhecimentos acerca desse acontecimento histórico, consultar a obra de Karl Marx: A Guerra Civil na França, 1871.

do nível de vida das grandes massas, no período, e a ponderação que as propostas oriundas do pensamento de Marx ganham então” (NETTO, 2005a, p. 52).

Além disso, conforme coloca Netto (2005a), o proletariado, em seu processo de organização político partidária e sindical, tem um papel de destaque na sociedade do capital entre a Comuna de Paris e a Primeira Guerra Mundial. Conforma-se um proletariado euro-ocidental alicerçado em um projeto político-social anticapitalista, com prospecção socialista e uma prática sindical-classista, nos marcos da transição do capitalismo concorrencial para a sua fase monopolista. Nesse contexto, confrontando-se com o proletariado,

[...] as frações burguesas mais dinâmicas veem-se obrigadas a respostas que transcendem largamente o âmbito da pura coerção, conformando mecanismos que contemplam eixos de participação cívico-política –, é deste confronto que, enfim, resultarão os parâmetros da convivência democrática que se estabilizou em boa parte das sociedades capitalistas desenvolvidas: nelas, o princípio democrático confundiu-se com as demandas dos trabalhadores (NETTO, 2005a, p. 55-56).

Além disso, a “questão social” é colocada no cerne do antagonismo entre capital e trabalho, que se evidencia através do confronto entre seus representantes (burguesia e proletariado). A “questão social” torna-se “objeto de intervenção revolucionária por agentes que se *auto-organizam* preocupados com a consciência dos fins e a ciência dos meios” (NETTO, 2005a, p. 56, grifo do autor).

Observa-se que a classe trabalhadora ganha espaço no campo político, a partir de um posicionamento contrário a ordem capitalista, em luta por melhorias nas condições de vida em todos os aspectos, além de vislumbrar uma transformação societária. Diante disso, a burguesia passa a enfrentar as lutas políticas das massas. Para isso, o Estado, enquanto “comitê executivo” da burguesia, cria formas de responder a determinadas expressões da “questão social”, através de políticas sociais, tendo como intuito a manutenção de sua hegemonia e direção ideológica. Ademais, estabelece os limites para a intervenção estatal, de modo que atenda, sobretudo, aos interesses da dinâmica econômica do capitalismo em sua fase monopolista.

É de grande relevância ressaltar o papel elementar das lutas de classes na constituição das políticas sociais, como respostas às sequelas da “questão social”. Tal como afirma Netto (2005a, p. 33): “Não há dúvidas de que as políticas sociais decorrem fundamentalmente da capacidade de mobilização e organização da classe operária e do conjunto dos trabalhadores, a que o Estado, por vezes, responde com antecipações estratégicas”.

O campo das políticas sociais é marcado por uma constante tensão que reflete os interesses antagônicos entre capital e trabalho. O Estado se responsabiliza politicamente por responder as demandas das classes trabalhadoras, que vivenciam as mazelas da “questão social”, mediante a elaboração de políticas direcionadas para determinadas

problemáticas; demonstrando assim, seu aspecto pontual e não de transformação estrutural, ou seja, não procuram tratar a causa das desigualdades sociais, mas, sim, atuar sobre suas expressões. Por conseguinte, como já sinalizado, o atendimento das demandas sociais se limitam a um nível de investimento que não comprometa o processo de acumulação de capital.

Logo, é preciso avaliar as ações e decisões do Estado, principalmente, em relação à condução das políticas econômica e social, avaliando quais têm sido mais privilegiadas por ele. Cabe destacar que o Estado vem retirando suas responsabilidades em relação à área social, cada vez mais, sobretudo, a partir da implantação do projeto neoliberal. Diante disso, cabe à classe trabalhadora se organizar e lutar para que o Estado garanta seus direitos sociais e invista em políticas públicas que atendam aos interesses da população.

Também é preciso analisar a dimensão cultural, a qual se encontra relacionada à política. É possível se utilizar da cultura para disseminar uma ideologia que interessa a classe dominante e ao Estado. À vista disso, Behring e Boschetti (2011) apresentam a seguinte reflexão:

Se relacionamos as políticas sociais às estratégias de hegemonia, isso significa sua configuração a partir de uma direção intelectual e moral, que está imbricada aos projetos societários com implicações para a concepção e legitimidade de determinados padrões de proteção (BEHRING & BOSCHETTI, 2011, p. 45).

Os elementos aqui apresentados são fundamentais para compreensão da gênese e desenvolvimento das políticas sociais. Reafirmamos que tendo como referência a perspectiva marxista é possível afirmar que a política social é uma conquista da classe trabalhadora, que diante da pauperização tem como alternativa lutar por direitos na ordem vigente. A necessidade de haver estas políticas é fruto de uma sociedade capitalista marcada pela desigualdade social, na qual enquanto em um polo se acumula riqueza, em outro se generaliza a pobreza. A luta pela defesa das políticas sociais continua imprescindível, pois, por meio delas é possível conseguir algumas melhorias, mas cabe salientar que ela não é a solução para o fim da desigualdade social, pois esta é característica inerente ao capitalismo, o qual é fundamentado na exploração do capital sobre o trabalho.

1.3 AS POLÍTICAS SOCIAIS NO CONTEXTO NEOLIBERAL

O contexto atual do capitalismo, marcado pela reestruturação produtiva e crise do capital, é perpassado por um grande aumento da pobreza nos países capitalistas dependentes – e, também, nos países centrais. Paralelamente, ocorre uma reformulação das políticas sociais, que passam a assumir roupagens neoliberais. Laurell (1997) muito

bem descreve este cenário, marcado pela diminuição dos gastos públicos e acirramento da “questão social”:

A queda vertiginosa dos salários e o crescente aumento do sub e do desemprego na América Latina da última década leva ao reconhecimento unânime de que houve nesses anos um retrocesso social dramático; o problema revela-se no empobrecimento generalizado da população trabalhadora e na incorporação de novos grupos sociais à condição de pobreza ou extrema pobreza. Observa-se simultaneamente uma redução considerável nos gastos sociais, o que indica uma redução dos serviços sociais públicos e dos subsídios ao consumo popular, contribuindo para deteriorar as condições de vida da maioria absoluta da população, incluindo amplos setores das camadas médias (LAURELL, 1997, p. 151).

Neste sentido, é importante situar que como alternativa a crise do capitalismo, os neoliberais trouxeram propostas para sua resolução que ocorreria através da diminuição da intervenção estatal na área social, já que consideravam que seu intervencionismo é antieconômico e antiprodutivo. A proposta neoliberal aponta para a reconstituição do mercado, da competição e do individualismo. Esta coloca como uma de suas premissas ideológicas a não intervenção direta do Estado na economia – entretanto, intervém na economia quando se trata de atender aos interesses do capital –, bem como a redução das funções associadas ao bem-estar social. Vale ressaltar que os programas de ajuste estrutural têm como uma de suas finalidades viabilizarem um crescimento econômico.

Conforme expressa Laurell (1997), no âmbito do bem-estar social os neoliberais argumentam que o Estado deve ter uma intervenção apenas com a intenção de garantir os mínimos sociais, de modo a amenizar a pobreza, responsabilizando a sociedade civil por desempenhar essa função. “Rechaça-se o conceito dos direitos sociais e a obrigação da sociedade de garanti-los através da ação estatal. Portanto, o neoliberalismo opõe-se radicalmente à universalidade, igualdade e gratuidade dos serviços sociais” (LAURELL, 1997, p. 163).

Para que haja essa redução da ação estatal nesse campo, é de orientação neoliberal que os governos atuem de maneira que consigam privatizar o financiamento e a produção dos serviços; reduzir os gastos sociais, através do corte de programas e contração de benefícios; focalização dos gastos para os considerados mais pobres; e, ademais, a descentralização em nível local. Esta dinâmica leva ao aprofundamento do processo de pauperização, assim como a uma intensa polarização entre ricos e pobres (LAURELL, 1997).

Este cenário leva a conformação de políticas sociais precarizadas, que não atendem as reais necessidades da população, e faz com que a maior parte do orçamento

público seja destinada ao pagamento de juros e amortizações da dívida.²⁵ Desse modo, conformam-se políticas sociais seletivas e fragmentadas, direcionadas aos mais pobres da sociedade, mediante a centralização e “enxugamento” dos gastos sociais. Esta configuração das políticas sociais evidencia “a retirada dos fundos públicos para o financiamento de benefícios sociais universais” (LAURELL, 1997, p. 172).

O processo de empobrecimento ocasionado pelas medidas econômicas adotadas pelos governos de cunho neoliberal, concomitantemente ao ataque aos direitos sociais e trabalhistas, tem levado a uma insatisfação por parte da população e a conformação de uma resistência política organizada. Nesse sentido, há um tensionamento por parte da classe trabalhadora sobre o Estado, mediante isso, este usa como estratégia a concessão de benefícios e programas estatais através das políticas sociais, objetivando a manutenção do controle social. Todavia, esses programas e benefícios são básicos e servem apenas para atenuar a pobreza, sendo estes orquestrados pelos organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, tendo como finalidade explícita a garantia dos níveis mínimos de alimentação, saúde e educação para a população (LAURELL, 1997).

Behring (2009, p. 09) aponta que “as políticas sociais entram, neste cenário, caracterizadas como: paternalistas, geradoras de desequilíbrio, custo excessivo do trabalho, e, de preferência, devem ser acessadas via mercado, transformando-se em serviços privados”. Nesta perspectiva, ganham destaque as tendências de desresponsabilização e desfinanciamento da proteção social pelo Estado, onde este transfere suas responsabilidades com a esfera social para a sociedade civil.²⁶

Para a política social, assim, a grande orientação é a *focalização das ações*, com estímulo a fundos sociais de emergência, aos programas compensatórios de transferência de renda, e a mobilização da “solidariedade” individual e voluntária, bem como de organizações filantrópicas e organizações não governamentais prestadoras de serviços de atendimento, no âmbito da sociedade civil (BEHRING, 2009, p. 11, grifo do autor).

Nesse contexto marcado pelo neoliberalismo, em concordância com Draibe (1993), pode-se reafirmar que ocorre a conformação de um Estado mínimo, no qual se muda a concepção de cidadania, pois se passa a adotar medidas que atendem somente uma parcela da população que é considerada carente. Sendo assim, os gastos

25 Nos Estados latino-americanos, por exemplo, mediante um cenário marcado pela crise fiscal, relacionada ao aumento da dívida pública, houve um redirecionamento dos gastos públicos. Para garantir o pagamento desta dívida, foram criados programas de ajuste com o intuito de diminuir o déficit público, sendo que em um cenário de cortes, a área mais prejudicada foi a de cunho social (LAURELL, 1997). No contexto mundial, vale ressaltar que a Europa também passou por um momento de crise seríssima, onde ganhou destaque a crise financeira da Grécia.

26 É importante ressaltar que a mercantilização e refilantropização dos serviços públicos, vão impactar também no trabalho dos assistentes sociais.

sociais são direcionados por meio de benefícios e serviços para os mais pobres, não possuindo assim, um viés universalista.

De acordo com Behring (2009), as transformações engendradas no âmbito do Estado e da sociedade civil, reflexos da adesão ao neoliberalismo, representam conjuntamente uma grande ofensiva ideológica em curso. Como estratégia ideológica e cultural para assegurar a hegemonia deste modelo, pode-se afirmar que há a utilização da mídia para disseminação de seus ideais e adquirir controle sobre a sociedade. Apesar de a mídia apresentar como aspecto positivo a possibilidade de aproximação com diferentes povos e culturas, ela “também amplia o poder dos grupos manipuladores de informações, contribuindo para o surgimento de valores totalitários, comportamentos irracionais e a expansão das formas de alienação” (SIMIONATTO, 2009, p. 10).

Além disso, o neoliberalismo reforça a ocultação da real natureza dos processos presentes na sociedade capitalista, em que ocorre uma transformação das relações entre pessoas em relações entre coisas, transformando-se tudo em mercadoria.

O ambiente neoliberal potencializa o fetiche da mercadoria e a reificação, já que o caráter das relações sociais aparece ainda mais ocultado pelo espetáculo, pela difusão massificada do governo das coisas sobre os homens, com o que se aprofunda a alienação dos mesmos sobre a sua condição material e espiritual (BEHRING, 2009, p. 12).

Posto isso, é importante destacar que com o avanço do ideário neoliberal no país, a partir da década de 1990, juntamente ocorre uma redefinição dos espaços ocupacionais e das condições de trabalho, que sofrem os rebatimentos das transformações da esfera estatal no campo das políticas sociais, assim como das metamorfoses no mundo do trabalho (ANTUNES, 2011).

Corroborando com essa análise, Simionatto (2009) reflete que:

A alteração nos espaços ocupacionais e nas condições de trabalho não somente redimensiona o “tipo de prática” e o “vínculo ocupacional”, mas modifica igualmente “os princípios sobre os quais se sustentam as respostas às expressões da “questão social” (MONTAÑO, 2002, p. 248). As mudanças na esfera pública estatal, mediante a diminuição de investimentos na área social, a subordinação das políticas sociais às dotações orçamentárias e a ampliação do campo profissional nas chamadas instituições do “terceiro setor”, têm fortalecido o caráter compensatório, seletivo e fragmentário das políticas sociais, inviabilizando a concretização dos direitos sociais e sua universalização, necessárias ao efetivo exercício da cidadania (SIMIONATTO, 2009, p. 17).

Nesse sentido, vale ressaltar que:

O capitalismo não gera apenas a desigualdade, mas todo o aparato cultural e ideológico para aceitação da mesma como sendo natural. Com as mudanças

estruturais ocorridas na organização do trabalho – a passagem do fordismo à acumulação flexível – temos a mudança no modo de produção da vida social, em que o tempo de vida disponível das pessoas está também atravessado pela lógica do trabalho estranhado. Toda a vida do trabalhador pertence, assim, ao capital (JACINTO²⁷, 2017, p. 81).

Considerando os elementos expostos, podemos constatar que compreender a forma de configuração das políticas sociais nos marcos do neoliberalismo, e analisá-las criticamente, é de significativa relevância. O processo de precarização e “enxugamento” do setor público trazem rebatimentos sobre o espaço sócio-ocupacional em que se inserem os profissionais, os quais têm que lidar diretamente com a seletividade das políticas sociais frente às inúmeras demandas colocadas pelos usuários, que vivenciam as expressões da “questão social”. Ademais, essa conjuntura impacta diretamente nas condições de trabalho do assistente social.

Apesar desse contexto desfavorável, característico da lógica destrutiva do capital, as políticas sociais continuam representando um espaço privilegiado de atuação dos assistentes sociais, por meio das quais podem ser traçadas mediações direcionadas para atender, majoritariamente, aos interesses da classe trabalhadora. Tais mediações tornam-se possíveis, por exemplo, em decorrência de que: “O assistente social opera e gestiona os serviços apensos às políticas públicas e sociais, identificando demandas de atendimento, construindo diagnóstico, estabelecendo propostas analíticas e interventivas” (TORRES, 2015, p. 05). Além disso, como destaca Yazbek (2009), a política social é uma mediação fundamental para que os usuários tenham acesso aos direitos.

Considerando que nesta produção há o estudo da dimensão socioeducativa do trabalho profissional do assistente social no âmbito da política de assistência social, visto que o locus da pesquisa de campo já realizada são os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de Juiz de Fora/MG, é de suma importância a apreensão das características das políticas sociais, sobretudo das especificidades da política de assistência social.

1.4 AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

É fundamental compreendermos como a política de assistência social se configura atualmente no Brasil, bem como suas principais características, considerando os traços peculiares da formação social brasileira e a conjuntura socioeconômica e política do país.

Historicamente, a assistência social foi marcada por ações de caridade, benemerência e favor (MESTRINER, 2001). Nesse sentido, pode-se afirmar que a

27 Nos referenciamos a autora Adriana Giaqueto Jacinto, como “JACINTO”, e, também, como “GIAQUETO”, de acordo com a referência bibliográfica apresentada na bibliografia consultada.

execução da assistência social sempre esteve vinculada às ações da filantropia. Com isso, reproduziu-se durante anos relações de favor, de dependência e baseadas no clientelismo no trato da “questão social”. Esses aspectos, presentes na conformação histórica da assistência social no Brasil, trouxeram impactos para a atual percepção das ações desenvolvidas neste âmbito da proteção social, que podem ser associadas à ideia de favor em detrimento da noção de direitos.

No decorrer dos anos, observa-se que a assistência social foi tratada a partir da imbricação entre o público e o privado, onde permaneceu a configuração de um Estado que atende minimamente aos interesses sociais. Vale ressaltar que, na história brasileira, inicialmente, as instituições vinculadas à caridade eram as principais responsáveis por atenderem as mazelas da “questão social”. Posteriormente, a partir do desenvolvimento do capitalismo no país, o Estado passou a assumir maiores responsabilidades por esta área, visto que era necessário criar mecanismos para conter o empobrecimento e exercer o controle sobre a massa de trabalhadores. Todavia, sempre manteve intacta a relação com as organizações da sociedade civil, a qual foi se redesenhando e assumindo novas bases no decorrer do tempo.

Somente a partir da promulgação da Constituição Federal em 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, que a assistência social adquiriu caráter de política pública, passando a compor o tripé da seguridade social, ao lado da saúde e da previdência social. Tal como expressa a legislação, a assistência social é destinada a quem dela necessitar, enquanto a saúde é um direito de todos e a previdência social possui caráter contributivo.

A inserção da assistência social no rol dos direitos sociais, assegurados pela Constituição de 1988, representa um marco na história do país, assim como uma grande conquista da classe trabalhadora, que passa a ter acesso a uma série de serviços e benefícios assistenciais previstos em lei. Pode-se afirmar assim, que os avanços decorrentes desta Constituição foram de suma importância para a população brasileira.

Cabe destacar que essas conquistas refletem um processo de lutas sociais. Ademais, é fundamental compreender que:

[...]o momento político que marcou a definição da Seguridade Social na Constituição de 1988 deve ser reconhecido como expressão de resistência e autonomia dos setores progressistas da sociedade brasileira, já que o cenário internacional era adverso a qualquer iniciativa de intervenção social do Estado em face das críticas neoliberais ao Welfare State nos países desenvolvidos (MOTA, 2009, p. 138).

Nesse curso, na década de 1990, com a adesão do país ao modelo neoliberal houve a reforma de Estado, que trouxe como consequência o sucateamento das políticas públicas através da redução dos gastos sociais. Dessa forma, os avanços adquiridos com a promulgação da Constituição Federal passaram por limitações. Nesse contexto, Moljo (2005) aponta que a cultura política do Estado se transformou em

uma cultura despolitizada, na qual se passou a tratar os “problemas sociais” de forma imediatista, dentro de uma lógica de produtividade, redução dos gastos e via esfera privada. Promovendo assim, uma focalização e setorização na política de assistência social.

Além disso, vale acrescentar que:

No Brasil, o enfrentamento da “questão social”, somado à falta de fundos sociais é subsumido às proposições neoliberais que preconizam o “Estado Mínimo”, caracterizando o fenômeno da refilantropização da assistência, pois o governo transfere a responsabilidade de solucionar os impactos da política de ajuste exigida pelo FMI e o Banco Mundial para a sociedade civil (SITCOVSKY, 2009, p. 162).

Nesse sentido, a ideia de estabelecer uma rede socioassistencial com parcerias com instituições da sociedade civil, apresenta-se como maneira de assegurar o funcionamento e a prestação dos serviços públicos (SITCOVSKY, 2009).

É nesse mesmo cenário que, conforme analisa Mota (2009), a assistência social se tornou a principal estrutura de proteção social brasileira. Ao fazer uma análise comparativa entre as políticas que compõem a seguridade social, no período entre os anos 1990 e 2000, a autora identifica uma unidade contraditória entre elas, em que há um enfoque central na assistência social (com ênfase nos programas de transferência de renda),²⁸ enquanto as políticas de saúde e previdência são impactadas pelo processo de mercantilização e privatização.

Apesar da inserção do país num contexto adverso, marcado pela ofensiva neoliberal, foram criados mecanismos para efetivação da política de assistência social. Cabe destacar como mecanismos de grande impacto a criação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993, que regulamentou e materializou os artigos da Constituição Federal sobre a assistência social; e a institucionalização da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004 que instituiu o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005, que representaram avanços elementares na trajetória histórica da assistência social brasileira.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), nº 8.742 de 1993, determina normas e critérios para a organização da assistência social e a regulamenta, sendo assim, fundamental para operacionalização desta política. Em seu artigo primeiro, em concordância com o disposto na Constituição Federal, define que:

28 Os programas de transferência de renda possuem centralidade nesta política, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o programa social Bolsa Família. Demonstrando assim, a necessidade de complementação da renda familiar, ou até mesmo a ausência dos meios de subsistência, em decorrência, por exemplo, do desemprego, fenômeno vivenciado por diversas famílias brasileiras. É importante ressaltar o caráter focalizado, seletivo e fragmentado presente na política, destoante de uma perspectiva de universalização.

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993, p. 01).

Com o intuito de prover recursos financeiros e meios para a operacionalização dos serviços, benefícios, programas e projetos da assistência social, bem como financiar o Benefício de Prestação Continuada, foi instituído pela LOAS o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS). Esse financiamento será realizado pelo FNAS, bem como a partir de recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das seguintes contribuições sociais (expressas no artigo 195 da Constituição Federal): dos empregadores, incidente sobre a folha de salários, o faturamento e o lucro; dos trabalhadores; e sobre a receita de concursos de prognósticos.

A política de assistência social encontra-se destinada para a massa populacional mais empobrecida e que precisa recorrer ao Estado para garantir o acesso aos mínimos sociais. Com a justificativa de garantir o atendimento às necessidades básicas da parcela da população público-alvo desta política identificamos a normatização da associação entre a iniciativa pública e a sociedade civil, a qual também pode prestar serviços nesta área, desde que atenda aos requisitos previstos em lei.

Posto isso, é importante destacarmos o contexto de implementação da LOAS, em que as ações relacionadas a assistência social, como aponta Sitcovsky (2009, p. 160) eram fundamentadas “na solidariedade, na atuação filantrópica e nas ações do terceiro setor”, tendo como principal exemplo o Programa Comunidade Solidária, criado no governo de Fernando Henrique Cardoso, que chegava a ter mais recursos que o próprio Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS). Posteriormente a este programa, no primeiro governo Lula (iniciado em 2003), foi criado o Programa Fome Zero, que, de certa forma, dava continuidade a esta lógica de solidariedade, pois não possuía nenhum conteúdo classista. Observar estes aspectos é fundamental para identificarmos que apesar dos avanços que a institucionalização da política de assistência social trouxe para a sociedade brasileira, ainda existem muitos traços vinculados à perspectiva de filantropia a serem rompidos.

Vale retomar que são inegáveis os rebatimentos negativos da inserção do país na agenda neoliberal para a operacionalização e efetividade da política de assistência social. No que diz respeito às condições de trabalho e recursos humanos, o MDS elaborou a seguinte avaliação:

Como consequência da concepção de Estado mínimo e de política pública restritiva de direitos, deu-se a precarização do trabalho e a falta de renovação de quadros técnicos, criando enorme defasagem de profissionais qualificados; com um enorme contingente de pessoal na condição de prestadores de serviços, sem estabilidade de emprego, sem direitos trabalhistas e sem possibilidade de

continuidade das atividades. Essa é uma realidade geral, encontrada tanto em nível nacional, estadual e municipal (BRASIL, 2005, p. 14).

Mediante esse cenário, ocorreu a reação das forças progressistas em contraposição à refilantropização e ao voluntarismo da assistência social. Conforme analisam Mota, Maranhão e Sitcovsky (2009, p. 185):

Essa resistência, da qual participou ativamente a categoria dos Assistentes Sociais, se deu nos espaços das conferências, dos fóruns, da atuação dos conselhos, dentre outros. Foi neste ambiente de resistência que surgiram propostas de redefinição das políticas de assistência e do seu modelo de gestão, o que veio a ser, em grande medida, incorporado ao SUAS.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada em 2004, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com a participação da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), atuantes em sua elaboração, representa uma redefinição da política de assistência social, trazendo como proposta a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A PNAS expressa as deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social – realizada em Brasília, em dezembro de 2003 – e materializa as diretrizes da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Sendo assim, podemos considerar que a aprovação da PNAS e a elaboração do SUAS foram grandes ganhos para esta política, visto que traz elementos fundamentais para sua operacionalização e aprimoramento, bem como sua afirmação enquanto política pública no âmbito da seguridade social brasileira.

Além disso, cabe enfatizar que propõe um sistema descentralizado e participativo, que visa a participação popular, a autonomia da gestão municipal, a potencialização da divisão de responsabilidade e do cofinanciamento entre as esferas do governo e a sociedade civil. Assim como, afirma a importância da identificação das desigualdades territoriais existentes para uma melhor configuração da política (BRASIL, 2005).

A PNAS define como seu público usuário “cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos” (BRASIL, 2005, p. 33). Está fundamentada em princípios democráticos e sua organização, em consonância com o disposto na Constituição Federal de 1988 e na LOAS, apresenta como diretrizes:

I - Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais;

II – Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

III – Primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo;

IV – Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos (BRASIL, 2005, p. 32-33).

Estas diretrizes refletem os objetivos estabelecidos pela PNAS, que visam atender às necessidades da parcela populacional que constitui público-alvo da assistência social, bem como atuar numa perspectiva de universalização de direitos. São eles:

Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem.

Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural.

Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2005, p. 33).

Conforme estabelece a PNAS, a assistência social é composta por dois tipos de proteção social: a básica e a especial. A primeira tem caráter preventivo, enquanto a segunda é acionada quando já existe a situação de risco e/ou violação dos direitos.

A proteção social básica tem como objetivo prevenir situações de risco e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, destinando-se a indivíduos e famílias em situação de “vulnerabilidade social” devido à pobreza, à privação e/ou à fragilização de vínculos afetivos e relacionais, assim como de pertencimento social. Com esta finalidade, é de suma relevância os serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito desta proteção, estejam articulados com as outras políticas públicas locais, e, também, com a proteção social especial. Haja vista que, o estabelecimento de uma rede de serviços ampla e eficiente colabora para a prevenção de situações de risco e propicia maior agilidade no fluxo de encaminhamentos (BRASIL, 2005).

Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), equipamentos da proteção social básica, são responsáveis por executar de forma direta os serviços da proteção social básica, por isso são considerados como porta de entrada para a assistência social.²⁹ Tal como define a PNAS:

O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, é uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que abrange um total de até 1.000 famílias/ano. Executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social (BRASIL, 2005, p. 35).

29 Cabe ressaltar que, também, existem outras unidades básicas e públicas de assistência social que compartilham essa função. Além disso, determinados serviços poderão ser executados de forma indireta, em entidades e organizações de assistência social que fazem parte da área de abrangência desses equipamentos de proteção social básica (BRASIL, 2005).

A PNAS especifica as funções que são de responsabilidade do CRAS, dentre elas: atuar com as famílias e indivíduos referenciados, estimulando o convívio sociofamiliar e comunitário; prestar informações e orientações para a população; articular-se com as redes de proteção social local visando assegurar os direitos de cidadania; realizar o mapeamento e a organização da rede socioassistencial de proteção básica e promover a inserção das famílias nos serviços locais; fazer encaminhamentos para as demais políticas públicas e sociais da população usuária, quando necessário. Assim sendo, constituem-se serviços da proteção social básica,

aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam a convivência, a socialização e o acolhimento, em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho (BRASIL, 2005, p. 36).

Dentre os serviços que compõem a proteção social básica, acessados através dos CRAS, estão incluídos: o serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); o programa de inclusão produtiva e projetos de enfrentamento da pobreza; os Centros de Convivência para Idosos; os serviços para crianças de 0 a 6 anos; os serviços socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 6 a 24 anos; os programas de incentivo ao protagonismo juvenil, e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; os centros de informação e de educação para o trabalho, direcionados para jovens e adultos (BRASIL, 2005).

Já a proteção social especial destina-se a indivíduos e famílias que estão em situação de risco pessoal e social, decorrentes da violação de direitos, tais como: abandono, maus tratos, abuso sexual, situação de rua e situação de trabalho infantil. Além disso, subdivide-se em níveis de média e alta complexidade.

A proteção social especial de média complexidade direciona-se às famílias e aos indivíduos com seus direitos violados, em que os vínculos familiares e comunitários permanecem. Dentre os serviços que a compõe, podemos citar: Serviço de orientação e apoio sociofamiliar; Abordagem de Rua; Cuidado no Domicílio; Serviço de Habilitação e Reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência; medidas socioeducativas em meio-aberto, como a Prestação de Serviços à Comunidade e a Liberdade Assistida (BRASIL, 2005).

Já a proteção social especial de alta complexidade possui serviços que garantem a proteção integral, para famílias e indivíduos que tiveram seus vínculos rompidos e/ou se encontram em situação de ameaça, portanto, precisam ser retirados do convívio familiar e/ou comunitário. É composta por diversos serviços, tais como: Atendimento Integral Institucional; Casa Lar; Casa de Passagem; Albergue; Família Substituta;

Família Acolhedora; Medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade – semiliberdade, internação provisória e sentenciada (BRASIL, 2005).

Vale ressaltar que os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) são unidades públicas que se constituem como equipamentos de referência da proteção social especial.

Considerando os elementos expostos, pode-se afirmar que a elaboração do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi essencial para aprimorar a política de assistência social, haja vista que este sistema apresenta elementos substanciais e fundamentais para efetivação e operacionalização desta política. O MDS avalia que,

a Política Nacional de Assistência Social na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social ressalta o campo da informação, monitoramento e avaliação, salientando que as novas tecnologias da informação e a ampliação das possibilidades de comunicação contemporânea têm um significado, um sentido técnico e político, podendo e devendo ser consideradas como veios estratégicos para uma melhor atuação no tocante às políticas sociais e a nova concepção do uso da informação, do monitoramento e da avaliação no campo da política de assistência social (BRASIL, 2005, p. 14).

O modo de operacionalização da política de assistência social proposto por este sistema, quando é desenvolvido sob um viés de ampliação de direitos, pode potencializar a aproximação com a realidade dos usuários desta política e contribuir para a elaboração de ações que atendam de modo mais abrangente as demandas existentes. Nessa perspectiva, o SUAS pode ser identificado como uma forma de reafirmação da assistência social enquanto direito social via política pública.

O SUAS determina e dispõe os elementos substanciais para a execução da política de assistência social. Seus eixos estruturantes e de subsistemas são: matricialidade sociofamiliar (centralidade da família no âmbito das ações desta política); descentralização

político-administrativa e territorialização;³⁰ novas bases para a relação entre Estado e sociedade civil; financiamento (com fontes de custeio financiadas por toda a sociedade); mecanismos de controle social, onde há o desafio da participação popular; a política de recursos humanos, visando a capacitação dos trabalhadores, enfatizando sua atuação na esfera de viabilização de direitos; a informação, o monitoramento e a avaliação. Além disso, os serviços socioassistenciais são organizados pautados na vigilância social, na proteção social e na defesa social e institucional (BRASIL, 2005, p. 39).

Vale reafirmar que a ofensiva neoliberal impediu que houvesse uma maior abrangência dos benefícios e serviços assistenciais, assim como refletiu em uma ineficiente articulação em rede da política de assistência social com as demais políticas públicas – as quais foram submetidas a um processo de sucateamento. Demonstrando assim, uma intensificação da redução da intervenção estatal na área social. Podemos identificar aqui, o contexto contraditório em que ocorreu a institucionalização da assistência social enquanto política pública, bem como os desafios que se engendram.

Cabe destacar alguns acontecimentos atuais no cenário brasileiro que impactam o âmbito das políticas públicas, em especial as que compõem a seguridade social, como a política de assistência social. Inicia-se uma série de transformações marcantes na cena política brasileira: após o impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT), no fim de agosto de 2016, e ascensão à presidência do vice Michel Temer (PMDB), observa-se um novo reordenamento político, marcado por mudanças no governo que afetam diretamente os direitos sociais, representando um retrocesso. Dentre as medidas assumidas por este governo, podemos destacar a promulgação da

30 A territorialização permite identificar os problemas concretos nos diversos espaços territoriais, bem como criar estratégias para solucioná-los com maior precisão.

Segundo a PNAS, tendo como referência a definição estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os grupos territoriais são classificados em:

– municípios de pequeno porte 1: onde a população chega a 20.000 habitantes; possuem rede simplificada de proteção social básica, e não possuem demanda significativa para estabelecer equipamentos de proteção social especial;

– municípios de pequeno porte 2: cuja população varia de 20.001 a 50.000 habitantes; também possuem rede simplificada de proteção social básica, e não têm equipamentos de proteção social especial;

– municípios de médio porte: em que a população está entre 50.001 a 100.000 habitantes; apresentam uma rede mais ampla de proteção social básica, enquanto na proteção especial, há a probabilidade de ocorrerem demandas, com isso, há a possibilidade de estabelecerem serviços próprios dessa natureza ou de referência regional, abrangendo municípios de pequeno porte nas adjacências;

– municípios de grande porte: em que a população é de 101.000 habitantes até 900.000 habitantes; contam com uma rede socioassistencial mais complexa e diversificada, com serviços de proteção social básica e uma ampla rede de proteção especial nos níveis de média e alta complexidade; e

– metrópoles: são municípios com mais de 900.000 habitantes; além das características que se assemelham às grandes cidades, apresentam como dificultador os territórios de fronteira, que são zonas de limites que configuram a região metropolitana e sofrem, habitualmente, com a forte ausência de serviços públicos.

Para mais informações consultar o documento do MDS que versa sobre a PNAS/2004 e a NOB/SUAS (BRASIL, 2005, p. 45-46).

Emenda Constitucional nº 95/2016, a qual limita por 20 anos os gastos públicos, esta representou “a escolha classista do governo em favor do ajuste fiscal comandado pelo setor rentista e que atinge visceralmente os direitos políticos, sociais e democráticos dos/das trabalhadores/as” (CFESS, 2016).

Posteriormente, já no ano de 2018, um partido de extrema direita ganhou as eleições presidenciais, gerando um cenário de incertezas. A partir da posse do presidente Jair Bolsonaro (PSL), em 2019, algumas mudanças complexas estão em pauta, como a Reforma da Previdência Social, em que se propõem a alteração de diversos benefícios previdenciários e, também, do Benefício de Prestação Continuada no âmbito da assistência social, que impacta, de modo negativo, a vida da população que necessita de tais benefícios para sua subsistência, sobretudo os segmentos populacionais mais empobrecidos. Além disso, a extinção do Ministério do Trabalho e a distribuição de suas pastas para outros Ministérios revelam um retrocesso no campo dos direitos sociais. Isto é mais perceptível ainda quando analisamos que parte da pasta do extinto Ministério do Trabalho foi direcionada para o Ministério da Economia, o qual é responsável pela Reforma da Previdência. Cabe destacar também a mudança da nomenclatura do Ministério de Direitos Humanos, que passa a ser denominado Ministério da Mulher, da Família e Direitos Humanos, tal mudança pode ser relacionada diretamente ao avanço de uma lógica conservadora.

Outra mudança de grande impacto social consiste na extinção do programa Bolsa Família, o qual foi criado durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), de que trata a Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004 (revogada); entrando em vigência seu substituto, denominado Programa Auxílio Brasil, instituído pela Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021. Este programa de transferência de renda traz regras e critérios distintos do anterior, gerando um cenário de incertezas quanto à possibilidade de exclusão de parte dos brasileiros que eram contemplados pelo Bolsa Família.

Reafirmamos que em um contexto marcado pela crise do capital, em que predomina o neoliberalismo, conformam-se políticas sociais cada vez mais fragmentadas, fragilizadas, setorializadas e focalizadas, as quais se direcionam para as parcelas mais pobres da sociedade (YAZBEK, 2014). Todas essas mudanças trazem diversos impactos sobre o trabalho profissional, uma vez que o assistente social atua junto às políticas sociais e tem como objeto de trabalho as expressões da “questão social”.

Nesse sentido, vale ressaltar que este aspecto focalizado e condicionalizado das políticas sociais apontam para a precarização e limitações postas pelo capital ao trabalho do assistente social, onde os profissionais, por vezes, são orientados pelas funções minimalistas da política de assistência social em contraposição aos princípios de universalização dos direitos sociais embasados no projeto ético-político da profissão (RAICHELIS, 2010).

Todavia, é importante reiterar que

[...] a assistência, enquanto uma estratégia reguladora das condições de reprodução social dos subalternos, é campo concreto de acesso a bens e serviços e expressa por seu caráter contraditório interesses divergentes, podendo constituir-se em espaço de reiteração da subalternidade de seus usuários ou avançar na construção de sua cidadania social (YAZBEK, 1993, p. 165).

Nesse cenário, marcado pelo avanço do conservadorismo, reafirma-se a lógica imposta pela reestruturação produtiva do capital, sendo assim, a atual conjuntura representa inúmeros desafios para a profissão mediante ao acirramento da “questão social” e as profundas metamorfoses no mundo do trabalho. Logo, apreendermos os elementos apresentados ao longo deste capítulo que dizem respeito aos aspectos que configuram o capitalismo na contemporaneidade, a reestruturação produtiva do capital, o avanço da lógica neoliberal, assim como as características das políticas sociais, tornam-se substanciais para pensarmos no trabalho profissional do assistente social, os desafios impostos em seu cotidiano de trabalho, e as possibilidades de atuação atreladas à dimensão socioeducativa da profissão, bem como esta se expressa.

Por fim, ressaltamos que na construção deste capítulo buscamos apresentar elementos que configuram o capitalismo na contemporaneidade, haja vista que compreender tal cenário é substancial para uma análise da realidade capaz de desvendar os fenômenos sociais em uma conjuntura marcada pelo avanço do neoliberalismo e pela reestruturação produtiva. Esta dinâmica societária culmina em impactos negativos sobre as políticas sociais, que passam por processos de focalização, seletividade, fragmentação, assim como impacta nos espaços sócio-ocupacionais em que o assistente social se insere e no trabalho profissional do assistente social, em um contexto de metamorfoses do mundo do trabalho. Logo, torna-se imprescindível apreender as circunstâncias em que se desenvolve o trabalho do assistente social, e pensar nas possibilidades de atuação profissional, considerando as potencialidades da dimensão socioeducativa. No capítulo seguinte apresentaremos elementos acerca da trajetória histórica da profissão, esforçando-nos em perceber como a dimensão socioeducativa se expressou ao longo deste período, assim como buscamos compreender o que caracteriza esta dimensão e os elementos centrais que se correlacionam a ela.

Apresentar uma abordagem acerca do Serviço Social e sua trajetória histórica é fundamental para compreendermos como o trabalho profissional do assistente social se configura na cena contemporânea. Ponderamos neste capítulo sobre alguns aspectos dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro, apontando a demanda pela profissão mediante ao acirramento das expressões da questão social, a qual reflete o processo de luta da classe trabalhadora. Neste percurso analítico, sinalizamos também que em sua gênese a profissão esteve vinculada à Igreja Católica, que possuía um direcionamento doutrinário, perpassamos, assim, as protoformas da profissão, considerando as principais modificações que foram ocorrendo ao longo de sua trajetória histórica até chegar ao processo de renovação do Serviço Social brasileiro. Neste processo de renovação se desenvolveram as seguintes vertentes: a perspectiva modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura. Além disso, versaremos sobre a profissão no contexto atual, discorreremos sobre o trabalho profissional, as dimensões constitutivas e, finalmente, acerca da dimensão socioeducativa do Serviço Social, enfatizando suas principais características.

2.1 AS BASES DE SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Para compreendermos o Serviço Social enquanto uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, bem como as suas configurações na atualidade, é de suma importância retomar os aspectos históricos da emergência da profissão no Brasil. Nesse sentido, a compreensão da “questão social” é substancial para refletirmos sobre o Serviço Social, visto que a profissão será demandada para atuar sobre as suas expressões. Conforme aponta Iamamoto e Carvalho (2006), pode-se identificar que o aparecimento da “questão social” e a

necessidade de um controle social³¹ sob as suas mazelas levaram a necessidade da implementação de uma profissão qualificada para atuar neste segmento.

O Serviço Social é uma profissão que se inscreve na divisão social e técnica do trabalho na sociedade capitalista, sendo partícipe do processo de reprodução das relações de classes e do relacionamento contraditório entre elas, dessa forma, a profissão se situa no âmbito da reprodução das relações sociais, ora reproduzindo os interesses da classe dominante, ora reproduzindo os interesses da classe trabalhadora, podendo atender majoritariamente uma ou outra classe. Vale ressaltar que, historicamente, o Serviço Social é demandado para atuar sobre as expressões da “questão social”, portanto, constituem-se objeto do trabalho profissional dos assistentes sociais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006).

Além do mais, Abreu e Cardoso (2009, p. 02-03) compreendem que “o Serviço Social, como profissão, inscreve-se na divisão sociotécnica do trabalho como uma atividade de cunho eminentemente educativo”.

Segundo Iamamoto e Carvalho (2006) a “questão social” tem seu aparecimento em consequência da generalização do trabalho livre num país anteriormente escravocrata. Considerando as peculiaridades da formação sócio-histórica brasileira, observa-se que a forma em que o trabalho livre se conforma e se generaliza no Brasil ocorre de maneira diferenciada dos países capitalistas desenvolvidos e centrais – como alguns países do continente europeu; em consequência, por exemplo, de seu passado marcado pela escravidão. Sendo assim, o processo de separação entre homens e meios de produção ocorre de modo distinto, fora dos limites da acumulação primitiva, como ocorreu em países europeus.

Enquanto trabalhador livre, o homem passa a vender sua força de trabalho – que se constitui como uma mercadoria – para a classe capitalista em troca de um salário que possibilita sua reprodução social. Em um estágio mais avançado de desenvolvimento do capitalismo, a venda da força de trabalho encontrar-se-á submetida à superexploração do capital. Iamamoto e Carvalho (2006, p. 126) ressaltam que: “Sua existência e reprodução só se tornam possíveis enquanto elemento de uma classe social, através da “verdadeira guerra civil” que trava com a classe capitalista para garantir e ampliar suas condições de existência”.

31 A forma de controle social que nos referimos inicialmente, diz respeito às estratégias instituídas pela classe dominante e o aparelho estatal, visando controlar a classe trabalhadora e suas ações, visando a manutenção da ordem social burguesa, de modo a ser funcional aos interesses capitalistas. É também uma forma de impor a adaptação dos sujeitos aos padrões da sociabilidade burguesa, numa lógica de disciplinamento e “enquadramento” dos indivíduos. Revelando assim, os aspectos conservadores que envolvem esta concepção inicial. Cabe ressaltar que, posteriormente, a utilização da expressão controle social tem um sentido diferenciado, visto que, vincula-se a inserção da sociedade nas esferas participativas junto à administração pública, em que há a participação popular. Dessa forma, de acordo com o contexto abordado, esta expressão tem significados antagônicos.

Iamamoto e Carvalho (2006) refletem que a partir do momento em que o processo de exploração abusivo sob o qual os trabalhadores são submetidos e a luta defensiva que estes elaboram, colocam-se para a sociedade burguesa como uma ameaça a sua hegemonia e aos valores que possui, pressupõe-se que o ente estatal crie determinadas medidas interventivas. Assim, o Estado se vê obrigado a criar uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, haja vista que surge a necessidade de criar mecanismos para o controle social da exploração da força de trabalho.

Nesse contexto, foram criadas as Leis Sociais³² para atender as demandas mais urgentes da classe trabalhadora, que vive em condições de vida degradantes e vivenciam diversas expressões da “questão social”. Iamamoto e Carvalho (2006, p. 126) ao descreverem sobre o desdobramento da “questão social”, afirmam que esta “é também a questão da formação da classe operária e de sua entrada no cenário político, da necessidade de seu reconhecimento pelo Estado e, portanto, da implementação de políticas que de alguma forma levem em consideração seus interesses”. Cabe ressaltar que a criação das Leis Sociais representou uma resposta às lutas dos movimentos sociais.³³

Sendo assim, a partir da implementação das Leis Sociais a “questão social” deixa de ocupar um segundo plano da história social, para aos poucos, ser reconhecida como centro das contradições presentes na sociedade. Além disso, a “questão social” começa a ser vista como reflexo da contradição antagônica entre burguesia e proletariado, e não apenas reduzida a uma contradição entre possuidores ou não de bens materiais, ricos ou pobres, dominantes ou dominados. Esta nova forma de reconhecimento acerca da “questão social” é proveniente do crescimento populacional da classe trabalhadora, bem como o fortalecimento da possibilidade de luta por seus ideais.

É nesse contexto histórico que se inicia a implantação do Serviço Social, que ocorreu atrelada à proposta inicial de grupos e segmentos de classe, tendo como principal propagadora a Igreja Católica. A legitimação do Serviço Social está relacionada

32 Conforme Iamamoto e Carvalho (2006, p. 126): “As Leis Sociais surgem em conjunturas históricas determinadas, que, a partir do aprofundamento do capitalismo na formação econômico-social, marcam o deslocamento da “questão social de um segundo plano da história social para, progressivamente, colocá-la no centro das contradições que atravessam a sociedade”. Além disso, a autora coloca que as Leis Sociais correspondem à parte mais importante da regulamentação jurídica do mercado de trabalho por meio do Estado.

33 Diante disso, é importante explicitar as duas faces inseparáveis que a evolução da “questão social” possui: “uma, configurada pela situação objetiva da classe trabalhadora, dada historicamente, em face das mudanças no modo de produzir e de apropriar do trabalho excedente, como frente à capacidade de organização e luta dos trabalhadores na defesa de seus interesses de classe e na procura de satisfação de suas necessidades imediatas de sobrevivência; outra, expressa pelas diferentes maneiras de interpretá-la e agir sobre ela, propostas pelas diversas frações dominantes, apoiadas no e pelo poder do Estado” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 79).

à demanda apresentada por esses grupos e frações que fazem parte das classes dominantes originalmente. Sendo assim, em sua gênese a profissão tem como especificidade maior a “ausência quase total de uma demanda a partir das classes e grupos a que se destina prioritariamente”, caracterizando-se, dessa forma, como uma imposição (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 127).

Logo, pode-se apreender que a gênese do Serviço Social no Brasil esteve vinculada à demanda da burguesia mediante a necessidade de controle da classe trabalhadora, assim como em decorrência do acirramento da “questão social”. Nessa conjuntura, é possível identificar a demanda por profissionais desta área como “estratégia da classe dominante para disciplinar e atenuar os males sociais advindos da expansão capitalista” (TORRES, 2015, p. 02). Além disso, em concordância com Paula (2016, p. 12) compreendemos que a profissão emergiu “como uma atividade que contribuiu para o bom funcionamento da sociabilidade burguesa, exercendo ações ‘educativas’ e ‘organizativas’ junto aos trabalhadores e suas famílias em nome da ‘boa moral’ e dos ‘bons costumes’”.

De acordo com Yazbek (2018), o pensamento doutrinário esteve fortemente presente na profissão em sua gênese, estando diretamente vinculado à Igreja Católica. Tal pensamento levou a profissão a aderir um caráter conservador e de apostolado, que abordava a “questão social” como um problema moral, possuindo um enfoque individualista, psicologizante e moralizador. Representado pelo pensamento social da Igreja, possui um viés de cunho humanista conservador, que se contrapõe as ideias liberais e socialistas. O pensamento conservador, também presente na profissão desde sua gênese, tem caráter restaurador, preservador, e de reafirmação da autoridade moral.

Torres (2015) nos apresenta a concepção da profissão neste período, bem como o que se esperava do trabalho profissional do assistente social:

A profissão é concebida tendo como fundamento a visão da dignidade humana, do relacionamento profissional construído como base nos processos de ajuda, dirigido às pessoas que enfrentam – de forma temporária ou permanente – dificuldades econômicas, de relacionamento, cabendo ao assistente social trabalhar visando o fortalecimento do “cliente” como pessoa humana. A premissa implícita é a do valor moral, dos comportamentos, das oportunidades, buscando identificar o mérito das pessoas, a capacidade dos usuários de superar seus problemas e fazer escolhas condicionadas às orientações dadas pelos profissionais (TORRES, 2015, p. 02-03).

Desse modo, identifica-se a requisição de assistentes sociais que executassem suas atividades profissionais voltadas para o disciplinamento e controle social, sob uma perspectiva conservadora, que se vincula ao viés doutrinador advindo da influência da Igreja Católica. Logo, a dimensão socioeducativa neste período assumia estas características, que se revelavam nas ações profissionais desenvolvidas no período

com um direcionamento de “ajustamento social” e da responsabilização dos sujeitos de transformarem a condição social na qual se encontravam.

Como vimos, a institucionalização do Serviço Social está interligada ao desenvolvimento da “questão social” e a necessidade de controle social. Conforme expressam Iamamoto e Carvalho (2006), as protoformas do Serviço Social no Brasil têm como marco inicial os grandes movimentos sociais protagonizados pelo proletariado no primeiro pós-guerra, que deram visibilidade para a “questão social” diante da sociedade.

A profissionalização do Serviço Social no país ocorreu gradativamente. Vale dizer que no início da década de 1930, o Serviço Social foi instituído como um departamento especializado da Ação Social, tendo como fundamento a doutrina social predominante no movimento católico, que demonstra a vinculação de sua gênese com a Igreja Católica. Ou seja, o Serviço Social emergente nesse período tem uma fundamentação doutrinária vinculada às ações desenvolvidas pela Igreja Católica, atuando numa perspectiva de adequação do indivíduo à sociedade, o que caracteriza a direção social e ideológica assumida pela profissão em sua gênese. Assim sendo, as ações profissionais de cunho socioeducativo desenvolvidas no referido período refletem o direcionamento assumido pela profissão.

Com a queda da República Velha, em 1930, de acordo com Iamamoto e Carvalho (2006), conformou-se uma conjuntura política e social marcada por uma crise de hegemonia entre as frações burguesas e a movimentação das classes subalternas, que propiciou a abertura de um campo significativamente amplo de intervenção na vida social para a Igreja. Ela desempenhou um papel significativo para a estabilidade do novo regime, além de despender esforços para obter a delimitação das áreas e competências de controle social e ideológico a seu favor, haja vista que tem como finalidade lograr posições concretas na sociedade civil. Nesse cenário, o Estado, representado pelo Governo Provisório, buscou o apoio da força disciplinadora da Igreja, objetivando assegurar seus campos privilegiados de intervenção. Com a promulgação da Constituição de 1934, os laços entre a Igreja e o Estado se tornaram mais estreitos, embora formalmente, houvesse uma cisão entre eles.

Vale dizer que no decorrer da década de 1930 surgiram importantes instituições que marcaram a trajetória histórica do Serviço Social. Como relatam Iamamoto e Carvalho (2006), em 1932, foi instituído o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), o qual é visto como manifestação original da profissão no Brasil.³⁴ Em 1936 foi criada a primeira Escola de Serviço Social pelo CEAS em São Paulo, a partir de uma iniciativa do Movimento Católico Laico, no entanto, não se pode deixar de

34 Vale ressaltar que o objetivo principal do CEAS consistia em oferecer uma formação teórica em consonância com a doutrina social da Igreja Católica, bem como aprofundar o conhecimento acerca dos “problemas sociais”.

ênfatisar que em sua essência, também foi fruto de uma demanda do Estado, que incorporou a formação técnica característica do apostolado social.

De acordo com Iamamoto e Carvalho (2006) determinadas instituições estatais passaram a apresentar um novo tipo de demanda, que representavam conquistas significativas, como a organização de Centros Familiares em bairros populares de São Paulo e a atuação do CEAS no Serviço de Proteção aos Migrantes. Vale ressaltar que o trabalho profissional continuava a ser realizado com o intuito de controle social, pois ainda não havia uma perspectiva crítica. Com isso, as ações socioeducativas permaneciam influenciadas pela lógica do enquadramento social e predominava uma forma de consciência alienada, visto que a profissão ainda não tinha um suporte teórico-metodológico e um direcionamento ético-político – fundamentados na perspectiva crítica – que lhe permitisse romper com as bases conservadoras que influenciavam o Serviço Social naquele momento.

A dimensão socioeducativa presente na profissão nesse período foi fortemente marcada por uma perspectiva de educação social que visava a adequação do indivíduo à sociedade, para isso, deveria ser desenvolvido um trabalho socioeducativo capaz de “ensinar” aos usuários como deveriam fazer para adequar-se ao modo de vida do capitalismo e como poderiam mudar suas condições de vida a partir de seus esforços pessoais. Exemplifica bem este processo a instituição da Seção de Assistência Social, em 1938, a qual trabalhava com a perspectiva de reajustamento do indivíduo ou grupos às condições definidas como normais de vida, o que demonstra uma lógica que visava integrar o indivíduo as normas da sociedade, numa visão de desajustamento social. Nessa lógica, “o método central a ser aplicado é definido como sendo o Serviço Social de Casos Individuais” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 175).

Cabe destacar que o Estado passou a demandar uma formação técnica especializada, uma vez que se responsabilizava pela gestão da assistência social. Nessa dinâmica, a Escola de Serviço Social foi impactada pelas mudanças de orientação que visavam atender à demanda do Estado, pressupondo uma adaptação desta formação. Mediante isso, conformou-se um terreno propício para o desenvolvimento da carreira profissional de assistente social, assim como, para a legitimação da profissão dentro da divisão social e técnica do trabalho.

Na década de 1940 ocorreu uma ampliação da base de composição de assistentes sociais, que passou a englobar parcelas da pequena burguesia urbana, deixando assim, de ser exclusividade das classes dominantes e “classe média alta”. Vale evidenciar que este contingente era representado majoritariamente por mulheres. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006).

As atividades desenvolvidas pelos assistentes sociais nesse período eram significativamente restritas, além disso, refletiam uma atuação doutrinária e extremadamente assistencial. Os profissionais deveriam atuar junto às famílias das

classes proletárias, realizando uma análise da situação familiar para identificar quais os encaminhamentos seriam necessários, como a colocação em empregos e a regularização da situação legal da família através do casamento.

Nesse contexto, os assistentes sociais já atuavam em diversos campos: enquanto pesquisadores sociais realizavam inquéritos familiares para conhecer as condições de vida do proletariado; no âmbito das empresas tinham como competência atuar na racionalização dos serviços assistenciais ou a sua implementação, desenvolver atividades de cooperativismo, ajuda mútua e organização de lares educativos, bem como realizar encaminhamentos para obtenção de benefícios da legislação social em órgãos da Previdência; no campo da saúde, as atividades desempenhadas eram embrionárias, relativas à puericultura e à profilaxia de doenças transmissíveis e hereditárias (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006).

A atuação prática desenvolvida pelos primeiros Assistentes Sociais estará, assim, voltada essencialmente para a *organização da assistência*, para a *educação popular*, e para a *pesquisa social*. Seu público preferencial – e quase exclusivo – se constituirá de famílias operárias, especialmente as mulheres e crianças. As visitas domiciliares, os encaminhamentos – de muito pequeno efeito prático, devido à carência de obras que sustentassem semelhante *técnica* – a distribuição de *auxílios materiais* e a *formação moral e doméstica* através de círculos e cursos, serão as atividades mais frequentemente desenvolvidas pelos primeiros assistentes sociais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 196-197, grifos dos autores).

Em síntese, a ação profissional dos assistentes sociais nesse período, que compreende o início da profissão, esteve vinculada a organização da assistência, a “educação popular” e a “pesquisa social”, apresentando como público-alvo prioritário as famílias operárias.

Tal como expressam Iamamoto e Carvalho (2006), no momento inicial da implantação e “tecnificação” do Serviço Social, havia um projeto de intervenção em vários âmbitos da vida do proletariado que almejava a reordenação do conjunto da vida social. Com o aprofundamento do capitalismo, constituíram-se diversas necessidades que pressupunham alterações na vida social. Assim, foram criadas exigências à classe trabalhadora e estratégias por parte do empresariado para manter o controle e assegurar a obtenção de mais-valia por meio da exploração da força de trabalho. Houve também a ampliação da incorporação da força de trabalho, com a inserção de mulheres, crianças e migrantes, levando ao aumento do contingente que compõem o exército industrial de reserva.

O projeto profissional dos assistentes sociais que vigorava nesse período apresentava como direcionamento o desenvolvimento de uma intervenção voltada para a reprodução material do proletariado, para a formação de uma “elite espiritual”, e para sua reprodução enquanto classe. Nesse sentido, os assistentes sociais atuavam

“transmitindo e buscando a adesão para sua visão de mundo e, conseqüentemente, negando qualquer perspectiva desviante de comportamento” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 213).

Sob esta ótica, Torres (2015, p. 04) faz alusão a algumas características da dimensão socioeducativa nesse período, ao reflexionar que: “O exercício profissional assumia um caráter educativo, voltado ao humanismo cristão, visando a eliminação das distorções apresentadas e/ou visíveis na vida social”.

Os elementos até aqui apresentados são de suma importância para compreendermos a gênese do Serviço Social no Brasil, a qual esteve vinculada a doutrina católica e as ideias positivistas, incorporando à profissão vários aspectos de cunho conservador, que a acompanhou por um longo período, que implicam na configuração da dimensão socioeducativa nesse momento. Além disso, observamos a demanda pelos assistentes sociais por parte de um Estado que tinha como principal objetivo o controle social, bem como um empresariado que visava a intervenção desses profissionais com o intuito de manter a ordem e sua produtividade.

Vale apontar que o desenvolvimento das grandes instituições sociais, com destaque para as que emergiram na década de 1940 – como a Legião Brasileira de Assistência (LBA), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Social da Indústria (SESI), e a Fundação Leão XIII – criou as condições que propiciaram uma ampliação do mercado de trabalho, exigindo formação, controle e moralização na atuação dos assistentes sociais. Isso possibilitou um desenvolvimento rápido do ensino em Serviço Social. Ao mesmo tempo favoreceu um processo de legitimação e institucionalização da profissão.

Pode-se afirmar, com base em Iamamoto e Carvalho (2006), que a atuação do Estado, mediante estas iniciativas, teve como principal objetivo regular as tensões entre as classes sociais, como um meio de inibir reivindicações. Contudo, foram essas mesmas iniciativas que contribuíram para a legitimação da profissão. Pois, a partir da atuação profissional dos assistentes sociais nestas instituições houve a possibilidade de romper, em certa medida, com os laços religiosos,³⁵ assim como contribuiu para a inserção no mercado de trabalho enquanto profissionais assalariados.

Conforme apresentam Iamamoto e Carvalho (2006), a preocupação social do empresariado com a área social iniciou-se com a desagregação do Estado Novo e o término da Segunda Guerra Mundial. A burguesia empresarial passou a atuar com o intuito de conter as possíveis ameaças sobre os mecanismos que intensificam o processo de acumulação, como a exploração da força de trabalho. Para isso, pode-se perceber que a classe dominante cria estratégias de controle sobre os trabalhadores, visando sua maior produtividade, assim como, identifica que algumas necessidades básicas devem ser supridas para a continuidade da reprodução da força de trabalho.

35 Todavia, não houve o abandono total destes laços religiosos.

Dentre os aspectos do empresariado nesse período, existem dois elementos que estão associados à implantação e ao desenvolvimento do Serviço Social, são eles:

O primeiro refere-se à crítica do empresariado à inexistência de mecanismo de socialização do proletariado, isto é, de instituições que tenham por objetivo produzir trabalhadores integrados física e psiquicamente ao trabalho fabril. [...]

O segundo aspecto a ser retido refere-se ao conteúdo substancialmente diverso da política assistencialista desenvolvida pelo empresariado no âmbito da empresa (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 136-138).

Percebe-se assim que o interesse principal do empresariado é o controle social dos seus trabalhadores, vislumbrando uma maior produtividade e aumento da taxa de exploração para que, conseqüentemente, amplie sua taxa de lucro. Dessa forma, identifica a importância de se ter um profissional que lhe dê suporte para assegurar o alcance desses objetivos. Sobretudo, a requisição de assistentes sociais estava vinculada a capacidade de executarem ações profissionais de cunho socioeducativo voltadas para este controle social.

Podemos considerar que:

A década de 1940 marcou o início de uma nova fase no Serviço Social brasileiro: o caráter de apostolado social vai sendo substituído gradativamente pelo da profissionalização. Desse modo, o Serviço Social vai se estruturando como profissão e não como um “braço” da Ação Social Católica, até então fundamental para a construção da intervenção e das respostas profissionais. Clarifica-se aí que o Serviço Social assume parcela do trabalho que visa a reforma social, enfatizando a necessidade de efetivar ações na esfera psicossocial. Assim, os limites estabelecidos nessa ação decorrem daqueles que mantêm a sociedade capitalista e a ordem social vigente como algo instituído e aceito socialmente (TORRES, 2015, p. 03).

No transcorrer dos anos 1940 houve a aproximação do Serviço Social brasileiro com a vertente tecnicista, a partir do contato com o Serviço Social norte-americano, vinculado ao aspecto conservador da teoria social positivista. Nesse contexto buscavam-se bases técnicas para embasar o trabalho profissional (TORRES, 2015).

Iamamoto e Carvalho (2006) apontam que o Serviço Social buscava a autojustificação e a legitimação da profissão, visando também o seu reconhecimento nos espaços institucionais. A realização de importantes congressos oficiais da categoria profissional entre os anos de 1945 e 1961 foi fundamental no processo de busca por atualização da profissão e sua consolidação.

Em 1947, o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) promoveu o I Congresso Brasileiro de Serviço Social, reunindo representantes das principais entidades particulares e governamentais associadas ao Serviço Social e à Assistência. Também tinha como intuito, promover uma preparação para o 2º Congresso Pan-Americano de Serviço Social, que aconteceu no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, em 1949, com o tema “O

Serviço Social e a Família”. Sendo que o 1º Congresso Pan-Americano de Serviço Social foi realizado no Chile em 1945, tendo como principal característica a afirmação da influência norte-americana no Serviço Social latino-americano (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006).

Cabe frisar que esses três congressos possuem características em comum, eles estavam relacionados com o incentivo ao uso de métodos relativos ao modelo de Desenvolvimento de Comunidade,³⁶ que refletem a influência dos diversos organismos no plano internacional. Foram espaços que possibilitaram a exposição de argumentações que reafirmam a importância da implementação do Serviço Social. Ademais, houve a participação de diversos intelectuais, de representantes de movimentos e entidades católicas, bem como de representantes de escalões importantes do aparelho estatal. Como analisam Iamamoto e Carvalho (2006, p. 338):

A presença desses intelectuais, desses representantes de movimentos e entidades católicas e de inúmeras agências do Aparelho de Estado, tem o sentido de prestigiar o meio profissional dos Assistentes Sociais, de reafirmar a legitimidade do Serviço Social, reafirmar seu alto valor social, exaltar seu caráter de profissão técnica que não abre mão de ser também um apostolado, de exaltar a vocação de servir etc. Isto é, de validar as práticas sociais desenvolvidas pelos Assistentes Sociais em sua intervenção junto à clientela das instituições sociais e assistenciais, isto é, junto ao proletariado.

36 O Desenvolvimento de Comunidade foi institucionalizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) após a Segunda Guerra Mundial, em um momento de deflagração da “Guerra Fria”, em que houve uma acirrada disputa ideológica – e, também, pela dominação política e econômica- liderada por duas grandes potências com ideologias antagônicas: Estados Unidos (representante do bloco capitalista) e União Soviética (líder do bloco socialista). O governo norte-americano, com receio de outros países aderirem às ideias socialistas e ter sua hegemonia ameaçada, criou estratégias através da atuação da ONU. Mediante isso, a ONU elaborou um plano de ações direcionadas para combater a pobreza e impulsionar o desenvolvimento nos países pobres, sobretudo aqueles localizados no continente latino-americano, como o Brasil. Sob esse viés, os programas implantados, principalmente de educação das massas, tiveram como real intencionalidade o “adestramento” da população aos interesses do capital. Na década de 1950, a ONU dedicou-se em sistematizar e disseminar o modelo de Desenvolvimento de Comunidade (AMMANN, 2013).

Vale ressaltar que, o empenho da ONU em difundir e concretizar o Desenvolvimento de Comunidade, de certo modo, pode contribuir para uma aproximação entre as Escolas de Serviço Social da América Latina. Em decorrência, por exemplo, das Missões enviadas pelas Nações Unidas a estas Escolas visando uma adequação técnica, haja vista que, o Serviço Social era uma das principais profissões que atuava neste modelo (MOLJO, 2014).

Especificamente no Brasil, o cenário no qual o Serviço Social começa a se aproximar do modelo de Desenvolvimento de Comunidade é assim descrito por Netto (1998, p. 137): “o quadro econômico-social do final dos anos cinquenta, em plena alavancagem da industrialização pesada, colocava demandas de intervenção sobre a “questão social” que desdobravam amplamente as práticas profissionais que os assistentes sociais brasileiros estavam cristalizando como próprias das suas atividades (basicamente concretizadas nos “processos” das abordagens individual e grupal). Donde, já então, o empenho profissional para desenvolver outras modalidades interventivas, com a assunção da abordagem “comunitária” enquanto outro “processo” profissional”.

Convém observar que a introdução do modelo de Desenvolvimento de Comunidade no Serviço Social, enquanto um instrumento para o trabalho profissional, tinha como intuito propiciar o consentimento irrefletido das classes subordinadas às estratégias determinadas pelo Estado (AMMANN, 2013). É importante refletir que

[...] o Desenvolvimento de Comunidade ortodoxo representa um instrumento ideológico de caráter acrítico, porquanto não questiona nem contesta as estruturas de poder, mas, contrariamente, opera como caudatário dessas estruturas, ratificando-as, reproduzindo-as e fortalecendo-as no bojo de cada bloco histórico vigente no Brasil.

As tentativas de construção de uma disciplina crítica e questionadora são em vários momentos sufocadas pelo Estado, de vez que tal postura não se tem afigurado “funcional” ao sistema (AMMANN, 2013, p. 243).

Torna-se evidente que nesse período o trabalho profissional do Serviço Social junto às famílias apresentava aspectos socioeducativos de cunho disciplinador, apresentando assim, um caráter socioeducativo fundamental para uma lógica moralizante e higienizadora. A profissão desempenhava “iniciativas em torno do despertar dos pais para a necessidade da moralização dos costumes e hábitos dos filhos e da família. Ações com perspectivas de melhoria do nível de higiene e saúde das demandas e de sua educação cívica eram também tidas como sócio-educativas” (ELIAS; OLIVEIRA, 2008, p. 66).

Além disso, os assistentes sociais que aderiram ao modelo de Desenvolvimento de Comunidade utilizavam como uma das técnicas a dinâmica de grupo, sua realização era direcionada por um referencial teórico-metodológico de cunho psicologizante, logo, as expressões da “questão social” que eram expostas pelos sujeitos participantes durante o grupo eram abordadas como problemas individuais. Demonstrando assim, que ainda não havia uma compreensão pela profissão dos fundamentos da “questão social” (PAULA, 2016).

No processo de desenvolvimento da profissão, a partir da década de 1960 houve a expansão da influência da ideologia desenvolvimentista. Nesse período, a profissão passou por profundas transformações, “modernizando-se’ tanto o agente como o corpo teórico, métodos e técnicas por ele utilizados” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 340). Paralelamente, houve uma ampliação das funções desempenhadas pelos assistentes sociais, passaram, por exemplo, a exercer tarefas de coordenação e planejamento. Os métodos de Grupo³⁷ e, principalmente, de Comunidade, ganharam destaque na atuação do Serviço Social. É preciso acentuar que foi num cenário mais

37 Para mais informações sobre o método de grupo conferir os estudos desenvolvidos pela autora Gisela Konopka, assim como a atual produção bibliográfica relacionada a esta temática da autora Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras.

amplo que estas condições se tornaram mais desenvolvidas, marcado pela expansão econômica e afirmação do desenvolvimentismo como ideologia dominante.

A ideologia desenvolvimentista em seu aspecto mais aparente e geral envolve a proposta de crescimento econômico acelerado, continuado, auto-sustentado. O problema central a resolver constitui-se em superar o estágio transitório do subdesenvolvimento e do atraso. A meta a atingir é a prosperidade, a grandeza material da nação, a soberania dela decorrente, a paz e a ordem social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 340-341).

Nos marcos da influência da ideologia desenvolvimentista, é importante ter clareza de que a aproximação do Serviço Social com o modelo de Desenvolvimento de Comunidade ocorreu, principalmente, por um viés conservador³⁸. Pode-se identificar que a utilização deste “método” de intervenção profissional estava relacionada ao desenvolvimento de atividades e ações profissionais que visavam atuar no campo da subjetividade dos sujeitos, no campo da consciência, objetivando sua adequação aos padrões burgueses e com o intuito de manter a harmonia social. Assim, requisitava-se que os profissionais desenvolvessem ações socioeducativas com um viés acrítico, no campo de reafirmação da ideologia dominante, o que revela a configuração de uma dimensão socioeducativa que não tinha como pressupostos contribuir para a formação de consciência crítica dos sujeitos.

Nesse contexto, de acordo com Ammann (2013) o Desenvolvimento de Comunidade colaborava com a exploração da força de trabalho, impedia a reflexão, a reivindicação e a atuação dos trabalhadores, tanto rurais quanto urbanos. Não possibilitando assim, que os trabalhadores tivessem compreensão acerca dos reais problemas que perpassavam seu cotidiano, vinculados ao processo de exploração do capital sobre o trabalho, que reflete em relações de dominação. Pelo contrário, contribuía para a permanência de uma consciência alienada.

O Desenvolvimento de Comunidade, visto como uma estratégia para o desenvolvimento econômico do país, conforme argumenta a Organização das Nações Unidas (ONU), tem como uma de suas diretrizes atuar junto às classes subdesenvolvidas. Nesse sentido Ammann (2013, p. 163-164) versa que:

Usando os termos do próprio Desenvolvimento de Comunidade, ele atua nas áreas e faixas econômica e socialmente mais carentes das populações urbanas e rurais. Não obstante, sua teoria, seus pressupostos, seus objetivos, sua direção e metodologia são definidos, não por aquelas faixas carentes, mas por grandes organismos nacionais e internacionais porta-vozes dos interesses das classes hegemônicas.

38 Também houve experiências interessantes que não tiveram um viés conservador, como veremos adiante.

Logo, depreende-se que a utilização deste modelo não parte das necessidades e interesses das classes subalternas para se pensar as ações a serem desenvolvidas, mas sim visa atender os interesses das classes hegemônicas, que foram as principais responsáveis pela introdução do Desenvolvimento de Comunidade. Sob esta lógica pressupõe-se que a atuação profissional esteja voltada para a “integração” dos sujeitos. Vale dizer que tais aspectos refletiam diretamente na configuração da dimensão socioeducativa no respectivo período histórico da profissão.

Conforme pode-se destacar que:

Historicamente, as práticas educativas desenvolvidas pelos assistentes sociais vinculam-se, predominantemente, à necessidade de controle exercido pelas classes dominantes, quanto à obtenção da adesão e do consentimento do conjunto da sociedade aos processos de produção e reprodução social consubstanciados na exploração econômica e na dominação político-ideológica sobre o trabalho (ABREU; CARDOSO, 2009, p. 01).

Assim, determinados aspectos que configuram a dimensão socioeducativa no referido período, refletem o direcionamento ideológico assumido pelo Estado e pelas classes dominantes, haja vista que a profissão ainda não tinha uma perspectiva crítica.

Vale dizer que o Serviço Social se beneficiou do projeto desenvolvimentista em determinados aspectos, como no que se refere a sua institucionalização enquanto profissão. Nesse mesmo período, houve a ampliação do campo de atuação dos assistentes sociais, e no campo do ensino, intensificou-se a influência norte-americana, em que havia uma maior aproximação da profissão com as linhas de psicologia e psiquiatria, no tratamento dos “desajustamentos psicossociais”. Além disso, o Serviço Social de Grupo passou a ter maior ênfase e o Desenvolvimento de Comunidade vivenciou um franco desenvolvimento (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006).

Em conformidade com Paula (2016), vale ressaltar que a partir da década de 1960, o Desenvolvimento de Comunidade (DC) desenvolveu-se a partir de outras experiências, originando três vertentes.³⁹ A primeira vertente inspirava-se no trabalho que se realizava na década de 1950, assim os profissionais e intelectuais que a compunha não possuíam um viés classista, tão pouco criticidade, apresentando uma visão reducionista. Desse modo, este segmento representava majoritariamente os interesses da classe dominante, uma vez que reproduziam e disseminavam a ideologia dominante.

Paula (2016) destaca que algumas modificações significativas ocorridas no início da década de 1960 criaram um cenário propício para a emergência das outras duas vertentes. Tais modificações originaram-se em um contexto de grande efervescência política, no qual o Movimento de Educação de Base – fruto do Desenvolvimento de Comunidade – assumiu novos direcionamentos ao se articular aos movimentos

39 Para conhecê-las e aprofundar esse debate consultar Ammann (2013) e Paula (2016).

sociais e ao sindicalismo rural, igualmente, tornou-se um difusor da cultura popular, ampliando seus alcances. A autora, referenciada em Ammann,⁴⁰ aponta que a partir disso conformou-se uma vertente que “extrapolou a perspectiva funcionalista e a visão localista do DC, concebendo a participação numa lógica macrosocietária”, além do mais “esse grupo defendia mudanças estruturais – especialmente pautadas nas reformas de base – por serem elas necessárias à expansão do capitalismo em nosso país” (PAULA, 2016, p. 93).

Também emergiu uma terceira vertente, a qual “foi responsável por provocar, entre os assistentes sociais, reflexões sobre a viabilidade histórica das propostas desenvolvimentistas e sobre o seu impacto no Serviço Social” (PAULA, 2016, p. 94). Paula (2016), baseada em Ammann, apresenta que esta terceira vertente foi composta por um grupo de profissionais e intelectuais que foram influenciados pelo Movimento de Educação de Base (MEB), o qual apesar de ter surgido a partir do Desenvolvimento de Comunidade tradicional, assumiu outros direcionamentos, ao ter se articulado com os movimentos sociais e com o sindicalismo rural. Esta vertente compreende as relações de dominação e antagonismo presentes na sociedade, diante disso, “a participação social é vista como luta por hegemonia e disputa ideológica” (PAULA, 2016, p. 94).

Assim sendo, em conformidade com Ammann (2013, p. 94), identifica-se que, a partir da década de 1960, o Desenvolvimento de Comunidade passou a ter também “um caráter político, crítico e classista”.

Considerando a trajetória histórica da profissão, é necessário sublinhar que no ano de 1961 foi realizado o II Congresso Brasileiro de Serviço Social, apresentando como tema central o “Desenvolvimento Nacional para o Bem-Estar Social”. Este II Congresso se desenvolveu numa conjuntura distinta da sua primeira edição, num contexto marcado pelo desenvolvimentismo apoiado em políticas populistas. Sua organização exemplifica “uma estratégia de atualização em relação às ideias que agitam os setores dominantes e às demandas objetivas que fazem à instituição Serviço Social” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 349).

Esse momento também é considerado como de grande relevância para o desenvolvimento da profissão. Acrescente-se que representou um desafio, considerando que o governo passou a solicitar das instituições o cumprimento de determinadas funções que implicavam numa reorientação institucional. O Serviço Social passou a representar uma importante contribuição para a política desenvolvimentista, haja vista que os programas se vinculavam ao desenvolvimento nacional e demandavam profissionais como os assistentes sociais. Assim sendo, Iamamoto e Carvalho (2006) apresentam a seguinte reflexão:

40 Tendo como base a obra intitulada Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil, publicado pela Editora Cortez.

Os Assistentes Sociais se propõem a aceitar o desafio de sua participação no novo projeto desenvolvimentista, exigem posições e funções, e avaliam as formas para preparar-se para desempenhá-las a contento. Propõem-se, através do DOC e DC, a contribuir para o processo de mudança exigido pelo desenvolvimento. Propõem-se a participar num processo de mudanças estruturais que tem em vista integrar amplas parcelas da população, que subsistem marginalizadas do progresso (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 353).

Em concordância com Iamamoto e Carvalho (2006), é importante ressaltar que a ampliação do mercado de trabalho e o fato da legitimidade da profissão ter se tornado mais sólida, refletem as estratégias criadas pelas classes dominantes para o enfrentamento das expressões da “questão social” vivenciada pela classe trabalhadora, em um contexto de acirramento da pauperização, no qual a organização da classe em torno das lutas sociais encontrava-se fragilizada devido à política de desorganização e, também, pela repressão que os movimentos sociais sofriam ao tentarem organizar suas lutas. Esse cenário suscitou na profissão a necessidade de se atualizar, levando-a a revisar sua atuação profissional, podendo ocorrer numa perspectiva de tecnificação pragmatista⁴¹ ou numa que questione as bases de legitimidade dessas demandas colocadas à profissão.

Nesse sentido, tornou-se necessária a adoção de padrões e técnicas modernas, que representaram um avanço em relação àquelas que se destacavam no “Serviço Social tradicional”. Isso implicou, por exemplo, na busca pelo aperfeiçoamento do instrumental técnico, de metodologias de ação e sofisticação dos modelos de análise e diagnóstico. Com isso, pensar a profissão em sua completude, dando ênfase nos elementos internos que a compõe, tornou-se um aspecto de grande relevância.

Diante do exposto, é relevante frisar que:

Nos últimos anos da década de 1950 e início da seguinte podem ser localizadas as primeiras manifestações públicas, de que se tem conhecimento, no interior do “campo social” que se posicionam contra a manutenção do status quo. Essas posições diferenciadas, no Serviço Social, florescem especialmente entre profissionais vinculados a trabalhos de Desenvolvimento de Comunidade, que se lançam na busca de alternativas à proposta oficial, veiculada através de organismos internacionais, na tentativa de adequação de diretrizes e métodos de atuação comunitária às peculiaridades da conjuntura nacional. Tais iniciativas pulverizadas, minoritárias perante o conjunto da profissão, refluem após o movimento de 1964, verificando-se seu reaparecimento nas décadas seguintes. Uma vez firmado o fato de que neste período começam a se formar no meio profissional de Assistentes Sociais correntes de pensamento que contestam, em diversos níveis, as práticas

41 O pragmatismo “é uma filosofia da ação e de intervenção social, e sua tese fundamental é o valor prático do conhecimento como critério de verdade”. Tal perspectiva encontra no Serviço Social significativa possibilidade de adesão, uma vez que a profissão foi “institucionalizada no âmbito de estratégias de enfrentamento da “questão social” em sua imediaticidade” (YAZBEK, 2018, p. 60).

institucionais vigentes, é forçoso dar-lhes sua verdadeira dimensão, vendo nelas tendências apenas marginais cujo crescimento foi truncado com o golpe de 1964. Porém, sua presença expressa um dado novo de significativa importância para o desenvolvimento posterior da profissão, na linha de busca de novas bases de legitimidade de seu exercício junto àqueles setores que são alvos da intervenção técnica (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 360-361).

Esses questionamentos que se iniciaram no meio profissional dos assistentes sociais, juntamente com as transformações no campo social, econômico, político e cultural que aconteceram na conjuntura da década de 1960, configuraram assim o cenário de emersão do processo de renovação do Serviço Social brasileiro, considerado um marco na trajetória histórica da profissão, que também ocasionou a configuração de novas características no âmbito da dimensão socioeducativa.

2.2 ELEMENTOS ACERCA DO PROCESSO DE RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

É importante ressaltar que a renovação do Serviço Social brasileiro se desencadeou no bojo do movimento de Reconceituação latino-americana. De acordo com Yazbek (2009, p. 148), “é no âmbito do movimento de Reconceituação e em seus desdobramentos, que se definem de forma mais clara e se confrontam diversas tendências voltadas à fundamentação do trabalho e dos posicionamentos teóricos do Serviço Social”. A partir deste movimento, surgem novos debates teóricos no âmbito da profissão, que se interrelacionam com todas as dimensões do trabalho profissional. O que vai refletir também na maneira em que se expressa a dimensão socioeducativa.

Posto isso, é de suma relevância fazermos uma breve apresentação sobre o movimento de Reconceituação na América Latina, para, em seguida, refletirmos acerca do processo de Renovação do Serviço Social no Brasil, o qual possui traços significativos para pensarmos na configuração da profissão.

Conforme destaca Netto (2005b, p. 6): “A Reconceituação, tomada como movimento ou processo que emergiu em 1965, constitui um marco inarredável e incontornável da história do Serviço Social latino-americano”. Nesse contexto, que se conforma a partir da metade dos anos 1960, na maior parte dos países em que o Serviço Social já havia se institucionalizado enquanto profissão ocorreu a erosão das

suas práticas tradicionais. Desse modo, podemos considerar que este movimento expressou a crítica ao “Serviço Social tradicional”.⁴²

Esse período, perpassado pela crise do capitalismo, foi marcado pelo tensionamento das estruturas sociais, favorecendo o contexto de mobilização das classes subalternas, que colocavam em questão a racionalidade do Estado burguês, o que favorecia também a análise crítica dos rumos assumidos pela profissão até aquele momento.

A partir desse cenário, os assistentes sociais começaram a indagar sobre o papel da profissão frente às expressões da “questão social”, os procedimentos profissionais e a eficácia de suas ações. De modo que gerou uma união contra o tradicionalismo, marcando os primeiros passos da Reconceituação.

Tal como apresenta Netto (2005b), o movimento de Reconceituação teve importantes conquistas a serem destacadas: a articulação de uma nova concepção da unidade latino-americana; a explicitação da dimensão política da ação profissional; a interlocução crítica com as ciências sociais; e a inauguração do pluralismo profissional. Além destas, o autor chama a atenção para a principal conquista deste movimento, a saber:

A principal conquista da Reconceituação, porém, parece localizar-se num plano preciso: *o da recusa profissional do Serviço Social de situar-se como um agente técnico puramente executivo* (quase sempre um executor terminal de políticas sociais). Reivindicando atividades de planejamento para além dos níveis de intervenção microssocial, valorizando nas funções profissionais o estatuto intelectual do assistente social (abrindo, pois, a via para a inserção da pesquisa como atributo também do Serviço Social), a Reconceituação assentou as bases para requalificação profissional, rechaçando a subalternidade expressa na até então vigente aceitação da divisão consagrada de trabalho entre cientistas sociais (os “teóricos”) e assistentes sociais (os profissionais “da prática”) (NETTO, 2005b, p. 12, grifo do autor).

Netto (2005b) aponta que o Serviço Social crítico no Brasil é herdeiro do espírito da Reconceituação, pois é comprometido com os interesses da classe trabalhadora, visando uma qualificação acadêmica, investindo em pesquisas e realizando uma interlocução com as ciências sociais. “A existência deste “Serviço Social crítico” – que hoje implementa o chamado *projeto ético-político* – é a prova conclusiva da permanente

42 Conforme Netto (1981, p. 60) o Serviço Social tradicional pode ser entendido como “a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada” dos assistentes sociais na América Latina. Encontra-se embasada e organizada a partir de “uma ética liberal-burguesa”, tendo como teleologia a “correção” – sob uma perspectiva funcionalista – de “resultantes psicossociais considerados negativos ou indesejáveis sobre o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável”. Yazbek (2018, p. 58, grifos da autora) destaca que a abordagem funcionalista “parte da *parte* para compreender o *todo*”. Esta abordagem é percebida no Serviço Social através de um trabalho que visa o ajustamento social, em que também se busca o aperfeiçoamento de técnicas e instrumentos com esta finalidade.

atualidade da Reconceituação como ponto de partida da crítica ao tradicionalismo” (NETTO, 2005b, p. 18, grifo do autor).

Vale ressaltar que, compreendermos o movimento de Reconceituação latino-americano torna-se necessário para apreendermos como se configurava o Serviço Social nos países da América Latina. No mesmo período em que emerge a Reconceituação nestes países, especificamente no Brasil, inicia-se o processo de Renovação do Serviço Social, o qual marcou fortemente a trajetória histórica da profissão no país, trazendo transformações elementares que a configuram na atualidade. Portanto, é fundamental a apreensão e reflexão sobre este processo que, curiosamente, desenvolveu-se no período da ditadura militar no Brasil.

Conforme expressa Netto (1998, p. 131):

Entendemos por renovação o conjunto de características novas que, no marco das constringências da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendências do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e da validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais.

Foi nos marcos da autocracia burguesa,⁴³ como também ficou conhecido o período da ditadura militar, que a profissão de Serviço Social no Brasil experimentou o processo de renovação que traz consigo diversas particularidades e mudanças. Conforme Netto (1998), este processo se desenvolveu entre os anos de 1960 e 1980, sendo uma resposta construída pelos assistentes sociais na rede de relações que se engendram na interação que ocorre entre profissionalidade e sociedade.

De acordo com Netto (1998), a renovação do Serviço Social é considerada o fenômeno mais característico no âmbito profissional. A profissão passou por transformações substanciais neste período, no campo de sua natureza e funcionalidade constitutivas; modificações das demandas práticas que surgiam à profissão e sua inserção nas estruturas organizacional-institucional; houve também um redimensionamento da reprodução da categoria profissional; e alterações de seus referenciais teórico-culturais e ideológicos.

Segundo Netto (1998), no que concerne ao trabalho profissional desempenhado pelos assistentes sociais destaca-se o processo denominado como “modernização

43 Termo utilizado por Florestan Fernandes para referir-se ao modelo de governo instituído no Brasil com o golpe militar de abril de 1964, em que a burguesia assumiu o poder de maneira autoritária, caracterizando uma contrarrevolução preventiva. Além disso, parte da análise do Brasil enquanto um país de capitalismo dependente e periférico (FERNANDES, 1975).

conservadora”,⁴⁴ que levou a criação de um mercado nacional de trabalho macroscópico e consolidado para a categoria profissional. Tal processo ocorreu mediante o desenvolvimento das forças produtivas durante a autocracia burguesa e o acirramento da “questão social”. Como consequência do aumento das refrações da “questão social” houve a ampliação da requisição pela atuação profissional do Serviço Social.

Sendo assim, o mercado de trabalho brasileiro apresentava uma ampliação da demanda por assistentes sociais. Ressaltamos que a conformação deste mercado de trabalho é demarcada pela constituição de organizações de filantropia, criação de médias e grandes empresas monopolistas, assim como a criação de empresas estatais, que representam o maior empregador de assistentes sociais no país.

Passou-se a exigir que os assistentes sociais se modernizassem, de modo a conciliar sua forma de atuar com normas, fluxos e rotinas. Desenvolvendo assim uma atuação onde os traços tradicionais fossem transpostos e substituídos por procedimentos considerados racionais, haja vista que nesta conjuntura o Estado se reorganizava e buscava uma racionalização. Todas as exigências colocadas à profissão nesse período levaram à erosão do Serviço Social tradicional (NETTO, 1998).

A inserção profissional dos assistentes sociais não ocorria apenas em decorrência do crescimento econômico e industrial, mas também era determinada pela necessidade de vigilância e controle da força de trabalho nos espaços sócio-ocupacionais. Nesse sentido, esperava-se que o profissional auxiliasse na “modernização” da força de trabalho e contribuísse para sua adaptação, sobretudo na área empresarial, traçando estratégias de atuação junto aos trabalhadores, por meio, por exemplo, de ações de caráter socioeducativo direcionadas por um viés conservador.

Cabe destacar que a “modernização conservadora” influenciou diretamente na base de legitimação da profissão, assim como nas exigências do mercado de trabalho, que passou também por uma refuncionalização; e no âmbito de formação profissional, houve uma reformulação do ensino, que objetivava a adaptação dos assistentes sociais às demandas colocadas ao exercício da profissão.

A renovação constituiu-se, assim, como um processo global que abrangeu completamente a profissão. Esta pressupunha a construção de um pluralismo profissional, o qual é “radicado nos procedimentos diferentes que embasam a legitimação prática e a validação teórica, bem como nas matrizes teóricas a que elas se prendem” (NETTO, 1998, p. 131). Nesse processo, a laicização foi uma característica fundamental.

44 A “modernização conservadora”, processo característico do capitalismo monopolista, buscava a expansão do Estado e das instituições estatais, assim como das indústrias no Brasil. Para tanto era necessário que houvesse uma modernização em todos os âmbitos. Mediante isso, expandiu-se também o mercado de trabalho dos assistentes sociais, e demandavam-se profissionais que assumissem uma postura “moderna”, ou seja, que se adequassem à nova racionalidade burocrática administrativa do Estado. Desse modo, à medida que se redefiniu as exigências colocadas ao Serviço Social, redefiniu-se sua base de legitimação profissional.

De acordo com Netto (1998), há quatro aspectos indicativos do processo de renovação do Serviço Social que podem ser expressos de modo condensado, são eles:

- a) a instauração do pluralismo teórico, ideológico e político no marco profissional, deslocando uma sólida tradição de monolitismo ideal;
- b) a crescente diferenciação das concepções profissionais (natureza, funções, objeto, objetivos e práticas do Serviço Social), derivada do recurso diversificado a matrizes teórico-metodológicas alternativas, rompendo com o viés de que a profissionalidade implicaria uma homogeneidade (identidade) de visões e de práticas;
- c) a sintonia da polêmica teórico-metodológica profissional com as discussões em curso no conjunto das ciências sociais, inserindo o Serviço Social na interlocução acadêmica e cultural contemporânea como protagonista que tenta cortar com a subalternidade (intelectual) posta por funções meramente executivas;
- d) a constituição de segmentos de vanguarda, sobretudo mas não exclusivamente inseridos na vida acadêmica, voltados para a investigação e a pesquisa (NETTO, 1998, p. 135-136).

Netto (1998) avalia que a renovação do Serviço Social em todos os seus aspectos revela-se como um avanço, até mesmo nas vertentes/direções em que as concepções herdadas do passado não são debatidas e objetos de reflexão para se pensar uma reformulação da profissão. O autor chegou à conclusão de que a partir da erosão da base do Serviço Social tradicional, a reflexão profissional foi se desenvolvendo de forma distinta em três direções principais, tanto nos aspectos cronológicos quanto naqueles teóricos. Tais direções são constitutivas do processo de renovação e são denominadas como: perspectiva modernizadora, perspectiva de reatualização do conservadorismo e perspectiva de intenção de ruptura.

Segundo Netto (1998, p. 154) a perspectiva modernizadora representou para as concepções profissionais um esforço para adequar o Serviço Social às requisições impostas pelos processos políticos que surgiram após 1964, considerando a profissão como instrumento de intervenção composto por um conjunto de técnicas sociais a ser colocado em prática no marco de estratégias que visam o desenvolvimento capitalista. A linha de desenvolvimento profissional proposta por esta vertente é considerada “aquele vetor de renovação que mais fundamente vincou a massa da categoria profissional”. As ideias defendidas por esta perspectiva podem ser identificadas nos textos dos seminários de Araxá, que ocorreu em 1967, tendo como temática a Teorização do Serviço Social, e Teresópolis, que aconteceu em 1970, cujo debate centrava-se na Metodologia do Serviço Social. Tinham como matriz teórica o positivismo e o estrutural-funcionalismo.

Em relação ao positivismo, Löwy (1995, p. 35-36) destaca três ideias principais desta matriz teórica: sua hipótese fundamental compreende que a sociedade humana é regulada por leis naturais, ou por leis que se assemelham a estas, as quais são invariáveis e não estão sujeitas a vontade humana, defende assim a ideia de um todo

harmônico; os métodos e procedimentos para conhecer a sociedade são idênticos aos aplicados para conhecer a natureza, ou seja, a metodologia das ciências sociais no positivismo é a mesma das ciências da natureza; as ciências sociais devem funcionar precisamente como o modelo de objetividade científica presente nas ciências da natureza.

Conforme apresenta Yazbek (2018, p. 56): “O método positivista trabalha com as relações aparentes dos fatos, evolui dentro do já contido e busca a regularidade, as abstrações e as relações invariáveis”. A metodologia utilizada na matriz positivista para conhecer a realidade pode ser considerada reducionista, visto que trabalha apenas com a aparência dos fatos, a nível da imediatez.

A perspectiva modernizadora não tece questionamentos sobre a ordem sociopolítica do período ditatorial, mas entende que a profissão deve buscar se qualificar de modo a atender às demandas emergentes. Desse modo, foi preciso buscar referências e instrumentos para a intervenção que subsidiassem as requisições que chegavam aos profissionais. Mediante isso, a profissão recorreu aos seus valores e concepções de aspectos tradicionais não com o intuito de rejeitá-los, mas sim de adaptá-los a uma “moldura teórica e metodológica menos débil, subordinando-os aos seus vieses ‘modernos’” (NETTO, 1998, p. 155).

Com base em Netto (1998), cabe ressaltar que as instituições e organizações estatais e paraestatais em que houve uma abertura para o campo de atuação do Serviço Social encontravam-se subordinadas à racionalidade burocrática das reformas orquestradas pelo governo ditatorial. Tal configuração relaciona-se diretamente com o padrão de profissional demandado pelo Estado neste período, o que implica na demanda por assistentes sociais que fossem capacitados tecnicamente para influenciar nas maneiras de agir e pensar dos sujeitos, visando a vigilância e o controle social. Desse modo, configurava-se uma dimensão socioeducativa com traços conservadores.

A partir do fim dos anos 1970 a hegemonia da perspectiva modernizadora começou a ser questionada. Neste mesmo período emergiu a crise da ditadura militar, assim, esta vertente passou por uma redução progressiva da influência intelectual que exercia sobre os profissionais. Mediante isso, pode-se constatar que a redução de sua expressão no âmbito da (auto)representação dos assistentes sociais é reflexo da mudança no cenário sociopolítico e cultural da autocracia burguesa (NETTO, 1998).

Ainda no que diz respeito a este cenário, Netto (1998) apresenta as seguintes reflexões:

De uma parte, seu *conteúdo reformista* (recorde-se que ela incorpora o vetor do reformismo próprio ao conservantismo burguês) não atende às expectativas do segmento profissional que, agarrado às mais vetustas tradições do Serviço Social, resiste ao movimento de laicização ocorrente e se recusa a romper com o estatuto e a funcionalidade subalternos historicamente assumidos pela profissão. Este segmento, de extração e vinculação católica, privilegia os componentes

mais conservadores da tradição profissional e mostra-se refratário às inovações introduzidas pela perspectiva modernizadora. [...] De outra, seu *traço conservador* e sua *colagem à ditadura* incompatibilizam-na com os segmentos profissionais críticos quer em face da autocracia burguesa (vale dizer, que passam a comprometer-se, ou já vinham comprometidos, com a resistência democrática), quer em face dos seus substratos teóricos – segmentos cuja incidência acadêmica e na categoria profissional ganha tanto mais densidade quanto mais a autocracia burguesa experimenta o seu ocaso. A expressão ideal das concepções teóricas e profissionais destes segmentos diferenciados, objetivando-se especialmente (mas não exclusivamente) no segundo lustro dos anos setenta, plasma as outras duas direções que compõem o processo de renovação do Serviço Social no Brasil (NETTO, 1998, p. 156-157, grifo do autor).

A perspectiva de reatualização do conservadorismo⁴⁵ é apresentada por Netto (1998) como a vertente com aspecto mais resistente às mudanças. Esta perspectiva foi adotada por uma parcela da categoria profissional que resistia ao rompimento com a visão de mundo característica do pensamento católico tradicional. Tal direção pretendia uma reatualização no sentido de buscar matrizes intelectuais mais aprimoradas para uma readaptação. Refere-se assim a uma vertente que apresenta uma recuperação dos componentes com maior estratificação da herança histórica e conservadora da profissão, colocando-os sobre uma nova base teórico-metodológica. Além disso, nega tanto a perspectiva vinculada a tradição positivista quanto a perspectiva que tem como base o pensamento crítico-dialético que vinha emergindo.

Esta vertente é marcada por um viés psicologizante no que concerne ao direcionamento das ações profissionais, recuperando os elementos que compõem o circuito da ajuda psicossocial. Sob influência da perspectiva conservadora, configura-se um campo de atuação do assistente social pautado na “mudança comportamental aliada a alterações no meio social” (TORRES, 2015, p. 04). Logo, a dimensão socioeducativa vinculada a esta vertente revela a demanda de profissionais aptos a realizarem ações no campo socioeducativo voltados para esta mudança.

Esta vertente traz consigo diversos elementos que dão continuidade ao seu passado profissional, embora possuísse elementos renovadores. Nesse contexto, também havia significativos obstáculos para que ocorresse a explicitação do pensamento mais conservador. Segundo Netto (1998), emergia um duplo combate possível entre:

[...] deter e reverter a erosão do *ethos* profissional tradicional e todas as suas implicações sociotécnicas e, ao mesmo tempo, configurar-se como uma alternativa capaz de neutralizar as novas influências que provinham dos quadros

45 A vertente de reatualização do conservadorismo reflete as formulações oriundas dos dois seminários de grande relevância nacional que aconteceram no país, o Seminário de Sumaré, em 1978, que buscava a “Cientificidade do Serviço Social”, e o Seminário de Alto da Boa Vista, em 1984. Estes foram influenciados pela tese de livre-docência de Anna Augusta de Almeida, defendida em 1978, trazendo uma nova proposta para a profissão com ideias vinculadas à programática teórico-profissional.

de referência próprios da inspiração marxista. Fazê-lo, porém, supunha inovar na operação mesma da restauração – supunha *reatualizar* o conservadorismo, embutindo-o numa “nova proposta”, “aberta” e “em construção” (NETTO, 1998, p. 203, grifo do autor).

A nova roupagem do conservadorismo evidenciava-se mediante a exigência e valorização da elaboração teórica para as práticas profissionais, além da recusa aos padrões teórico-metodológicos da tradição positivista. “A crítica a herança positivista, em grande estilo, é uma tônica na literatura profissional da perspectiva de reatualização do conservadorismo, quer ao positivismo clássico, quer às suas versões mais recentes” (NETTO, 1998, p. 204).

A perspectiva de reatualização do conservadorismo apresenta como uma de suas particularidades a busca pelo suporte metodológico da fenomenologia, entretanto este processo ocorreu de forma complicada, apresentando algumas problemáticas. Dentre elas, observa-se que houve uma aproximação dos autores por meio de fontes secundárias, e não por recurso às fontes originais (quando esta acontecia era de forma bastante pontual), ocasionando um ecletismo. Ademais, identifica-se a utilização de um método fenomenológico esvaziado de um viés crítico, em que se mostra como algo sem contestação. Assim como foi possível identificar um processo de simplificação, o que demonstra um empobrecimento teórico e crítico de categorias estudadas em fontes originais que versam sobre a fenomenologia pelos autores desta vertente (NETTO, 1998).

Do mesmo modo, Yazbek (2018) ressalta que a aproximação inicial do Serviço Social com a fenomenologia, ocorreu de forma enviesada, utilizando-se de fontes secundárias, demonstrando um ecletismo. O real sentido da perspectiva fenomenológica consiste em uma proposta filosófica que pretende compreender o homem e o mundo como eles são. “O método fenomenológico consiste na descrição direta de nossa experiência enquanto tal, como ela é, sem nenhuma consideração por sua gênese. O real deve ser descrito, não explicado ou analisado” (YAZBEK, 2018, p. 74).

Diferentemente das duas direções da renovação do Serviço Social no Brasil expostas anteriormente – a perspectiva modernizadora e a reatualização do conservadorismo –, na primeira metade dos anos 1970 surge a perspectiva que ficou conhecida como intenção de ruptura. Esta vertente emergiu no âmbito da estrutura universitária brasileira, mais especificamente, surgiu na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais. Aos poucos esta vertente foi ganhando repercussão, e em meados dos anos 1980, adquiriu espaço de destaque no debate dos assistentes sociais (NETTO, 1998).

A perspectiva de intenção de ruptura teve suas bases sociopolíticas na democratização e no movimento das classes exploradas e subalternas que foi retido com o golpe de abril. No campo do Serviço Social, esta direção representa as tendências

mais democráticas da sociedade brasileira específicas dos anos 1960: “mediatamente, o processo de afirmação protagônica da classe operária e seus aliados; imediatamente, as lutas pela recuperação deste processo já sob a ditadura” (NETTO, 1998, p. 257).

O caráter de oposição presente na intenção de ruptura frente à autocracia burguesa a diferenciava enfaticamente das outras direções aqui expostas. Ao ser analisada em comparação com a perspectiva modernizadora e a reatualização do conservadorismo, Netto (1998, p. 248) coloca que:

De uma parte, aquele caráter deixou nítida a sua contraposição com a perspectiva modernizadora que, como vimos, mostrou-se objetivamente funcional ao peculiar reformismo do projeto da “modernização conservadora”; e não só: os referenciais teórico-metodológicos de que se valia conduziam a uma crítica dos substratos que sustentavam a articulação formal-abstrata da perspectiva modernizadora. De outra, tanto a direção política que portava como o mesmo arcabouço teórico-metodológico tornaram óbvia a sua incompatibilidade com a perspectiva de reatualização do conservadorismo, pela aderência desta a concepções teóricas, valores e práticas que profissional e politicamente ela recusava e queria superar.

Considerando-se esses aspectos, pode-se afirmar que a perspectiva de intenção de ruptura é um grande avanço para o processo de formação crítica no âmbito do Serviço Social, visto que representa a aproximação com a teoria social de Marx, a qual impactou profundamente na apreensão dos assistentes sociais sobre a realidade social, assim como levou a conformação de novas características no âmbito de todas as dimensões da profissão, inclusive sobre a dimensão socioeducativa, que se articula às demais.

Para uma melhor compreensão do processo de constituição da perspectiva de intenção de ruptura, Netto (1998, p. 261) define três momentos constitutivos e diferenciáveis, são eles: “o da sua emergência, o da sua consolidação acadêmica e o do seu espraiamento sobre a categoria profissional”.

O momento da sua emergência compreende os anos de 1972 a 1975, sendo gestada por um grupo de jovens profissionais que adquiriu hegemonia na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (ESS/UCMG), situada em Belo Horizonte, onde nesse período foi criado o Método Belo Horizonte, que ficou conhecido como “Método BH” (NETTO, 1998).

De acordo com Ammann (2013), este Método tinha como um de seus objetivos romper com os modelos positivistas de Serviço Social, como o Desenvolvimento de Comunidade. Apresentava como proposta uma intervenção profissional fundamentada na concepção histórica, crítica e dialética de apreensão da realidade social.

Vale ressaltar que a cidade de Belo Horizonte apresentava condições favoráveis para a criação de um caráter de oposição, visto que foi palco significativo da militância política. Na capital mineira se desenvolveram movimentos populares e sindicais de

grande relevância, em que se destacava uma forte tradição estudantil, de caráter democrático, apoiada em concepções revolucionárias e socialistas. Isso refletia na Escola de Serviço Social da UCMG, onde estavam presentes forças progressistas da hierarquia católica, em um espaço de resistência intelectual e política, no âmbito docente e discente (BATISTONI, 2017).

Segundo Netto (1998) foi em Belo Horizonte, que esses jovens assistentes sociais realizaram a primeira elaboração brasileira da intenção de ruptura. Nesse momento foi concebida uma crítica teórico-prática ao tradicionalismo profissional, apresentando como proposta a construção de uma alternativa que objetivava superar o tradicionalismo nos seguintes planos: teórico-metodológico, da concepção e da formação.

No protagonismo dos seus sujeitos, identifica-se um grupo de jovens docentes, sob a liderança de Leila Lima Santos e Ana Maria Quiroga, que assumira a hegemonia na Escola a partir de 1969, direcionando seu projeto de formação e exercício profissional no sentido de *romper com o tradicionalismo no Serviço Social em suas implicações teórico-metodológicas e práticas*, marcando uma inflexão na dinâmica de ensino da escola e da profissão no país (BATISTONI, 2017, p. 142, grifo da autora).

Todavia, Batistoni (2017) identifica que a estrutura teórico-metodológica proposta no Método de Belo Horizonte não se baseia nas fontes originais do pensamento de Marx, dessa forma, possui uma lacuna na apreensão das categorias centrais para o desvendamento das relações sociais.

No âmbito da docência, identifica-se o contato com práticas do Serviço Social rural, na perspectiva da educação popular, embasada na pedagogia de Paulo Freire, e relacionadas ao modelo de desenvolvimento de comunidade. Tais práticas profissionais, que emergiram no final da década de 1950, tiveram papel significativo, haja vista que foram essenciais na elaboração das indagações iniciais às bases tradicionais do Serviço Social, além de ter viabilizado a aproximação com os projetos societários consonantes aos interesses da classe trabalhadora (BATISTONI, 2017).

De acordo com Freire (1974) tornava-se fundamental pensar em uma educação em prol do povo, para tanto era essencial

tentar uma educação que fosse capaz de colaborar com ele na indispensável organização reflexiva de seu pensamento. Educação que lhe pusesse à disposição meios com os quais fosse capaz de superar a captação mágica ou ingênua de sua realidade, por uma predominantemente crítica (FREIRE, 1974, p. 106).

Isto posto, é importante a apreensão de que “a conscientização é o olhar mais crítico possível da realidade, que a ‘des-vela’ para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam e que ajudam a manter a realidade da estrutura dominante” (FREIRE, 1980, p. 29). Segundo Freire (1980) é essencial que os sujeitos sociais sejam auxiliados

a tomarem consciência da realidade, bem como da capacidade que possuem para transformá-la.

Para o Serviço Social, a elaboração do “Método BH” significou uma mudança na concepção da profissão acerca do trabalho profissional desenvolvido pelos assistentes sociais, assim, revela um novo aspecto que configura a dimensão socioeducativa neste marco histórico, visto que se passa a compreender que: “A transformação da sociedade e a realização do homem se apresentam como meta final de todo trabalho social, enquanto a conscientização, organização e capacitação surgem como objetivos-meio” (AMMANN, 2013, p. 177). Portanto, pode-se identificar que a perspectiva de transformação social e o enfoque nos processos de conscientização, organização e capacitação dos sujeitos, tornam-se pautas do Serviço Social, as quais se correlacionam à necessidade de serem desenvolvidas ações socioeducativas com a finalidade de propiciar que estes objetivos se materializem.

Segundo análise de Batistoni (2017, p. 142):

A proposta alternativa formulada pela equipe docente da ESS/UCMG efetivou-se tanto no âmbito da elaboração teórica, da reestruturação curricular da formação, quanto da experimentação via projetos de extensão e campos de estágio. Esses são demonstrativos das suas preocupações teórico-práticas, operacionalizando com consistência, rigor, inteligência e coragem mecanismos institucionais da universidade e determinados espaços do exercício profissional.

Vale ressaltar que a experiência da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (ESS/UCMG) surgiu logo após a criação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), momento em que a repressão se acentuava. Desse modo, o Estado ditatorial por meio de suas forças repressivas compeliu muitos setores democráticos, e os segmentos de esquerda tiveram que atuar na clandestinidade. Este cenário criado pela ditadura impediu a difusão da experiência da ESS/UCMG junto a outras escolas e organismos do Serviço Social no Brasil, levando a seu isolamento até o fim da década de 1970 (BATISTONI, 2017).

A partir do final década de 1970 e no primeiro terço da década de 1980, foi identificado um significativo crescimento de produções intelectuais dos assistentes sociais que se embasavam na direção da intenção de ruptura. Desenvolve-se então, o momento da consolidação acadêmica da vertente de intenção de ruptura, que representa a evolução desta direção. Este momento representa a maioria intelectual e teórica da vertente de intenção de ruptura, no qual o projeto de ruptura se consolidou no meio acadêmico.

Neste percurso, não podemos deixar de destacar a realização do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (III CBAS), em 1979, na cidade de São Paulo/SP, que ficou conhecido como o Congresso da Virada. A realização deste evento trouxe uma enorme contribuição para o desenvolvimento da perspectiva crítico-dialética, hegemonicamente,

na categoria profissional. Sendo considerado um marco na ruptura da profissão com o conservadorismo e da aproximação com os interesses da classe trabalhadora.

Em relação ao contexto de emergência do III CBAS, Netto (2009b, p.27) analisa que:

É precisamente sob o impacto da reinserção do proletariado na arena política, no quadro da mobilização anti-ditatorial de amplos contingentes assalariados, da mobilização de setores pequeno-burgueses, inclusive burgueses, e, na sequência quase imediata, da decretação da anistia, que o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (III CBAS) traz à cena política as tendências democráticas contidas e reprimidas no Serviço Social.

Quando tratamos do posicionamento político do Serviço Social, é importante mencionarmos que, de acordo com Netto (2009b), o Serviço Social sempre teve uma dimensão política, a qual está presente desde sua gênese. Convém ressaltar que ao longo da trajetória histórica da profissão, tal dimensão assumiu diferentes posicionamentos. Considerando isso, é possível afirmar que a profissão nunca se ausentou da cena política, mesmo durante a ditadura militar, instaurada em 1964. Uma parcela significativa de assistentes sociais submetia-se a ditadura, enquanto, entre os anos de 1964 e 1979, “uma diminuta minoria de profissionais, docentes e estudantes, resistiu à ditadura pelos meios que encontrou e boa parte deles recebeu do regime a resposta do terror estatal” (NETTO, 2009b, p. 29).

O III CBAS foi um marco inegável que determinou a mudança do posicionamento da profissão diante do contexto da autocracia burguesa.⁴⁶ Se antes assumia um posicionamento aparentemente neutro em relação à ditadura, a partir da realização do Congresso da Virada, passou a opor-se ao regime ditatorial. Em concordância com Netto (2009b), podemos afirmar que este Congresso ocasionou uma transformação na dinâmica profissional determinante, além de ter enfraquecido as bases do monopólio conservador nas instâncias e fóruns da categoria profissional.

Esse processo foi potencializado pela emergência do proletariado na cena política, por isso, apontar sua relação com III CBAS torna-se elementar. Nesse sentido, Netto (2009b, p. 31) coloca que “foi a imantação operada pelo protagonismo operário que precipitou e catalisou possibilidades concretas existentes no campo do Serviço Social, favorecendo a sua objetivação e dando suporte societário amplo à sua conversão em realidade”.

Isto posto, conforme análise realizada por Netto (2009b, p. 31), o III CBAS inseriu o Serviço Social na arena política:

[...] trouxe-o como partícipe das lutas abertas da resistência democrática, trouxe-o como constitutivo do arco democrático. Aqui a novidade e a ruptura com a

46 Cabe salientar que no contexto em que foi elaborado o III CBAS, o novo sindicalismo teve um papel de destaque.

tradição conservadora, a “virada”, enfim: através do III Congresso o Serviço Social que ingressa na cena política, o faz contra a ordem ditatorial e, no interior da vanguarda profissional que implementa este ingresso, não há somente segmentos democráticos – há também núcleos que articulam a luta pela democracia com a luta anticapitalista.

Esta ruptura da profissão com o conservadorismo foi fundamental para o desenvolvimento da profissão no Brasil. Além do mais, esse contexto de ruptura propiciou a aproximação da profissão com a defesa dos interesses da classe trabalhadora, não só isso, passou também a identificar-se como classe trabalhadora de modo mais enfático, problematizando a condição de trabalhadores assalariados que possuem.

No que se refere à direção ídeo-teórica assumida pela profissão, observa-se que um posicionamento contrário ao conservadorismo começou a se consolidar e adquirir hegemonia na produção acadêmica no âmbito do Serviço Social brasileiro a partir da década de 1980. Desde então, iniciou-se uma ampliação da produção bibliográfica.⁴⁷

Todos os elementos aqui apresentados que se relacionam com o III CBAS, são fundamentais para compreendermos em qual contexto este Congresso, que é considerado um marco para a profissão, acontece. O III CBAS possui características que evidenciam o direcionamento presente na vertente de intenção de ruptura, a qual busca na teoria de Marx, as bases para compreender a realidade e fundamentar sua crítica contra o conservadorismo que vigorava nos marcos da autocracia burguesa.

Além disso, Mota e Amaral (2009, p. 49) destacam que o sentido do projeto ético-político da profissão já se expressava no III CBAS, apesar desta intitulação ter surgido na década de 1990, neste Congresso a categoria profissional declarou “sua organicidade aos interesses e projetos da classe trabalhadora, afirmando a dimensão política da profissão, então obscurecida pelo tecnicismo-desenvolvimentista nos governos da ditadura militar”.

Após essas considerações, com base em Netto (1998), é importante apontar que no momento de consolidação da vertente de intenção de ruptura, na década de 1980, tendo como figura exponencial a produção de Iamamoto e Carvalho, configurou-se um contingente profissional crítico, o qual possibilitou a eclosão do terceiro momento constitutivo desta direção, que consistiu no seu espraiamento

47 Netto (2009b, p. 35, grifo do autor) complementa essa análise apontando para a presença de um *pluralismo*, descrevendo que: “Elaborada fundamentalmente no marco da pós-graduação, essa expressiva bibliografia (incidente sobre a história, os fundamentos e práticas do Serviço Social) vai criar um verdadeiro caldo de cultura anti-conservadora e, ainda que frequentemente eclética do ponto de vista metodológico, vulnerabilizará o tradicionalismo profissional. Com ela se instaura, entre nós, um pluralismo antes inexistente”.

Segundo Netto (2009b), a difusão desse caldo de cultura não é uma questão acadêmica em si, mas supõe, sobretudo, uma mobilização profissional contra o conservadorismo, a qual teve como marco fundacional o III CBAS.

sobre a categoria profissional, onde se pode identificar a recuperação de diferentes substratos da tradição marxista.

Netto (1998), ao falar sobre este terceiro momento da perspectiva de intenção de ruptura, no qual esta se espraia, destaca que:

Este momento, já inscrito na contemporaneidade profissional [...] atesta a plena cidadania da perspectiva de intenção de ruptura no cenário do Serviço Social no Brasil. Abrindo-se por volta dos anos 1982-1983, favorecido pela conjuntura da transição democrática, ele assinala a inserção e o protagonismo das posições vinculadas à perspectiva de que nos ocupamos em todas as instâncias da vida profissional [...]. O fato é que a incidência do projeto de ruptura, a partir do segundo terço da década de oitenta, penetra e enforma os debates da categoria profissional, dá o tom da sua produção intelectual, rebate na formação de quadros operada nas agências acadêmicas de ponta e atinge as organizações representativas dos assistentes sociais. Numa palavra: a partir de meados dos anos oitenta, patenteia-se que a perspectiva da intenção de ruptura não é apenas um vetor legítimo do processo de renovação do Serviço Social no Brasil – evidencia-se o seu potencial criativo, instigante e, sobretudo, produtivo (NETTO, 1998, p. 266-267).

Ressaltamos que, como sinalizado, o “Método Belo Horizonte” é um marco na história de desenvolvimento do Serviço Social, visto que foi a primeira elaboração teórica construída cuidadosamente, num período em que o país vivenciava uma ditadura. Constituiu-se como uma proposta profissional que renunciava o tradicionalismo e o conservadorismo, assim, buscava se embasar em critérios teóricos, metodológicos e interventivos que abrangessem a realidade profissional. Paralelamente, manteve-se atento aos interesses históricos da classe trabalhadora (NETTO, 1998).

Netto (1998) também destaca a importância da reflexão apresentada por Yamamoto, a qual representa a maioria intelectual da intenção de ruptura. Sua obra representou o ápice da inserção da intenção de ruptura no âmbito acadêmico e apresentava desdobramentos capazes de ultrapassar as fronteiras universitárias. Além do mais, foi a primeira construção teórica exitosa no campo do Serviço Social brasileiro que se embasava na fonte “clássica” da tradição marxiana.

O conhecimento que se pretende criar a partir do referencial marxiano busca uma compreensão dialética da realidade em seu movimento contraditório. “Este referencial, a partir dos anos 80 e avançando nos anos 90, vai imprimir direção ao pensamento e à ação do Serviço Social no país” (YAZBEK, 2009, p. 151).

É a partir da perspectiva de intenção de ruptura que passa a ser construído um debate qualificado na profissão acerca da dinâmica contraditória e macroscópica da sociedade, ponderando os elementos que compõem a crítica da economia política, que compreende a conformação da estrutura social, considerando o embate entre as classes sociais e o processo de lutas, que é capaz de problematizar a natureza do poder

político, e que elabora questionamentos acerca da especificidade das representações sociais (NETTO, 1998).

É importante ressaltar que foi no contexto das lutas dos movimentos sociais contra o regime militar no Brasil, associado a um projeto societário contrário ao capitalismo, vinculado a luta da classe trabalhadora, na defesa da construção de uma sociedade igualitária e emancipada, que emergiu o projeto profissional do Serviço Social – denominado projeto ético-político. Cabe destacar que este projeto “é expressão da construção coletiva do Serviço Social brasileiro nas últimas três décadas” (RAICHELIS, 2018, p. 155).

Depreende-se assim que:

A luta pela democracia na sociedade brasileira, encontrando eco no corpo profissional, criou o quadro necessário para romper com o quase monopólio do conservadorismo no Serviço Social: no processo da derrota da ditadura se inscreveu a primeira condição – a condição política – para a constituição de um novo projeto profissional (NETTO, 2009a, p. 150).

Em conformidade com Netto (2009a, p. 157), “este projeto profissional vinculou-se a um projeto societário que, antagônico ao das classes proprietárias e exploradoras, tem raízes efetivas na vida social”.

Há de se considerar que os projetos societários são projetos coletivos, projetos de classe, que possuem uma dimensão política implícita. Compreendemos que existem diferentes projetos societários em disputa, sendo que os projetos societários que representam os interesses das classes trabalhadoras e subalternas possuem condições menos propícias para enfrentar os projetos societários que representam as classes dominantes. É ao projeto societário que responde aos interesses da classe trabalhadora que o Serviço Social se vincula (NETTO, 2009a).

Saliente-se, ainda, que é substancial termos clareza do significado de um projeto profissional. Netto (2009a) contribui para tal apreensão explicando que:

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (NETTO, 2009a, p. 144, grifo do autor).

Parafraseando Netto (2009a), cabe frisar que tais projetos possuem insuprimíveis dimensões políticas, tanto no sentido amplo, no que se refere às suas relações com os

projetos societários, quanto no sentido estrito, concernente às concepções específicas da profissão.

Ademais, um projeto profissional pode alcançar hegemonia, como alcançou o projeto ético-político do Serviço Social, mas não exclusividade, uma vez que em todo corpo profissional desenvolvem-se tensões e lutas, posto que é uma unidade de diversos, logo constitui-se um espaço plural (NETTO, 2009a).

Segundo Netto (2009a), o projeto ético-político do Serviço Social no Brasil configurou-se em sua estrutura básica entre os anos 1980 e 1990, sendo que

este projeto tem em seu núcleo central o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. A partir destas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional (NETTO, 2009a, p. 155).

Além do mais, este projeto profissional, com características totalmente democráticas, tem uma nítida dimensão política em prol da equidade e da justiça social, visando a universalização do acesso a benefícios e a serviços concernentes às políticas sociais, assim como objetiva a ampliação e a consolidação da cidadania, visto que são meios para a garantia dos direitos civis, políticos e sociais dos sujeitos. No âmbito profissional, este projeto prioriza o comprometimento com a competência, o que pressupõe o aperfeiçoamento intelectual dos assistentes sociais por meio de um processo formativo qualificado, voltado para o aprimoramento do atendimento dos usuários (NETTO, 2009a).

Foi também no contexto da década de 1980 que o posicionamento político da categoria profissional desenvolvido a partir da vertente de intenção de ruptura articulou-se às demais lutas sociais que defendiam tanto a construção de um estado democrático de direito quanto a construção de uma constituição cidadã.

Nessa conjuntura a profissão assume um novo direcionamento político, que demonstra seu comprometimento com os interesses da classe trabalhadora sob uma perspectiva crítica. Conseqüentemente, emerge um novo direcionamento das ações profissionais, onde se conforma uma dimensão socioeducativa voltada para o fortalecimento dos interesses das classes subalternas, rompendo com os vieses moralizantes e conservadores.

De acordo com Torres (2015, p. 05), com a apropriação da profissão da perspectiva crítica e a construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social, os profissionais que assumiram esta direção passaram, portanto, a reconhecer seu compromisso com a

classe trabalhadora e compreender “que seu papel fundamental é o de contribuir para o fortalecimento, organização e mobilização social dessa classe na luta por melhores condições de vida, lutando também pelos direitos sociais” (TORRES, 2015, p. 05).

Para Mota e Amaral (2009, p. 50):

Neste contexto, consolidam-se inúmeras iniciativas, dentre elas a experiência organizativa dos movimentos sociais que “põem à prova” a capacidade da profissão identificar, nos processos de luta e resistência das classes trabalhadoras, um conjunto de situações que poderiam ser objeto da sua ação profissional, inaugurando uma tendência radicalmente nova na profissão: o redimensionamento da sua função pedagógica tradicional, em favor da construção de uma cultura (no sentido gramsciano) das classes subalternas, processo que, ao longo dos anos 80 e 90, por vetores e iniciativas diversas, define a renovação crítica do Serviço Social brasileiro.

Mediante os elementos apresentados, pode-se concluir que a vertente de intenção de ruptura é a direção da renovação do Serviço Social brasileiro que mais trouxe contribuições para o desenvolvimento da profissão numa perspectiva crítica, possibilitando uma compreensão ampla dos fenômenos que perpassam a dinâmica da realidade e o trabalho profissional do assistente social. Cabe ressaltar ainda que, como apresentado, esta vertente impulsionou a construção do Projeto Ético-Político da profissão, que adquiriu hegemonia na categoria profissional, sendo de suma importância para o direcionamento de ações profissionais de cunho socioeducativo sob um viés crítico.

Assim,

[...] evidencia-se, nas três últimas décadas, no desenvolvimento profissional no contexto brasileiro, a construção de práticas educativas consubstanciadas no estabelecimento de vínculos e compromissos com a perspectiva societária das classes subalternas, fundadas nas conquistas emancipatórias da classe trabalhadora e de toda a humanidade – base do projeto ético-político profissional alternativo do Serviço Social, consolidado, nos anos de 1980 e 1990 (ABREU; CARDOSO, 2009, p. 01).

Portanto, compreendemos que o processo de renovação do Serviço Social brasileiro, sobretudo a vertente de intenção de ruptura, representam um momento de transformação no direcionamento social e ídeo-político da profissão, que assumiu um compromisso com os interesses da classe trabalhadora, logo, configurou-se uma dimensão socioeducativa voltada para o desenvolvimento de ações profissionais que contribuam para o fortalecimento desta classe, sob um viés crítico e emancipatório. Isto posto, é importante refletir sobre as características que configuram a profissão no cenário mais atual, como veremos no item a seguir.

2.3 ELEMENTOS PARA PENSAR O SERVIÇO SOCIAL NO CENÁRIO ATUAL

O contexto da década de 1990, marcado por significativas transformações societárias, explicitadas no Capítulo 01, trouxe rebatimentos também para a profissão de Serviço Social. Netto (1996, p. 87) reflete que tais transformações “afetam diretamente o conjunto da vida social e incidem fortemente sobre as profissões, suas áreas de intervenção, seus suportes de conhecimento e de implementação, suas funcionalidades etc”. Compreendê-las é essencial para que os assistentes sociais possam elaborar estratégias e táticas profissionais que sejam capazes de atender às problemáticas com as quais se deparam em seu cotidiano.

Netto (1996, p. 88-89) analisa que as transformações societárias representam modificações nas esferas de produção e reprodução da sociedade, que ocasionam mudanças em todos os níveis da divisão social e técnica do trabalho. A relação estabelecida entre as transformações societárias com “seu rebatimento na divisão sociotécnica do trabalho, e o complexo (teórico, prático, político e, em sentido largo, cultural) que é constitutivo de cada profissão”, influenciará diretamente nas alterações profissionais.

A conjuntura da década de 1990, marcada pelo avanço neoliberal no Brasil, implicou determinadas transformações para o Serviço Social. Moljo et al. (2009) reflete que:

Os anos 90 representaram um momento de inflexão no Serviço Social, já que todo o avanço teórico-metodológico e político que vinha se construindo enfrentava a hegemonia das políticas neoliberais que colidiam diretamente com o projeto ético-político, deixando de lado os valores universais e emancipatórios baseados numa cultura política que busca a emancipação do homem. Na atual conjuntura, nos deparamos frente a um cenário onde predomina o projeto ético-político construído nos anos 90, mas também, começam a emergir “novas e não tão novas” concepções de cultura e Serviço Social, colocando o foco de atenção no sujeito de forma isolada ou na família de forma isolada, portanto, perdendo a noção de totalidade e questionando os fundamentos da profissão inaugurados com a vertente “Intenção de Ruptura” (MOLJO et al., 2009, p. 05).

Isto posto, em conformidade com Moljo (2005, p. 186), podemos afirmar que o conservadorismo ainda se encontra presente no âmbito profissional, uma vez que “a profissão de Serviço Social, como qualquer outra, é a expressão dos interesses de classes contrapostos da sociedade”. Todavia, a perspectiva crítica assumida pela profissão a partir da vertente de intenção de ruptura permanece hegemônica.

Yazbek (2018) aponta que o conservadorismo moderno surgiu no contexto da Revolução Francesa e da Revolução Industrial, sobretudo em seu aspecto filosófico. O conservadorismo moderno tem suas raízes no modo de vida passado, sendo contrário

ao racionalismo e funcional ao capitalismo. Na atualidade, “reativa-se fortemente o pensamento conservador, restaurador e defensor da ordem instituída e o pensamento reacionário que confronta valores democráticos e propõe eliminação de direitos” (YAZBEK, 2018, p. 55).

Nesse sentido, é de suma importância compreender a articulação que há entre a cultura profissional – a qual compreende os princípios, valores, objetivos, concepções teóricas e instrumentos operativos – e o horizonte ídeo-político da profissão. Pode-se constatar que as metamorfoses no âmbito da cultura profissional influenciam diretamente na direção ídeo-política assumida pela profissão (NETTO, 1996).

Netto (1996, p. 116) ressalta que em um modelo de sociabilidade pautado na democracia “uma profissão é sempre um campo de lutas, em que os diferentes segmentos da categoria, expressando a diferenciação ídeo-política existente na sociedade, procuram elaborar uma direção social estratégica para a sua profissão”. Conforme apresenta Yazbek (2009, p. 156), a direção social que orienta o projeto ético-político – hegemônico – do Serviço Social vincula-se a “relação orgânica com o projeto das classes subalternas, reafirmado pelo Código de Ética de 1993, pelas Diretrizes Curriculares de 1996 e pela Legislação que regulamenta o exercício profissional (Lei n. 8.662 de 07/06/93)”.

Conforme aponta Abreu (2011), o Serviço Social se insere nos processos constituidores da cultura e constrói sua própria cultura profissional:

[...] a cultura profissional do Serviço Social reflete estratégias educativas das classes sociais em confronto, formadoras da cultura na luta pela hegemonia, sejam as propostas pedagógicas subalternizantes, impostas pelo sistema de controle do capital sobre o trabalho e difundidas nas diferentes dimensões da vida social, em que se situam a “ajuda” e o “participacionismo”, mediados pelas ações assistenciais na reprodução do trabalhador, como elementos pedagógicos nucleares na construção e desenvolvimento do projeto profissional tradicional; sejam as propostas pedagógicas de resistência e emancipação da classe trabalhadora cujo núcleo central é o direito ao trabalho, que requisita dentre outros instrumentos, a mobilização e a educação popular para a formação de uma vontade coletiva nacional-popular (ABREU, 2010), - respaldam os avanços e consolidação do projeto ético-político profissional desde os anos 1980, pautado na luta pela emancipação humana que passa pelas conquistas democráticas no campo dos direitos sociais (ABREU, 2011, p. 03).

Dessa forma, vale ressaltar que a construção do trabalho profissional do assistente social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais é impulsionada e tensionada pelas contradições que conformam as condições de subsistência e resistência da classe trabalhadora. Num cenário marcado pela reestruturação produtiva do capital, que traz diversos impactos negativos na gestão das políticas sociais, as quais vêm se tornando cada vez mais paliativas, reforçando um aspecto de alívio da pobreza.

Embora inseridos em um contexto adverso, nas últimas décadas, os assistentes sociais têm colaborado, notavelmente, para a constituição de uma nova cultura do direito e da cidadania, opondo-se ao conservadorismo e identificando nas políticas sociais, por exemplo, possibilidades de ampliação dos direitos nesta sociabilidade (YAZBEK, 2009).

A apreensão das tendências que foram incorporadas pela profissão ao longo de sua trajetória histórica é de suma importância para compreendermos como se configura o trabalho profissional na contemporaneidade, assim como suas bases teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas. Em concordância com Yazbek (2009, p. 145), consideramos que devemos “compreender diferentes posicionamentos, lógicas e estratégias que permearam o pensamento e ação profissional do serviço social em sua trajetória e que persistem até os dias atuais com novas articulações, expressões e redefinições”.

A presença do pluralismo nos referenciais teórico-metodológicos e interventivos é uma questão a ser problematizada, visto que desde a década de 1980 têm-se configurado enquanto “objeto de polêmicas e reflexões do Serviço Social” (YAZBEK, 2009, p. 152). Há um confronto entre os diferentes referenciais, todavia o referencial embasado na tradição marxista tem apresentado uma direção hegemônica na profissão.

Na contemporaneidade podemos identificar a existência de diversas matrizes teóricas que disputam a direção ideológica na sociedade. Simionatto (2009) apresenta duas grandes tendências opostas dentro do Serviço Social, uma reforça o neoconservadorismo, que se inspira nas tendências pós-modernas; enquanto a outra está embasada na tradição marxista, buscando uma compreensão da realidade em sua totalidade. Cada uma destas tendências traz impactos diversos e distintos para a ação profissional. Nas palavras de Simionatto (2009, p. 18-19):

O Serviço Social defronta-se, portanto, com duas grandes tendências teóricas: uma vinculada ao fortalecimento do neoconservadorismo inspirado nas tendências pós-modernas, que compreende a ação profissional como um campo de fragmentos, restrita às demandas do mercado de trabalho, cuja apreensão requer a mobilização de um corpo de conhecimentos e técnicas que não permite extrapolar a aparência dos fenômenos sociais; e outra relacionada à tradição marxista, que compreende o exercício profissional a partir de uma perspectiva de totalidade, de caráter histórico-ontológico, remetendo o particular ao universal e incluindo as determinações objetivas e subjetivas dos processos sociais. O fortalecimento de uma ou outra dessas perspectivas depende, entre outros fatores, da qualificação teórico-metodológica e técnico-operativa dos profissionais e de suas opções ético-políticas, no sentido de compreender o significado e as implicações dessas propostas para o futuro da profissão diante dos complexos desafios postos pelo século XXI.

Mediante o embate entre tais vertentes, cabe ao profissional em seu espaço sócio-ocupacional, se ater para uma perspectiva que não atenda somente as demandas de forma imediatista. Para uma ação profissional qualificada, é essencial que se busque sempre uma reflexão crítica da realidade, para além da aparência dos fenômenos, procurando compreendê-los em sua totalidade. Logo, torna-se necessário romper com a lógica do pensamento pós-moderno, a qual

[...] está intimamente relacionada a um novo tipo de hegemonia ideológica nesse estágio do capital globalizado. Fundamentada nas teorias do fragmentário, do efêmero, do descontínuo, fortalece a alienação e a reificação do presente, fazendo-nos perder de vista os nexos ontológicos que compõe a realidade social e distanciando-se cada vez mais da compreensão totalizante da vida social (SIMIONATTO, 2009, p. 08).

Nesse sentido, é importante nos atentarmos para algumas características da pós-modernidade. Segundo Wood (1999) os pensadores pós-modernos apontam para o fim da modernidade, bem como de suas ideologias, uma vez que consideram que estas não têm mais aplicabilidade. Na perspectiva pós-moderna, observa-se a defesa de um pluralismo que se expressa nas diferenças e na pluralidade das lutas sociais contra os diversos tipos de opressão, além disso, há a defesa de que na modernidade, o universalismo iluminista retira do homem a sua identidade e os seus valores.

Em relação a esta perspectiva, Yazbek (2009, p. 157) analisa que

A abordagem pós-moderna dirige sua crítica à razão afirmando-a como instrumento de repressão e padronização, propõe a superação das utopias, denuncia a administração e o disciplinamento da vida, recusa a abrangência das teorias sociais com suas análises totalizadoras e ontológicas sustentadas pela razão e reitera a importância do fragmento, do intuitivo, do efêmero e do micros social (em si mesmos) restaurando o pensamento conservador e antimoderno. Assim ao afirmar a rejeição à ciência o pensamento pós-moderno rejeita as categorias da razão (da Modernidade) que transformaram os modos de pensar da sociedade, mas não emanciparam o homem, não o fizeram mais feliz e não resolveram de sociedade que se complexificam e se desagregam. O pensamento pós-moderno busca resgatar valores negados pela modernidade e cria um universo descentrado, fragmentado, relativo e fugaz.

Nessa acepção, Wood (1999) afirma que os autores pós-modernos possuem uma perspectiva que desconsidera a análise da história na compreensão dos processos sociais. Nesse sentido ocorre a substituição do mediato pelo imediato, o que leva a construção de lutas fragmentadas e pequenas, sem considerar o processo de luta de classes presente na sociedade capitalista. Sendo assim, não há uma perspectiva classista, mas sim de respeito às diferentes identidades.

Simionatto (2009) apresenta uma análise sobre as transformações ocorridas a partir da pós-modernidade, refletindo que:

As transformações societárias desencadeadas nas últimas décadas do século XX e seus desdobramentos no início do século XXI, sob o domínio do capitalismo financeiro e da sua afirmação enquanto sistema hegemônico, exacerbaram os problemas e as contradições em todas as esferas da vida social. A razão dialética, até então afirmada como o instrumento por excelência para se analisar a realidade social, é desqualificada em favor das tendências fragmentárias e em detrimento dos sistemas globalizantes de explicação do mundo. A produção do conhecimento passa a centrar-se nas “práticas discursivas”, no superdimensionamento do cotidiano, na tematização sobre os “novos sujeitos sociais”, enfeixados na ideia de um novo paradigma que toma a realidade como um “caleidoscópio de micro-objetos” incapazes de ser captados a partir das perspectivas teóricas totalizantes. No campo das ciências sociais, desencadeiam-se polêmicas metodológicas, buscando-se convencer que as abordagens individualistas e culturalistas permitem uma aproximação maior com o mundo vivido pelos sujeitos sociais. Prioriza-se a esfera da cultura como chave das análises dos fenômenos contemporâneos, deslocada, no entanto, da totalidade social (SIMIONATTO, 2009, p. 5-6).

Outro elemento que precisa ser exposto refere-se à afirmação apresentada por autores pós-modernos sobre a existência de uma crise do marxismo, os quais se apoiam nessa ideia com o intuito de legitimar o pensamento pós-moderno e suas teorias. Para isso, argumentam que há a falência do marxismo, alegando, por exemplo, que ele não dá mais conta de explicar a realidade e, por isso, esta não é conhecida em sua totalidade. Vale ressaltar que, a defesa da “suposta” crise do marxismo, pode ser considerada funcional ao pensamento pós-moderno (EVANGELISTA, 1992).

Esse período histórico é marcado pela consolidação do capitalismo, onde a ideologia dominante tornou-se vitoriosa. Nesse contexto, a crise estrutural está presente, mas não há uma crise que ameace efetivamente o modo de produção capitalista no sentido de sua superação. A ideologia dominante encontra-se fortalecida, há uma hegemonia ideológica que se apresenta de modo mais evidente. Nesse cenário, há também o enfraquecimento das formas de mobilização social.

O pós-modernismo implica uma rejeição categórica do conhecimento totalizante e de valores “universalistas” - incluindo as concepções ocidentais de “racionalidade”, ideias gerais de igualdade (sejam elas liberais ou socialistas) e a concepção marxista de emancipação humana geral. Ao invés disso, os pós-modernistas enfatizam a “diferença”: identidades particulares, tais como sexo, raça, etnia, sexualidade, suas opressões e lutas distintas, particulares e “conhecimentos” particulares, incluindo mesmo ciências específicas de alguns grupos étnicos (WOOD, 1999, p. 12).

Ou seja, o pensamento pós-moderno rejeita o conhecimento totalizante, descartando qualquer possibilidade de emancipação humana,⁴⁸ o que fica claro em suas ideias, as quais defendem e reforçam as lutas embasadas em identidades particulares, totalmente esvaziadas de uma perspectiva da luta de classes. Além disso, reforça os mecanismos de alienação.

A influência do pensamento pós-moderno na atualidade precisa ser confrontada e ultrapassada, visto que esta enfraquece o sentido da luta de classes, e volta-se para questões pontuais. Desse modo, as ações profissionais apoiadas na perspectiva da pós-modernidade tendem a manter-se no nível da imediatividade, a partir de uma prática irrefletida. As ações socioeducativas sob esta ótica propendem a não contribuir com a formação de consciência crítica nos sujeitos, mas sim a reproduzirem a ideologia predominante nesta ordem societária.

Assim sendo, é importante que sejam traçadas estratégias de atuação articuladas ao projeto ético-político da profissão, bem como o planejamento de ações profissionais de cunho socioeducativo, que ultrapassem a lógica da pós-modernidade e contribuam para o fortalecimento dos interesses da classe trabalhadora.

Conforme analisa Simionatto (2009), o Serviço Social, ao ter um projeto ético-político comprometido com a defesa da transformação social da ordem vigente e, também, com a classe trabalhadora, afasta-se das estruturas dos conhecimentos das vertentes pós-modernas e de seus padrões culturais. Desse modo, opta pelo projeto de modernidade, como explicita Simionatto (2009, p. 16):

Evidencia-se a opção do Serviço Social pelo projeto da modernidade, pautado na “razão crítica” na apreensão do “processo histórico como totalidade”, a partir de um “rigoroso trato teórico, histórico e metodológico” (ABEPSS, 1996, p. 7), e de uma prática profissional situada para além da racionalidade instrumental, sustentáculo da ordem capitalista. Ampliaram-se os conhecimentos sobre os processos sociais contemporâneos, as particularidades da constituição e do desenvolvimento do capitalismo, do Estado, da sociedade civil, do trabalho, da pobreza, da desigualdade, da democracia, da cidadania, das políticas sociais e do próprio Serviço Social.

Todavia, como analisa Simionatto (2009) as mudanças ocorridas a partir da inserção do país na agenda neoliberal trouxeram impactos que representam uma ameaça aos pressupostos estruturantes do projeto ético-político da profissão. Os desdobramentos decorrentes da ofensiva neoliberal apresentam no mínimo duas tendências:

48 Partimos da compreensão de que a emancipação humana só é possível com a superação da atual ordem societária, visto que pressupõe a eliminação da desigualdade social, da propriedade privada, e dos mecanismos de exploração.

[...] a primeira no plano do conhecimento, mediante o constante questionamento da teoria marxista e da “razão dialética” e o fortalecimento da razão instrumental e do pensamento conservador, rearticulados pelas tendências pós-modernas; a segunda no âmbito do exercício profissional, cujas manifestações evidenciam-se seja na alteração das condições de trabalho dos Assistentes Sociais, seja nas “novas” demandas encaminhadas à profissão e nas respostas mobilizadas para respondê-las (SIMIONATTO, 2009, p. 16).

Mediante os elementos já expostos, identificamos que é importante que o assistente social se atente para os elementos presentes na dinâmica da realidade nos marcos do capitalismo. Também compreendemos que o trabalho profissional do assistente social pode contribuir na construção de um desvendamento pelos sujeitos com os quais trabalha dos fenômenos que perpassam a sociedade, que reproduzem a alienação, por meio do desenvolvimento de ações socioeducativas norteadas por uma perspectiva crítica de análise da realidade em sua totalidade, que visem a formação de uma consciência crítica. Para isso, é necessário compreendermos tais processos, que serão explicitados a seguir.

2.3.1 PROCESSOS DE ALIENAÇÃO E CONSCIÊNCIA

Para refletirmos sobre os processos de alienação e consciência é importante compreendermos que é na esfera da vida cotidiana que estes se desenvolvem. A vida cotidiana possui múltiplas características, as quais são descritas por Carvalho (2012, p. 14) como:

a vida dos gestos, relações e atividades rotineiras de todos os dias; um mundo de alienação; um espaço do banal, da rotina e da mediocridade; o espaço privado de cada um, rico em ambivalências, tragicidades, sonhos, ilusões; um modo de existência social fictício/real, abstrato/concreto, heterogêneo/homogêneo, fragmentário/hierárquico; a possibilidade ilimitada de consumo sempre renovável; o micromundo social que contém ameaças e, portanto, carente de controle e programação política e econômica; um espaço de resistência e possibilidade transformadora.

Podemos compreender que é no cotidiano que o trabalho profissional do assistente social se desenvolve, sendo influenciado por diversos fatores que compõem a realidade social. É também no âmbito do cotidiano que os sujeitos usuários vivem as refrações da “questão social”. Além disso, é no cotidiano que se reproduz a alienação, assim como é neste âmbito que estão as possibilidades para romper com esta alienação e transformar a realidade.

Carvalho (2012, p. 14) destaca a complexidade, a contraditoriedade e a ambiguidade que estão presentes na vida cotidiana, ou seja, “na vida de todos os dias e de todos os homens”. Sendo que, o trabalho profissional do assistente social

se faz com e na vida cotidiana das classes subalternas no contexto da sociabilidade do capital.

Segundo Carvalho (2012) – com base nos estudos de Lefebvre – para se compreender a vida cotidiana, há três perspectivas convergentes que necessitam ser consideradas: a primeira refere-se à busca do real e da realidade; a segunda é concernente à totalidade; e a terceira diz respeito às possibilidades da vida cotidiana como motora de transformações sociais. Considerando a perspectiva crítico-dialética podemos afirmar que tais perspectivas se complementam. Desse modo, pode-se inferir que no âmbito da vida cotidiana há a possibilidade de se projetar transformações, para isso faz-se necessário desvendar a realidade, considerando-se à totalidade.

Netto (2012, p. 67), referenciado em Lukács, afirma que “a vida cotidiana é insuprimível”, sendo assim, “não há sociedade sem cotidianidade, não há homem sem vida cotidiana”. Logo esta perpassa todas as esferas da vida em sociedade, sendo composta por várias determinações.

Sob a ótica lukacsiana, Netto (2012) ressalta que a cotidianidade possui determinações fundamentais, a saber: a heterogeneidade, a imediaticidade e a superficialidade extensiva. Agnes Heller (1992), discípula de Lukács, também estudou estas determinações, aprofundando-as e ampliando-as. Assim, Heller (1992) apresenta momentos característicos do comportamento e do pensamento cotidianos, melhor dizendo, da vida cotidiana, destacando a espontaneidade, o economicismo, o pragmatismo, a ultrageneralização, o juízo provisório, a analogia, os precedentes, a mimese e a entonação.

A heterogeneidade, estudada por Lukács, relaciona-se ao caráter heterogêneo da vida cotidiana, onde “se movimentam fenômenos e processos de natureza compósita (linguagem, trabalho, interação, jogo, vida política e vida privada etc.)” (NETTO, 2012, p. 67). Nesse sentido, Heller (1992, p. 18) ressalta que se constituem partes orgânicas da vida cotidiana “a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação”. Ademais, a significação da vida cotidiana não apenas é heterogênea como também é hierárquica. Sendo que, de modo distinto da heterogeneidade, “a forma concreta da hierarquia não é eterna e imutável, mas se modifica de modo específico em função das diferentes estruturas econômico-sociais” (HELLER, 1992, p. 18).

A imediaticidade refere-se à forma em que os homens agem na vida cotidiana, tal ação envolve responder de modo ativo o padrão de comportamento específico da cotidianidade, que consiste na correlação direta entre pensamento e ação. Observa-se que “a conduta específica da cotidianidade é a conduta imediata, sem a qual os automatismos e o espontaneísmo necessários à reprodução do indivíduo enquanto tal seriam inviáveis” (NETTO, 2012, p. 68).

Já a superficialidade extensiva refere-se ao fato de a vida cotidiana mobilizar “em cada homem todas as atenções e todas as forças, mas não a atenção e toda a força”; assim a sua heterogeneidade e a sua imediatividade requerem que o sujeito crie respostas considerando “o somatório dos fenômenos que aparecem em cada situação precisa, sem considerar as relações que os vinculam” (NETTO, 2012, p. 68).

Segundo Heller (1992, p. 29-30), “a característica dominante da vida cotidiana é a espontaneidade”, sendo esta a “tendência de toda e qualquer forma de atividade cotidiana”; logo, esta característica dominante define “tanto as motivações particulares (e as formas particulares de atividade) quanto as atividades humano-genéricas que nela têm lugar”.

Em conformidade com Heller (1992, p. 30), a atuação do homem na vida cotidiana ocorre sobre a base da probabilidade, ou seja, da possibilidade; desse modo, “entre suas atividades e as consequências delas, existe uma relação objetiva de probabilidade”. A ação realizada sobre esta base revela também o economicismo da vida cotidiana, isto significa dizer que:

Toda categoria da ação e do pensamento manifesta-se e funciona exclusivamente enquanto é imprescindível para a simples continuação da cotidianidade; normalmente, não se manifesta com profundidade, amplitude ou intensidade especiais, pois isso destruiria a rígida “ordem” da cotidianidade. E, quando efetivamente se manifesta com maior intensidade, dissolve fatalmente essa ordem, tanto nos casos em que tende “para cima”, elevando-nos ao humano genérico, fato que jamais pode caracterizar a totalidade de nossa vida, quanto naqueles em que tende “para baixo”, a ponto de [...] incapacitar-nos para a vida (HELLER, 1992, p. 31).

Heller (1992, p. 31-32) compreende que “o pensamento cotidiano orienta-se para a realização de atividades cotidianas”, dessa maneira, pode-se considerar a existência de uma “unidade imediata de pensamento e ação na cotidianidade”. Esta unidade leva a ausência de distinção entre “correto” e “verdadeiro” na cotidianidade. Assim, para a autora a atitude da vida cotidiana é, portanto, totalmente pragmática. Desse modo, as atividades dos homens são acompanhadas por uma determinada fé ou determinada confiança. Além disso, Heller (1992, p. 46) reflete que: “A estrutura pragmática da vida cotidiana tem consequências mais problemáticas quando se coloca em jogo a orientação nas relações sociais”. Isto posto, é importante compreender que:

O pensamento cotidiano apresenta-se repleto de pensamentos fragmentários, de material cognoscitivo e até de juízos que nada têm a ver com a manipulação das coisas ou com nossas objetivações coisificadas, mas que se referem exclusivamente a nossa orientação social. [...] (Naturalmente, a atividade individual é aqui muito poucas vezes completamente individual; em geral é uma projeção das aspirações e dos interesses de uma camada ou classe social). Até mesmo os juízos e pensamentos objetivamente menos verdadeiros podem resultar corretos

na atividade social, quando representarem os interesses da camada ou classe a que pertence o indivíduo e, desse modo, facilitarem a esse a orientação ou a ação correspondente às exigências cotidianas da classe ou camada em questão (HELLER, 1992, p. 32).

Como já mencionado, também é uma característica marcante do pensamento cotidiano a ultrageneralização, a qual se expressa mediante juízos ultrageneralizadores, os quais são “juízos provisórios que a prática confirma ou, pelo menos, não refuta, durante o tempo em que, baseados neles, formos capazes de atuar e de nos orientar” (HELLER, 1992, p. 34). Os juízos provisórios, assim como os preconceitos, são exemplificações de ultrageneralização. Mediante isso, é fundamental apreender que:

Sempre reagimos a situações singulares, respondemos a estímulos singulares e resolvemos problemas singulares. Para podermos reagir, temos de subsumir o singular, do modo mais rápido possível, sob alguma universalidade; temos de organizá-lo em nossa atividade cotidiana, no conjunto de nossa atividade vital; em suma, temos de resolver o problema. Mas não temos tempo para examinar todos os aspectos do caso singular, nem mesmo os decisivos: temos de situá-lo o mais rapidamente possível graças à ajuda dos vários tipos de ultrageneralização (HELLER, 1992, p. 35).

De acordo com Heller (1992), é mediante este processo que se recorre à analogia, visto que é uma das principais formas, por meio da qual se realiza o conhecimento cotidiano do homem. “Tão-somente a posteriori torna-se “evidente” na prática que podemos dissolver aquela analogia e conhecer o fenômeno singular – nesse caso, o homem em questão – em sua concreta totalidade e, assim, avaliá-lo e compreendê-lo” (HELLER, 1992, p. 35).

Em relação ao juízo provisório de analogia, Heller (1992) reflete que este pode solidificar-se enquanto preconceito, por conseguinte, “pode ocorrer que já não prestemos atenção a nenhum fato posterior que contradiga abertamente nosso juízo provisório, tanto podemos nos manter submetidos à força de nossas próprias tipificações, de nossos preconceitos” (HELLER, 1992, p. 35).

Segundo Heller (1992, p. 44), é possível chegar à ultrageneralização de duas maneiras: tanto ao assumir “estereótipos, analogias e esquemas” pré-elaborados; quanto por características “impostas” pelo ambiente em que se cresce, sendo que somente a partir de uma consciência crítica, que requer tempo para sua construção, há a possibilidade de compreender a dinâmica desta determinação.

Heller (1992) também destaca a presença do uso de precedentes, considerado “um ‘indicador’ útil para nosso comportamento, para nossa atitude”, contribui, principalmente, para o conhecimento de determinada situação, apresentando aspectos negativos, unicamente quando não corrobora para a captação do novo e das características únicas de certa situação.

Conforme Heller (1992), a imitação é uma característica própria da vida cotidiana, haja vista que:

Na assimilação do sistema consuetudinário, jamais procedemos meramente “segundo preceitos”, mas imitamos os outros; sem mimese, nem o trabalho nem o intercâmbio seriam possíveis. Como sempre, o problema reside em saber se somos capazes de produzir no campo da liberdade individual de movimentos *no interior* da mimese, ou, em caso extremo, de *deixar de lado* completamente os costumes miméticos e configurar novas atitudes. Naturalmente, existem na vida cotidiana setores nos quais não é necessária a individualização da mimese, bem como épocas nas quais ela se torna supérflua; ademais, os tipos e os graus de individualização são necessariamente diversos nas várias esferas vitais, nas diferentes épocas e situações (HELLER, 1992, p. 36, grifo da autora).

Além desta característica, Heller (1992, p. 36) ressalta a entonação, a qual tem significativa relevância na vida cotidiana, “tanto na configuração de nosso tipo de atividade e de pensamento quanto na avaliação dos outros, na comunicação, etc.”. A partir da entonação, o indivíduo ao se inserir em determinado meio “produz uma atmosfera tonal específica em torno dele e que continua depois a envolvê-lo”.

Isto posto, é importante compreender que a vida cotidiana não é necessariamente alienada, existem possibilidades de participação consciente dos indivíduos nos processos sociais, embora constitua-se um enorme desafio na sociabilidade do capital. Para melhor compreendermos esta reflexão, observemos a seguinte análise:

Mas a estrutura da vida cotidiana, embora constitua indubitavelmente um terreno propício à alienação, *não é de nenhum modo necessariamente alienada*. Sublinhemos, mais uma vez, que as formas de pensamento e comportamento produzidas nessa estrutura podem perfeitamente deixar ao indivíduo uma margem de movimento e possibilidades de explicitação, permitindo-lhe – enquanto unidade consciente do humano-genérico e do individual-particular – uma condensação “prismática”, por assim dizer, da experiência da cotidianidade e nelas objetivar-se. Nesse caso, o ser e a essência não se apresentam separados e as formas de atividade da cotidianidade não aparecem como formas alienadas, na proporção em que tudo isso é possível para os indivíduos de uma dada época e no plano máximo da individualidade – e, por conseguinte, do desenvolvimento do humano-genérico – características de tal época. Quanto maior for a alienação produzida pela estrutura econômica de uma sociedade dada, tanto mais a vida cotidiana irradiará sua própria alienação para as demais esferas.

Existe alienação quando ocorre um abismo entre o desenvolvimento humano-genérico e as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos humanos, entre a produção humano-genérica e a participação consciente do indivíduo nessa produção (HELLER, 1992, p. 38, grifo da autora).

Isto posto, compreendemos que com a instauração do modo de produção capitalista e suas determinações originou-se o fenômeno geral da alienação. Barroco

(2008) ressalta que para Marx a desapropriação do homem dos meios de produção e a instituição da propriedade privada criaram as condições de alienação. Assim, o trabalhador deixa de se reconhecer no objeto de seu trabalho, em que a relação entre o trabalho e seu produto apresenta-se ao trabalhador como se existisse independentemente dele; gerando um estranhamento também em relação ao próprio trabalhador.

Nesse sentido, o fenômeno da alienação pode ser considerado função das relações sociais de produção e dominação, se apresentando tanto na objetivação do trabalho, visto que o trabalho se torna alienado, e a força de trabalho se transforma em mercadoria; quanto na objetivação das relações sociais, que foram reduzidas a instrumentos de dominação e opressão. Assim, nos marcos do capitalismo, “a alienação contamina e sufoca a vida cotidiana” (CARVALHO, 2012, p. 40).

A ideologia disseminada pelo capitalismo, que expressa uma direção social de reafirmação da ordem vigente, “é fortemente penetrante em nosso cotidiano, como sedução constante do progresso, de possuir e usufruir bens materiais que encarnam o “todo dia”, ameaçando outras direções sociais possíveis” (CARVALHO, 2012, p. 56). Haja vista que tal dinâmica contribui para a formação de uma consciência alienada nos indivíduos.

Assim sendo, Barroco (2008, p. 37, grifos da autora) destaca que “*a propriedade privada e a divisão social do trabalho são situadas como determinações fundantes da alienação, assim como o sistema de trocas, a valorização da posse e o dinheiro*”. Fundamentada em Marx (1844), a autora caracteriza a alienação como:

[...] a expressão de um fenômeno geral que – surgindo a partir do nascimento da propriedade privada e da divisão social do trabalho, quando o trabalho se converte em meio de exploração e o seu produto em objeto alheio – se objetiva através do não reconhecimento dos homens em suas ações, de um estranhamento do indivíduo, em face de si mesmo e dos outros homens, e de outras manifestações indicativas de não apropriação – por parte dos indivíduos – de sua condição de sujeitos da práxis (BARROCO, 2008, p. 37).

Battomore (1988) também apresenta a compreensão de alienação em Marx, considerando-a como:

[...] ação pela qual (ou estado no qual) um indivíduo, um grupo, uma instituição ou uma sociedade se tornam (ou permanecem) alheios, estranhos, enfim, alienados [1] aos resultados ou produtos de sua própria atividade (e à atividade ela mesma), e/ou [2] à natureza na qual vivem, e/ou [3] a outros seres humanos, e – além de, e através de, [1], [2] e [3] – também [4] a si mesmos (às suas possibilidades humanas constituídas historicamente). Assim concebida, a alienação é sempre alienação de si próprio ou autoalienação, isto é, alienação do homem (ou de seu ser próprio) em relação a si mesmo (às suas possibilidades humanas), através dele próprio (pela sua própria atividade). E a alienação de si mesmo não é apenas uma entre

outras formas de alienação, mas a sua própria essência e estrutura básica. Por outro lado, a “autoalienação” ou alienação de si mesmo não é apenas um conceito (descritivo), mas também um apelo em favor de uma modificação revolucionária do mundo (desalienação) (BATTOMORE, 1988, p. 18-19).

Para Marx existem diversas formas de alienação humana, que representam aspectos distintos da alienação do homem. O homem aliena os produtos de sua atividade moral, que se expressa por meio da filosofia, do senso comum, da arte, da moral; aliena os produtos de sua atividade econômica, representados pela mercadoria, pelo dinheiro, pelo capital; assim como aliena os produtos de sua atividade social, identificados na forma do Estado, do direito, das instituições sociais. Além disso, o homem “se aliena a si próprio da atividade humana mesma pela qual esses produtos são criados, da natureza na qual vive e dos outros homens” (BATTOMORE, 1988, p. 21).

Nos dizeres de Marx nos Manuscritos econômicos e filosóficos, Primeiro Manuscrito, apud Battomore (1988, p. 21), encontra-se a seguinte análise:

Assim como o trabalho alienado [1] aliena do homem a natureza e [2] aliena o homem de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital, ele o aliena da própria espécie (...) [3] (...). Ele (o trabalho alienado) aliena do homem o seu próprio corpo, sua natureza externa, sua vida espiritual e sua vida humana (...). [4] Uma consequência direta da alienação do homem com relação ao produto de seu trabalho, a sua atividade vital e à vida de sua espécie é o fato de que o homem se aliena dos outros homens (...). Em geral, a afirmação de que o homem está alienado da vida de sua espécie significa que todo homem está alienado dos outros e que todos os outros estão igualmente alienados da vida humana (...). Toda alienação do homem de si mesmo e da natureza surge na relação que ele postula entre outros homens, ele próprio e a natureza.

Convém observar que a alienação não ocorre apenas em relação ao produto, mas no processo de trabalho como um todo. No trabalho alienado, os homens continuam a trabalhar conjuntamente, porém, se estranham, criando formas de sociabilidade fragmentadas.

Marx considera que a divisão da sociedade em esferas independentes e conflitantes de forma mútua, que englobam a economia, a política, o direito, a moral, a religião, dentre outras, além de haver o predomínio da esfera econômica, são particularidades de uma sociedade alienada. Nesse sentido, Battomore (1988, p. 24) ressalta que: “A desalienação da própria sociedade é, portanto, impossível, sem a abolição da alienação que as diferentes atividades humanas guardam umas das outras”.

Uma vez que a atividade humana é alienada, seu aspecto social e consciente é negado, bem como sua liberdade e universalidade tornam-se limitadas. Cria-se assim, uma espécie de servidão do trabalhador, que depende do trabalho para existir e para

sobreviver fisicamente. Dessa forma, *“a vida genérica do homem é negada quando o trabalho se transforma em instrumento de pura sobrevivência”* (BARROCO, 2008, p. 35, grifo da autora).

No processo de alienação do trabalho, “o trabalhador fica mais pobre em função da riqueza que produz; cria mercadorias e se torna – ele mesmo – uma mercadoria como outra qualquer” (BARROCO, 2008, p. 32).

De acordo com os apontamentos de Barroco (2008), a mercadoria é misteriosa, haja vista que, esconde as características sociais do trabalho humano no seu processo de produção, assim, ocultam-se as relações sociais envolvidas no processo de produção. Desse modo, as relações sociais existentes no processo de produção são coisificadas, apresentando-se como relações entre coisas e não entre homens. É nesse contexto que se desenvolve a exploração do trabalho no capitalismo, que se efetiva com a criação de mais-valia proveniente do trabalho excedente dos homens, o que torna possível a acumulação de capital. Assim sendo, a expropriação e o fetiche do trabalho estão presentes nas relações sociais existentes no capitalismo desenvolvido, marcadas pela coisificação ou reificação.

Como as suas formas contemporâneas de estranhamento ou alienação atingem, além do espaço da produção, também a esfera do consumo, a esfera da vida fora do trabalho, o chamado tempo livre é, em boa medida, um tempo também submetido aos valores do sistema produtor de mercadorias e das suas necessidades de consumo, tanto materiais como imateriais (ANTUNES, 2011, p. 203).

Logo, a reprodução do fetiche da mercadoria na sociedade capitalista avançada ocorre em todas as relações sociais e dimensões da vida social. Sendo assim, “o fetiche da forma mercadoria não se restringe à esfera da produção, mas passa a dominar todas as esferas da vida social” (BARROCO, 2008, p. 46).

Segundo Heller (1992, p. 54), “as classes dominantes desejam manter a coesão de uma estrutura social que lhes beneficia e mobilizar em seu favor inclusive os homens que representam interesses diversos”, inclusive desejam subordinar ideologicamente as classes dominadas, uma vez que isto é fundamental para manutenção e reprodução da lógica capitalista e dos padrões de alienação.

Mendes (2014), ao reflexionar sobre o cotidiano, destaca que este se encontra saturado dos processos alienantes sob o jugo do capitalismo, haja vista que a alienação está presente em todas as esferas. Entretanto, é possível criar mecanismos de resistência a esta alienação. Nesse sentido, considerando que os determinantes da vida cotidiana são dados pela sociedade capitalista, é necessário fazer uma reflexão crítica do cotidiano. A autora afirma que por meio de reflexões críticas a respeito do agir profissional é possível uma suspensão temporária dos determinantes impostos pelo cotidiano da sociedade capitalista. Logo, no cotidiano estão presentes tanto os limites quanto às possibilidades para transpor o nível da alienação. É importante ressaltar que o Serviço

Social tem uma particularidade que visa a universalidade, conforme o projeto ético-político da profissão. Portanto, a saída do cotidiano deve ser coletiva, e não individual.

Por conseguinte, as reflexões propositivas de Mendes (2014) apontam para o campo da suspensão temporária do cotidiano, em que há a possibilidade de subsumir os determinantes do cotidiano por meio de ações mais homogêneas alinhadas ao projeto profissional do Serviço Social. A autora destaca que é preciso reconhecer que há uma contradição inerente ao surgimento da nossa profissão, que é explicada por seu caráter contraditório. Ressalta que é necessário entender também a forma de organização do espaço sócio-ocupacional, bem como as determinações da política para poder propor ações. Destaca que somente o método materialista-dialético nos permite fazer essa reflexão. Outro elemento apontado pela autora refere-se à necessidade de superação da imediatividade e do pragmatismo da vida cotidiana. Assim, faz-se necessário reconhecer a realidade em suas múltiplas determinações, não apenas na aparência. Ademais, é fundamental reconhecer que nossa profissão é contraditória, uma vez que somos contratados para atender as demandas do capital e dos usuários, à vista disso é preciso criar mediações alicerçadas em nosso projeto ético-político para fortalecer os interesses da classe trabalhadora.

Isto posto, considerando que a vida cotidiana se insere na história, constatamos que ela se modifica e modifica as relações sociais, porém *“a direção destas modificações depende estritamente da consciência que os homens portam de sua ‘essência’ e dos valores presentes ou não ao seu desenvolvimento”* (CARVALHO, 2012, p. 29, grifo da autora). Dessa forma, o processo de conscientização é elementar para romper com a alienação. É necessário desvendar os mecanismos repletos de alienação instituídos pelo capitalismo, presente nas diversas esferas da vida social, para se elaborar estratégias para confrontá-los. Logo, é preciso compreender a dinâmica da realidade social em sua totalidade, visando a transformação social.

Nesse sentido, no cotidiano de trabalho do assistente social é possível que este, a partir de uma apreensão crítica da realidade – compreendendo o processo de alienação – crie estratégias de intervenção junto às classes subalternas embasadas no projeto ético-político da profissão, o qual revela um direcionamento social e político que visa transpor o âmbito da alienação, da desigualdade, da subordinação, da dominação. Desse modo, reafirmamos os preceitos de nosso Código de Ética, que *“supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação”* (CFESS, 1993, p. 23). Mediante isso, compreendemos que a dimensão socioeducativa alicerçada em nosso projeto profissional possibilita uma prática refletida e o planejamento de ações profissionais de cunho socioeducativo que visem ultrapassar o nível da imediatividade, objetivando contribuir para os processos de formação de consciência das classes subalternas.

Vale ressaltar algumas características acerca do processo de consciência para termos mais clareza de sua significância, para tanto, Iasi (2011) contribui com a seguinte análise:

Quando conhecemos a consciência como processo, sabemos que ela só pode se formar, em um primeiro momento, como conformação dos indivíduos a uma determinada ordem societária. No entanto, os meios pelos quais esta sociedade molda as consciências são os mesmos que permitem que os seres humanos, na continuidade de sua vida, entrem em contradição com os valores anteriormente interiorizados podendo, em determinadas situações, produzir alterações qualitativas no processo da consciência. Os contextos grupais, desde os mais imediatos até os mais abrangentes que podem chegar a pertencimento de classe, podem produzir a situação na qual os indivíduos possam ver nos outros suas próprias contradições, permitindo as ações coletivas e a emergência da chamada consciência em si (IASI, 2011, p. 08).

Nesse sentido, reiteramos que podem ser traçadas estratégias que colaborem para romper com os processos de alienação, e, por outro lado, favoreçam o processo de formação de consciência, visando contribuir para que os sujeitos se reconheçam enquanto classe e compreendam que a condição que perpassa suas vidas é algo em comum com os demais indivíduos que compõem a classe trabalhadora e sofrem os rebatimentos da lógica perversa do capital.

Vale dizer que, assim como resalta Barroco (2008, p. 17), nos tempos de desumanização vividos no capitalismo, marcado por diversos processos de alienação, a práxis ética, considerada como “crítica da moral dominante e prática de defesa de direitos e valores emancipatórios”, é possível e também necessária.

Isto posto, é essencial refletir acerca da direção social do trabalho profissional do assistente social em seu cotidiano, visto que esta revela qual polo a profissão deseja fortalecer, ou de fortalecimento dos interesses do capital ou de fortalecimento dos interesses da classe trabalhadora. Ao se ter como horizonte a emancipação humana, o que pressupõe o fim de todas as formas de exploração e dominação, a profissão, hegemonicamente, assumiu um compromisso ético e político com interesses das classes subalternas, desse modo, sua direção social é de ultrapassar esta ordem alienante. Carvalho (2012, p. 55) explicita que: “A direção social que se dá à prática é sem dúvida uma questão fundamental” e ressaltam que “desejamos revolucionar radicalmente nossa realidade brasileira com vistas a suprimir a opressão e a desigualdade”.

Todavia, é importante ter clareza de que

[...] o Serviço Social, enquanto profissão situada na esfera da defesa dos direitos, não possui condições para realizar a superação da ordem capitalista. Todas as ações desenvolvidas pelos assistentes sociais, mesmo que defendam interesses do conjunto dos trabalhadores, cabem muito bem dentro dos limites do sistema vigente. O que o profissional pode construir são intervenções que potencializem,

que contribuam, que reforcem a luta por uma outra sociedade, sendo que essa, na sua essência, precisa ser conduzida pelos trabalhadores (PAULA, 2016, p. 134).

Logo, entender os processos de alienação e consciência presentes no cotidiano é fundamental para que os assistentes sociais possam pensar em ações profissionais de cunho socioeducativo capazes de contribuir para que os usuários, com os quais atuam nos espaços sócio-ocupacionais em que se inserem, reflitam sobre as determinações sociais próprias da sociabilidade capitalista que perpassam a vida cotidiana. Para isso, é fundamental que os profissionais assumam um posicionamento crítico, uma direção social que possibilite a elaboração de ações profissionais de cunho socioeducativo almejando o fortalecimento dos interesses da classe trabalhadora. Corroborando para a ampliação da luta por direitos sociais, pela ampliação das políticas sociais – visto que nos moldes capitalistas isto é necessário –, e, também, visando a transformação social. Diante disso, aprofundarmos nossa apreensão acerca da dimensão socioeducativa do trabalho profissional do assistente social é de grande relevância.

2.4 A DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA DA PROFISSÃO NO CURSO DA HISTÓRIA: UMA APREENSÃO A PARTIR DA FUNÇÃO PEDAGÓGICA

O Serviço Social possui uma dimensão socioeducativa que é constitutiva da profissão, a qual apresenta uma relação transversal com as demais dimensões do trabalho profissional. Desde a gênese da profissão pode-se observar a presença de uma função socioeducativa no trabalho profissional do assistente social, a qual “afeta as concepções, comportamentos e representações das pessoas em relação ao Estado, a sociedade e a si mesmo” (GIAQUETO; LIGABUE; PROENÇA, 2015, p. 05).

No período da gênese da profissão, como vimos, identifica-se uma função socioeducativa que buscava o “enquadramento” social dos sujeitos, baseava-se numa lógica de doutrinação, e a profissão encontrava-se vinculada à Igreja Católica, o que demonstra as bases de práticas educativas conservadoras.

No decorrer da trajetória histórica da profissão, a função socioeducativa que predominava em seu trabalho profissional foi se metamorfoseando. Sobretudo com o processo de renovação crítica do Serviço Social, em que as mudanças no direcionamento da profissão foram se intensificando, e as bases com o tradicionalismo foram se rompendo.

Quando nos referimos a uma função socioeducativa ou função pedagógica de cunho emancipatório é fundamental demarcarmos a extrema relevância da vertente de intenção de ruptura, que representou para a profissão um rompimento com as bases conservadoras em que a profissão se apoiava – todavia estas ainda continuam presentes e em disputa no campo profissional. A partir dessa ruptura, a profissão passa a ter como substrato a perspectiva crítico-dialética, tendo assim, como referência a teoria

social de Marx. Mediante isso, emerge um cenário propício – o qual foi apresentado no item anterior – para a emergência de uma função socioeducativa emancipatória.

Nesse sentido, para fundamentar o debate acerca da dimensão socioeducativa do Serviço Social, é fundamental recorrer à autora Marina Maciel Abreu (2016), para assim, compreendermos as funções pedagógicas presentes na profissão. A autora traz um debate sobre os perfis pedagógicos da prática profissional, trabalhando com a categoria denominada função pedagógica, trazendo como pressuposto básico para este estudo a definição de que

[...] a função pedagógica do assistente social em suas diversidades é determinada pelos vínculos que a profissão estabelece com as classes sociais e se materializa, fundamentalmente, por meio dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nos processos da prática. Tal função é mediatizada pelas relações entre o Estado e a sociedade civil no enfrentamento da questão social, integrada a estratégias de racionalização da produção e reprodução das relações sociais e do exercício do controle social (ABREU, 2016, p. 21).

Além disso,

A função pedagógica desempenhada pelo assistente social inscreve a prática profissional no campo das atividades educativas formadoras da cultura, ou seja, atividades formadoras de um modo de pensar, sentir e agir, também entendido como sociabilidade. A formação da *cultura*, no pensamento gramsciano, adequa-se às necessidades do padrão produtivo e do trabalho, sob a *hegemonia* de uma classe (ABREU; CARDOSO, 2009, p. 01-02, grifos das autoras).

Esta concepção está alicerçada na proposição gramsciana de que “toda relação de hegemonia é eminentemente pedagógica” (GRAMSCI, 1978, apud ABREU; CARDOSO, 2009, p. 03).

Abreu (2016) analisa a função pedagógica do assistente social considerando a conexão orgânica existente entre as relações pedagógicas e a construção de determinada hegemonia, elemento fundamental para compreensão dos diferentes perfis pedagógicos existentes e seus respectivos direcionamentos. Ademais, a autora aponta que para as classes subalternas, a organização da cultura possui a função significativa de organizar o processo de classe para si, ou seja, processo em que é possível que a classe conquiste sua própria consciência, oposta à hegemônica, construindo uma contra-hegemonia.⁴⁹ Contribuindo para esta reflexão, Ammann (2013, p. 37), com base em Gramsci, destaca

49 Compreendemos que existem ideologias em disputa na sociabilidade capitalista, atrelada aos interesses da classe dominante ou aos interesses da classe subalterna. Quando tratamos da ideologia da classe subalterna, é importante situar que esta pode fomentar o processo de construção de uma luta contra-hegemônica, ou seja, que deseja romper com a ordem capitalista, até então hegemônica, e que assim, se construa uma nova forma de sociabilidade.

que: “A hegemonia, exercida pela burguesia, no sistema capitalista, pode vir a ser conquistada pela classe trabalhadora”.

Além do mais, a função pedagógica do assistente social encontra-se relacionada à elaboração e à difusão de ideologias no processo de organização da cultura. Abreu (2016) coloca que a intervenção profissional do assistente social se situa em um cotidiano marcado pelo embate entre as classes sociais antagônicas, por meio da inserção em diversos espaços sócio-ocupacionais: no campo das políticas públicas e privadas, na formulação e gestão de recursos humanos, serviços sociais, e, também, nos processos de luta e resistência das classes subalternas.

Assim, concordamos com Abreu e Cardoso (2009, p. 03) ao afirmarem que: “É inquestionável a função pedagógica desempenhada pelo assistente social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais em que se materializa a prática profissional”. Visto que esta função, que aqui denominamos enquanto dimensão socioeducativa, é constitutiva da profissão, logo, se expressará em qualquer espaço sócio-ocupacional no qual o assistente social desenvolva seu trabalho profissional, podendo assumir um direcionamento crítico ou de reafirmação da ordem vigente, como foi possível identificar em alguns pontos já abordados ao longo deste trabalho e, ademais, como veremos mais adiante.

Nesse sentido,

[...] a função pedagógica desempenhada pelos assistentes sociais na sociedade brasileira, ao longo da sua trajetória histórica, define-se a partir de estratégias educativas postas na luta de classes, em que podemos distinguir: a) as estratégias educativas subalternizantes, vinculadas à necessidade de reprodução das relações de dominação e exploração do capital sobre o trabalho e o conjunto da sociedade; b) as estratégias educativas emancipatórias, vinculadas à necessidade histórica de construção de uma alternativa societária à ordem do capital (ABREU; CARDOSO, 2009, p. 03-04).

É também sob uma perspectiva histórica, que Abreu (2016) apresentará os perfis pedagógicos⁵⁰ que compõem o Serviço Social e a organização da cultura, demarcando suas principais características. Tais perfis pedagógicos encontram-se configurados

50 Closs (2015, p.178), embasada na análise crítica apresentada por Iamamoto (2010)- no livro Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche- em relação a alguns elementos sobre a concepção de “perfis pedagógicos”, aponta que estes são analisados por Abreu considerando o fato de serem polarizados pelos interesses do capital e do trabalho. Sendo assim, “toda ação educativa profissional é perpassada por uma tendência contraditória entre uma direção subalternizante e emancipatória. Logo, reitera-se o entendimento de que não existem “perfis”, mas ações educativas atravessadas pelos interesses antagônicos do capital e do trabalho, contraditórias, porque assim o é o próprio significado do trabalho profissional”. É importante ressaltar que a apreensão de Abreu acerca dos “perfis pedagógicos” pretende demarcar as diferentes formas que a ação profissional adquiriu ao longo da trajetória histórica da profissão, contribuindo enormemente para identificarmos os direcionamentos que a ação profissional pode desenvolver e a qual perspectiva se vincula.

em três princípios: a pedagogia da ajuda, a pedagogia da participação e a pedagogia emancipatória.

A pedagogia da ajuda estabeleceu-se vinculada aos ideais da reforma moral e da reintegração social, marcada pela ajuda psicossocial, tendo como referência o Serviço Social de Caso e seu enfoque no relacionamento interpessoal. A ajuda está presente na profissão desde sua gênese, ao longo dos anos foi se reatualizando em conformidade com as exigências do capitalismo, adequando-se aos novos padrões de acumulação.

A pedagogia da participação é considerada uma expressão da estratégia desenvolvimentista modernizadora que vigorou nos anos 1950/1970 no Brasil, embasava-se no modelo de Desenvolvimento de Comunidade, configurando-se como uma das abordagens do Serviço Social tradicional, em que imperava uma lógica de integração social (ABREU, 2016).

É importante destacar que os elementos que caracterizam a pedagogia da ajuda e a pedagogia da participação continuam presentes na atualidade, embora tenham sido colocados em xeque a partir da apropriação da profissão da perspectiva crítica da teoria social de Marx – e ruptura com o pensamento doutrinador e conservador. Estas podem ser identificadas em determinados direcionamentos e ações profissionais. Vale ressaltar que não possuem tanta expressão, visto que a profissão se embasa, hegemonicamente, em um projeto ético-político, que orienta um trabalho profissional numa perspectiva emancipatória.

Isto posto, faz-se necessário enfatizar que os diferentes perfis pedagógicos – da ajuda, da participação e emancipatório- estão em constante disputa no campo da atuação profissional.

A pedagogia emancipatória surgiu no período marcado pelo movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano, caracterizando-se como uma forma de contestação ao projeto conservador predominante, além de apontar para a criação de estratégias de mobilização, capacitação e organização. Isto posto, consideramos que a compreensão desta perspectiva contribui para se pensar em ações profissionais, inclusive de cunho socioeducativo, comprometidas com os interesses da classe trabalhadora (ABREU, 2016).

De acordo com Abreu (2016), a partir dos anos 1970 a profissão vivenciou uma dinâmica marcada pelas contradições existentes no processo de desenvolvimento do Serviço Social no contexto da sociabilidade capitalista. Nesse sentido, de um lado ocorria a negação das bases conservadoras do Serviço Social, bem como a defesa da construção de um projeto profissional associado às forças progressistas que vislumbravam uma nova ordem social. De outro lado, havia resistência à mudança, sendo este o cenário propício para o retorno de ações conservadoras com base em um projeto profissional acrítico, pautado em valores conservadores.

Cabe destacar que a construção de uma pedagogia emancipatória surgiu num contexto também marcado pela denominada Teologia da Libertação, que buscava estabelecer uma relação entre cristianismo e marxismo. Abreu (2011) fundamentada em Löwy demarca que este processo teve início com uma articulação entre transformações internas e externas à Igreja no período que corresponde ao final dos anos 1950. Tais mudanças são provenientes do processo de radicalização da cultura católica latino-americana, que aconteceram da periferia para o centro da referida instituição. Tal movimento social, juntamente com as formulações pedagógicas de Paulo Freire, trouxeram avanços na perspectiva emancipatória para os assistentes sociais, o que traz impactos para a luta de classes. Como explicita Abreu (2016, p. 156):

Ancorados, predominantemente, no viés marxista da Teologia da Libertação e da articulação desta com as formulações pedagógicas de Paulo Freire – aporte identificado por vários estudos no conjunto dos processos de luta na América Latina –, setores da categoria dos assistentes sociais conseguem fazer avançar os esforços profissionais de vinculação ao movimento de construção de uma pedagogia emancipatória pelas classes subalternas. Esses setores pretendem uma articulação da prática profissional às lutas e organização das classes subalternas, apontando, assim, para uma inserção em processos de organização de uma nova cultura por essas classes.

As comunidades eclesiais de base (CEBs) exemplificam os elementos que compõem esta pedagogia. As CEBs são consideradas expressões precisas de sólidos processos pedagógicos que tiveram grande repercussão no âmbito político-social no Brasil. No período em questão, representou a criação de novos padrões de sociabilidade que tinham como substrato as experiências cotidianas das classes subalternas. Ademais, trouxe contribuições eficazes na constituição de canais de politização das relações sociais.

Deste modo, as experiências das CEBs revelam-se espaços importantes de politização das relações sociais e de intervenção dessas classes no movimento histórico na perspectiva de sua emancipação, processos estes entendidos aqui como principais vetores na constituição de uma pedagogia emancipatória (ABREU, 2016, p. 158).

Outro elemento apresentado por Abreu (2016, p. 164) de grande relevância compreende a análise gramsciana sobre a vinculação existente entre as relações pedagógicas e a questão da hegemonia enquanto relações próprias à preparação e socialização de uma concepção de mundo superior, “de forma que esta se constitua base de ações vitais de uma nova racionalidade fundadora de uma nova sociabilidade, isto é, de uma nova cultura”.

Simionatto (1995) analisa que para Gramsci a hegemonia está associada a uma “direção intelectual e moral”, nos campos da ideia e da cultura, estando relacionada à potencialidade de alcançar o consenso e assim, construir uma nova sociabilidade.

Abreu (2016) também apresenta as mudanças ocorridas nos perfis pedagógicos sob a ótica do capital, fundamentais para compreendermos a forma em que se apresentam na atualidade. A autora descreve que as metamorfoses da “ajuda” e da “participação” apontam para uma reatualização da função pedagógica tradicional do assistente social, configurando-se um contexto de desafios para a construção de uma pedagogia emancipatória, que se desenvolve na sociedade burguesa vislumbrando a superação do capitalismo.

Nas palavras de Abreu (2016, p. 267):

As metamorfoses operadas nas pedagogias da “ajuda” e da “participação” conformam uma reatualização da função pedagógica tradicional do assistente social, na sociedade brasileira, referidas ao ajustamento, integração e promoção sociais, mediante incorporação de novos elementos e mediações que refuncionalizam essas pedagogias no processo de reorganização da cultura a partir da orientação neoliberal. Trata-se da função histórica de ocultamento não só das dimensões econômica e política da assistência no processo de reprodução da força de trabalho e no exercício do controle social, mas, fundamentalmente, como desdobramento destas dimensões, a dissimulada manutenção do trabalhador em permanente estado de necessidade material e de dominação político-ideológica.

Abreu (2016) destaca que na atualidade existem novos desafios pedagógicos postos para a categoria profissional. Nas palavras da autora:

[...] novos desafios pedagógicos se colocam atualmente para os assistentes sociais, definindo-se a partir da necessidade de desmistificação da luta por direitos, bem como das estratégias e mecanismos acionados por governos neoliberais, avançando na inserção nos processos de construção das condições de efetivação destes direitos na perspectiva da emancipação humana (ABREU, 2016, p. 272).

Posto isto, pode-se inferir que a função pedagógica do assistente está associada à construção de determinada hegemonia, podendo reproduzir a lógica dominante, ou, por meio de uma ação profissional que tenha uma perspectiva emancipatória, romper com os interesses dominantes. Fundamentado nos estudos de Abreu acerca dessa temática, Martins (2013) aponta que a “função pedagógica” do assistente social está relacionada à elaboração e propagação de ideologias no processo de organização da cultura. Destaca ainda que a intervenção profissional se localiza no cotidiano, onde há o embate entre as classes sociais, que pode ser identificado nos diversos espaços sócio-ocupacionais, como no campo das políticas públicas e privadas, na formulação

e gestão de recursos humanos, serviços sociais, nos processos de luta e resistência das classes subalternas.

No que diz respeito à ideologia, Simionatto (1995) destaca que para Gramsci, esta encontra-se objetivada na realidade social, histórica e concreta. Segundo o pensamento gramsciano, ela é socialmente verdadeira a partir do momento em que incide de modo direto sobre a vida na sua concretude. Ao analisar a ideologia tendo como base o pensamento marxiano, “Gramsci reconhece que as ideologias que se expressam historicamente através de comportamentos sociais derivam, em última análise, dos movimentos da estrutura” (SIMIONATTO, 1995, p. 74). Além disso, Gramsci considera que a ideologia está presente em todos os níveis sociais – econômico, político, científico, artístico etc. –, assim como na totalidade das manifestações de vida individuais e coletivas.

Segundo o pensamento gramsciano a ideologia desempenha um papel importante na construção de uma nova hegemonia. Simionatto (1995, p. 80-81), descreve que

[...] determinada relação de hegemonia pode ser rompida em favor de uma nova, ou seja, de um novo bloco histórico. Ao apreender a dinâmica das instituições, do sistema de crenças e valores que, vistos separadamente, não passam de uma visão fragmentada do real, sem qualquer coerência, Gramsci propõe que estas questões constitutivas das relações de poder sejam trabalhadas e compreendidas como possibilidade para a formação de uma contra-hegemonia. A ideologia apresenta-se, pois, no pensamento gramsciano, como uma relação orgânica entre o pensado e o vivido, entre o conhecimento e a ação.

Simionatto (1995) ressalta que Gramsci apresenta reflexões que apontam para a necessidade da formação de uma nova cultura, que se associa a um processo de crescimento da vontade coletiva mediante a constituição de uma nova concepção de mundo que seja criticamente coerente. Assim,

[...] pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente, é um fato “filosófico” bem mais importante e “original” do que a descoberta, por parte de um “gênio” filosófico, de uma nova verdade que permanece como patrimônio de pequenos grupos intelectuais (Gramsci, 1977, p. 1378 apud SIMIONATTO, 1995, p. 83).

Nesse sentido, é importante destacar que o processo de criação de uma nova cultura consiste num enorme desafio, visto que para isso é necessário conscientização, mobilização e organização da classe trabalhadora para a construção de uma luta contra-hegemônica. Além disso, o capitalismo cria mecanismos para manter sua condição hegemônica constantemente, temos como exemplo, o processo de alienação presente nessa sociabilidade que dificulta uma real compreensão dos processos exploratórios

existentes. Todavia, há a possibilidade da formação de uma contra-hegemonia a partir da organização da classe trabalhadora.

Considerando-se o Serviço Social como uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, é importante destacarmos que a profissão em si não é responsável por promover a emancipação humana, todavia, pode corroborar com sua construção, conforme analisa Closs (2015, p. 178):

É preciso considerar que a construção da emancipação humana transcende o campo da atuação profissional, posto que situa-se na arena mais ampla das lutas sociais da classe trabalhadora, o que não significa uma desconexão da profissão com a mesma, uma vez que é possível construir mediações e ações práticas voltadas para o fortalecimento da sua construção.

Mediante os elementos expostos, pode-se observar o papel significativo e privilegiado que o assistente social pode desempenhar, ao se embasar na perspectiva crítico-dialética e desenvolver ações socioeducativas que possam contribuir para o processo de formação de consciência da classe trabalhadora.

2.5 A DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA DO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

Os elementos expostos até aqui contribuem para refletirmos acerca das características da dimensão socioeducativa. Dando continuidade, quando pesquisamos sobre a dimensão socioeducativa presente no trabalho do assistente social identificamos que alguns autores se embasam na obra de Antônio Gramsci, como foi possível observar no item anterior. Haja vista que sua produção teórica é de significativa contribuição quando se trata de discutir acerca do papel educativo que é desempenhado por este profissional. Neste sentido, Jacinto (2017), considerando que Gramsci foi um educador durante sua vida, aponta para a compreensão da educação como uma das mediações que podem contribuir para a construção de uma nova forma de consciência, no sentido da conformação de uma nova sociedade.

Ao estudarmos a dimensão socioeducativa do trabalho profissional do assistente social, é importante demarcar que esta revela o caráter social e educativo que a profissão possui desde sua gênese, que se relaciona ao processo educativo e/ou pedagógico. Todavia, ao longo de sua trajetória histórica, esta dimensão, inerente a profissão, se expressou de formas diferenciadas, a depender do referencial teórico-metodológico, do direcionamento ético-político e do aporte técnico-operativo, revelando assim, a sua vinculação e transversalidade com as dimensões do trabalho profissional.

Quando refletimos sobre a dimensão socioeducativa, é interessante problematizarmos qual a função social da profissão. Nesse sentido, é necessário nos atentarmos para a vinculação da profissão à esfera da formação e disseminação de

determinada ideologia, uma vez que podemos situar a profissão nos espaços privilegiados de atuação junto às classes subalternas. Assim como, é fundamental compreender que a profissão possui uma vinculação a determinado projeto societário, a depender de qual projeto se vincula, irá fortalecer os interesses de uma classe ou de outra, podendo contribuir para a reprodução da lógica dominante ou potencializar processos que podem levar a uma transformação social. Igualmente, é importante pontuarmos que o Serviço Social possui um projeto ético-político hegemônico, comprometido com os interesses da classe trabalhadora, que almeja a emancipação, nessa perspectiva, é evidenciada uma função social com caráter emancipatório. Podemos inferir que a profissão possui um caráter socioeducativo que lhe é inerente, o qual pode ser identificado desde a gênese da profissão, como já sinalizado.

Lima e Miotto (2011) trazem uma significativa contribuição sobre a dimensão socioeducativa, ao discorrerem sobre as ações socioeducativas, as quais são consideradas pelas autoras como um marco na intervenção dos assistentes sociais, a partir da apreensão da literatura na área identificaram sua grande relevância no processo de produção e reprodução social. Além de produzirem efeitos positivos na vida dos sujeitos pela sua dimensão social e educativa, haja vista que no trabalho profissional os assistentes sociais têm a possibilidade de contribuir para os processos de formação de consciência dos sujeitos. O processo de transformação mediado pela função pedagógica emancipatória presente na ação profissional, é considerado como componente elementar, posto que

[...] mais que transmitir e propiciar conhecimentos, a ação socioeducativa inicia um processo de conscientização pautado na apreensão crítica da realidade. Significa tanto o fortalecimento da autonomia dos indivíduos como sujeitos quanto a sua organização e mobilização em torno de necessidades comuns no campo da esfera pública. Tal compromisso amplia a luta pela efetivação do acesso aos Direitos e à Cidadania, mas tem como horizonte último a transformação social (LIMA; MIOTTO, 2011, p. 214).

Como vimos, uma das maneiras através da qual se expressa a dimensão socioeducativa é por meio da socialização de informações e conhecimentos. Todavia, esta dimensão não deve ser reduzida apenas a isto, visto que pode alcançar patamares muito maiores, no que se refere a contribuição para formação de uma consciência crítica, uma vez que pode contribuir na maneira de pensar e agir dos sujeitos. O que se torna possível quando há o embasamento em um referencial teórico-metodológico, um suporte técnico-operativo e tendo como base um direcionamento ético-político vinculados a perspectiva crítica e que expressam o comprometimento da profissão com os interesses das classes subalternas. Assim, o processo de trabalho que expressa a dimensão socioeducativa ultrapassa a esfera da transmissão de conhecimentos e informações de modo pontual, posto que se pretende contribuir para o fortalecimento

dos usuários enquanto sujeitos de direito, contribuindo para sua autonomia nos processos sociais, além de corroborar para que estes usuários se identifiquem enquanto protagonistas nos processos de lutas sociais.

Diante disso, em concordância com Jacinto (2017), podemos observar que o assistente social desempenha um trabalho de cunho socioeducativo no exercício das três dimensões que compõem a profissão e articulam-se entre si, sendo elas: a teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Ou seja, a dimensão socioeducativa presente no trabalho do assistente social perpassa as outras dimensões, estando assim, interligada a elas.

Nesse sentido, é importante compreendermos o significado do termo “dimensão”. Santos (2002) apresenta a concepção de que este termo faz referência às propriedades de alguma coisa, de suas direções, de seus princípios fundamentais. No âmbito do Serviço Social, relaciona-se aos princípios que cooperam para a concretização da profissão de Serviço Social e que constituem a sua base:

[...] são todos os elementos que constituem e são constitutivos da profissão, intrínsecos à passagem da finalidade ideal – que está no âmbito do pensamento, da projeção – à finalidade real – âmbito da efetividade da ação. São as várias EXTENSÕES que determinam a profissão e suas particularidades (SANTOS, 2013, p. 25).

Quando tratamos das dimensões que compõem o Serviço Social é possível verificar a presença de diferentes dimensões, as quais estabelecem uma relação entre si. Nessa perspectiva, é interessante nos atentarmos para as seguintes constatações feitas por Santos (2013, p. 25):

1ª - que a intervenção profissional do assistente social é constitutiva de diferentes dimensões, dentre elas, as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa; 2ª - que essas dimensões constituem uma relação de unidade na diversidade; 3ª - que a dimensão técnico-operativa do Serviço Social expressa as demais dimensões; 4ª - que os instrumentos e técnicas são um dos elementos constitutivos da dimensão técnico-operativa.

Considerando estas constatações, Santos (2013) ressalta que as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, apresentam uma direção em comum entre os autores que debatem as dimensões da profissão no campo do Serviço Social. Além disso, estão presentes nas distintas expressões do trabalho profissional, formando entre si uma relação de unidade na diversidade, o que significa dizer que estão interligadas embora apresentem suas particularidades.

Santos (2013, p. 26) destaca a forma em que estas três dimensões se relacionam no trabalho profissional, analisando que “a dimensão teórico-metodológica fornece ao profissional um ângulo de leituras dos processos sociais, de compreensão do significado social da ação, uma explicação da dinâmica da vida social na sociedade capitalista”, desse modo, possibilita a compreensão da realidade através da apropriação de teorias que contribuem para isso. A dimensão ético-política expressa a vinculação da profissão com determinado projeto profissional, refere-se às distintas posições e partidos que os profissionais aderem, sendo assim, “envolve o projetar a ação em função dos valores e finalidades do profissional, da instituição e da população”. A dimensão técnico-operativa consiste na “execução da ação que se planejou, tendo por base os valores, as finalidades e a análise do real”. Mediante esta explanação, fica evidente a unidade e articulação existente entre as dimensões.

Nessa perspectiva, é fundamental apreender que:

O exercício profissional configura-se pela articulação das dimensões, e se realiza sob condições subjetivas e objetivas historicamente determinadas, as quais estabelecem a necessidade da profissão em responder as demandas da sociedade através de requisições socioprofissionais e políticas, delimitadas pelas correlações de forças sociais que expressam os diversos projetos profissionais (SANTOS, 2013, p. 26).

As dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa constituem a ação profissional. Quando essa ação se realiza, ela revela uma dimensão socioeducativa. Isto posto, podemos reafirmar que a dimensão socioeducativa perpassa as demais dimensões do trabalho profissional. Tal dimensão possui suas especificidades, dentre elas, podemos apontar para a sua capacidade de influenciar sobre a vida dos sujeitos. Nesse sentido é importante destacar a sua vinculação com a organização da cultura, haja vista que,

[...] as relações profissionais que se estabelecem na atuação profissional dos(as) assistentes sociais concretizam-se não somente sob a forma de ação material, mas fundamentalmente ideológica, nos espaços cotidianos de vida e de trabalho de segmentos das classes expropriadas de seus direitos, interferindo na reprodução física e subjetiva desses segmentos (JACINTO, 2017, p. 78).

Destarte, é importante pontuar que o conceito de prática pedagógica tem uma perspectiva ampla de análise em Gramsci, como se pode perceber a partir dos estudos desenvolvidos por Abreu (2016), por isso, é interessante sua apreensão, considerando que o autor a situa no processo de luta de classes, no qual está presente as relações de hegemonia e contra-hegemonia. Sendo assim, ao refletirmos sobre a dimensão socioeducativa, recorrer a esta apreensão contribui para pensá-la.

Diante disso, cabe destacar que o assistente social é demandado por instituições que representam aparelhos privados de hegemonia, as quais compõem a sociedade civil. O profissional é requisitado para atender situações que revelam expressões da “questão social” que perpassam a vida dos usuários dos serviços nos quais se insere. No âmbito da atuação profissional, as demandas que chegam ao assistente social são, normalmente, de cunho material, mas isso não significa que a atuação se restrinja a este aspecto. Jacinto (2017) analisa que:

Ao viabilizar o acesso a um recurso material concreto ou contribuir com o acesso a um direito do usuário, o(a) assistente social não apenas repassa o material, mas o faz dentro de um processo educativo, que exige diálogo competente, troca de informações, orientações, potencialização da organização e mobilização dos sujeitos para a conquista dos seus direitos. *A dimensão socioeducativa é, portanto, fundante da identidade do Serviço Social. O trabalho do(a) assistente social situa-se predominantemente no campo político-ideológico* (JACINTO, 2017, p. 81, grifo nosso).

Desse modo, podemos confirmar que a profissão possui uma dimensão socioeducativa que lhe é inerente, ou seja, faz parte de sua constituição. Tal dimensão vincula-se a elementos políticos e ideológicos, que vão caracterizar a intencionalidade dessa ação educativa, podendo apresentar características que possuem uma intenção de romper com a lógica dominante, no sentido de uma potencialização para a mobilização dos sujeitos e compreensão dos aspectos desiguais próprios da sociabilidade capitalista, os quais abrangem uma coletividade, não sendo apenas questões individuais. Ou, pode ter uma prática educativa que apenas reproduza a lógica dominante, ao vincular-se a perspectivas de caráter conservador.

A atuação do(a) assistente social tanto pode favorecer a interação entre os sujeitos sociais, estimulando a reflexão sobre a ideologia dominante, contribuindo com a mobilização social, com a instrumentalização da população atendida para a busca de seus direitos, quanto pode vincular aos interesses dominantes, servindo como poderoso instrumento de legitimação da desigualdade social e de aprofundamento das relações de subalternização (JACINTO, 2017, p. 81).

Sob esse ponto de vista, é possível identificar a importância do caráter político-ideológico e socioeducativo presente no trabalho profissional, visto que incide diretamente na reprodução da vida dos sujeitos atendidos, de modo que pode influenciar nas suas formas de pensar e/ou agir (LIMA; MIOTO, 2011).

Cabe enfatizar que a natureza contraditória da profissão, reflexo de sua inserção no campo da reprodução das relações sociais mediante a relação do Estado com as classes sociais, como já mencionado, implica no fato de que o assistente social pode contribuir tanto para o fortalecimento dos interesses dos empregadores quanto dos sujeitos usuários. Assim, a partir de um direcionamento político, embasado pelo Projeto

Ético-Político da profissão, torna-se possível contribuir mais para os interesses da classe trabalhadora. Duriguetto (2014, p. 08) analisa que a natureza contraditória do Serviço Social

[...] abre a possibilidade de, para além das demandas dos espaços sócio-ocupacionais em que estamos inseridos, atuarmos nos processos de mobilização popular e de fortalecimento dos movimentos sociais e organizações dos trabalhadores. Dessa forma, podemos contribuir para o desenvolvimento das ações coletivas dos sujeitos com os quais trabalhamos na perspectiva da defesa, da conquista e da ampliação dos direitos e da construção de uma sociedade emancipada.

Posto isto, quando nos referimos a um processo de conscientização torna-se fundamental pensarmos nas estratégias de intervenção profissional que necessitam ser criadas para que realmente este processo se efetive. Compreendemos que para potencializar tal processo faz-se necessário conhecer a realidade social da vida cotidiana dos usuários que são atendidos nos espaços sócio-ocupacionais nos quais é desenvolvido o trabalho profissional do assistente social. É necessário que o assistente social busque compreender os elementos que perpassam a vida dos usuários, identificando a questão da cultura, do território, das principais necessidades sociais que possuem, e as refrações da “questão social” que mais os afetam. Assim, é possível identificar quais são as principais demandas do público usuário, o contexto no qual se inserem, e o modo de vida que possuem, contribuindo para pensar na criação de um trabalho de cunho socioeducativo que verdadeiramente propicie a conscientização dos sujeitos, que possibilite que eles compreendam o contexto no qual se inserem e as determinações sociais que perpassam a vida da classe trabalhadora. Para tanto, a participação ativa do público-alvo das ações socioeducativas realizadas pelo assistente social é essencial, pois precisam se reconhecer nos espaços de atuação do assistente social enquanto sujeitos de direitos, além disso, pode-se contribuir para a compreensão de que podem ser traçadas estratégias para o fortalecimento da luta da classe trabalhadora, como a participação em esferas de mobilização social e participação social, como as organizações de bairro, movimentos sociais, Conselhos de Direitos. Dessa forma, é possível fortalecer a autonomia dos sujeitos, os quais devem se reconhecer enquanto cidadãos que possuem um papel substancial na luta social pela ampliação de seus direitos, e que também passem a perceber que a sociabilidade do capital é perversa e reproduz a pobreza, por isso, esta é estrutural, não tendo como extingui-la enquanto o capitalismo imperar, visto que seus mecanismos reproduzem a desigualdade social.

Partimos da compreensão que os usuários atendidos pelos assistentes sociais nos diversos espaços sócio-ocupacionais vivenciam em seu cotidiano as diversas expressões da “questão social”. Como afirma Duriguetto (2014, p. 09), “a questão social é desigualdade, mas também é rebeldia, luta, pois os indivíduos sociais a elas também resistem e expressam seu inconformismo”.

Reafirmando as premissas aqui expostas, apontamos que no trabalho profissional do assistente social, por meio da dimensão socioeducativa, podem ser pensadas ações profissionais que “não se pautem pelo fornecimento de informações que levem à simples adesão dos sujeitos aos programas e projetos institucionais, à individualização do acesso que reforça a perspectiva de subalternização e controle” (DURIGUETTO, 2014, p. 09). Haja vista que o assistente social tem

[...] a possibilidade interventiva de trabalhar nos sujeitos a busca da construção de estratégias coletivas para o encaminhamento de suas demandas, de suas necessidades, o que significa estimulá-los à participação em organizações e movimentos sociais ou a fomentar e potencializar a necessidade deles criarem organizações e movimentos quando estes inexistem; de estimulá-los à participar e ocupar espaços conselhistas; de desenvolver ações de mobilização e organização popular nos espaços em que atuamos pela viabilização da participação dos sujeitos no processo de elaboração e avaliação das políticas e dos serviços que prestamos (DURIGUETTO, 2014, p. 09).

Posto isto, é fundamental pensar esta dimensão sob a ótica da compreensão do processo de trabalho profissional, que pressupõe o planejamento das ações, reafirmando a capacidade teleológica. No processo de trabalho, o homem executa sua capacidade teleológica, ao pensar no que se deseja criar e os meios para isso, e tendo sua objetivação no ato da materialização em que se cria uma realidade nova e objetiva fruto da matéria transformada.

Desse modo, como Marx advertiu, o trabalho não se realiza sem a **capacidade teleológica** do homem, ou seja, sem a projeção ideal de *finalidades* e dos *meios* para a sua efetivação, sem um determinado grau de *cooperação*, de certas formas sociais de *comunicação*, de certas formas sociais de *comunicação*, tal como a *linguagem* articulada, sem um nível de *conhecimento* e de *domínio sobre a natureza*, entre outros aspectos (BARROCO, 2008, p. 24, grifo da autora).

É a partir do planejamento consciente do trabalho profissional associado a uma perspectiva crítica, que podem ser elaboradas ações socioeducativas que visam contribuir com os interesses da classe trabalhadora.

Corroborando com esta apreensão, Paula (2016, p. 15) destaca que para a elaboração de respostas profissionais o assistente social necessita de um conjunto de “conhecimentos e saberes que se somam, como uma sólida fundamentação teórico-metodológica, habilidades técnico-procedimentais, princípios ético-políticos, entre outros”, e para a objetivação destas respostas é necessária “a construção de uma clara orientação estratégica”.

Para Paula (2016) é fundamental a elaboração de estratégias e táticas no campo do Serviço Social. A autora compreende por estratégia “a direção, o caminho a ser seguido, oferecendo orientações ao exercício profissional”, enquanto a tática diz respeito

ao “modo como esse caminho deve ser percorrido, ou seja, a operacionalização do exercício” (PAULA, 2016, p. 15). Em concordância com a autora, apreendemos que ambas são essenciais para o desenvolvimento de um exercício profissional crítico.

No processo de elaboração de estratégias e táticas para o desenvolvimento do trabalho profissional é preciso ter clareza do objetivo final, ou seja, da meta que se deseja alcançar. Paula (2016, p. 52) destaca que: “A delimitação de um objetivo é necessariamente um processo que envolve escolhas éticas e políticas perpassadas por interesses divergentes que, em nossa sociedade capitalista, configuram-se enquanto interesses de classes”.

Dessa forma, apontamos que a profissão, ao ter um direcionamento ético-político voltado para os interesses da classe trabalhadora, ao elaborar tais estratégias e táticas, terá objetivos que expressem tal direcionamento. Assim, no âmbito da dimensão socioeducativa, estes serão voltados para um exercício profissional capaz de elaborar ações socioeducativas que tenham como finalidade contribuir para criação de processos reflexivos dos sujeitos, visando impulsionar a formação de consciência crítica.

Vale ressaltar que, conforme apreende Paula (2016, p. 56), no processo de construção das estratégias e táticas, além da definição do objetivo que se deseja alcançar, existem outros elementos importantes, tais como: “a participação coletiva na construção das estratégias e táticas; a análise objetiva da realidade concreta; a apreensão de conhecimento teórico”.

Nicolau e Santos (2016, p. 382-383) ao fazerem suas considerações acerca da dimensão socioeducativa, afirmam que:

A experiência do exercício profissional, ao ser objetivado por um conjunto de atos que transformam ideias e finalidades previamente construídas na consciência em um produto objetivado, tem uma dimensão educativa, uma das expressões da prática social, com particularidades e especificidades peculiares a esta profissão.

É importante dizer também que em seu trabalho profissional, o assistente social, enquanto trabalhador assalariado, possui relativa autonomia, a qual se amplia ou diminui de acordo com as características da instituição em que se insere, mediante um processo de correlação de forças. Nesse sentido, cabe apontar para a relação conflituosa que existe entre o projeto profissional do assistente social (que expressa sua direção política) e o estatuto assalariado (condição de trabalhador assalariado que traz limitações). No meio desse conflito, a existência da autonomia relativa profissional tem um papel de grande relevância para a atuação do assistente social. Não podemos deixar de destacar que as lutas sociais desempenham um papel crucial em sua dinâmica, visto que a partir de seu fortalecimento ocorre um tensionamento para a ampliação desta autonomia, enquanto seu enfraquecimento cria um espaço propício para a

diminuição da autonomia relativa. Outro elemento que fortalece a autonomia relativa é o respaldo jurídico que a profissão possui, por meio de seus instrumentos normativos.

Ademais, pode-se afirmar que o cotidiano profissional é marcado por tensionamentos que podem ampliar ou enfraquecer a autonomia relativa, uma vez que existe um conjunto de fatores (estruturais, conjunturais e institucionais) que influenciam nesta dinâmica. Ressaltamos que a autonomia relativa é um elemento de grande relevância no âmbito do trabalho profissional, visto que torna possível a elaboração de estratégias de intervenção a partir da criação de mediações importantes no espaço sócio-ocupacional. Além disso, é importante que esta ocorra em consonância com o Código de Ética da profissão e seu Projeto Ético-Político hegemônico, tendo como norte a ampliação de direitos e a emancipação, haja vista que se encontram comprometidos com os interesses da classe trabalhadora.

Iamamoto (1998) contribui para assimilarmos este processo ao apontar que:

O Serviço Social dispõe de algumas características típicas de uma profissão liberal: a existência de uma *relativa autonomia*, por parte do assistente social, quanto à forma de condução de seu atendimento junto a indivíduos e/ou grupos sociais com os quais trabalha, o que requer o *compromisso com valores e princípios éticos norteadores da ação profissional, explicitados no Código de Ética Profissional* (IAMAMOTO, 1998, p. 96, grifo da autora).

Assim sendo, é importante que o profissional tenha atuação qualificada, fazendo uso de estratégias que possam contribuir para ampliar esta autonomia, como, por exemplo, a realização de uma análise de conjuntura e institucional, para que possa traçar estratégias de intervenção. Isto posto,

é importante destacar algumas ações na luta contra esta ordem vigente, enquanto estratégias na busca de politização dos sujeitos sociais, as quais devem ser empreendidas nos mesmos espaços tradicionais de atuação, sendo necessário usar criatividade e compromisso com os ideais de emancipação para construção de respostas às demandas postas à profissão, tais como: a reflexão crítica com os sujeitos para desmitificar a ideia de ajuda, para compreensão do direito conquistado; a viabilização do acesso aos direitos sociais; a troca de informações; a participação nas instâncias representativas, conselhos, movimentos sociais, entre outros; reuniões socioeducativas que agreguem novos valores à realidade social da população e socializem as informações relativas aos direitos sociais, na perspectiva de atender as reais necessidades e os interesses dos sujeitos; problematizar a realidade concreta e a busca de fortalecimento e mobilização coletiva, dentro de uma atuação crítica em consonância como o Projeto Ético Político (GIAQUETO; LIGABUE; PROENÇA, 2015, p. 7-8).

O assistente social possui legitimidade profissional, a qual torna possível que a ação de responder às demandas institucionais, também favoreça os interesses da classe trabalhadora. Durante sua atuação, pode traçar estratégias de intervenção

que contribuam para o processo de formação de consciência de classe dos sujeitos atendidos, no sentido de se reconhecerem enquanto classe trabalhadora. A partir dessa percepção, é possível pensar formas de enfrentamento da “questão social” coletivamente (JACINTO, 2007).

Qualquer que seja o espaço de atuação do(a) assistente social, ele(a) é um(a) profissional que tem um papel essencial visto que exerce uma função eminentemente educativa e organizativa, atuando com as classes trabalhadoras. Uma das exigências colocadas pelo conjunto das atuais transformações sociais à dimensão socioeducativa do Serviço Social, sob a ótica de manutenção do poder dominante, visa conformar o modo de vida da população à nova racionalização do processo de produção e do trabalho. Todavia, dado ao movimento contraditório da sociedade, no contexto adverso à implementação do projeto ético-político do Serviço Social, podem ser construídos os elementos de crítica e resistência à ordem estabelecida, sob o ponto de vista das classes subalternas (JACINTO, 2017, p. 83-84).

Desse modo, as atividades socioeducativas estão relacionadas a um processo de conscientização, uma vez que, podem contribuir para que as camadas populares desenvolvam “coletivamente suas próprias formas de posicionamento diante das relações da vida social e de analisá-las e explicá-las” (JACINTO, 2017, p. 82). Sendo assim, é possível reafirmar que essas ações podem fortalecer o processo de organização, mobilização, resistência, e luta da classe trabalhadora. Tais ações encontram-se associadas à função pedagógica emancipatória, a qual é apresentada por Abreu (2016), que a considera importante no processo de rompimento com a sociabilidade vigente, onde impera o capital, e a construção de uma nova ordem societária.

Tendo como embasamento a perspectiva crítico-dialética, a qual envolve uma escolha teórica e política, bem como diretrizes operacionais que são concernentes a procedimentos e técnicas, as ações socioeducativas desempenhadas pelos profissionais “devem exprimir o vínculo de adesão e articulação com as ideias, os objetivos e as propostas que envolvem o projeto político da classe trabalhadora” (LIMA; MIOTO, 2011, p. 228). Dessa forma,

O movimento da sua operacionalização articula dialeticamente as três dimensões referidas ao Serviço Social (teórica, ética e técnica) e se materializa através: do conhecimento/investigação da realidade sócio-comunitária-institucional na qual se intervém; do planejamento e da documentação do processo de trabalho; das formas escolhidas de abordagens dos sujeitos para quem se destina a ação; da definição dos instrumentos técnico-operativos e outros recursos implicados na execução da ação (LIMA & MIOTO, 2011, p. 228).

Nessa direção, pode-se inferir que a articulação entre as três dimensões do trabalho profissional do assistente social – teórico-metodológica, ético-política e técnico-

operativa – associada à dimensão socioeducativa, vai expressar-se na operacionalização das ações socioeducativas. Sendo assim, estas dimensões se revelam e se materializam no planejamento das ações profissionais, assim como na execução destas ações no cotidiano do trabalho profissional.

Portanto, não há a possibilidade de se pensar a dimensão socioeducativa de forma isolada das dimensões da profissão, ou seja, para pensá-la, com o intuito de compreendê-la, é necessário apreender todos os elementos que conformam a profissão.

É necessário demarcar que não podemos reduzir esta dimensão ao campo das ações socioeducativas, haja vista que se a considerarmos enquanto uma ação, daremos ênfase ao componente técnico-operativo, sendo que ela transcende essa esfera. Todavia, ao considerarmos a relação de “unidade na diversidade”, apresentada por Santos (2013), reafirmamos que não podemos analisá-las de forma isolada.

Torna-se fundamental retomar alguns aspectos que corroboram para nossa concepção de dimensão socioeducativa. Partimos da compreensão de Santos (2002), já mencionada, de que uma dimensão revela propriedades de alguma coisa, suas direções e seus princípios fundamentais. No âmbito do Serviço Social, estes princípios cooperam para a concretização da nossa profissão e constituem a sua base. Existindo um conjunto de extensões que definem a profissão e suas particularidades. Logo, podemos considerar a dimensão socioeducativa uma dessas extensões que determinam a profissão visto que elas revelam os princípios aos quais a profissão encontra-se embasada.

A partir dos estudos realizados, podemos definir por trabalho socioeducativo, uma ação desenvolvida pelo profissional que materializa a dimensão socioeducativa que a profissão possui. Este trabalho pode ser identificado por intermédio das ações socioeducativas. Para exemplificar, podemos citar a realização de grupos focais com os sujeitos, que consiste em um trabalho educativo expresso em uma ação profissional de cunho socioeducativo, o qual se expressa no âmbito da dimensão técnico-operativa, revela a dimensão socioeducativa existente no trabalho profissional, além de encontrar-se articulada às dimensões ético-política e técnico-operativa. Além disso, a atuação profissional pressupõe um planejamento, sendo que o desenvolvimento da pesquisa também é importante para se conhecer a realidade dos usuários.

Isto nos demonstra que o planejamento e o modo de realização das atividades profissionais do assistente social, também caracterizam o trabalho profissional, haja vista que:

Pode-se afirmar que o exercício profissional do assistente social decorre do modo como os agentes compreendem (sob um ponto de vista analítico e interventivo), planejam e realizam seu trabalho. Além disso, fundamentado na matriz crítica, o Serviço Social contemporâneo apresenta-se como uma profissão que se consolida por seu caráter analítico e interventivo, que é fruto da apropriação de modo sólido dos fundamentos dessa matriz (TORRES, 2015, p. 05).

Guerra (2009) enfatiza a importância das dimensões investigativa e interventiva, considerando-as constitutivas da profissão. Tais dimensões são fundamentais para o processo de formação de profissionais críticos, que priorizem a competência técnica, a crítica teórica e os compromissos ético-políticos. Tais elementos também são fundamentais para compreender as determinações que perpassam a “questão social”, assim como os aspectos presentes no cotidiano profissional sob uma perspectiva de totalidade. Para isso, a pesquisa é elementar, pois propicia “identificar e construir estratégias que venham a orientar e instrumentalizar a ação profissional, permitindo não apenas o atendimento das demandas imediatas e/ou consolidadas, mas sua reconstrução crítica” (GUERRA, 2009, p. 702).

Logo, para o desenvolvimento de ações profissionais de cunho socioeducativo, que expressam também a natureza interventiva da profissão, a realização da pesquisa corrobora para uma atuação qualificada, capaz de identificar as reais necessidades dos sujeitos usuários considerando a realidade da vida cotidiana deles numa ótica de totalidade. Para, assim, pensar ações que realmente atendam a realidade do público ao qual se destinam, e tenha como pressuposto ir além as demandas imediatas.

Conforme expressa Guerra (2009), para o cumprimento das atribuições e competências profissionais concernentes à profissão, contidos na Lei de Regulamentação da profissão nº 8.662/1993, torna-se imprescindível a pesquisa, considerada como pré-condição para a realização de um trabalho profissional que seja eficiente, competente e qualificado. Dessa forma,

[...]no cumprimento das atribuições profissionais e competências socioprofissionais, há que realizar permanentemente a pesquisa das condições e relações sob as quais o exercício profissional se realiza, dos objetos de intervenção, das condições e das relações de vida, trabalho e resistência dos sujeitos sociais que recebem os serviços (GUERRA, 2009, p. 703).

Assim, a dimensão investigativa, constitutiva do exercício da profissão, possui uma relação dialética com a dimensão interventiva, ressaltando que para intervir é necessário conhecer a realidade. Diante disso, a pesquisa constitui-se enquanto uma mediação na relação entre o conhecimento e a realidade (GUERRA, 2009).

Pontes (2016) considera que a ação profissional é mediada pela teoria social, pelo projeto de sociedade, pelo projeto profissional e pelo instrumental técnico de intervenção, o que incide sobre o objeto de intervenção da profissão, ou seja, sobre as refrações da “questão social”. Assim, produz impactos prático-imediatos junto à população usuária, e ainda pode gerar resultados mediatos, provenientes da atuação no plano normativo dos direitos sociais, e até mesmo pode fortalecer e potencializar os movimentos sociais.

Considerando a natureza interventiva da profissão, entendemos que no cotidiano do trabalho profissional do assistente social estão presentes as mediações. Nas palavras

de Pontes (2016, p. 199): “As mediações funcionam como condutos por onde fluem as relações entre as várias instâncias da realidade. São elas que possibilitam conceber-se a realidade como totalidade”. Assim sendo, conforme analisa Pontes (2016, p. 194), o assistente social “atua com e nas mediações”, ou seja, “é um articulador e potencializador de mediações”. Significa dizer que o profissional de Serviço Social “atua nos sistemas de mediações que estruturam as refrações da ‘questão social’ constitutivas das demandas sociais à profissão”.

Netto (2012, p. 82) reflexiona que:

Na estrutura da realidade, é através do sistema de mediações que o movimento dialético se realiza: os processos ontológicos se desenvolvem, estruturas parciais emergem, se consolidam, entram em colapso etc., garantida a especificidade da legalidade de seus níveis particulares etc. Na construção do movimento da totalidade concreta, é a categoria da mediação que assegura a alternativa da “síntese das muitas determinações”, ou seja, a elevação do abstrato ao concreto – mais exatamente, assegurando a apreensão da processualidade que os fatos empíricos (abstratos) não sinalizam diretamente.

Diante disso, compreendemos que a profissão intervém sobre a realidade e possui particularidades que possibilitam a criação de estratégias de intervenção frente às expressões da “questão social”, onde podemos identificar o desenvolvimento de ações socioeducativas com o intuito de contribuir para a ampliação do acesso aos direitos sociais da população usuária, assim como contribuir para os processos de formação de consciência. Pontes (2016) apresenta uma análise que contribui para pensarmos nestas peculiaridades que a profissão possui, vejamos:

O trabalho, com as mediações e nas mediações, conduz à compreensão de que este movimento de (des)singularização, universalizador, deve caminhar no sentido da particularização daquelas situações problemáticas. Esta particularização garante a dimensão insuprimível da singularidade (imediaticidade) e a necessária visão de totalidade social (que mediatiza o singular e o universal), possibilitando ao agente garantir, em tese, tanto as respostas taticamente necessárias no plano do imediato (garantindo acesso aos serviços sociais assegurando direitos civis, políticos e sociais, portanto de cidadania ativa) quanto desdobramentos mais mediatos no plano da conscientização mútua (profissional e usuário-cidadão) e da organização dos segmentos excluídos em busca da emancipação social (PONTES, 2016, p. 202).

Tal argumentação contribui para reafirmarmos as potencialidades que o trabalho profissional do assistente social no âmbito da dimensão socioeducativa possui, a partir do conhecimento crítico da realidade, do embasamento na teoria social de Marx, da adesão a um projeto profissional que se articula a um projeto societário, que visa a transformação social, e com um suporte técnico-operativo que expressa tais

direcionamentos, pode-se sim criar ações profissionais de cunho socioeducativo que cooperem com o processo de conscientização.

Considerando o locus da pesquisa de campo apresentada nesta produção, que engloba a política de assistência social, podemos identificar também a importância do desenvolvimento de ações socioeducativas junto à população usuária nesta política. Em um contexto marcado por desafios estruturais, que revelam uma ofensiva ao campo dos direitos, torna-se ainda mais necessário fortalecer ações no campo da dimensão socioeducativa sob uma perspectiva crítica. Além disso, a política de assistência social pode ser considerada uma mediação para o trabalho profissional do assistente social em sua relação com os sujeitos usuários. Portanto, “criar condições para que os subalternizados caminhem na direção de sua constituição como sujeitos é parte das tarefas socioeducativas e políticas de uma assistência social que não sirva à reiteração da subalternidade de seus usuários” (YAZBEK, 1993, p. 164).

O campo da política de assistência social é um espaço de atuação do assistente social em que o profissional tem contato direto com o usuário, sendo um espaço privilegiado para o planejamento de estratégias que visem corroborar com os processos de formação de consciência dos sujeitos. No âmbito desta podemos identificar a importância da dimensão socioeducativa. Posto que

[...] a assistência é uma referência e um apoio na ampliação das lutas sociais e políticas dos subalternizados. Pedagogia de reconhecimento, a assistência abre espaços tanto para a dimensão do exercício da subjetividade individual, como para as experiências coletivas. Para o homem coisificado e sujeitado, as possibilidades de determinar-se como sujeito, de decidir, de compreender, de ter consciência, constituem caminhos (ainda que restritos e mesmo diminutos) para experimentar a realização da forma genérica de seu ser (YAZBEK, 1993, p. 168).

No âmbito da assistência social há mediações que possibilitam a criação de condições de participação dos usuários na gestão e controle dos serviços, além disso, é um espaço que, segundo Yazbek (1993, p. 169), propicia “instaurar e inventar formas de exercício participativo e crítico dos subalternos”, o que pressupõe o desenvolvimento de ações socioeducativas que viabilizem este processo. Isto posto, ressaltamos a importância da dimensão socioeducativa, que se expressa no cotidiano profissional mediante o desenvolvimento de ações profissionais de cunho socioeducativo sob um viés emancipatório, reconhecendo a potencialidade que a profissão possui de influenciar nas maneiras de pensar e agir dos sujeitos, podendo assim corroborar para o processo de conscientização. Nesse sentido, a análise a seguir nos revela como é importante a conscientização dos sujeitos:

A análise do processo de reposição/ruptura com a condição subalterna passa assim não apenas pelo enfrentamento das dificuldades materiais objetivas das condições em que vivem os subalternos, mas pelo que pensam e consideram acerca desta

CAPÍTULO II SERVIÇO SOCIAL E A DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA

realidade que vivenciam. Neste sentido, entendemos que a subalternidade só pode ser abordada como produção histórica, cujo enfrentamento supõe a unificação das classes subalternas na superação do caráter episódico e desagregado de suas lutas a partir de um processo de produção de significados comuns para suas experiências. É a consciência de que o processo espoliativo que vivenciam é comum, tanto do ponto de vista de perdas materiais como culturais, que dá legitimidade e impulsiona as lutas coletivas onde emergem novos sujeitos sociais (YAZBEK, 1993, p. 169).

Logo, para o desenvolvimento de um trabalho socioeducativo qualificado e competente junto aos sujeitos usuários, torna-se substancial conhecer a realidade, sobretudo, partir da realidade em que se inserem, buscando identificar suas principais demandas e quais são as temáticas que contribuem para sua formação crítica e desvendamento dos processos que perpassam seu cotidiano na sociabilidade do capital. Para assim elaborar estratégias e táticas, planejando-se uma intervenção profissional que seja realmente capaz de contribuir para a formação crítica dos sujeitos e o fortalecimento dos seus interesses coletivos.

Enfim, ressaltamos que no decorrer deste capítulo buscamos trazer elementos que contribuem para compreendermos a trajetória histórica da profissão, seus fundamentos e suas principais transformações. O que é primordial para apreendermos como a dimensão socioeducativa se configurou desde a gênese da profissão. Além disso, foi possível identificarmos as principais características e potencialidades desta dimensão, bem como se expressa no cotidiano profissional, onde são desenvolvidas ações/atividades profissionais, que refletem a articulação existente entre as dimensões do trabalho profissional. Isto posto, no próximo capítulo nos debruçaremos em tecer análises com base na pesquisa empírica realizada nos Centros de Referência de Assistência Social de Juiz de Fora/MG, buscando assim, apreender como se processa esta dimensão no cotidiano profissional do assistente social a partir deste espaço sócio-ocupacional.

CAPÍTULO III

Pesquisa empírica: uma análise da dimensão socioeducativa a partir da apreensão do trabalho profissional do assistente social no CRAS

Neste capítulo, objetivamos apresentar reflexões que envolvem a dimensão socioeducativa e o trabalho profissional, a partir da análise dos dados da pesquisa empírica que foi realizada nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de Juiz de Fora/MG, tendo como base para este estudo o referencial teórico analítico abordado ao longo da construção desta produção. Nesse sentido, é importante nos atentarmos para o contexto em que se desenvolve o trabalho profissional do assistente social na contemporaneidade, que traz implicações para a forma em que se revela e se constrói a dimensão socioeducativa. Inicialmente, buscamos apresentar elementos centrais acerca da pesquisa empírica analisada, bem como aspectos dos procedimentos metodológicos. Em seguida, expomos a caracterização do cenário em que foi realizada esta pesquisa, destacando a forma de organização da política de assistência social em Juiz de Fora, visto que, é fundamental compreendermos as particularidades do município em que foi desenvolvida para identificarmos e problematizarmos como se processa a dimensão socioeducativa, contudo, é importante demarcarmos que, embora haja especificidades territoriais, estamos inseridos em uma dinâmica imposta pelo modo de produção capitalista que traz implicações para o exercício profissional do assistente social.

No decorrer deste capítulo, desenvolvemos reflexões acerca de determinados aspectos presentes no cotidiano profissional que se articulam ao nosso objeto de análise, como as condições de trabalho, as ações profissionais que são desempenhadas no âmbito do CRAS, as ações socioeducativas desenvolvidas neste espaço sócio-ocupacional, a inserção do assistente social no trabalho interdisciplinar, a relação da dimensão socioeducativa com o projeto ético-político, bem como os limites e possibilidades existentes. Propomos, assim, apresentar análises que contribuem para a

compreensão da importância da dimensão socioeducativa do exercício profissional do assistente social, e como ela se processa no cotidiano profissional.

3.1 O PROCESSO DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA EMPÍRICA: AS OBSERVAÇÕES E AS ENTREVISTAS

Como já sinalizado na introdução deste trabalho, as análises da pesquisa de campo que foram desenvolvidas neste capítulo são frutos de uma pesquisa coletiva já concluída, intitulada Serviço Social e Sistema Único de Assistência Social em Juiz de Fora: Uma análise a partir dos assistentes sociais e usuários do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Sendo assim, julgamos importante retomar e aprofundar alguns elementos que caracterizam esta pesquisa, buscando elucidar a sua metodologia e a forma em que os dados serão expostos e analisados neste trabalho.

A pesquisa teve uma rica fundamentação teórica, norteadada por uma perspectiva crítica de análise do real, a qual propiciou a elaboração de procedimentos metodológicos que contribuíram para desvendar a realidade analisada (tanto no âmbito da profissão quanto no âmbito dos usuários da política).

Assim sendo, a opção por realizar as observações participantes em uma primeira fase da pesquisa de campo, foi fundamental para que se identificassem os principais elementos que estão presentes no cotidiano do exercício profissional dos assistentes sociais, onde identificamos a importância e a relevância da dimensão socioeducativa, bem como observamos alguns aspectos que configuram o perfil dos usuários da política de assistência social. Tal etapa da pesquisa possui dados de inestimável valor, que nos possibilita um olhar crítico sobre o trabalho do assistente social, corroborando também para refletirmos sobre como se processa a dimensão socioeducativa no cotidiano profissional nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

As observações registradas entre os meses de novembro e dezembro de 2013, em 03 (três) CRAS do município, mediante a autorização da Secretaria Municipal de Assistência Social de Juiz de Fora. Todos estes CRAS tinham em sua equipe técnica 03 (três) assistentes sociais, os quais aceitaram participar das observações, totalizando 09 (nove) profissionais.

Para a realização das observações participantes foi elaborado um roteiro contendo os elementos centrais que foram observados pelos pesquisadores. Cada observação foi realizada por dois membros do grupo de pesquisa: um tinha como objetivo central observar o trabalho profissional do assistente social, enquanto o outro pesquisador observava os usuários que estavam em atendimento, aguardavam para serem atendidos ou participavam dos grupos dentro dos CRAS.

O roteiro abrangeu eixos norteadores, considerados centrais para apreensão do exercício profissional do assistente social, a saber: condições e relações de trabalho; organização do trabalho; autonomia profissional; e articulação teórico-prática.⁵¹ Conforme se pode identificar, a dimensão socioeducativa não aparece como um eixo central, todavia ela é identificada no processo de observações, visto que ela é inerente à profissão e só pode ser compreendida considerando-se os elementos que configuram o trabalho profissional do assistente social.

Foram realizadas 60 (sessenta) observações participantes em 03 (três) CRAS do município de Juiz de Fora, com duração de 04 horas cada uma. A partir da análise dos dados obtidos nestas observações, realizada pelos integrantes da pesquisa coletiva, foi identificado que algumas questões relevantes necessitavam ser aprofundadas, para que assim fosse possível desenvolver reflexões teóricas mais amplas. Mediante isso, foi elaborada e organizada a segunda etapa da pesquisa de campo, composta por entrevistas que foram direcionadas para os assistentes sociais e para os sujeitos referenciados nos CRAS – no total, participaram das entrevistas 16 assistentes sociais e 41 sujeitos. As questões elaboradas pela equipe de pesquisa, que compunham os questionários abertos, visavam, justamente, aprofundar o conjunto de informações obtidas na fase das observações participantes. Reafirmando assim, o caráter amplo que a referida pesquisa possui, contribuindo enormemente para a ampliação do conhecimento acerca da profissão.

Diante disso, para a construção desta produção, consideramos relevante abordar tanto as observações quanto as entrevistas, e delimitamos analisar os dados que compreendem o eixo dos assistentes sociais, considerando o objeto ora em estudo. Ressaltamos que as observações serão expostas no texto de forma complementar a análise das entrevistas.

No que se refere aos procedimentos metodológicos aplicados nas análises das observações, realizamos uma leitura atenta e minuciosa das mesmas, buscando identificar os principais aspectos presentes no trabalho profissional do assistente social que contribuem para este estudo (como as condições de trabalho, a relação com os usuários, o trabalho interdisciplinar e o direcionamento ético-político) e como se processa a dimensão socioeducativa, observando como ela se materializa nas atividades desenvolvidas nos CRAS.

Cabe ressaltar que assim como as observações, as entrevistas foram realizadas com a autorização da Secretaria Municipal de Assistência Social de Juiz de Fora. Este consentimento ocorreu mediante a apresentação da relevância da continuidade desta pesquisa, sendo estabelecido que os assistentes sociais, individualmente, decidiriam por participar ou não da pesquisa. Em um momento posterior, entramos em contato com

51 Os elementos essenciais a serem observados nestes eixos são descritos no roteiro citado, que está anexo.

CAPÍTULO III

PESQUISA EMPÍRICA: UMA ANÁLISE DA DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA A PARTIR DA APREENSÃO DO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS

os 09 (nove) CRAS⁵² que o município possuía, tentando contatar todos os assistentes sociais para convidá-los a contribuírem com a pesquisa mediante a concessão de uma entrevista guiada por um questionário semiestruturado composto por 48 questões, elaborado pela equipe de pesquisa.⁵³

Neste processo, aceitaram participar da pesquisa 16 (dezesesseis) assistentes sociais, inseridos em 05 CRAS do município.⁵⁴ As entrevistas aconteceram entre os meses de setembro e novembro de 2015. Todas as entrevistas foram concedidas mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido,⁵⁵ o qual assegura o respeito aos direitos do entrevistado. Posteriormente, estas foram transcritas fielmente, tabuladas e analisadas pelo grupo de pesquisa.

As informações coletadas a partir das entrevistas são amplas e de enorme contribuição para reflexionarmos sobre o perfil dos assistentes sociais, bem como sobre os elementos que perpassam o cotidiano de trabalho destes profissionais, no qual é possível problematizar como se processa a dimensão socioeducativa nas ações desenvolvidas no espaço sócio-ocupacional dos CRAS.

Em relação à análise das entrevistas realizadas com os assistentes sociais, selecionamos as questões que possuem aspectos correlacionados com a temática estudada, presentes nos eixos que compõem o questionário: perfil dos assistentes sociais; condições de trabalho; organização e trabalho; autonomia profissional; e articulação teórico prática.

Ressaltamos que tanto as análises das observações como das entrevistas tiveram como base norteadora o referencial teórico construído ao longo deste trabalho, o qual possibilitou estabelecer procedimentos metodológicos sob uma perspectiva crítica de análise (método materialista histórico-dialético), que propiciaram estudar a dimensão socioeducativa, não de forma isolada, mas considerando as características presentes na sociabilidade do capital, que impactam no campo das políticas sociais, e também nas condições de trabalho e no exercício profissional do assistente social, que passou por significativas transformações ao longo de sua trajetória histórica. Todos estes elementos, analisados de forma articulada, vão refletir no modo em que a dimensão socioeducativa se expressa.

Vale enfatizar que, compreendemos como metodologia “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”, isto significa incluir

52 Quando foi realizada a pesquisa o município tinha 09 (nove) CRAS, atualmente o município possui 11 (onze) CRAS.

53 O modelo de questionário utilizado nas entrevistas está anexo.

54 Vale ressaltar que em 01 (um), dentre estes 05 (cinco) CRAS, foi realizada, também, a etapa das observações. Nosso objetivo era entrevistar todos os assistentes sociais que trabalhavam nos CRAS do município, principalmente aqueles inseridos nos equipamentos em que realizamos as observações, porém, devido às dificuldades encontradas, sobretudo a recusa em conceder a entrevista, isto não foi possível.

55 Este termo pode ser consultado nos anexos.

de modo simultâneo “a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade)” (MINAYO, 2004, p. 14).

3.1.1 ORGANIZAÇÃO E EXPOSIÇÃO DOS DADOS

Buscando uma compreensão da dimensão socioeducativa presente no trabalho profissional do assistente social, e como ela se expressa, considerando a totalidade dos fenômenos que perpassam o cotidiano profissional, iremos expor os dados das entrevistas e das observações de modo articulado. Para isso, apresentaremos a análise de algumas questões fundamentais para este estudo, que compõem as entrevistas e algumas falas das entrevistadas, assim como traremos trechos das observações de modo a complementá-lo, visando assim, elaborar reflexões fundamentadas que possam contribuir para aprofundarmos o conhecimento acerca desta dimensão da profissão.

Para uma melhor identificação do leitor a respeito dos dados utilizados, quando se tratar das observações, após a citação destas, terá a indicação que corresponda à observação a que nos referimos, podendo variar de Observação 01 a Observação 60, que compreende a totalidade das observações participantes que foram utilizadas nesta análise – sendo que 30 observações tinham como objetivo central observar os assistentes sociais, enquanto outras 30 observações tinham como foco os sujeitos. Não iremos identificar o nome do CRAS no qual foi realizada a observação, visando preservar o sigilo dos participantes.

Cabe destacar que não vamos expor um perfil dos assistentes sociais que participaram das observações, visto que o objetivo central da utilização delas é trazer elementos que puderam ser observados no cotidiano do exercício profissional que se relacionam com a dimensão socioeducativa, os quais são identificados na descrição destas observações participantes realizadas pelas pesquisadoras que foram a campo. Todavia, vale explicitar que as 09 (nove) assistentes sociais que participaram das observações são do sexo feminino.

Em relação às entrevistas, como já mencionado, 16 (dezesesseis) assistentes sociais foram entrevistadas. Para fins de exposição de suas falas, atribuímos a cada assistente social entrevistada um número, de 01 a 16, para expormos os dados de modo que garanta o anonimato. Dessa forma, as falas poderão vir referenciadas entre Assistente Social 01 e Assistente Social 16:

- CRAS A: Assistente Social 01, Assistente Social 02, Assistente Social 03, Assistente Social 04;
- CRAS B: Assistente Social 05, Assistente Social 06, Assistente Social 07;
- CRAS C: Assistente Social 08, Assistente Social 09, Assistente Social 10, Assistente Social 11;
- CRAS D: Assistente Social 12, Assistente Social 13;

CAPÍTULO III

PESQUISA EMPÍRICA: UMA ANÁLISE DA DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA A PARTIR DA APREENSÃO DO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS

- CRAS E: Assistente Social 14, Assistente Social 15, Assistente Social 16.

Antes disso, no item a seguir, apresentaremos de modo breve o cenário da política de assistência social em Juiz de Fora, visto que fazer uma apreensão do contexto em que se desenvolve a pesquisa de campo é imprescindível para uma análise mais completa.

3.2 O CENÁRIO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM JUIZ DE FORA

Os CRAS, equipamentos da proteção social básica, são espaços privilegiados de atuação profissional do assistente social, onde se pode trabalhar diretamente com os sujeitos usuários desta política, além de ser possível criar estratégias de intervenção profissional que extrapolem as demandas imediatas. Nestes espaços têm-se a possibilidade de atuar de maneira articulada junto aos sujeitos, visando o fortalecimento de sua autonomia enquanto indivíduos sociais, bem como potencializando a criação de uma consciência em relação aos processos nos quais se inserem nesta sociabilidade. Neste sentido, pode ser desenvolvido um trabalho junto aos sujeitos capaz de ampliar o conhecimento, através de ações de cunho socioeducativo numa perspectiva emancipatória – quando se tem como base o projeto ético-político da profissão.

Para fins desse estudo é importante apresentarmos alguns aspectos que compõem o cenário da política de assistência social no município, visto que este traz impactos para o espaço sócio-ocupacional dos CRAS, lócus da pesquisa de campo, bem como influencia nas condições de trabalho e no exercício profissional do assistente social desenvolvido neste campo de atuação.

O município de Juiz de Fora, estado de Minas Gerais, situa-se na zona da mata mineira, sendo considerado um polo de referência da região. Conforme o último censo demográfico, realizado em 2010, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população total do município era de 516.247 pessoas. Já para o ano de 2021, a estimativa era de uma população com 577.532 pessoas.⁵⁶ Sendo assim, é classificado como um município de grande porte, logo, consoante a PNAS, deve possuir uma rede socioassistencial mais complexa e diversificada, com serviços de proteção social básica e uma ampla rede de proteção especial nos níveis de média e alta complexidade. Além do mais, é imprescindível a articulação com as demais políticas públicas para um atendimento às demandas da população que busque a integralidade.

No que concerne à organização da política de assistência social em Juiz de Fora/MG, o órgão da Administração Direta responsável por sua gestão é a Secretaria de

56 Para mais indicadores da cidade de Juiz de Fora publicados pelo IBGE, consultar: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/juiz-de-fora/panorama>. Acesso em: 15 fev. 2022.

Desenvolvimento Social (SDS), a qual possui autonomia administrativa, orçamentária e financeira. Em relação à execução desta política, no período em que foi realizada a pesquisa de campo supracitada,⁵⁷ a principal responsável por desempenhar esta função era a Associação Municipal de Apoio Comunitário (AMAC).

A AMAC foi fundada em 1985, em Juiz de Fora, como uma instituição sem fins lucrativos, com financiamento público municipal, tendo por objetivo desenvolver projetos na área da assistência social. Com as mudanças ocorridas na legislação após a promulgação da Constituição Federal de 1988, a instituição teve que fazer algumas adequações nos serviços prestados. Sendo que as principais ocorreram, sobretudo, a partir de 2005, para atender as orientações estabelecidas pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Para a prestação de serviços na área da assistência social, foi estabelecido um convênio entre a AMAC e a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS).⁵⁸ No período em que a pesquisa foi realizada, a AMAC era a principal executora dos serviços da área da assistência social.⁵⁹

O município de Juiz de Fora possui uma rede de serviços destinada ao atendimento de diversas necessidades apresentadas pelo público que recorre à assistência social, havendo programas e serviços específicos para pessoas em diversas faixas etárias e/ou situações nas quais se encontram em determinado momento de suas vidas, visando atender as diretrizes e orientações da PNAS e do SUAS.⁶⁰

Vale ressaltar que, no contexto de implementação do SUAS no município, conforme Souza Filho e Oliveira (2012), o ano de 2009 foi marcado por uma mudança na estrutura da política de assistência social, decorrente da criação da Secretaria de Assistência Social (SAS), sob a gestão que iniciara com o novo prefeito (2009/2012). A partir de fevereiro de 2009 ocorreu a implantação de 06 (seis) CRAS, os quais foram

57 Que, como já explicitado, é fruto da pesquisa Serviço Social e Sistema Único de Assistência Social em Juiz de Fora: Uma análise a partir dos assistentes sociais e usuários do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

58 Para mais informações sobre a AMAC, consultar: <http://amac.org.br/>.

59 Vale ressaltar que o município de Juiz de Fora abriu um edital de chamamento público para a prestação de serviços na área da política de assistência social, em que a Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA) – organização privada, não governamental e sem fins lucrativos – no ano de 2018, conseguiu habilitação para executar alguns serviços que englobam esta política; disputando assim, espaço com a AMAC, que até então, possuía hegemonia, enquanto instituição da sociedade civil, na prestação destes serviços. Este processo torna evidente a lógica de transferência para a sociedade civil de serviços que deveriam ser executados pelo Estado, através da contratação de recursos humanos por meio de concursos públicos. Vale ressaltar ainda que, em 2016 houve a realização de concurso público no município e uma parcela de profissionais já foram nomeados. Todavia, existem fatores que dificultam a ampliação do quadro de servidores públicos, sobretudo, a própria lógica do Estado capitalista sob orientação neoliberal, que não coloca este tipo de demanda como prioridade.

60 Para mais informações acerca da rede de serviços do município, bem como outros dados relevantes sobre a organização da assistência social no município, consultar o site da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora: <https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/sds/index.php>. Acesso em: 17 jun. 2019.

CAPÍTULO III

PESQUISA EMPÍRICA: UMA ANÁLISE DA DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA A PARTIR DA APREENSÃO DO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS

estabelecidos em espaços físicos já existentes e utilizados pela AMAC. Houve também um remanejamento dos profissionais atrelados à AMAC, que foram destinados a compor as equipes mínimas dos CRAS, como os assistentes sociais, psicólogos e pedagogos, que fazem parte do rol de profissionais de nível superior (denominados técnicos SUAS de nível superior).

Foi também no ano de 2009 que, segundo Souza Filho e Oliveira (2012), o Ministério Público moveu uma ação contra a Prefeitura de Juiz de Fora, que exigia uma solução para a forma de execução da política de assistência social, visto que o fato de ser executada por uma associação de direito privado, financiada pela própria prefeitura, constitui uma irregularidade. A resolutividade para esta situação seria o encerramento da AMAC. Todavia, houve uma resistência dos trabalhadores, usuários e setores da sociedade, que temiam os impactos do fim da instituição, fazendo com que fossem pensadas outras formas de solucionar esta situação-problema. Até os dias atuais a instituição continua em atividade, porém, sua centralidade vem sendo enfraquecida aos poucos com a contratação de novos profissionais aprovados no concurso público realizado pelo município em 2016, e, também, com a habilitação de outra instituição privada sem fins lucrativos mediante um processo de chamamento público para executar alguns serviços socioassistenciais.

Todavia, no contexto de realização da pesquisa empírica, foi possível identificar a AMAC como principal executora dos serviços que englobam a política de assistência social, o que traz diversos impactos sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais, como a alta rotatividade, devido aos vínculos de trabalho temporários e por tempo determinado, o que dificulta a execução de um trabalho contínuo junto aos usuários da política, e, conseqüentemente, impacta na criação de vínculos. Além disso, esta forma de contratação gera uma instabilidade para os profissionais, podendo influenciar na autonomia relativa, visto que esta é impactada pelos tensionamentos oriundos deste vínculo empregatício precário, característico da reestruturação produtiva e da consolidação das ideias neoliberais.

A própria Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS), aprovada em 2006, reconhece e ressalta a importância da contratação de profissionais mediante concurso público e na quantidade necessária para a gestão e execução dos serviços no âmbito da política de assistência social, de modo a atender as necessidades da população que constitui seu público-alvo. Além disso, considerando o caráter público da prestação de serviços assistenciais, é indispensável que sua execução seja realizada por servidores públicos. Somado a isso, a gestão do trabalho que atua no SUAS tem o dever de “garantir a “desprecarização” dos vínculos dos trabalhadores do SUAS e o fim da terceirização” (BRASIL, 2009, p. 16).

Quando realizamos a pesquisa de campo, o município possuía 09 (nove) Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) em funcionamento, sendo que havia (dois)

02 CRAS em processo de construção. Atualmente, o município possui 11 (onze) CRAS, são eles: Centro, Leste Linhares, Leste São Benedito, Nordeste Grama, Norte Benfica, Norte Barbosa Lage, Norte Santa Cruz, Oeste São Pedro, Sudeste Costa Carvalho, Sudeste Olavo Costa, Sul Ipiranga.

Vale ressaltar que, a partir da realização das observações e das entrevistas nos espaços físicos dos CRAS, pode-se observar que estes são estruturados fisicamente de maneira semelhante. Um aspecto que chamou a atenção das pesquisadoras foi que em parte dos CRAS, as salas eram separadas por divisórias que não alcançavam o teto, possibilitando, por vezes, a escuta dos atendimentos por quem se encontrava próximo, interferindo assim, na garantia do atendimento sigiloso. Todavia, alguns profissionais criavam estratégias para que o atendimento não fosse escutado por outrem. De modo geral, identifica-se que é necessária uma ampliação de investimentos financeiros para melhoria dos CRAS, inclusive no que concerne à estrutura física, visando criar um espaço de atendimento com condições materiais de trabalho adequadas.

Como explicitado, Juiz de Fora é um município de grande porte, que deve possuir uma rede adequada para o atendimento das demandas que surgem. Conforme a PNAS, os CRAS devem ser estruturados em municípios deste porte em áreas consideradas de “maior vulnerabilidade social”, com a finalidade de gerenciar e executar a proteção social básica no território de abrangência. Atualmente, o município, com 11 (onze) CRAS em sua rede, busca atender aos direcionamentos da PNAS, que define o número mínimo de 04 CRAS em municípios de grande porte, sendo que cada um pode ter até 5.000 famílias referenciadas.

A NOB-RH/SUAS estabelece o número de profissionais que devem compor a equipe mínima dos CRAS, de acordo com o porte do município, como podemos ver na tabela a seguir:

Tabela 1: Composição da equipe profissional do CRAS de acordo com o porte do município

Pequeno Porte I	Pequeno Porte II	Médio, Grande, MetrÓpole e DF
Até 2.500 famílias referenciadas	Até 3.500 famílias referenciadas	A cada 5.000 famílias referenciadas
2 técnicos de nível superior, sendo um profissional assistente social e outro preferencialmente psicólogo	3 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais e preferencialmente um psicólogo	4 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS
2 técnicos de nível médio	3 técnicos nível médio	4 técnicos de nível médio

Fonte: Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB/SUAS/RH), p. 19, 2009

Considerando tais informações, a partir da realização das entrevistas e observações podemos constatar que o município possui o número de técnicos de nível superior em cada CRAS, que foram locus da pesquisa de campo, em conformidade com as indicações da NOB-RH/SUAS. Além disso, todos os CRAS possuem coordenadores de nível superior, como prevê a NOB-RH/SUAS, sendo que a maioria são assistentes sociais. Todavia, no que diz respeito à condicionalidade apresentada por esta Norma Operacional Básica referente a estes profissionais serem concursados, a partir da realização das entrevistas podemos constatar que o município não a atende. Quando foram realizadas as entrevistas em campo, todas as assistentes sociais que eram coordenadoras (25%) disseram que possuíam contratos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), não possuindo vínculo efetivo, que é característico de servidores públicos que prestaram concurso público.

Após esta breve ilustração do cenário da nossa pesquisa de campo, apresentaremos o perfil dos profissionais que participaram da pesquisa na etapa das entrevistas, bem como as análises que julgamos fundamentais para compreendermos a dimensão socioeducativa no exercício profissional do assistente social.

3.3 O PERFIL DOS ASSISTENTES SOCIAIS ENTREVISTADOS

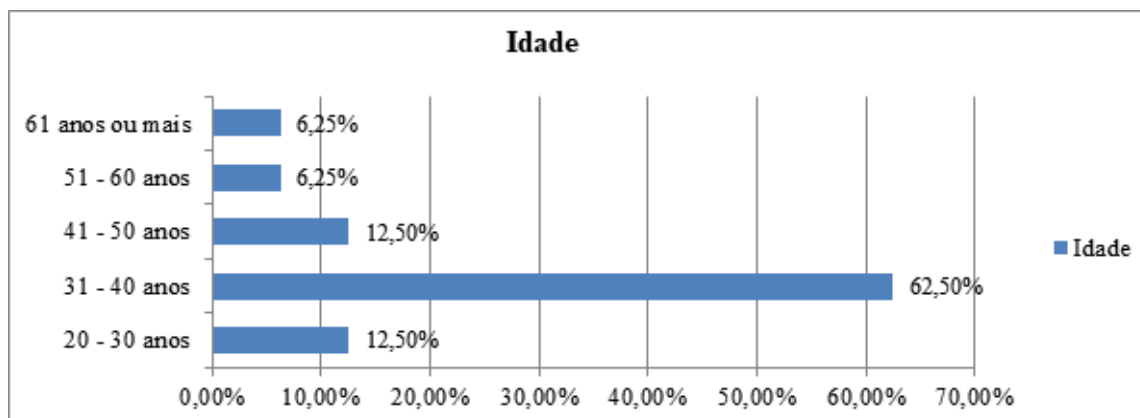
As entrevistas realizadas tiveram como intuito coletar informações que contribuíssem para traçar de maneira mais precisa o perfil dos assistentes sociais e as condições presentes em seu cotidiano de trabalho a partir da fala dos próprios profissionais. Com isso, tornou-se possível aprofundar e ampliar os conhecimentos acerca do exercício profissional dos assistentes sociais, sendo imprescindível apresentar aqui aspectos importantes frutos desta etapa da pesquisa de campo.

Para fins dessa produção iremos expor apenas o perfil dos assistentes sociais entrevistados pelo fato de que o questionário aplicado nas entrevistas traz elementos ricos, os quais nos possibilitam traçá-lo de forma mais precisa. Enquanto as observações, para o estudo em questão, trazem uma riqueza maior de informações no que se refere a visualizar como acontece o exercício profissional no dia a dia dos profissionais.

Nesta etapa da pesquisa, como já mencionado, participaram das entrevistas 16 (dezesseis) assistentes sociais, sendo todas do sexo feminino, demonstrando, assim, a predominância de mulheres na categoria profissional, que é uma característica presente desde a gênese da profissão.

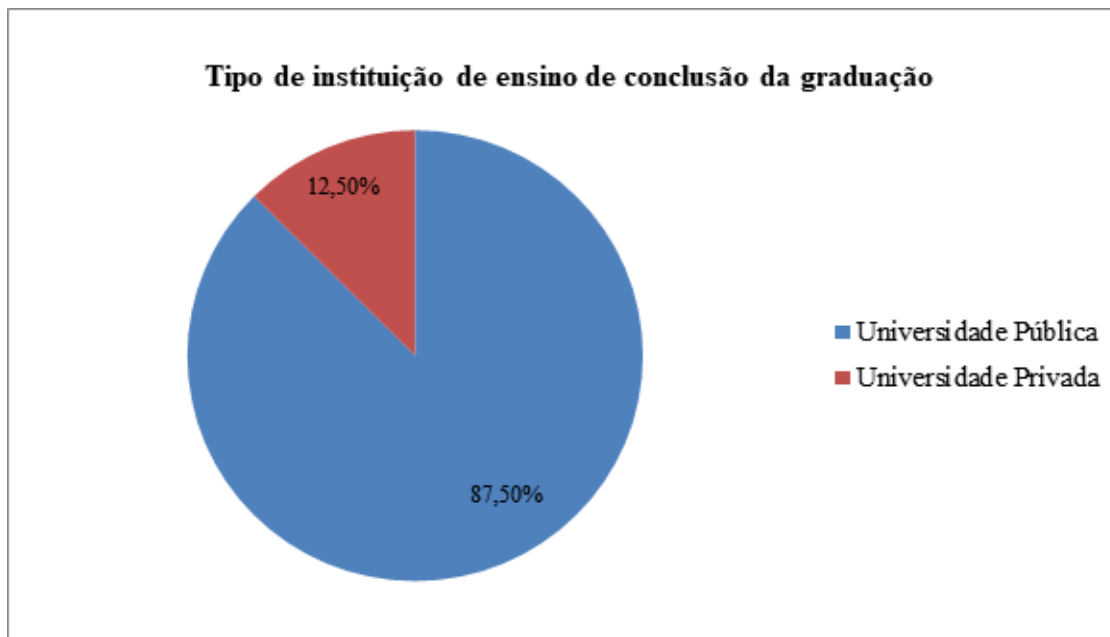
Em relação à idade das profissionais entrevistadas, mais que a metade (62,50%), encontra-se na faixa etária entre 31 e 40 anos. Dentre as demais: 12,50% tinham entre 20 e 30 anos; 12,50% entre 41 e 50 anos; 6,25% entre 51 e 60 anos; e as outras 6,25% com idade de 61 anos ou mais. O gráfico a seguir expressa estes dados:

Gráfico 1: Faixa etária das assistentes sociais entrevistadas



Fonte: Elaborado pela autora, conforme os dados da pesquisa coletiva Serviço Social e Sistema Único de Assistência Social em Juiz de Fora: Uma análise a partir dos assistentes sociais e usuários do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, 2015

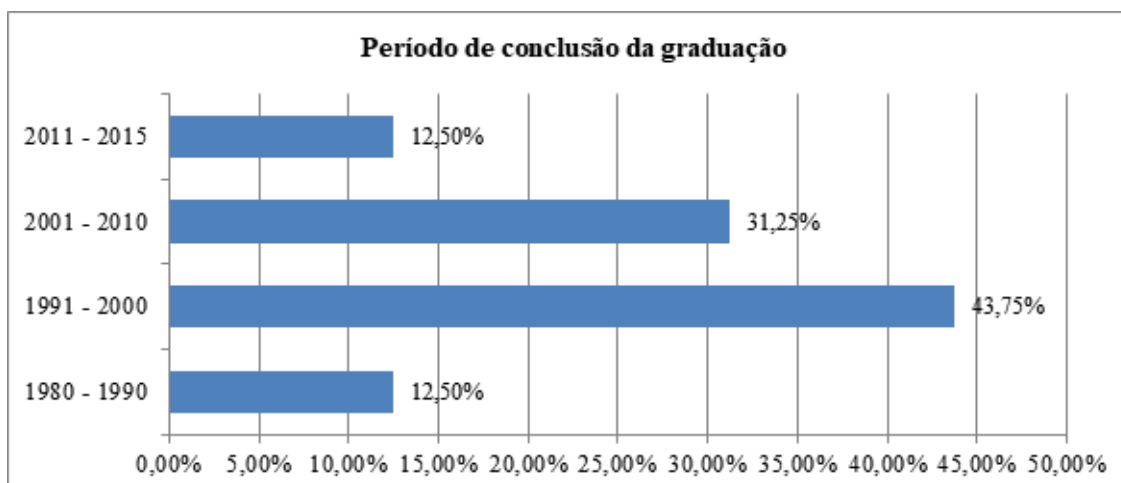
É interessante destacar que, majoritariamente, as assistentes sociais entrevistadas cursaram a graduação em Serviço Social em instituição pública de ensino. Conforme dados da pesquisa, 87,50% estudaram em universidade pública – especificamente na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) –, e apenas 12,50% em uma universidade privada de Juiz de Fora, denominada Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), ambos os cursos na modalidade de ensino presencial. Vale ressaltar que uma das entrevistadas, que concluiu o curso de graduação na UNIVERSO, iniciou o curso de Serviço Social em uma instituição privada de ensino à distância, migrando para esta universidade privada na modalidade de ensino presencial a partir do 5º período. Vejamos o gráfico abaixo:

Gráfico 2: Tipo de instituição de ensino em que as assistentes sociais entrevistadas concluíram a graduação em Serviço Social

Fonte: Elaboração feita pelos membros da pesquisa coletiva Serviço Social e Sistema Único de Assistência Social em Juiz de Fora: Uma análise a partir dos assistentes sociais e usuários do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, 2015

Destacamos aqui a importância da educação pública, com ensino presencial e de qualidade. Dentre os benefícios da universidade pública podemos destacar a forte articulação entre pesquisa, ensino e extensão, que contribui para uma formação mais completa. Isso não significa dizer que as profissionais que estudaram em universidade privada possuíram um ensino deficitário, sobretudo, se a grade curricular do curso estiver em conformidade com as atuais Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS) de 1996, atualmente denominada Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Vale dizer que as profissionais que se graduaram em universidade privada concluíram o curso nos anos de 2010 e 2011.

Com relação ao ano em que as entrevistadas concluíram a graduação, podemos identificar que a maioria das assistentes sociais se graduou entre os anos de 1991 e 2000, representando 43,75% do total de entrevistadas. A segunda maior parcela de entrevistadas, que corresponde a 31,25%, concluiu a graduação entre 2001 e 2010. Já entre os anos de 1980 e 1990, 12,50% concluíram o curso de Serviço Social. No período de 2011 a 2015, 12,50% das entrevistadas também obtiveram o título de bacharel em Serviço Social. No gráfico abaixo se pode visualizar tais dados:

Gráfico 3: Período de conclusão da graduação das entrevistadas

Fonte: Elaborado pela autora, conforme os dados da pesquisa coletiva Serviço Social e Sistema Único de Assistência Social em Juiz de Fora: Uma análise a partir dos assistentes sociais e usuários do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, 2015

Assim, identificamos que todas as profissionais entrevistadas concluíram a graduação em Serviço Social a partir da década de 1980,⁶¹ quando a profissão já havia iniciado uma aproximação com a perspectiva crítica. Logo, pode-se constatar que mesmo as entrevistadas que concluíram a graduação há mais tempo, estudaram em um período no qual se consolidava a vertente de intenção de ruptura, sendo assim, infere-se que puderam vivenciar as transformações que emergiram neste período, e que demarcaram a ruptura com o conservadorismo. Conforme já exposto no Capítulo 2, a profissão passou por significativas transformações na década de 1980, período no qual se buscava alcançar legitimação e aprimoramento da ação profissional, bem como reformular a formação profissional, considerando o movimento da realidade. Diante disso, em 1982 ocorreu uma reformulação do currículo mínimo de formação em Serviço Social, com o intuito de propiciar uma apreensão da realidade sob um viés crítico. De acordo com Castro e Toledo (2012), o currículo mínimo de 1982,

[...] trouxe uma nova perspectiva para se pensar a formação e a prática profissional, buscando romper com o lastro conservador da profissão e com a vinculação com a ideologia dominante, incorporando a tradição marxista e direcionando sua ação de acordo com os interesses dos usuários (CASTRO; TOLEDO, 2012, p. 03).

Este currículo mínimo sugerido pela Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS) – atualmente denominada Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) – apresentava duas subdivisões: a área dos conhecimentos

61 Ressaltamos que as assistentes sociais que se graduaram entre 1980 e 1990 foram duas, uma delas disse que se graduou entre 1989 e 1990, e a outra concluiu a graduação em 1990.

CAPÍTULO III

PESQUISA EMPÍRICA: UMA ANÁLISE DA DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA A PARTIR DA APREENSÃO DO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS

básicos, que englobava o conhecimento do contexto social e o conhecimento da realidade da clientela; e a área dos conhecimentos profissionalizantes, que se relacionava diretamente ao exercício profissional do assistente social.⁶²

Em relação à descrição que esta proposta apresenta quanto ao conhecimento da realidade da clientela, podemos identificar que já neste currículo a categoria profissional identifica a importância de que os sujeitos tenham conhecimento da realidade social na qual se inserem. Para isso, consideramos que é fundamental o processo de formação de consciência, no qual o assistente social em seu cotidiano profissional pode traçar estratégias que corroborem para que os sujeitos reflitam sobre a realidade social, uma vez que este profissional pode influenciar nas maneiras de pensar e agir dos sujeitos, o que expressa a dimensão socioeducativa que a profissão possui. A seguir apresentamos um trecho extraído da proposta do currículo mínimo de 1982 da ABESS que fora aprovado pelo Plenário do Conselho Federal de Educação (CFE) do Ministério da Educação e Cultura (MEC):

A representação que a população tem do contexto social em que se insere, é também importante, pois é condição para que o Assistente Social possa conseguir junto a ela, um nível de consciência capaz de perceber a sua realidade nas relações sociais e nas relações inter-humanas. A perspectiva do homem como sujeito histórico pressupõe a consciência de si e do outro no processo da construção do mundo (BRASIL, 1982, p. 03).

Após a aprovação do currículo de 1982, as faculdades de Serviço Social começaram a fazer adaptações nas grades curriculares de seus cursos. Nesse contexto, conforme relatam Castro e Toledo (2012), a Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), a partir da criação de uma comissão, reiniciou seus estudos para a implementação do novo currículo e, conseqüentemente, a reformulação do currículo que estava em vigência na instituição de ensino. Mediante isso, a Faculdade de Serviço Social da UFJF formulou uma proposta que

[...] visava a formação de profissionais intelectual e tecnicamente capacitados para detectar e analisar os processos sociais relacionando-os com o Serviço Social, sua inserção sócio-histórica na divisão sócio-técnica do trabalho e a crítica da sua

62 As matérias que compunham o currículo mínimo de 1982 encontravam-se subdivididas em dois núcleos, área básica e área profissional. A área básica era composta pelas seguintes matérias: Filosofia; Sociologia; Psicologia; Economia; Antropologia; Formação Social, Econômica e Política do Brasil; e Direito e Legislação Social. Enquanto a área profissional englobava as disciplinas de: Teoria do Serviço Social; Metodologia do Serviço Social; História do Serviço Social; Desenvolvimento da Comunidade; Política Social; Administração em Serviço Social; Pesquisa em Serviço Social; Ética Profissional em Serviço Social; e Planejamento Social. Para conhecer detalhadamente as matérias presentes neste currículo, consultar: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cd010113.pdf>.

herança tradicional. Essa perspectiva inscreve a profissão nos movimentos da expansão monopolista, articulando com as relações societárias e de classe inscrita no processo histórico, e decifrando o relacionamento do Estado com a sociedade civil nas relações latino-americanas (CASTRO; TOLEDO, 2012, p. 18).

Compreendemos que o processo formativo nesses moldes é fundamental para a formação de profissionais capacitados para o desenvolvimento de um trabalho profissional qualificado. Além disso, possibilita a compreensão dos profissionais das potencialidades da profissão, que ultrapassam a esfera dos atendimentos de demandas pontuais, mas que podem ser planejadas visando o fortalecimento dos interesses dos sujeitos aos quais se destina a ação profissional. Tal apreensão é elementar para que no cotidiano do trabalho profissional possam ser desenvolvidas ações socioeducativas sob um viés crítico.

Vale ressaltar ainda que o currículo de 1982 apresentava lacunas,⁶³ por isso, posteriormente houve a sua reformulação. Ademais, considerando que a realidade está em constante movimento tal reformulação tornou-se necessária. Desse modo, o processo formativo torna-se capaz de propiciar a compreensão das mudanças que perpassam a sociabilidade do capital sob um viés crítico, corroborando para uma formação diferenciada e competente.

Isto posto, em conformidade com Castro e Toledo (2012) inferimos que o currículo de 1982,

[...] apesar das lacunas e insuficiências teórico-metodológicas e técnico-operativas, significou um avanço expressivo para a categoria quanto à sua interlocução com a tradição marxista - apesar dos equívocos iniciais - e a redefinição da função social da profissão centrada no compromisso com os usuários na busca pela efetivação de seus direitos, o que forneceu as bases para a elaboração do Código de Ética de 1986 - teve como pressupostos a necessidade de mudança em função da dinâmica social e da vinculação profissional com as lutas da classe trabalhadora (CASTRO & TOLEDO, 2012, p. 13).

Nesse percurso, a elaboração do Código de Ética de 1986 revelou a aproximação da profissão com a perspectiva crítica por meio da tradição marxista, e o comprometimento político com os interesses da classe trabalhadora. O que pode ser identificado na introdução deste Código:

A sociedade brasileira no atual momento histórico impõe modificações profundas em todos os processos da vida material e espiritual. Nas lutas encaminhadas por diversas organizações nesse processo de transformação, um novo projeto de sociedade se esboça, se constrói e se difunde uma nova ideologia.

63 O parecer da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social – ABESS, apresentado ao Ministério da Educação e Cultura, que versa sobre o “Ante-projeto de reforma curricular”, aprovado em 1982, pode ser acessado em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cd010113.pdf>.

CAPÍTULO III

PESQUISA EMPÍRICA: UMA ANÁLISE DA DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA A PARTIR DA APREENSÃO DO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS

Inserido neste movimento, a categoria de Assistentes Sociais passa a exigir também uma nova ética que reflita uma vontade coletiva, superando a perspectiva a-histórica e a-crítica, onde os valores são tidos como universais e acima dos interesses de classe. A nova ética é resultado da inserção da categoria nas lutas da classe trabalhadora e, conseqüentemente, de uma nova visão da sociedade brasileira. Neste sentido, a categoria através de suas organizações, faz uma opção clara por uma prática profissional vinculada aos interesses desta classe (CFESS, 1986, p. 01).

Cabe destacar que o Código de Ética de 1986 possui princípios e diretrizes norteadoras para o trabalho profissional do assistente social que expressam a conformação de um novo direcionamento político no âmbito da profissão, o qual afirma a opção por fortalecer os interesses da classe trabalhadora. Tais princípios e diretrizes revelam a dimensão socioeducativa presente na profissão, dentre estes estão:

- A devolução das informações colhidas nos estudos e pesquisas aos sujeitos sociais envolvidos;
- O acesso às informações no espaço institucional e o incentivo ao processo de democratização das mesmas [...];
- O respeito à tomada de decisão dos usuários, ao saber popular e à autonomia dos movimentos e organizações da classe trabalhadora;
- O privilégio ao desenvolvimento de práticas coletivas e o incentivo à participação dos usuários no processo de decisão e gestão institucional;
- A discussão com os usuários sobre seus direitos e os mecanismos a serem adotados na luta por sua efetivação e por novas conquistas; e a reflexão sobre a necessidade de seu engajamento em movimentos populares e/ou órgãos representativos da classe trabalhadora. [...] (CFESS, 1986, p. 02).

Isto posto, podemos afirmar que neste período a categoria profissional já reconhecia a importância de uma atuação profissional crítica, de modo a fortalecer os interesses da classe trabalhadora em um processo de correlação de forças com os interesses institucionais. Para tanto, o desenvolvimento de ações de cunho socioeducativo, que revelam a dimensão socioeducativa da profissão, são fundamentais para que os princípios e diretrizes citados sejam concretizados. Esta dimensão também se explicita nos deveres dos assistentes sociais nas suas relações com os usuários, como podemos constatar na redação do artigo 6º do Código de Ética de 1986:

Art. 6º São deveres do Assistente Social nas suas relações com os usuários:

- a. Discutir com os usuários seus direitos e os mecanismos a serem adotados na sua efetivação e em novas conquistas;
- b. Refletir com os usuários os limites de sua atuação profissional no sentido de dimensionar as possibilidades reais de sua prática no encaminhamento das lutas conjuntas, bem como identificar os mecanismos de superação dos mesmos;
- c. Contribuir para que os usuários utilizem os recursos institucionais como um

direito conquistado pela classe trabalhadora;

d. Criar, na discussão conjunta, mecanismos, que venham desburocratizar a relação com os usuários no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados;

e. Privilegiar práticas coletivas com os usuários no sentido de possibilitar a sua participação no processo de decisão e gestão institucional;

f. Discutir com os usuários sobre a utilização dos recursos sociais, para evitar deslocamentos desnecessários na busca de atendimento às suas necessidades;

g. Refletir com os usuários sobre a importância de seu engajamento em movimentos populares e/ou órgãos representativos da classe trabalhadora;

h. Respeitar, no relacionamento com o usuário, o seu direito à tomada de decisões, o saber popular e a autonomia dos movimentos e organizações da classe trabalhadora (CFESS, 1986, p. 05).

Estes deveres demonstram a relevância de refletirmos acerca da dimensão socioeducativa, haja vista que ela se expressa no trabalho profissional do assistente social através do desenvolvimento de ações profissionais. Os deveres acima citados reafirmam que o assistente social pode corroborar com os processos reflexivos dos sujeitos, posto que a profissão possui uma função pedagógica, como destaca Abreu (2016).

É relevante apontar que “o Código de Ética de 1986 representou muito mais um avanço de posicionamento ideopolítico dos assistentes sociais do que um aprofundamento teórico-filosófico do debate realizado pela categoria profissional” (PAULA, 2016, p. 140). Tal aprofundamento se expressou efetivamente no Código de Ética de 1993.

Identificar tais elementos contribui para a compreensão do contexto em que as profissionais entrevistadas se graduaram. A partir disso, é possível visualizar que elas vivenciaram experiências únicas em seu processo formativo que influenciam em sua percepção da realidade e no direcionamento dado à ação profissional.

Como vimos, a maior parcela das profissionais se graduou entre 1991 e 2000, período em que se destaca o espraiamento do pensamento crítico na profissão, que contribui para a compreensão da realidade numa ótica de totalidade, além do mais, a profissão, hegemonicamente, se vincula a um projeto societário que almeja a emancipação. Observa-se neste momento, a materialização do projeto ético-político do Serviço Social, que se expressa no Código de Ética Profissional de 1993, e na Lei de Regulamentação da Profissão nº 8.662 de 1993.

Cabe destacar que o Código de Ética de 1993 possui valores éticos e princípios políticos que revelam seu embasamento em um projeto profissional democrático que se articula a um projeto societário, além de objetivar a construção de uma nova sociabilidade, livre de qualquer forma de opressão, dominação e alienação. Em relação à revisão do Código de Ética de 1986, é importante apontar que esta “partiu da compreensão de que a ética deve ter como suporte uma ontologia do ser social: os

CAPÍTULO III

PESQUISA EMPÍRICA: UMA ANÁLISE DA DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA A PARTIR DA APREENSÃO DO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS

valores são determinações da prática social, resultantes da atividade criadora tipificada no processo de trabalho” (BRASIL, 2012, p. 21-22).

Os direcionamentos contidos no Código de Ética profissional de 1993 são fundamentais para o desenvolvimento de um trabalho profissional comprometido com os interesses da classe trabalhadora. Como apresentado inicialmente, os deveres do/a assistente social nas suas relações com os/as usuários/as, contidos no artigo 5º deste Código de Ética, revelam aspectos da dimensão socioeducativa relacionados à socialização de informações e a possibilidade de viabilizar a compreensão dos sujeitos acerca dos processos que participam nos espaços institucionais.

Considerando que o trabalho profissional do assistente social se desenvolve em instituições/equipamentos sociais/organizações dentro da ordem do capital, deve-se ter clareza de que só é possível pensar em uma dimensão socioeducativa voltada para a emancipação, se esta se embasa em valores éticos e políticos que têm como horizonte a transformação social.

Como destacamos, a Lei nº 8.662 de 1993, que regulamenta a profissão de Serviço Social, também é expressão do projeto ético-político profissional. Em seu artigo 4º, no qual constam as competências profissionais dos assistentes sociais, podemos identificar determinadas competências que nos remetem a dimensão socioeducativa da profissão, são elas: “encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população”, e “orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos” (CFESS, 2012, p. 45).

Entendemos que o projeto ético-político da profissão se expressa também nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996,⁶⁴ que preenche as lacunas da proposta curricular anterior, trazendo princípios que revelam o esforço em uma formação profissional qualificada, capaz de apreender a dinâmica da realidade sob uma perspectiva crítica e articular os eixos fundamentais do processo de ensino-aprendizagem, reafirmando a necessidade de capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. A nova lógica curricular para a formação profissional propõe três núcleos de fundamentação: núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; e núcleo de fundamentos do trabalho profissional (ABESS/CEDEPSS, 1997).

O núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social apresenta o trabalho enquanto “eixo central de reprodução da vida social, sendo tratado como práxis, o que implica o desenvolvimento da socialidade, da consciência, da universalidade e da capacidade de criar valores, escolhas e novas necessidades, e, como tal, desenvolver a liberdade” (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 64).

64 Para mais informações sobre estas Diretrizes, consultar: http://www.abepps.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf.

É sob estes moldes que consideramos que o trabalho tem potencialidade de contribuir com a formação crítica dos sujeitos, que seja capaz de ultrapassar os processos de alienação presentes no cotidiano, através de uma dimensão socioeducativa articulada às demais dimensões da profissão, que expressam a opção hegemônica da profissão pela emancipação humana. Neste processo, é necessário “reconhecer as dimensões culturais, ético-políticas e ideológicas dos processos sociais, em seu movimento contraditório e elementos de superação” (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 64).

O núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira é essencial para que durante o processo formativo seja possível conhecer os elementos determinantes da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, o que permite conhecer as características que perpassam o cotidiano das classes subalternas e, também, compreender o significado do Serviço Social no confronto entre as classes nesta dinâmica societária (ABESS/CEDEPSS, 1997). A apreensão de tais aspectos é elementar para que os assistentes sociais no cotidiano de seu trabalho profissional possam planejar ações socioeducativas com base na realidade vivenciada pelos sujeitos, tornando-as assim mais eficazes.

O núcleo de fundamentos do trabalho profissional traz elementos substanciais para a compreensão da profissão, considerando-a enquanto uma especialização do trabalho coletivo que atua sobre as diversas refrações da questão social. Mediante isso, pode-se afirmar que o trabalho profissional do assistente social, como todo processo de trabalho pressupõe

[...] o objeto ou matéria-prima sobre a qual incide a ação transformadora; os meios de trabalho – instrumentos, técnicas e recursos materiais e intelectuais que propiciam a potenciação da ação humana sobre o objeto; e a atividade do sujeito direcionada por uma finalidade, ou seja, o próprio trabalho. Significa, ainda, reconhecer o produto do trabalho profissional em suas implicações materiais, ídeo-políticas e econômicas (ABESS, CEDEPSS, 1997, p. 66).

Assim, a apreensão dos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social influencia na forma de pensar e agir dos assistentes sociais, o que trará implicações sobre a forma em que estes criarão estratégias e técnicas de intervenção, que ocorrem a partir de quatro questões elementares: “o que fazer, por que fazer, como fazer e para que fazer” (ABESS, CEDEPSS, 1997, p. 67). Para o desenvolvimento de um trabalho consciente e minucioso apreende-se que:

As estratégias e técnicas de operacionalização devem estar articuladas aos referenciais teórico-críticos, buscando trabalhar situações da realidade como fundamentos da intervenção. As situações são dinâmicas e dizem respeito à relação entre Assistente Social e usuário frente às questões sociais. As estratégias são, pois, mediações complexas que implicam articulações entre as trajetórias pessoais, os ciclos de vida, as condições sociais dos sujeitos envolvidos, para

CAPÍTULO III

PESQUISA EMPÍRICA: UMA ANÁLISE DA DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA A PARTIR DA APREENSÃO DO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS

fortalecê-los e contribuir para a solução de seus problemas/questões (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 68).

Isto posto, podemos constatar que estas diretrizes curriculares trazem elementos substanciais para que os profissionais planejem ações socioeducativas de modo consciente, embasadas no projeto ético-político da profissão, e que, realmente, sejam capazes de fortalecer os interesses da classe trabalhadora.

Diante disso, identificamos que nesse período a profissão ratificou sua opção por um projeto profissional com bases teóricas críticas. Diante disso, com base nos dados expostos anteriormente sobre o ano em que as assistentes sociais entrevistadas se graduaram, verificamos que de 2001 em diante 43,45% concluíram o curso de Serviço Social, portanto, estas profissionais estudaram em um período no qual se evidenciava o direcionamento ético e político da profissão hegemônico.⁶⁵

Considerando que a formação crítica é uma das mediações para o desenvolvimento de um trabalho profissional crítico, contribui para pensarmos nas formas em que a dimensão socioeducativa está presente no cotidiano do assistente social, e como esta dimensão se revela nas ações desenvolvidas no exercício profissional. O processo formativo crítico é capaz de oferecer elementos cruciais para se pensar e elaborar ações a partir de uma apreensão crítica da realidade, além de propiciar o rompimento com o conservadorismo presente na dinâmica da sociabilidade do capital.

Desse modo, ter-se um arcabouço teórico-metodológico, ético-político e teórico metodológico, estruturado sob uma perspectiva crítica, revela uma dimensão socioeducativa com aspectos que visam à transformação social, sendo assim, as ações profissionais de caráter socioeducativo poderão ser estruturadas de modo que contribua para a formação crítica dos sujeitos sociais.

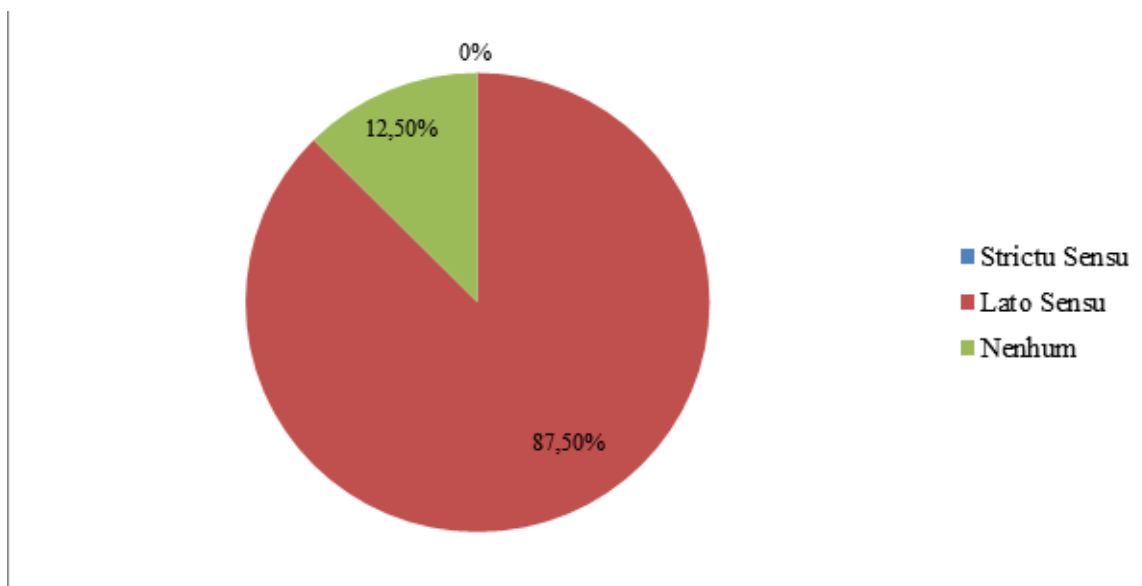
Esta reflexão é importante para indicarmos que as profissionais têm conhecimento da dinâmica contraditória em que se inserem e da potencialidade do trabalho que desenvolvem, ao atuarem no âmbito da produção e reprodução das relações sociais. No período em que se graduaram, a profissão, hegemonicamente, direcionava-se pela intenção de ruptura com o conservadorismo.

No que concerne à continuidade nos estudos após a graduação, a grande maioria das assistentes sociais entrevistadas, que corresponde a 87,50%, cursou pós-graduações lato sensu – que compreende programas de especializações. Nenhuma profissional entrevistada realizou pós-graduação em nível stricto sensu (mestrado ou

65 Cabe destacar que esta formação crítica não se processa imediatamente no trabalho profissional, é uma mediação para um exercício crítico da profissão. Assim, a formação crítica é uma mediação fundamental para um exercício profissional crítico, mas não é a única mediação, não é algo imediato, haja vista que ao se receber uma formação crítica, não significa que imediatamente se terá um trabalho crítico, pois isto é um processo.

doutorado). E apenas 02 (duas) profissionais (12,50%) não se inseriram em cursos de pós-graduação. Vejamos o gráfico abaixo:

Gráfico 4: Índice de entrevistadas que possuem pós-graduação/especialização



Fonte: Elaboração feita pelos membros da pesquisa coletiva Serviço Social e Sistema Único de Assistência Social em Juiz de Fora: Uma análise a partir dos assistentes sociais e usuários do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, 2015

Dentre as 14 (quatorze) assistentes sociais que possuem especializações, ou seja, 87,50% das entrevistadas, constatamos que 07 (sete) assistentes sociais cursaram 01 (uma) pós-graduação, 06 (seis) assistentes sociais cursaram 02 (duas) pós-graduações, e 01 (uma) assistente social cursou 03 (três) pós-graduações. Somando o número de pós-graduações que foram realizadas, temos um total de 22 (vinte e duas) especializações, sendo que destas 12 (doze) foram cursadas em instituições privadas, e 10 (dez) em instituições públicas de ensino. Conforme podemos visualizar detalhadamente na tabela a seguir:

Tabela 2: Especificação das pós-graduações realizadas pelas entrevistadas

Pós-graduações realizadas em instituições privadas	
Instituição de ensino	Título da Pós-Graduação
SOBEU (Sociedade Barramansense de Ensino)	Gestão de Recursos Humanos
Fundação Pitágoras	Gestão do SUAS (04 entrevistadas realizaram esta Pós-Graduação)
UNINTER	Gestão de RH
Fundação Machado Sobrinho	Administradora de RH

CAPÍTULO III**PESQUISA EMPÍRICA: UMA ANÁLISE DA DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA A PARTIR DA APREENSÃO DO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS**

Pós-graduações realizadas em instituições privadas	
Instituição de ensino	Título da Pós-Graduação
UNESAV (Unidade de Ensino e Aprendizado de Viçosa)	Instrumentalidade do Serviço Social com ênfase na área da assistência à saúde
FAGOC (Faculdade Governador Ozanan Coelho)	Serviço Social e Políticas Públicas (03 entrevistadas realizaram esta Pós-Graduação)
Estácio	Dependência Química
Pós-graduações realizadas em instituições públicas	
Instituição de ensino	Título da Pós-Graduação
Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF	Educação Infantil
Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF	Planejamento e Gestão Social (02 entrevistadas realizaram esta Pós-Graduação)
Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF	Planejamento e Gestão de Políticas Públicas
Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF	Saúde Coletiva (programa de residência)
Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF	Saúde da Família (programa de residência)
Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF	Saúde do Trabalhador
Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF	Saúde Pública e Ações Institucionais
Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF	Qualidade de Vida no Trabalho
Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC	Dependência Química

Fonte: Elaborado pela autora, conforme os dados da pesquisa coletiva Serviço Social e Sistema Único de Assistência Social em Juiz de Fora: Uma análise a partir dos assistentes sociais e usuários do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, 2015

Embora seja significativo o número de pós-graduações cursadas na modalidade *latu sensu*, observamos que algumas entrevistadas apontaram que existem dificuldades para que continuem se qualificando por meio de especializações. A fala de uma das

assistentes sociais traz uma importante reflexão que relaciona a remuneração das profissionais com a qualificação profissional, apontando que uma baixa remuneração dificulta a realização de pós-graduações:

Uma remuneração que eu acho que está aquém, então dificulta a qualificação profissional né? Em cursos que dependem de pagamento, claro que tem como a gente se qualificar pela internet, tem cursos que são gratuitos, são abertos, eu sei que tem tudo isso, mas assim algumas questões, algumas qualificações exige mesmo um vínculo com determinada faculdade, pagamento de uma mensalidade, às vezes um mestrado né? Uma pós, então eu acho que isso também a remuneração inferior ao desejado dificulta (ASSISTENTE SOCIAL, 10).

A continuidade dos estudos após a graduação é de grande relevância para os profissionais, visto que contribui para que estejam em constante atualização em busca de maior qualificação profissional. A busca por uma formação continuada possibilita aos assistentes sociais, enriquecerem seu arcabouço teórico-metodológico, contribuindo para o planejamento de suas ações profissionais.

Iamamoto (1998, p. 41) reflete que

O momento presente desafia os assistentes sociais a se qualificarem para acompanhar, atualizar e explicar as particularidades da questão social nos níveis nacional, regional e municipal, diante das estratégias de descentralização das políticas públicas.

Assim sendo, ressaltamos a importância do processo de formação continuada para os assistentes sociais, que propicie entender a complexa dinâmica da realidade na qual se explicitam inúmeras expressões da questão social, e que contribua para que os profissionais criem respostas qualificadas às demandas emergentes no cotidiano profissional. Logo, é fundamental que os assistentes sociais se qualifiquem constantemente, e busquem sempre aprofundar seus conhecimentos. Consideramos que conhecer a realidade sobre a qual se atua é um requisito para intervir de maneira eficiente. Isto posto, apontamos que para a configuração de uma dimensão socioeducativa que se expresse através de ações profissionais voltadas para o fortalecimento dos interesses da classe trabalhadora, é elementar que esta formação seja crítica, e, assim, capacite os assistentes sociais no campo teórico e técnico, assim como potencie os processos reflexivos alicerçados no projeto ético-político.

Consideramos que as universidades públicas, no processo de formação continuada, são espaços importantes para a criação de conhecimento e qualificação profissional, assim, acreditamos ser relevante que as ações destas universidades se intensifiquem, estabelecendo um compromisso com o coletivo. Ressaltamos que existem instituições privadas, sobretudo na modalidade de ensino à distância, que oferecem cursos de especialização voltados apenas para a formação mercadológica,

CAPÍTULO III

PESQUISA EMPÍRICA: UMA ANÁLISE DA DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA A PARTIR DA APREENSÃO DO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS

para a obtenção de títulos, com um viés tecnicista; não estando articuladas ao nosso projeto ético e político, tampouco direcionadas para a formação de consciência e de um pensamento crítico. Logo, compreendemos que a formação continuada além de ter um direcionamento ético-político, deve contribuir para o aprimoramento das competências teóricas e técnicas, viabilizando qualificar o planejamento das ações profissionais sob um viés crítico, inclusive aquelas de cunho socioeducativo.

Além disso, é de suma importância que os assistentes sociais participem de atividades de atualização e se insiram em espaços que possam contribuir para o fortalecimento da categoria profissional. Considerando isso, uma das questões que compunha o questionário utilizado nas entrevistas em campo buscava esta informação. A partir de sua análise constatamos que 87,50% das entrevistadas envolviam-se em atividades de atualização profissional, e apenas 12,50% não participavam de atividades com esta finalidade, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 5: Participação das entrevistadas em atividades de atualização



Fonte: Elaboração feita pelos membros da pesquisa coletiva Serviço Social e Sistema Único de Assistência Social em Juiz de Fora: Uma análise a partir dos assistentes sociais e usuários do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, 2015

Portanto, consideramos que a formação continuada fundamentada em bases críticas, bem como o processo de atualização profissional, pode corroborar com a qualificação constante dos profissionais a partir de uma apreensão crítica da realidade, além de contribuir para o aprofundamento dos conhecimentos e saberes no campo teórico-metodológico e técnico-operativo. O que se torna possível quando estes espaços são orientados por um projeto profissional democrático e, também, emancipatório.

3.4 AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NOS CRAS E OS IMPACTOS NO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

Refletirmos acerca das condições de trabalho que os assistentes sociais vivenciam em seu cotidiano profissional é de suma relevância, uma vez que impactam no trabalho profissional do assistente social. Assim como trazem rebatimentos para a dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social, visto que é no espaço institucional no qual este se insere que esta dimensão vai se expressar.

Assim, quando as condições de trabalho são inadequadas – em decorrência de fatores como condições que não asseguram o sigilo profissional, recursos materiais escassos, falta de espaços adequados para realização de atividades grupais, alta rotatividade dos profissionais de referência, instabilidade devido à forma de contratação precária etc. –, observamos que podem interferir negativamente no desenvolvimento de um trabalho junto aos sujeitos usuários.

Como já sinalizado no Capítulo 01, estas circunstâncias são características do estado de desenvolvimento do capitalismo no qual nos encontramos, marcado pela reestruturação produtiva do capital.

Com a realização das entrevistas nos CRAS com as assistentes sociais, este aspecto tornou-se evidente, reafirmando a dinâmica deste modo de sociabilidade. Todavia, não podemos deixar de destacar os avanços que a criação do SUAS representou no âmbito da política de assistência social com a criação de equipamentos como o CRAS, e que apesar das dificuldades, as profissionais entrevistadas também identificam pontos positivos nas condições de trabalho.

Nas entrevistas realizadas com as assistentes sociais, buscamos conhecer como elas definiam suas condições de trabalho. A partir da análise das respostas, identificamos tanto pontos positivos, quanto pontos negativos, sendo que a maioria das respostas enfatizava os aspectos negativos, conforme expressa a tabela a seguir:

Tabela 3: Condições de trabalho apresentadas pelas assistentes sociais entrevistadas

Condições de trabalho apresentadas pelas assistentes sociais entrevistadas		
Pontos positivos	Frequência da resposta	Porcentagem
Espaço físico bom/adequado	2	12,50%
Profissionais comprometidos	2	12,50%
Sala para atendimento que garante o sigilo	1	6,25%
Equipe de trabalho adequada/boa	1	6,25%
Condições de trabalho boas/adequadas	1	6,25%
Retorno das ações	1	6,25%
Pontos negativos	Frequência da resposta	Porcentagem
Espaço físico inadequado	7	43,75%
Recursos Financeiros/Recursos materiais escassos	7	43,75%
Sala para atendimento não garante o sigilo profissional	3	18,75%
Excesso de demanda devido ao território abrangente	3	18,75%
Recursos humanos escassos	3	18,75%
Condições de trabalho precárias	3	18,75%
Instabilidade no trabalho	2	12,50%
Condições de trabalho desgastantes	1	6,25%
Rede socioassistencial defasada	1	6,25%
Ausência de arquivo privativo	1	6,25%

Fonte: Elaborado pela autora, conforme os dados da pesquisa coletiva Serviço Social e Sistema Único de Assistência Social em Juiz de Fora: Uma análise a partir dos assistentes sociais e usuários do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, 2015

Como podemos observar, as respostas trazem diversos aspectos que revelam as condições de trabalho nos CRAS. Apesar de terem sido apontados pontos positivos, pode-se identificar que a frequência de respostas que se remetem a eles é baixa. Contudo, revelam que em alguns dos CRAS nos quais ocorreram as entrevistas, as profissionais destacam os pontos positivos, em contraposição aos pontos negativos.

Analisando os CRAS de modo geral hoje, eu identifico ela [condições de trabalho] como boa, né, o que prejudica muito a questão do vínculo né de trabalho por essa situação toda que a AMAC tá passando, então a gente nunca sabe se vai acabar, como é que vai acontecer, se vai renovar, se não vai. Todo ano né, final do ano é

aquela loucura pra saber se vai ou se não vai ser renovado, então assim, é uma insegurança muito grande em relação a isso. E em relação ao ambiente de trabalho né, aqui no CRAS, eu tive muita sorte de ter vindo pra cá, porque eu cheguei a visitar alguns espaços também de outros CRAS, e hoje, assim, pelos que eu visitei, hoje aqui eu ainda considero o que tem um espaço ainda melhor e a equipe aqui do CRAS também é muito boa. Então assim, facilita bastante, mas é claro que tem as demandas, é um trabalho que é muito grande né, são poucas as pessoas pra trabalhar, teriam até que ter mais, uma equipe maior, porque realmente é muito desgastante, é muito, até o serviço burocrático mesmo que é importante né mas que acaba gastando muito tempo. Então assim, isso aí que prejudica um pouco (ASSISTENTE SOCIAL, 09).

Na fala acima identificamos que apesar de a assistente social ter caracterizado as condições de trabalho como boas, ela ressaltou enquanto aspecto prejudicial a instabilidade no trabalho, devido ao vínculo empregatício via contratos de trabalho temporários. Diante disso, a construção de vínculos com a população usuária, para além do trabalho imediato, torna-se um desafio, haja vista que para a criação de vínculos é essencial o desenvolvimento de um trabalho contínuo, no qual os sujeitos considerem os profissionais que os atendem como referências. Assim, torna-se ainda mais imprescindível o perfil de um profissional crítico e propositivo, que seja capaz de criar ações profissionais estratégicas neste contexto adverso.

Também podemos identificar através das respostas das assistentes sociais entrevistadas que as características da estrutura física não são iguais em todos os CRAS, alguns apresentam condições melhores em alguns aspectos. Como pode ser visto no seguinte trecho:

[...] a sala é reservada, a gente pode considerar que ela é reservada, tendo em vista as outras unidades que a gente sabe que o espaço é precarizado, então assim pro Serviço Social a gente tem garantido esse espaço, agora num tem sala pras reuniões né? As reuniões são feitas na varanda, é uma sala com um espaço físico bem deteriorado, paredes, piso, iluminação né? É pequeno, a gente num tem uma sala com capacidade acima de 25 pessoas, então o espaço físico não é apropriado pra tudo que deveria ser feito através do PAIF (ASSISTENTE SOCIAL, 10).

A fala acima destaca que a sala de atendimento do Serviço Social, em relação a outras unidades, é reservada, o que é considerado um aspecto positivo. Porém, pode-se observar que o espaço físico do CRAS acima descrito tem como deficiência a sala de reuniões que, além de estar deteriorada, é pequena. Dessa forma, a profissional entrevistada identifica o espaço como desapropriado para a realização de todas as atividades do serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que consiste no desenvolvimento de um trabalho social com as famílias que engloba, por exemplo, a realização de grupos e reuniões com as famílias. Assim, seria adequado que os CRAS tivessem espaços, para a realização destes grupos e reuniões, com uma estrutura física

CAPÍTULO III

PESQUISA EMPÍRICA: UMA ANÁLISE DA DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA A PARTIR DA APREENSÃO DO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS

mais ampla e em bom estado. Contudo, ressaltamos que os problemas apresentados não impedem que sejam desenvolvidas ações socioeducativas, através de grupos, por exemplo, junto com os usuários da política nestes espaços, mas dificultam.

Nesse sentido, pode-se inferir que

espaços físicos adequados não garantem o bom desenvolvimento das atividades de atendimento integral às famílias; mas estas atividades, com metodologias bem estruturadas, inversamente, terão dificuldade de se desenvolverem em equipamentos precários. E quanto mais consistentes estas atividades forem, mais exigentes em termos espaciais elas serão (CASTRO, 2008, p. 101 apud YAZBEK et al., 2014, p. 177).

A partir da análise das entrevistas identificamos que os pontos negativos ganham destaque nas falas das profissionais, o que demonstra a necessidade de haver melhorias nas condições de trabalho, uma vez que elas trazem impactos para a realização de ações profissionais com qualidade.

As assistentes sociais entrevistadas também responderam sobre a adequabilidade do espaço do CRAS para a realização das atividades. A partir de suas colocações, foi possível identificar que todas apontam aspectos negativos, dentre eles, destacam-se: a falta de sigilo devido à estrutura física; sala de reunião pequena, às vezes improvisada, e compartilhada com outros profissionais; espaço ruim para reuniões coletivas.

[...] as nossas salas não são fechadas, são salas divididas por divisórias que não vão até o teto, o carro nosso é compartilhado, não é um carro exclusivo do CRAS A, a sala de reuniões... A gente tem uma sala de reuniões, mas ela não é tão grande. O espaço maior que teríamos é aqui no segundo andar, mas tem escada num dá pra usuário subir. Então, assim, num tá dentro do ideal não, tem muito que melhorar (ASSISTENTE SOCIAL, 02).

[...] pelo fato de ser essas divisórias aí que não vão até o teto a gente não tem sigilo, a gente escuta tudo que o colega tá falando, se alguém fala mais alto então você escuta mesmo, você participa do atendimento sem querer. Às vezes um atendimento atrapalha o seu atendimento, porque você percebe que o usuário que tá aqui na frente tá prestando atenção no que o outro está falando na sala do lado (ASSISTENTE SOCIAL, 03).

Tais aspectos revelam inadequações nos espaços físicos. Sendo assim, é necessário que haja transformações na estrutura física dos CRAS que se encontram em edificações inadequadas, a fim de garantir a realização de atendimentos com total sigilo profissional. É de suma importância que o sigilo profissional seja preservado nos atendimentos realizados. Conforme o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social de 1993 estabelece em seu artigo 2º, alínea d, constitui-se um dos direitos do assistente social a “inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional” (CFESS, 2012, p. 26). O Capítulo V deste Código de

Ética versa especificamente sobre o sigilo profissional, e reafirma que este é um direito do assistente social, além disso, define que o sigilo protege o usuário das informações que são fornecidas ao assistente social durante o atendimento. A quebra do sigilo só é admissível em casos excepcionais, previstos neste Código de Ética. Também cabe frisar que a documentação do assistente social, na qual estão registradas informações dos atendimentos aos usuários, com informações consideradas sigilosas, deve ser mantida em arquivo privativo do Serviço Social, objetivando garantir o sigilo. Logo, o espaço de trabalho do assistente social deve ter condições físicas que assegurem o sigilo profissional. Em conformidade com a Resolução do CFESS nº 493/2006, que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social:

Art. 2º - O local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados, e deve possuir e garantir as seguintes características físicas:

- a- iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme a organização institucional;
- b- recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional;
- c- ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas;
- d- espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado (CFESS, 2006, p. 02).

Também compreendemos ser necessária a ampliação dos espaços para uso coletivo, como já mencionado anteriormente, para que as reuniões com os usuários e os trabalhos com grupos sejam desenvolvidos em salas adequadas. Um espaço físico adequado favorece o desenvolvimento de ações socioeducativas junto à população usuária dos CRAS, viabilizando assim a dimensão socioeducativa.

Além disso, é importante que sempre haja uma reavaliação dos espaços físicos dos CRAS, com o intuito de identificar as deficiências existentes para que, posteriormente, os setores públicos responsáveis as solucionem.⁶⁶

Ademais, foi evidenciada a dificuldade para realizar visitas domiciliares, uma vez que o carro é compartilhado. Dificultando assim, a utilização deste instrumento do trabalho profissional do assistente social que contribui para conhecer melhor a realidade dos sujeitos usuários, e atender as suas demandas, o que faz parte do processamento do trabalho.

66 A Resolução CFESS nº 493/2006 estabelece que: “Art. 7º- O assistente social deve informar por escrito à entidade, instituição ou órgão que trabalha ou presta serviços, sob qualquer modalidade, acerca das inadequações constatadas por este, quanto as condições éticas, físicas e técnicas do exercício profissional, sugerindo alternativas para melhoria dos serviços prestados” (CFESS, 2006, p. 02). Caso as alterações necessárias não sejam realizadas, o CRESS deve ser informado.

CAPÍTULO III

PESQUISA EMPÍRICA: UMA ANÁLISE DA DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA A PARTIR DA APREENSÃO DO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS

Na realização das entrevistas buscamos conhecer também as relações de trabalho estabelecidas entre as assistentes sociais entrevistados com a Associação Municipal de Apoio Comunitário (AMAC), que contratava estes profissionais para atuarem nos CRAS. No que concerne ao vínculo empregatício que estas profissionais possuem com os CRAS, todas possuem contratos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), uma vez que foram contratadas por meio da AMAC, não integram o rol de servidores públicos do município – que pressupõe a realização de concurso público. Esta forma de contratação gera uma instabilidade para as profissionais, que podem ter seus contratos interrompidos, inclusive, algumas já são contratadas por tempo determinado de 06 (seis) meses. Além disso, interfere na criação de vínculos com a população usuária, bem como no desenvolvimento de um trabalho de longo prazo. Outro fator, é que muitos profissionais passam por uma rotatividade, na qual são transferidos de um local de trabalho para outro.

Apontamos que essa particularidade supracitada traz rebatimentos diretos no exercício profissional dos assistentes sociais e de todos os outros técnicos que nela atuam, uma vez que os seus vínculos empregatícios são firmados por meio de contratos temporários, o que leva a uma instabilidade no emprego e ocasiona impactos na autonomia relativa profissional, haja vista que os profissionais são contratados via CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) pela própria AMAC, indo de encontro à normatização da NOB-RH/SUAS, que tem como um de seus princípios para os Planos de Carreira, Cargos e Salários (PCCS), a aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos como forma de acesso à carreira (MOLJO et al., 2017, p. 308-309).

Conforme podemos identificar no relato de uma assistente social entrevistada acerca de seu vínculo de trabalho:

CLT. Contrato precário de 6 meses. Que impossibilita a nossa atuação continuada, que atrapalha vínculo com usuário, vínculo com o território. Quando você está se apropriando do território, dos equipamentos, o quê que você pode oferecer para o usuário, é quebrado pelo fim do contrato, né. Hoje tem a possibilidade de ser renovado por mais 6 meses (ASSISTENTE SOCIAL, 13).

Como já mencionado anteriormente, este cenário tem relação com o fato de uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos, executar serviços da política de assistência social no município. Para solucionar esta problemática, seria necessária a ocupação desses cargos destinados a assistentes sociais via concurso público. Cabe lembrar que após a realização da pesquisa de campo, mediante a realização de um concurso público da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora com vagas para assistente social no ano de 2016, alguns candidatos aprovados já foram nomeados e direcionados para atuarem em alguns CRAS.

É importante destacar que a criação de vínculos com a população usuária é fundamental para a criação de uma referência, a qual é imprescindível para o desenvolvimento de um trabalho socioeducativo que realmente tenha um papel diferenciado e alcance a vida dos sujeitos sob um viés emancipatório.

Quando trazemos esta questão, não podemos deixar de situá-la na dinâmica do capitalismo, sobretudo a partir da adesão ao ideário neoliberal, que reafirma a lógica da execução de serviços públicos através de organizações da sociedade civil, como acontece na AMAC. Além disso, a instabilidade no trabalho e a alta rotatividade exemplificam algumas das consequências da reestruturação produtiva do capital – aludidas no Capítulo 01 desta produção – em que se evidencia a terceirização, a subcontratação, a precarização e a flexibilização do trabalho. É neste cenário que se tecem os diversos tensionamentos presentes no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais, que incidem também sobre a autonomia relativa no processo de trabalho.

3.5 O PROCESSO DE TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS E A DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA

O assistente social se insere no processo de trabalho no âmbito da produção e reprodução das relações sociais, como apontam Iamamoto e Carvalho (2006). Nos diferentes espaços sócio-ocupacionais em que o profissional atua vivencia os tensionamentos entre os interesses da instituição/organização que contrata seus serviços e os interesses da classe trabalhadora, público-alvo de suas ações profissionais.

Neste sentido, é importante lembrarmos que o assistente social é um profissional inscrito na divisão social e técnica do trabalho, e na condição de trabalhador assalariado, está submetido às determinações presentes na sociedade do capital, por exemplo, aos mecanismos de alienação, abordados no capítulo anterior, que perpassam o cotidiano profissional, em um contexto marcado pela ofensiva neoliberal.

Esse contexto, como explicitado no capítulo anterior, é marcado também pelo adensamento das correntes de pensamento vinculadas às matrizes teóricas de cunho conservador, num cenário que exige dos assistentes sociais, que se embasam em um projeto profissional crítico, resistência e criatividade para pensar estratégias de atuação profissional comprometidas com o ideal deste projeto, que se encontra articulado a um projeto societário contrário a dinâmica excludente e desigual do atual modo de sociabilidade, aspirando a construção de uma nova ordem societária, livre de qualquer forma de dominação.

De acordo com Iamamoto (2010, p. 221):

É na dinâmica das relações entre as classes sociais e destas com o Estado e a sociedade inclusiva – na práxis social – que se encontram a fonte das problemáticas a serem enfrentadas e a chave de suas soluções. Assim, é lançando o olhar para um horizonte mais amplo, que apreenda o movimento da sociedade e as necessidades

CAPÍTULO III

PESQUISA EMPÍRICA: UMA ANÁLISE DA DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA A PARTIR DA APREENSÃO DO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS

sociais aí produzidas, alvos potenciais da atuação do assistente social, que se torna possível iluminar as particularidades dessa especialização do trabalho na trama das relações de classe. E desentrenhar dos processos sociais uma nova agenda profissional e inéditos desafios que impulsionem a consolidação do projeto do Serviço Social brasileiro.

É importante reafirmarmos que o trabalho do assistente social, orientado pelo projeto ético-político hegemônico, expressa uma direção social assumida pela profissão que tem como fim a transformação social. Este posicionamento crítico caracterizará a dimensão socioeducativa existente no Serviço Social, que se expressará por meio do planejamento de ações socioeducativas alinhadas a este projeto, que objetivem contribuir com os processos de formação de consciência e ampliação da autonomia dos sujeitos. Ressaltamos que este posicionamento não é homogêneo na profissão, visto que existem correntes de pensamento e direcionamentos ideológicos em disputa no campo profissional, porém acreditamos que apenas uma ação profissional orientada pelo projeto ético-político tem potencialidade de contribuir com estes processos. Além disso, consideramos que há uma vinculação direta da dimensão socioeducativa com a dimensão ídeo-política.

Iamamoto e Carvalho (2006) refletem acerca da dimensão ídeo-política do Serviço Social em sua inserção no processo de reprodução do capital, uma vez que a profissão é demandada, historicamente, para favorecer a reprodução da ideologia dominante, ou seja, reproduzir as ideias dominantes. Todavia, o assistente social é chamado para atuar junto às classes subalternas, inserindo-se num processo de disputa de interesses opostos.

Considerando isto, Yazbek (2014) tece suas análises acerca da temática, compreendendo que

a prática profissional do Serviço Social é necessariamente polarizada pelos interesses das classes sociais em relação, não podendo ser pensada fora dessa trama. Relação que [...] é essencialmente contraditória e na qual o mesmo movimento que permite a reprodução e a continuidade da sociedade de classes cria as possibilidades de sua transformação (YAZBEK, 2014, p. 681).

É nesse contexto que situamos a dimensão socioeducativa presente no trabalho profissional do assistente social, considerando as relações contraditórias que perpassam o cotidiano profissional, as mediações existentes, os tensionamentos oriundos da condição de trabalhador assalariado, bem como a relativa autonomia.

Compreender a natureza contraditória da profissão no que tange a polarização dos interesses de classe no âmbito da reprodução das relações sociais, relativamente ao exercício profissional refere-se a estarmos

tratando das disputas políticas no espaço das políticas sociais, mediações centrais no exercício da profissão. Estamos tratando das disputas políticas na esfera pública e nas lutas sociais em seus impactos sobre as relações sociais. Estamos tratando da questão de construção de hegemonia, na condução dos serviços sociais e das necessidades que atendem, bem como dos direitos que asseguram, não apenas como questão técnica, mas como questão essencialmente política, lugar de contradições e resistência (YAZBEK, 2014, p. 681).

Mediante isso, fica evidente que o assistente social se insere nos processos de construção de hegemonia e disputa política. Neste sentido, para pensarmos como a dimensão socioeducativa vai se expressar no cotidiano profissional, é relevante compreendermos o Serviço Social no processo de construção de hegemonia das classes subalternas. Yazbek (2014, p. 684) aponta que Gramsci trabalha com duas categorias importantes para a compreensão deste tema, a subalternidade e a hegemonia, “dialeticamente interligadas pela política na relação com o Estado e a sociedade civil”.

A subalternidade está presente na vida cotidiana dos usuários para os quais são direcionadas as ações profissionais dos assistentes sociais. A subalternidade é apresentada por Yazbek (2014, p. 684), com base em Gramsci, como uma categoria política que “faz parte do mundo dos dominados, dos submetidos à exploração social, econômica e política”; além disso, a compreensão de classes e grupos subalternos é associada “as categorias de Estado, Sociedade civil, hegemonia, ideologia, cultura e filosofia da práxis” por Gramsci em sua obra *Cadernos do Cárcere* (CADERNO 25, 1934).

Gramsci (2002) reflete que: “Os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem: só a vitória “permanente” rompe, e não imediatamente, a subordinação”. Ou seja, as classes subalternas estão submetidas aos mecanismos de dominação criados pelo capital, o que é característico do modo de sociabilidade atual.

Considerando os elementos expostos, cabe reflexionarmos acerca das contribuições que o assistente social pode trazer para as classes subalternas através do exercício da profissão em seu cotidiano. Nesse sentido,

a profissão é interpelada e desafiada pela necessidade de construir mediações políticas e ideológicas expressas sobretudo por ações de resistência e de alianças estratégicas no jogo da política em suas múltiplas dimensões, por dentro dos espaços institucionais e especialmente no contexto das lutas sociais (YAZBEK, 2014, p. 686).

Sendo assim, em sua inserção profissional o assistente social pode contribuir para os interesses das classes subalternas, atuando de maneira a impulsionar os processos de formação de consciência, corroborando para a aproximação dos sujeitos sociais com o entendimento da realidade que perpassa suas vidas cotidianas enquanto classe social submetida às condições de subalternidade. Nesta perspectiva, é um desafio

CAPÍTULO III

PESQUISA EMPÍRICA: UMA ANÁLISE DA DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA A PARTIR DA APREENSÃO DO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS

para os profissionais traçar estratégias de atuação que colaborem para a construção de uma contra-hegemonia.

Isto posto,

é necessário que tenhamos uma direção e uma concepção clara de nossa prática profissional. Ela não pode ser, e nem é, neutra. Para cumprir seu papel mediador, esta prática tem que estar embasada numa visão de mundo. É esta visão de mundo que, em última instância, fornece os horizontes, a direção e as estratégias de ação. Fornece, igualmente, as bases de um ato reflexivo partilhado, portanto, coletivo, consciente e criativo (CARVALHO, 2012, p. 60-61).

Todos esses processos se desenvolvem no espaço da vida cotidiana. Netto (2012, p. 67), embasado nos estudos de György Luckács, destaca que “a vida cotidiana é insuprimível”, ou seja, não pode ser eliminada. Como apresentado no capítulo anterior, o cotidiano encontra-se articulado com a história, a vida cotidiana faz parte da história. É no cotidiano que “a reprodução social se realiza na reprodução dos indivíduos enquanto tais”.

Em relação ao exercício profissional do assistente social no cotidiano, vale dizer que:

O assistente social lida, no seu trabalho cotidiano, com situações singulares vividas por indivíduos e suas famílias, grupos e segmentos populacionais, que são atravessadas por determinações de classe. O profissional é desafiado a desentranhar da vida dos sujeitos singulares que atendem as dimensões universais e particulares que aí se concretizam, como condição de transitar suas necessidades sociais da esfera privada para a luta por direitos na cena pública, potenciando-a em fóruns e espaços coletivos. Isso requer tanto competência teórico-metodológica para ler a realidade e atribuir visibilidade aos fios que integram o singular no coletivo quanto o conhecimento do modo de vida, de trabalho e expressões culturais desses sujeitos sociais, como requisitos essenciais do desempenho profissional, além da sensibilidade e vontade políticas que movem a ação (IAMAMOTO, 2010, p. 220-221).

Tendo em vista a dimensão socioeducativa que a profissão possui, no âmbito do exercício profissional o assistente social pode desenvolver ações que vão caracterizá-lo como um educador político, ou um educador comprometido com uma política democrática ou um educador voltado para atender aos interesses da classe burguesa (IAMAMOTO, 1998). O direcionamento político de sua ação profissional vai determinar que tipo de educador se configura o profissional.

É neste contexto marcado por contradições, que se desenvolve o exercício profissional do assistente social, o qual em seu cotidiano estabelece mediações para o desenvolvimento de suas ações e atividades profissionais.

3.5.1 AÇÕES PROFISSIONAIS DESENVOLVIDAS NOS CRAS

O assistente social é demandado para atuar no âmbito das políticas sociais, nos diversos espaços sócio-ocupacionais, tendo como objeto de intervenção as inúmeras refrações da questão social. No CRAS, o assistente social atua conjuntamente com profissionais de outras áreas. Algumas atividades são realizadas de modo interdisciplinar, devendo ser respeitadas as especificidades de cada profissão, que possuem suas competências e atribuições privativas.

Em relação às ações profissionais desenvolvidas no CRAS pela equipe técnica, é importante destacar que o SUAS preconiza o trabalho social com as famílias. As Orientações Técnicas sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF traz a seguinte definição de trabalho social:

Conjunto de procedimentos efetuados a partir de pressupostos éticos, conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo, com a finalidade de contribuir para a convivência, reconhecimento de direitos e possibilidades de intervenção na vida social de um conjunto de pessoas, unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade – que se constitui em um espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, com o objetivo de proteger seus direitos, apoiá-las no desempenho da sua função de proteção e socialização de seus membros, bem como assegurar o convívio familiar e comunitário, a partir do reconhecimento do papel do Estado na proteção às famílias e aos seus membros mais vulneráveis. Tal objetivo materializa-se a partir do desenvolvimento de ações de caráter “preventivo, protetivo e proativo”, reconhecendo as famílias e seus membros como sujeitos de direitos e tendo por foco as potencialidades e vulnerabilidades presentes no seu território de vivência (BRASIL, 2012, p. 12).

Segundo estas orientações técnicas, para a efetivação de um trabalho social com as famílias referenciadas nos CRAS é necessário:

- a) de consciência crítica e espírito pesquisador por parte dos profissionais do CRAS;
- b) do conhecimento do território – suas potencialidades, recursos, vulnerabilidades, relações estabelecidas, de modo a realizar uma ação preventiva e proativa;
- c) da adoção de abordagens e procedimentos metodológicos apropriados para o cumprimento dos objetivos do Serviço;
- d) de estudo e análise permanente dos conceitos fundamentais, tais como: família e território, nas abordagens sociológica, antropológica, econômica, psicológica, entre outras, cuja compreensão é essencial para a implementação qualificada do PAIF;
- e) do planejamento e análise das ações a serem adotadas no desenvolvimento do trabalho social com famílias;
- f) da promoção da participação dos usuários no planejamento e avaliação das ações do Serviço;
- g) do desenvolvimento de uma prática interdisciplinar entre os profissionais que

CAPÍTULO III

PESQUISA EMPÍRICA: UMA ANÁLISE DA DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA A PARTIR DA APREENSÃO DO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS

compõem a equipe de referência do CRAS: assistentes sociais e psicólogos;

h) do conhecimento sobre os ciclos de vida, questões étnicas, raciais, de orientação sexual, assim como outras questões específicas identificadas no território (BRASIL, 2012, p. 13).

Isto posto, destacamos que o assistente social é demandado para compor a equipe técnica do CRAS e desempenhar ações profissionais através de um trabalho interdisciplinar, bem como desenvolver funções que são específicas do Serviço Social. As principais atividades desempenhadas pelos assistentes sociais, citadas nas entrevistas e que também foram identificadas nas observações participantes, são:

- ações coletivas (oficinas, grupos, palestras, reuniões);
- acolhimento individual (através de agendamento ou plantão social);
- encaminhamentos mediante contato com a rede socioassistencial;
- acompanhamento familiar;
- orientações e esclarecimentos acerca dos serviços oferecidos pela rede socioassistencial;
- visita domiciliar;
- realização do Cadastro Único e inscrição em programas sociais;
- estudo de caso;
- elaboração de relatórios;
- participação de reunião de equipe.

Tais atividades fazem parte do cotidiano de trabalho desenvolvido por assistentes sociais no âmbito dos CRAS, são descritas nos Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social, que tem como referência os aparatos normativos da profissão e a legislação que trata desta política. No que tange à realização destas atividades, estes Parâmetros trazem uma importante reflexão:

[...] a intervenção profissional na política de Assistência Social não pode ter como horizonte somente a execução das atividades arroladas nos documentos institucionais, sob o risco de limitar suas atividades à “gestão da pobreza” sob a ótica da individualização das situações sociais e de abordar a questão social a partir de um viés moralizante. Isso significa que a complexificação e diferenciação das necessidades sociais, conforme apontada no SUAS e na PNAS, e que atribui à Assistência Social as funções de proteção básica e especial, com foco de atuação na “matricialidade sóciofamiliar”, não deve restringir a intervenção profissional, sobretudo a do/a assistente social, às abordagens que tratam as necessidades sociais como problemas e responsabilidades individuais e grupais (CFESS, 2011, p. 07).

Nesse sentido, é fundamental refletirmos sobre o direcionamento que a ação profissional possui, visto que se encontra diretamente associada à forma em que as

atividades serão desenvolvidas no cotidiano, bem como no olhar dos profissionais para os sujeitos sociais. Sendo assim, ressaltamos a importância da articulação entre as três dimensões do trabalho profissional (teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa), sob uma perspectiva crítica, assim como a presença de uma dimensão socioeducativa voltada para o fortalecimento e o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos sociais. Tendo em vista a ampliação dos direitos sociais e, também, a construção de bases para a transformação social, a partir do desenvolvimento de ações profissionais de cunho socioeducativo com esta finalidade.

Como mencionado, as profissionais destacaram em suas falas o desenvolvimento de ações coletivas mediante a realização de grupos, que consideram ser um dos espaços em que se desenvolve o trabalho socioeducativo. Além do mais, tal aspecto esteve claramente presente nas observações participantes. Ressaltamos que a dimensão socioeducativa não se desenvolve apenas no espaço coletivo, mas também a partir de ações individuais de caráter socioeducativo.

Vale dizer que nas entrevistas com as assistentes sociais, ao serem indagadas sobre as principais atividades desempenhadas nos CRAS, na maioria das respostas foi destacada a realização de ações coletivas, sobretudo os trabalhos com grupos, assim como o acolhimento individual, os encaminhamentos para a rede socioassistencial, o acompanhamento familiar, e as orientações sociais. Como se pode comprovar na seguinte fala:

Trabalho diversificado: acolhimento individual, agendado ou plantão; referencia o usuário através do CAD único e orienta e esclarece todos os serviços da rede socioassistencial de forma ampla, não só da AMAC; não foca apenas na demanda específica do usuário, apresentando e encaminhando-o a diferentes atividades da rede e da AMAC; encaminhamentos para serviços e documentação; ações coletivas, como o grupo Feliz Idade, oficinas e palestras; acompanhamento familiar (PSA), orientações e informações coletivas (ASSISTENTE SOCIAL, 01).

Outra assistente social entrevistada descreve da seguinte forma as ações e atividades que desempenha no CRAS:

Olha, a gente tem as reuniões informativas né com a, com a pedagoga, a gente faz em parceria com a pedagoga. Essas reuniões informativas elas são direcionadas aos adolescentes que vem procurar programas ou de socioeducativo ou de qualificação profissional pra trabalho. Então a gente tem reunião informativa, a gente tem [...] o programa de segurança alimentar que demanda bastante tempo da gente porque a gente faz o acompanhamento dessa família, não é só a entrega da cesta básica né, tem todo um processo de acompanhamento que inclui visita domiciliar, inclui atendimentos individuais né, é, então a reunião informativa. [...] O programa de segurança alimentar que inclui visita, reuniões com as famílias e atendimentos individuais. Temos também é o acompanhamento das famílias que já recebem o benefício de prestação continuada da LOAS, o BPC, deficiente, e

que a gente faz uma reunião de orientação com essas famílias também. E temos, deixa eu ver o que mais... temos o acompanhamento das famílias que estão em descumprimento de condicionalidades do bolsa família, que a gente faz reuniões e atendimentos individuais, e fora isso é aquelas demandas de cadastro de bolsa família, é, avaliação pra benefícios, é, encaminhamentos pra previdência, encaminhamentos pra documentos, entre outras coisas (ASSISTENTE SOCIAL, 08).

Cabe destacar que com base nas entrevistas e nas observações identificamos que as demandas que chegam às assistentes sociais, são majoritariamente de cunho material. Isto pode estar associado ao perfil dos serviços e benefícios que são acessados e requisitados, exclusivamente por meio do CRAS, haja vista que é um equipamento, no nível da proteção social básica, considerado como “porta de entrada” para a política de assistência social. Além disso, é uma necessidade imediata dos usuários, que compõem as classes subalternas, terem acesso a determinados benefícios sociais, visto a condição de pobreza que perpassa a vida cotidiana, marcada pela escassez de recursos.

As principais demandas de cunho material que chegam as profissionais são para a inserção no Programa de Segurança Alimentar (requisição de cesta básica) e cadastramento no Programa Bolsa Família. Também surgem solicitações de auxílio moradia.

Além dessas demandas, muitos sujeitos usuários se direcionam ao Serviço Social para requisitar encaminhamento para documentação civil; cadastramento na creche escolar pública; cadastramento em programas para adolescentes e em cursos fornecidos pela rede de assistência social; encaminhamento para atendimento psicológico; encaminhamento para serviços da área da saúde; buscar orientações sobre benefícios previdenciários e sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC).⁶⁷ Além disso, parte significativa das demandas que chegam ao Serviço Social no CRAS consiste em realizar orientações sociais diversas.

Olha, a gente faz aqui os encaminhamentos pra rede, a gente tenta fazer assim os grupos de trabalho coletivo a partir dos temas que eles são né? (entrevistada muda a forma de fala para colocar a ideias)... A partir do momento que eles vêm e trazem a gente vê a necessidade de trabalhar algum assunto, por exemplo, o grupo de mulheres surge a partir dessa demanda das mulheres que são do Programa de Segurança Alimentar, da relação com o filho, com o marido, com o companheiro. Então assim foi por aí que a gente foi pensando nesse grupo de mulheres. Então é assim atendimentos coletivos, os encaminhamentos e até os serviços mesmo igual, por exemplo, do BPC a gente faz os encaminhamentos, mas da cesta básica a gente consegue atender aqui havendo a vaga né? (ASSISTENTE SOCIAL, 02).

67 Este é um programa de transferência de renda, no âmbito da política de assistência social, destinado às pessoas com deficiência e aos idosos com idade igual ou superior a 65 anos, que não possuem condições de prover sua subsistência e nem de tê-la provida por sua família, sendo que a renda familiar mensal per capita deve ser igual ou inferior a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário mínimo. O valor deste benefício equivale a um salário mínimo.

É importante refletir que todas as ações profissionais desenvolvidas por assistentes sociais, inclusive as de cunho socioeducativo, devem pautar-se nos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional, os quais dão base para o exercício da profissão, dentre eles estão o reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes- autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; a defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; a ampliação e consolidação da cidadania; a defesa do aprofundamento da democracia; o posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito; o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional (CFESS, 1993).

3.5.2 AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS DESENVOLVIDAS NOS CRAS

Como mencionamos, as ações socioeducativas puderam ser identificadas tanto na etapa das observações participantes quanto na fase das entrevistas, estando assim, presentes no cotidiano profissional do assistente social.

Segundo Miotto (2009, p. 04):

concebe-se que a lógica das ações socioeducativas, realizadas no escopo dos processos socioassistenciais, está centrada nos usuários, enquanto sujeitos de Direitos. Nessa lógica, desenvolve-se, por meio das relações que se estabelecem entre assistentes sociais e usuários, um processo educativo que possibilita aos usuários, a partir de suas individualidades, apreender a realidade de maneira crítica e consciente, construir caminhos para o acesso e usufruto de seus direitos (civis, políticos e sociais) e interferir no rumo da história de sua sociedade. Essa concepção exige, por um lado, o rompimento com a lógica tradicional dos processos sócio-assistenciais por ser ela calcada prioritariamente na consecução dos objetivos institucionais, em respostas pontuais às demandas marcadas por uma leitura fragmentada da realidade social e por ter ela um caráter disciplinador.

Estas ações socioeducativas foram detectadas no cotidiano do trabalho profissional do assistente social mediante atendimentos individuais com os usuários, a partir da realização de orientações sociais; da socialização de informações sobre benefícios, serviços, direitos sociais de forma geral; e da construção de reflexões sobre elementos que perpassam sua vida cotidiana. Assim é possível que o profissional contribua para a criação de uma identidade de classe, impulsionando a autonomia desses sujeitos, bem como para o fortalecimento dos vínculos comunitários. De acordo com Miotto (2009, p. 02) “postula-se a orientação e o acompanhamento como ações de natureza socioeducativa que, como os próprios nomes indicam, interferem diretamente na vida dos indivíduos, dos grupos e das famílias”.

Além disso,

As ações socioeducativas, no âmbito dos processos socioassistenciais, se estruturam sobre dois pilares. Um relacionado à socialização de informações e outro referente ao processo reflexivo desenvolvido na trajetória da relação estabelecida entre profissionais e usuários. São eles que dão sustentação ao processo educativo que tem como finalidade os princípios contidos no código de ética do assistente social de 1993 (MIOTO, 2009, p. 05).

Em relação à socialização de informações, Iamamoto (2010) apresenta uma considerável reflexão, que consiste na seguinte formulação:

Ao nível do trabalho concreto realizado na esfera do Estado, merece atenção a socialização de informações enquanto uma das atividades profissionais exercidas pelo assistente social. Ela não se reduz ao mero repasse de dados sobre as normas e recursos legais; é uma informação transmitida na ótica do direito social, em que os sujeitos individuais e coletivos são reconhecidos em suas necessidades coletivas e demandas legítimas, considerando a realidade macrosocial de eles são parte e expressão. A socialização de informações, nos termos expostos, envolve uma relação democrática e aberta à reflexão e à crítica entre o assistente social e os sujeitos que demandam seus direitos (e serviços a eles correspondentes) sem ofuscar os distintos papéis que desempenham na relação. Por meio da socialização de informações procura-se tornar transparente, ao sujeito que busca os serviços, as reais implicações de suas demandas –, para além das aparências e dos dados imediatos –, assim como os meios e condições de ter acesso aos direitos. Nesse sentido, essa atividade extrapola uma abordagem com um foco exclusivamente individual –, ainda que, por vezes, realizada junto ao um único indivíduo – à medida que considera a realidade dos sujeitos como parte de uma coletividade (IAMAMOTO, 2010, p. 427).

Também podemos verificar as potencialidades das ações socioeducativas no âmbito dos CRAS a partir do desenvolvimento de trabalhos em grupos, que são frequentes nestes equipamentos da proteção social básica. O desenvolvimento deste tipo de trabalho é uma das principais demandas para o Serviço Social.

No exercício profissional do assistente social, a objetivação de tais ações socioeducativas revela a direção social e política do profissional, pois, como já explicitado anteriormente, tais ações podem estar embasadas em uma perspectiva conservadora – reproduzindo a lógica burguesa –, ou fundamentadas na perspectiva crítica, alicerçada em princípios emancipatórios, que visam o fortalecimento dos interesses das classes subalternas.

Corroborando para esta reflexão, Eiras (2012, p. 122) analisa que

O entendimento que o profissional possui sobre o trabalho socioeducativo é condicionado pela vinculação a um projeto profissional no patamar de apreensão e assimilação teórico-metodológica, ético-política no qual se encontra, bem como

pelo manejo que detém sobre as técnicas, sobre os procedimentos e sobre os instrumentos envolvidos nessa atividade.

O desenvolvimento de trabalho em grupo é frequente no espaço sócio-ocupacional do CRAS. Nas entrevistas todas as assistentes sociais disseram já ter realizado trabalho em grupo nos CRAS. Uma das entrevistadas avaliou que a própria política de assistência social através do SUAS, demanda do assistente social o desenvolvimento de um trabalho voltado para o coletivo, como pode ser identificado em sua fala:

[...] o SUAS, é, cria muito uma expectativa do trabalho coletivo né, assim de tá desenvolvendo trabalhos coletivos tipo grupos, oficinas né, e assim, que eu acho que são instrumentos importantíssimos (ASSISTENTE SOCIAL, 08).

Na realização das entrevistas, as assistentes sociais responderam quais são os trabalhos em grupos que desenvolvem nos CRAS. A partir de suas respostas é possível listar a realização de trabalhos em grupo com os beneficiários do Programa de Segurança Alimentar (PSA), oficinas com mulheres e, também, com famílias, oficina de empregabilidade, grupo com pessoas idosas, grupo e reunião informativa com adolescentes, reunião com os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada, e reunião direcionada para usuários em situação de descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família.

Vale dizer que nas orientações técnicas do PAIF, está estabelecido que a realização destes grupos, que na política é denominada enquanto oficinas com famílias, tem como objetivo

suscitar reflexão sobre um tema de interesse das famílias, sobre vulnerabilidades e riscos, ou potencialidades, identificados no território, contribuindo para o alcance de aquisições, em especial, o fortalecimento dos laços comunitários, o acesso a direitos, o protagonismo, a participação social e a prevenção a riscos (BRASIL, 2012, p. 24).

Na etapa das observações também foi possível observar vários momentos em que foram desenvolvidos trabalhos em grupo, destacando-se os grupos vinculados ao Programa de Segurança Alimentar (PSA), sendo que o principal tema destes encontros era os direitos dos usuários. Em um dos grupos realizados, foi desenvolvida a seguinte dinâmica para trabalhar esta temática e propiciar a interação dos sujeitos:

Cada usuário pega um papel amarelo e começam a ler, um de cada vez. O primeiro que foi lido estava escrito: os usuários devem conhecer os nomes dos profissionais do CRAS. No 2º: os usuários tem o direito de serem ouvidos e informados. No 3º: os usuários têm direito a sigilo das informações prestadas. No 4º: os usuários têm direito de saber de instituições em que podem reivindicar direitos (OBSERVAÇÃO, 02).

CAPÍTULO III

PESQUISA EMPÍRICA: UMA ANÁLISE DA DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA A PARTIR DA APREENSÃO DO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS

Por meio de outra observação participante é possível identificar a centralidade da temática sobre os direitos em uma reunião do PSA – que apresentou um viés socioeducativo – bem como a dinâmica aplicada, vejamos:

Após os informes, a Assistente Social iniciou a dinâmica, passando com um pote com papéis e entregando para algumas pessoas, mandou abrir o “papilim” e perguntou quem está com o “1”. Pediu despojadamente para alguém ajudar a usuária a ler, pois a mesma não sabe ler. Outra usuária leu.

Papel 1: O que é direito?

Usuária: Direito é o que cabe a nós cobrar (ter direito àquilo que é nosso – O Brasil é nosso, o presidente é nosso. Mas não adianta nada, por que quando é o pobre que cobra o direito, ninguém ouve). [...]

A Assistente Social iniciou uma fala, mais séria, em que todos ficaram calados ouvindo com atenção, sobre os direitos, a CF/88, impostos caros que o pobre paga. Falou sobre o direito de escola em zona rural, que agora tem Kombi pra levar. “Isso é graças ao vereador? É pela bondade do prefeito? Não! É por que é obrigação deles defender o que está na constituição!”

Uma usuária fala sobre as dificuldades de vagas no posto de saúde.

Assistente Social: Onde que nós temos que reclamar?

Usuária: Ouvidoria não escuta, prefeito não tá nem aí, Dilma está longe!

Assistente Social: Mas tem o Conselho de Saúde! Alguém já foi a uma reunião? (uma pessoa falou que já). Resolve quebrar o Posto de Saúde? Não, né? Tem que procurar o representante e falar tudo que vocês estão me falando!

Papel 2: Quais são os direitos que vocês conhecem?

Assistente Social diz que isso já foi dito diversas vezes: humanos, trabalhistas... mas sobre os trabalhistas, tem muita mulher que está trabalhando sem previdência! Tem que ficar atenta! Comparou com outros direitos, que não tem que pagar.

Uma usuária falou que não teve a carteira assinada e quando precisou, não conseguiu aposentar porque o empregador não estava pagando. A Assistente Social explicou que tem que ir à Previdência para verificar a situação, não basta achar que está assinado, que está tudo bem. Falou também da diferença entre “do lar”, “autônomo” e “diarista”. Explicou também sobre o tempo de contribuição e idade mínima para contribuir.

Papel 3: Quais são os direitos das famílias do CRAS?

Usuários: Bolsa Família, cesta básica, creche, crianças, jovens e emprego.

Papel 4: Direito de conhecer o nome do profissional que está atendendo.

Assistente Social: Isso é outro direito que vocês têm.

Usuário perguntou o nome da Assistente Social, o meu e o da outra pesquisadora. A profissional nos apresentou, assim como a psicóloga.

Papel 5: Direito de ser ouvido e informado.

Papel 6: Sigilo das informações prestadas.

Assistente Social: Ninguém pode sair falando da vida de vocês. A vida dela pertence a ela. E no CRAS ela escolheu dividir a vida dela comigo e eu não posso sair falando dela.

Papel 7: Ser informado onde manifestar seus direitos.

Assistente Social exemplificou com um caso de procurar o Conselho Tutelar.

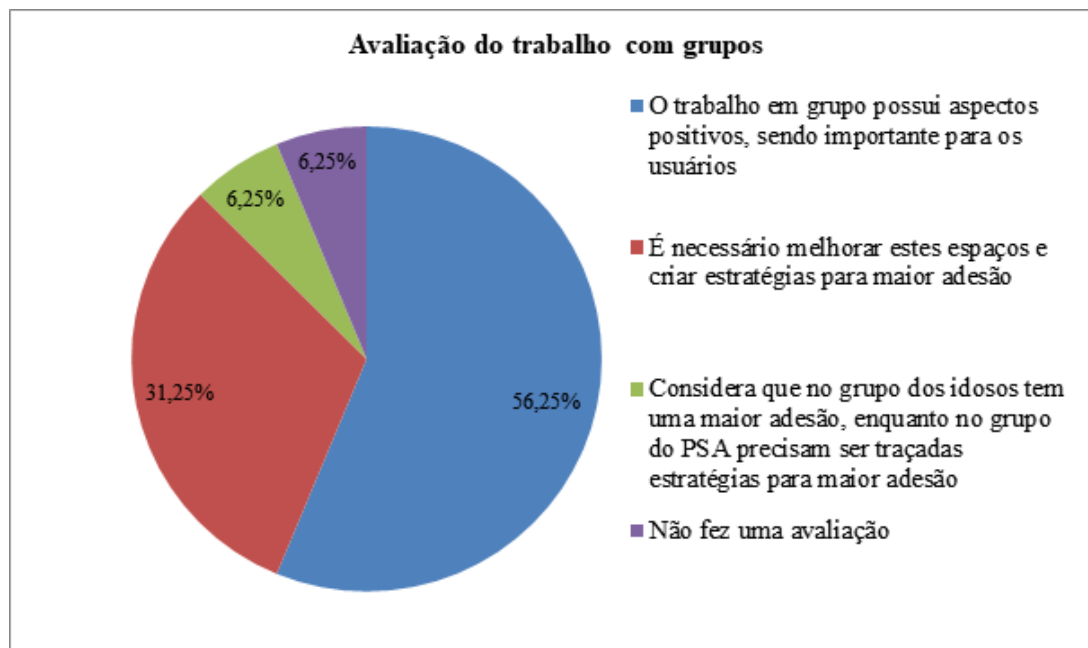
Papel 8: De poder avaliar o serviço recebido.

Usuário: De poder dar nota 5 e não nota 10. Igual você falar que a reunião ia acabar 8:45 e já são 9:30 horas.

Assistente Social: Isso mesmo, tem que avaliar mesmo! (OBSERVAÇÃO 06).

A partir da análise desta dinâmica observamos um profissional propositivo, que através da dimensão socioeducativa, buscou uma interação com os usuários objetivando contribuir para que estes compreendessem seus direitos e desenvolvessem uma autonomia para reivindicá-los. Também identificamos que foi informado aos usuários que existem espaços próprios para fazerem suas reivindicações e contestações, como os conselhos de direitos para a participação social. Mesmo sabendo que nem sempre estas informações vão se objetivar numa ação concreta.

Os dados obtidos através das entrevistas contribuem para refletirmos acerca do trabalho em grupo como um todo. As assistentes sociais entrevistadas fizeram uma breve avaliação dos trabalhos em grupo desenvolvidos nos CRAS. A maioria das entrevistadas (56,25%) ressaltou os aspectos positivos da realização do trabalho em grupo, apontando sua importância para os usuários. Além disso, outra parcela das entrevistadas (31,25%) destacou a necessidade de melhorar estes espaços e criar estratégias para maior adesão. Uma das entrevistadas (6,25%) em sua avaliação do trabalho em grupos apontou a criação de vínculos no grupo dos idosos, enquanto no grupo do Programa de Segurança Alimentar (PSA) é preciso pensar estratégias para uma maior adesão. Já outra profissional (6,25%) não fez uma avaliação. O gráfico a seguir apresenta tais dados, vejamos:

Gráfico 6: Avaliação das assistentes sociais entrevistadas acerca do trabalho realizado com grupos no CRAS

Fonte: Elaborado pela autora, conforme os dados da pesquisa coletiva Serviço Social e Sistema Único de Assistência Social em Juiz de Fora: Uma análise a partir dos assistentes sociais e usuários do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, 2015

No que concerne aos aspectos positivos do desenvolvimento de trabalho em grupo nos CRAS, as falas a seguir trazem a avaliação de algumas assistentes sociais entrevistadas:

[...] é muito bom, acho que muito rico. Quando a gente leva um tema que faz parte do cotidiano das famílias e elas participam né? Elas se identificam, elas propõem, elas trocam, eu acho que foi muito bom (ASSISTENTE SOCIAL, 02).

[...] é de extrema importância né, é, trabalho em grupo, eu acho que o grupo ele é muito importante né pro usuário, acho que o usuário além dele se fortalecer enquanto pessoa, ele se fortalece nas suas relações comunitárias né, porque ali tem outras pessoas da comunidade que ele não conversa né, não conhece, então tem essa aproximação. E a aproximação com os próprios profissionais aqui também, às vezes que a gente trabalha em grupo, a gente consegue fortalecer esse usuário (ASSISTENTE SOCIAL, 07).

Acho bom, acho rico né? Acho que abre um leque de coisas que a gente pode tá levando de informações, o próprio grupo trás pra gente né? Ainda mais o grupo de idosos a gente faz avaliação com eles. Eles tão sempre colocando coisas novas, eles exigem até mais que a gente pode oferecer enquanto instituição, porque eles querem muito além do que a gente pode tá fazendo, até mesmo esse grupo que a

gente trabalha ele já é um grupo assim... eles têm uma certa independência, uma certa autonomia sabe? (ASSISTENTE SOCIAL, 11).

Outra assistente social entrevistada ressalta a efetividade do desenvolvimento deste trabalho para os usuários:

Eu acho que eles têm um efeito é... de valorização da coletividade, da gente poder pensar no outro, defender os direitos em comum, sabe!? Quando a gente chama eles, olha nós fizemos um grupo para falar sobre a conferência. Aqui no CRAS também [...] tem um grupo de mulheres que é muito efetivo, elas se reúnem uma vez por semana, e eu sempre vou lá falar alguma coisa pra esse grupo, o quê que é uma conferência, por que é importante a gente participar; o CRAS sempre existiu? Não! Porque que ele passou a existir? Porque a gente passou a defender através dos conselhos um equipamento que, que promovesse a política, e assim se dão os avanços, né!? Então esses grupos são muito efetivos aqui dentro (ASSISTENTE SOCIAL, 13).

A fala que apresentaremos a seguir revela a importância do desenvolvimento de um trabalho em grupo com as famílias no que diz respeito à formação de uma identidade coletiva, uma vez que é possível identificarem elementos em comum que perpassam suas vidas cotidianas. Ademais, indica que existem dificuldades para uma maior adesão dos sujeitos usuários a estes espaços.

Então, hoje a gente vê né, já tem basicamente uma demanda traçada, apesar de cada família ser uma família diferente né, você visualiza que as dificuldades das famílias acabam se batendo e várias vezes né, sendo muito parecidas, daí a importância de fazer as reuniões né, um espaço mais coletivo de discussão pra, pras pessoas se identificarem que não é só com elas e ver o que que elas fazer pra tá mudando não só a vida dela, mas como modo geral que que isso pode tá modificando em relação a sociedade, a vida delas de uma forma geral. Aí que a gente tenta desenvolver os trabalhos socioeducativos mesmo, de grupo, apesar de ser muito difícil, de hoje ser assim um limite muito grande que a gente encontra aqui é fazer esses trabalhos de grupo porque às vezes a família não vem, às vezes por conta da distância, às vezes por conta do horário, por conta de ter criança pequena ou por falta de motivação mesmo né, cada um tem né, os seus. Então isso é uma demanda né, um limite muito grande que a gente encontra (ASSISTENTE SOCIAL, 09).

Conforme os dados expostos, uma parcela das entrevistadas apontou a necessidade de criar estratégias para ampliar a adesão dos usuários aos grupos. Considerando a importância do espaço do trabalho em grupo, é fundamental que os profissionais avaliem os elementos que influenciam nesta dificuldade de adesão, para assim elaborarem alternativas. Dessa forma, os assistentes sociais precisam conhecer a vida cotidiana dos sujeitos, ou seja, as suas condições de vida, dificuldades para participarem destes espaços e demandas. Além disso, a dinâmica e os assuntos

CAPÍTULO III

PESQUISA EMPÍRICA: UMA ANÁLISE DA DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA A PARTIR DA APREENSÃO DO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS

abordados nos grupos devem ser pensados e construídos a partir dos interesses dos usuários. Havendo viabilidade, a construção de um planejamento conjunto, onde os sujeitos tenham liberdade para sugerirem, por exemplo, os temas dos grupos, pode enriquecer estes espaços coletivos e contribuir para uma maior adesão.

A partir da realização das entrevistas com as assistentes sociais e das observações participantes, identificamos que o trabalho em grupo realizado com mais frequência nos CRAS integra o Programa de Segurança Alimentar (PSA), por isso, apresentaremos algumas de suas características. O PSA prevê a concessão de cestas básicas para as famílias referenciadas nos CRAS que solicitam a inserção neste programa e atendem os critérios socioeconômicos. É feita, pelos assistentes sociais, uma avaliação socioeconômica do perfil dos indivíduos e famílias, para definir se serão beneficiados. Vale ressaltar que há uma lista de espera para a concessão de cestas básicas, haja vista que não é disponibilizada uma quantidade capaz de suprir toda a demanda, tornando um desafio para as profissionais avaliarem quem necessita mais de recebê-las. Sendo assim, há também uma rotatividade dos beneficiários deste programa, que ficam aproximadamente 06 (seis) meses recebendo a cesta básica, após este período os usuários são desvinculados do programa para que outros possam receber as cestas básicas. Apenas em casos considerados de extrema necessidade, em que a família não tem condições financeiras de prover sua alimentação, devido às condições de pauperização, se amplia o tempo de recebimento destas cestas.

Tanto as entrevistas quanto as observações revelaram o caráter de seletividade deste programa, assim como a escassez de recursos para atender toda a demanda que chega ao CRAS. Além disso, demonstra o desafio presente no cotidiano profissional para os assistentes sociais mediante esta realidade, própria da diminuição de investimentos financeiros por parte do Estado na área social, em detrimento do favorecimento do capital.

Vale frisar que os trabalhos de grupo e reuniões coletivas que compreendem o Programa de Segurança Alimentar (PSA), acontecem, normalmente, sob a coordenação dos assistentes sociais. Sendo que, por vezes, tem a participação de profissionais de outras áreas que compõem a equipe técnica do SUAS, como psicólogos e pedagogos, que colaboram para o desenvolvimento de ações socioeducativas em grupos.

Uma das características deste programa é a realização de grupos socioeducativos com os usuários cadastrados, com variadas temáticas, as quais podem ser definidas pelos profissionais responsáveis pelo desenvolvimento dos grupos, os quais possuem autonomia profissional para a escolha do tema, o qual pode ser estabelecido a partir da identificação de temas que são de interesse dos usuários.

[...] a gente faz a reunião uma vez por mês né, [...] e eu faço com o psicólogo. E a gente leva temas de interesses deles [dos usuários] né ou algum tema que a gente identifica né, que a gente precisa levar pra população com relação a informação, a gente acaba levando, fazendo uma reunião (ASSISTENTE SOCIAL, 07).

De acordo com uma das assistentes sociais que participou das observações

“se dizem que esse é um grupo sócio-educativo”, então deve-se trabalhar temáticas para deixar aos usuários mais à vontade pra falar de suas realidades. A assistente social X⁶⁸ diz que “Não tem como pensar em um tema, sem pensar no público, na metodologia do trabalho” (OBSERVAÇÃO, 06).

Em uma das observações participantes realizada pelas pesquisadoras, foi possível identificarmos o direcionamento dado para um grupo socioeducativo desenvolvido com os usuários vinculados ao Programa de Segurança Alimentar pelas assistentes sociais inseridas em um dos CRAS que foi locus da pesquisa de campo. Podemos observar que o objetivo central era reforçar a perspectiva de direito, além de estar voltado para estimular a autonomia e o protagonismo dos sujeitos. Como pode ser identificado nos fragmentos a seguir:

Foi realizada uma discussão sobre o que é o CRAS, a partir do texto escrito por outra profissional, que iria acompanhá-los anteriormente, porém não pode comparecer. A assistente social segue a reunião em pé e os usuários demonstram-se atentos. [...] Durante toda a explicação a assistente social se mantém com uma fala clara para todos. Apresentou os direitos nos CRAS, de modo a estimular o questionamento se sabiam quais eram seus direitos ao chegarem para o atendimento. Alguns citam o benefício Bolsa Família, mas outros se mantêm calados. A profissional cita outros direitos, como cursos. [...] Foram discutidas questões sobre o sigilo profissional durante o atendimento, dúvidas devem ser bem esclarecidas; sobre o tipo de informação passada a eles serem bem claras e que podem e devem solicitar informações que necessitam na rede; possuir identificação do profissional; serem identificados; sobre suas histórias de vida que devem ser respeitadas e preservadas; podem realizar avaliação do serviço e dos profissionais [...]; possuem direito ao acesso de seus registros [...] que está no arquivo sigiloso e técnico; possuem acesso as deliberações das conferências; conselhos e reuniões da assistência (OBSERVAÇÃO, 01).

Como podemos identificar, um dos desafios presentes consiste na interação dos usuários nestes espaços, que muitas vezes não se manifestam. A questão da participação ativa dos usuários é algo que precisa ser estimulado, uma vez que esta é fundamental para que os usuários se reconheçam enquanto partícipes deste momento, além de contribuir para a configuração de uma atividade que, efetivamente, contribua para o fortalecimento dos interesses da coletividade.

Buscando complementar este momento de trabalho em grupo, logo após seu término, quando ocorre a entrega das cestas básicas, que acontece de forma individual, a assistente social que participou da observação 01

68 Utilizamos a terminologia “X” para preservar o anonimato da profissional.

CAPÍTULO III

PESQUISA EMPÍRICA: UMA ANÁLISE DA DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA A PARTIR DA APREENSÃO DO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS

busca de forma rápida aproveitar o tempo que existe para fazer uma orientação de acordo com a necessidade do usuário e incentivá-los a voltarem a procurá-la para trazerem retorno da situação que se encontram (OBSERVAÇÃO, 01).

Buscando assim, um acompanhamento da situação desses usuários e a formação de vínculos, o que contribui para o desenvolvimento de um trabalho contínuo junto aos usuários com resultados positivos. Nesse sentido,

a forma como se estrutura o processo educativo é reveladora da direção desse processo. Por isso, o estabelecimento de vínculos e a conformação de uma relação democrática entre profissionais e usuários são fundamentais para que o processo educativo alcance seus objetivos. Ou seja, espera-se que por meio do processo educativo, o usuário – com informação e reflexão – ganhe mais autonomia para circular no espaço social, tomar decisões sobre as formas de conduzir sua vida, avançar na consciência de sua cidadania e ter participação em diferentes instâncias da esfera pública, especialmente nas de controle social (MIOTO, 2009, p. 08).

Em outra observação participante, a assistente social utiliza como alternativa para a interação dos sujeitos usuários no grupo do Programa de Segurança Alimentar (PSA) a realização de uma dinâmica para trabalhar a questão dos direitos que possuem, iniciando as reflexões a partir das colocações dos usuários. A assistente social avalia que

[...] a partir disso, eles relatam suas histórias, suas realidades e os problemas que possam questionar em relação ao tema apresentado, hoje, por exemplo, foi o direito (OBSERVAÇÃO, 02).

Sendo assim, para a realização deste trabalho

[...] é necessário tempo para pensar a metodologia e trabalhar com oficinas de modo que atenda o número grande do grupo, de uma melhor maneira e motivar a participação (OBSERVAÇÃO, 02).

Nesse sentido, todo o aporte teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo da profissão contribui para se pensar em formas de atuação que visem ampliar esta participação, o que pressupõe o planejamento das ações socioeducativas.

Ainda em relação ao grupo do Programa de Segurança Alimentar (PSA), vale dizer que a partir de algumas observações é possível identificar também que, por vezes, é voltado para dar dicas aos usuários para se inserirem no mercado de trabalho, assim como são apresentados os cursos profissionalizantes nos quais podem se cadastrar, objetivando que eles possam pensar formas de sair da condição que se encontram naquele momento. Haja vista que, quando terminar o período de recebimento das

cestas básicas, torna-se necessário que já tenham condições para a manutenção dos “mínimos sociais”. Estas colocações nos remetem a pensarmos as dificuldades que as famílias enfrentam em sua vida cotidiana para conseguirem sua subsistência. Além disso, cabe reiterar o caráter excludente do mercado de trabalho atual, assim como, os mecanismos de acumulação de capital que culminam na generalização da pobreza.

Trabalhar temáticas como as que foram citadas, tem sim sua importância. Todavia, no exercício profissional é fundamental pensarmos além das demandas pontuais e imediatas, uma vez que apenas trabalhar apontamentos para terem como prover a subsistência não vai solucionar os problemas que são estruturais. Sendo assim, é imprescindível refletir, junto com os usuários, a realidade que perpassa seu cotidiano, problematizando questões importantes que vão impactar em seus modos de pensar e agir.

Identificamos que nem sempre estes grupos têm um caráter socioeducativo sob um viés crítico – com aspectos de uma pedagogia emancipatória, como apresentado no Capítulo 02, a qual rompe com o conservadorismo e objetiva a transformação societária, encontrando-se associada à função pedagógica emancipatória, que reflete no desenvolvimento de ações profissionais que influenciam na maneira de agir e pensar dos sujeitos de modo crítico, objetivando romper com os interesses dominantes (ABREU, 2016). Pelo contrário, às vezes estes grupos acontecem de maneira irrefletida, como uma simples reunião para entrega de cestas básicas e repasse de algumas informações acerca dos benefícios, revelando assim que, ocasionalmente, estes espaços não são aproveitados pelos profissionais para ir além das demandas pontuais, e torná-lo um ambiente propício à reflexão para os sujeitos.

Vejamos a seguinte análise realizada por uma das pesquisadoras a respeito da entrega de cesta básica:

A assistente social deu uma boa tarde a todos e disse: “hoje não vai ter falatório, está muito calor” e começou a entregar as cestas [que sentindo faz reunir os usuários, às vezes com dificuldade de ir ali, só para entregar a cesta? Como o usuário vai reconhecer nesse espaço um lugar de escuta, debate, construção coletiva de demandas?]. Os usuários ficaram conversando entre eles [...] [acredito que a reunião coletiva dos usuários seja um bom momento para se usar estratégias, como a reflexão, ainda que curta de um tema, a leitura de um texto, ou seja, alguma coisa que ofereça ao usuário uma atividade, informação, qualquer coisa que fortaleça esse espaço enquanto espaço público, que represente um momento para o usuário pensar sobre seu cotidiano de outro ângulo, com outras opiniões]⁶⁹ (OBSERVAÇÃO, 58).

69 Algumas observações participantes trazem algumas impressões dos pesquisadores sobre elas, apresentadas entre colchetes, o que contribui para uma compreensão mais precisa.

CAPÍTULO III

PESQUISA EMPÍRICA: UMA ANÁLISE DA DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA A PARTIR DA APREENSÃO DO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS

Diante disso, vale dizer que as condições de trabalho presentes no cotidiano profissional, nos marcos da reestruturação produtiva do capital e da ideologia neoliberal, reforçam a alienação. Além disso, no âmbito do cotidiano do exercício profissional, assim como na vida cotidiana, está presente o imediatismo, dentre outras características da cotidianidade, que reforçam a ideologia dominante e corroboram para práticas irrefletidas. “O imediatismo incide diretamente na intervenção profissional do assistente social, reforçando a construção de respostas caracterizadas pela resolutividade, mesmo que superficial, das demandas” (PAULA, 2016, p. 189).

Isto posto, quando falamos sobre a dimensão socioeducativa presente no exercício profissional do assistente social e como ela se materializa, é imprescindível reafirmamos que este profissional possui relativa autonomia. Visto que, de acordo com Iamamoto (2009, p. 32):

A possibilidade de imprimir uma direção social ao exercício – moldando o seu conteúdo e o modo de operá-lo – decorre da relativa autonomia de que dispõe o assistente social resguardada pela legislação profissional e passível de reclamação judicial. Essa autonomia é dependente da correlação de forças econômica, política e cultural em nível societário e se expressa, de forma particular, nos distintos espaços ocupacionais construídos na relação com sujeitos sociais determinados.

Desse modo, infere-se que: “Resguardar a relativa autonomia na condução do exercício profissional supõe potenciá-la mediante um projeto profissional coletivo, com sustentação em forças sociais reais que partilham de um projeto comum para a sociedade” (IAMAMOTO, 2009, p. 34).

Considerando a relevância de se refletir acerca da autonomia relativa, uma das questões direcionadas às assistentes sociais entrevistadas buscava conhecer qual apreensão elas tinham acerca desta autonomia. Diante disso, contatamos que todas as assistentes sociais entrevistadas consideram ter autonomia profissional. A partir das falas das entrevistadas, pode-se apreender que elas consideram que esta se expressa principalmente no planejamento das ações profissionais e na relação com os usuários, a partir do desenvolvimento de atendimentos individuais ou atividades em grupos.

Uma das assistentes sociais entrevistadas, que afirma que sua autonomia é relativa, considera que esta se expressa:

Através das nossas ações mesmo, atendimento do usuário, através de proposta de ações de trabalho que a gente pode fazer né? Desenvolver alguma ação, desenvolver algum trabalho específico com algum grupo né? Mas algumas coisas a gente tem que acatar e fazer (ASSISTENTE SOCIAL, 03).

A fala de outra profissional sobre a autonomia relativa aborda que:

Existe um direcionamento da política para a atuação no CRAS, porém há uma possibilidade de usar o melhor instrumento, usar a melhor técnica de trabalho, de priorizar uma área a outra (ASSISTENTE SOCIAL, 15).

A autonomia relativa que o assistente social possui é uma característica essencial quando pensamos no desenvolvimento de um trabalho socioeducativo voltado para o enfrentamento dos problemas que perpassam o cotidiano dos sujeitos usuários. Haja vista que possibilita ao profissional elaborar estratégias no campo das ações socioeducativas que alcancem seus ideais voltados para o fortalecimento da coletividade.

3.5.3 SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO INTERDISCIPLINAR

Quando tratamos da atuação profissional de assistentes sociais na política de assistência social, temos como um elemento presente em seu cotidiano profissional, o desenvolvimento de um trabalho interdisciplinar, por meio do qual são desenvolvidas diversas ações profissionais voltadas para atender às demandas dos usuários de forma ampla. Nesse segmento, destaca-se a realização de ações socioeducativas a partir da articulação entre profissionais de diferentes áreas que atuam nos CRAS, como acontece em alguns trabalhos desenvolvidos em grupos junto aos usuários, e em alguns atendimentos realizados coletivamente, que demandam uma atenção interdisciplinar com um viés socioeducativo.

Diante da complexidade da realidade social que perpassa a vida dos usuários referenciados no CRAS e as variadas demandas que possuem, é importante a articulação entre as diferentes áreas do conhecimento, sem descaracterizar as especificidades de cada profissão, para que haja a integralidade do atendimento neste espaço sócio-ocupacional, “o que supõe recorrer a abordagens interdisciplinares, que num diálogo amplo, façam convergir em uma unidade de propósitos, diferentes conhecimentos e saberes, práticas e iniciativas” (YAZBEK et al., 2014, p. 198).

A presença de assistentes sociais nas equipes interdisciplinares dos CRAS contribui imensamente para um atendimento qualificado e amplo, que compreenda as determinações sociais que perpassam a vida cotidiana dos sujeitos usuários. Além disso, ao compreender o significado da política de assistência social e atuar em seus equipamentos de proteção social básica numa perspectiva crítica, colabora para um atendimento com maior integridade.

Isto posto, é fundamental apreender que

o trabalho interdisciplinar demanda a capacidade de expor com clareza os ângulos particulares de análise e propostas de ações diante dos objetos comuns a diferentes profissões, cada uma delas buscando colaborar a partir dos conhecimentos e saberes desenvolvidos e acumulados pelas suas áreas (RAICHELIS, 2009, p. 15).

CAPÍTULO III

PESQUISA EMPÍRICA: UMA ANÁLISE DA DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA A PARTIR DA APREENSÃO DO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS

Nesse sentido, o assistente social contribui com o conhecimento acerca

[...] dessa questão social que a gente tanto fala, o que vem a ser os elementos que determinam isso. Eu acho que o assistente social traz dentro dessa visão generalista mesmo. Porque a gente precisa conhecer um pouco de cada situação que interfere na vida dos indivíduos né (ASSISTENTE SOCIAL, 15).

Ao descrever o papel do assistente social na equipe interdisciplinar, uma das entrevistadas aponta que consiste em realizar:

Trabalho social, percepção de aspectos sociais no cotidiano das famílias e como vai interferir na vida das pessoas, sempre no intuito de melhorar a qualidade de vida das mesmas (ASSISTENTE SOCIAL, 01).

Nesse sentido, os Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social apontam que:

[...] a formação, experiência e intervenção histórica dos/as assistentes sociais nessa política social não só os habilitam a compor as equipes de trabalhadores/as, como atribuem a esses/as profissionais um papel fundamental na consolidação da Assistência Social como direito de cidadania (CFESS, 2011, p. 12).

Vale ressaltar que, em todos os CRAS em que realizamos as entrevistas, a equipe técnica de nível superior é composta por assistentes sociais, psicólogos e pedagogos. Sendo que em cada CRAS, a maioria dos profissionais são assistentes sociais e apenas em um CRAS havia nesta equipe técnica um profissional com formação em outra área (Economia).

Uma das questões direcionada às assistentes sociais entrevistadas buscava conhecer como era a relação de trabalho com os demais técnicos SUAS neste espaço. Hegemonicamente, as falas das profissionais que participaram das entrevistas, revelaram uma relação propícia, em que há uma convivência pautada no respeito mútuo.

Outra questão direcionada às assistentes sociais buscava conhecer se consideravam que havia um trabalho interdisciplinar ou não nos CRAS. Podemos constatar que a grande maioria, que corresponde a 81,25% das entrevistadas, considera que há um trabalho interdisciplinar nos CRAS. De acordo com esta parcela das entrevistadas, este trabalho se realiza através: da realização de estudos de caso, do planejamento de ações conjuntas com outros profissionais, de reuniões de equipe, de visitas domiciliares, de atendimentos conjuntos, de grupos socioeducativos, oficinas, intervenções e reuniões com as famílias.

Apenas 18,75% das entrevistadas responderam que não se desenvolve um trabalho interdisciplinar no CRAS. As assistentes sociais entrevistadas que têm esta concepção apontaram o que achavam ser necessário transformar para a realização do

trabalho interdisciplinar. Uma das entrevistadas apontou a necessidade de ampliação das capacitações profissionais, de modo que propiciem a compreensão do trabalho interdisciplinar e dos papéis que as diferentes profissões ocupam no desenvolvimento deste trabalho, objetivando romper com a focalização nestes espaços tendo em vista a integralidade do atendimento. Outra entrevistada respondeu que deveria haver atendimentos em conjunto com os profissionais das diferentes áreas que compõem a equipe interdisciplinar do CRAS com mais frequência. Por fim, outra assistente social entrevistada disse que não sabia diferenciar o trabalho interdisciplinar do trabalho multidisciplinar, e, por esse motivo, não tinha sugestões de mudanças que propiciassem a realização do trabalho interdisciplinar.

Complementar a estas questões, buscamos compreender qual o papel que as entrevistadas atribuíam ao assistente social no trabalho interdisciplinar. Ressaltamos que discorreram sobre esta questão apenas as assistentes sociais que consideram que existe a interdisciplinaridade no trabalho desenvolvido nos CRAS.

A partir da análise das respostas obtidas nas entrevistas, foi possível identificar aspectos que caracterizam a profissão de Serviço Social, e que também a diferencia das demais profissões, revelando suas peculiaridades, como a visão de totalidade.

[...] a gente tenta fazer um trabalho interdisciplinar mesmo, levando em consideração o olhar de cada profissão né, pra gente conseguir intervir da melhor forma possível. [...] acho que nosso diferencial é, é a visão de totalidade que a gente tem né, então a gente consegue ver além do indivíduo né, além daquele momento. E eu acho que esse papel é muito importante né, nessa, nesse trabalho interdisciplinar. Mas a gente trabalha de todas as formas né, na elaboração né, tudo a gente tá junto com o psicólogo, mas eu acho que a nossa diferencial nesse papel é mesmo o olhar, essa visão de totalidade (ASSISTENTE SOCIAL, 07).

As falas das entrevistadas sobre o papel do assistente social no trabalho interdisciplinar revelam que o identifica, por exemplo: na realização de um trabalho social; nas orientações acerca dos direitos que os usuários possuem, visando a garantia dos mesmos; na criação de meios para a participação e mobilização dos usuários; na percepção de aspectos sociais no cotidiano da família, buscando compreender a realidade familiar; na atuação junto aos outros profissionais com o intuito de possibilitar a integralidade do atendimento; na proatividade em elaborar ações no CRAS; na realização de funções próprias do assistente social enquanto técnico SUAS; bem como na contribuição com o conhecimento específico do Serviço Social. Além do mais, foram ressaltadas algumas características próprias da profissão que se expressam no papel que o assistente social desempenha, dentre elas: a escuta qualificada; a visão de totalidade; o conhecimento sobre a questão social e os elementos que a determina.

Isto posto, fica evidente que a profissão tem suas particularidades, visto que ela possui competências e atribuições privativas. Vimos também que os assistentes sociais

CAPÍTULO III

PESQUISA EMPÍRICA: UMA ANÁLISE DA DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA A PARTIR DA APREENSÃO DO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS

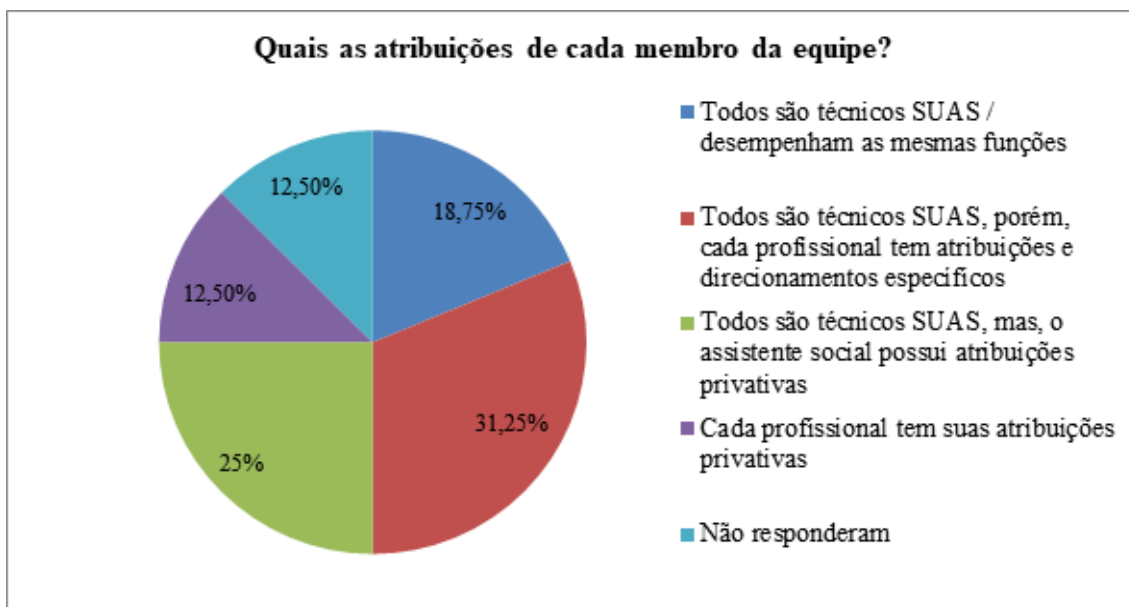
desempenham atividades através de um trabalho interdisciplinar, conjuntamente com profissionais de outras áreas que atuam no CRAS.

Apresentados estes elementos, uma questão que é importante de ser refletida diz respeito à figura do técnico SUAS no âmbito do CRAS. Como vimos no início deste capítulo, a equipe mínima do CRAS é composta por profissionais de diferentes áreas, como assistentes sociais, psicólogos e pedagogos, os quais são chamados de técnicos de nível superior que compõem o SUAS.

As legislações específicas da política de assistência social estabelecem quais as profissões devem compor a equipe técnica do CRAS, sendo que diferentes profissionais são contratados para um mesmo cargo, denominado: técnico SUAS. Ao atuarem na proteção social básica, os profissionais possuem competências profissionais e atribuições privativas (atividades que são próprias de cada profissão e somente o profissional formado nesta área podem executá-las). Entretanto, pode-se observar que esta denominação de técnico SUAS, por vezes, leva uma “aparente indiferenciação” entre as profissões [...] o que revela uma questão problemática (MOLLO et al., 2017, p. 311).

Nas entrevistas, uma das questões direcionadas às assistentes sociais buscava identificar quais eram as atribuições de cada membro da equipe, conforme ilustrado no gráfico abaixo:

Gráfico 7: Atribuições dos membros da equipe profissional do CRAS descritas pelas entrevistadas



Fonte: Elaborado pela autora, conforme os dados da pesquisa coletiva Serviço Social e Sistema Único de Assistência Social em Juiz de Fora: Uma análise a partir dos assistentes sociais e usuários do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, 2015

A partir da análise destas respostas, identificamos que uma parcela das entrevistadas considera que todos os profissionais são técnicos SUAS, e por isso exercem as mesmas funções no CRAS, desconsiderando as especificidades de cada profissão. O que consiste numa visão equivocada que descaracteriza a profissão, uma vez que existem atribuições privativas que só podem ser exercidas por assistentes sociais. Vejamos as falas a seguir:

Todos os técnicos fazem as mesmas... Têm os mesmos serviços, têm as mesmas ações dentro do CRAS. Então não existe aí nada que seja específico de uma determinada área (ASSISTENTE SOCIAL, 03).

Hoje todos são técnicos SUAS. Todos têm hoje as mesmas atribuições, tanto para os atendimentos individuais, os grupos, oficinas, visitas domiciliares. Todas essas funções são desempenhadas pelos técnicos SUAS (ASSISTENTE SOCIAL, 15).

Também identificamos que algumas entrevistadas apesar de apontarem que todos são técnicos SUAS, desempenhando funções em comum, destacam as atribuições específicas de cada profissão.

Antes só as assistentes sociais preenchiam o CadÚnico e faziam a visita domiciliar, porém hoje em dia, com a linha e definição de técnico SUAS, todos fazem as mesmas atividades, porém cada um com seu direcionamento e atribuições privativas de cada profissional (ASSISTENTE SOCIAL, 01).

As atribuições têm aquelas que são generalistas mesmo, que são do SUAS e tem também aquelas específicas que cada um, dentro da sua formação, vai executar. Se for um atendimento da psicologia é uma demanda de psicologia é a psicóloga que vai atender, a marcação é direto pra ela né? Se tem aqui, por exemplo, seleções socioeconômicas, que a gente sabe né? Que pelo Código é privativo do Serviço Social e tem, né? Pra creche, pro programa de PSA, o assistente social que vai tá fazendo. Então a gente garante aquilo que é função privativa, mas tem algumas que são para todos os técnicos (ASSISTENTE SOCIAL, 10).

Então, no CRAS nós não temos atribuições específicas né. Nós somos todos técnicos SUAS e o trabalho a gente sempre procura priorizar de uma forma coletiva. [...] Exceto alguns programas do Serviço Social que são atribuições privativas (ASSISTENTE SOCIAL, 13).

Então a gente não tem o específico porque todos são técnicos SUAS. Todo mundo faz a mesma coisa. É lógico que tem atribuições diferentes. [...] O Serviço Social dentro da competência dele faz o que é de direito dele (ASSISTENTE SOCIAL, 14).

Outra parcela das entrevistadas ressalta que o assistente social tem suas atribuições privativas, assim como os demais membros da equipe técnica do CRAS:

Nós do Serviço Social fazemos avaliação de cesta básica, também preenchemos as solicitação dos diversos serviços tanto creche, pró-idoso, programas para adolescentes, fazemos a reavaliação da cesta, aí é uma ação que só nós fazemos, nós Assistentes Sociais, encaminhamento pra documentos, fazemos reunião da

CAPÍTULO III

PESQUISA EMPÍRICA: UMA ANÁLISE DA DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA A PARTIR DA APREENSÃO DO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS

cesta básica e nesse sentido a gente conta com a presença do técnico da psicologia, ele nos dá um suporte, né, nós hoje três grupos de cesta básica, como a gente tá, né, cada assistente social ficava responsável, como a gente tá com falta de uma, a gente que revezar, cada mês uma faz dois grupos, né, uma assistente social faz dois grupos. E as demandas mesmo que surgem de forma espontânea que vem no dia a dia, a gente faz uma reunião de inclusão para as pessoas que vão entrar na cesta básica também, pra orientar como funciona, pra essas pessoas terem noção do que é esse programa de segurança alimentar, no sentido de saber que é um direito delas. De uma forma geral assim na rotina mesma seria isso (ASSISTENTE SOCIAL, 06).

Olha, as atribuições a gente se divide assim: tem algumas atribuições que são gerais, de todos os técnicos, por exemplo, a gente faz um plantão aqui que é um plantão que a gente chama plantão de acolhimento. É aqueles casos que chega uma pessoa com aquela necessidade que não pode ser agendada pra outro dia porque existe aquela situação mais emergencial, ou ela veio encaminhada de uma rede, por exemplo, um posto de saúde que encaminhou ou uma escola, algo assim. Então quando a gente se depara com essa situação, a pessoa não tá agendada, a gente tem todo dia um plantão técnico que a gente faz o acolhimento dessa demanda, tá? Então nisso aí, a distribuição da função ela é igual pra qualquer técnico. O técnico faz a escuta, faz o acolhimento e dali ele dá as primeiras providencias caso ele tenha condição, se ele não tiver ele passa pra um técnico que tenha uma outra formação, uma outra atribuição né, que tenha mais condições. Agora em relação as outras atribuições, a gente se divide mais ou menos assim: é, as assistentes sociais elas dividem as funções delas, que são as mesmas, mais por território. Como a gente tem uma área muito grande, a gente divide nosso grande território por 3 micro áreas, cada assistente social fica responsável por uma micro área e aí, o psicólogo, técnico SUAS e o pedagogo, eles atendem a essas áreas junto com a gente quando a gente sente a necessidade. Então a gente se distribui mais ou menos assim, [...] quando a gente tá no atendimento de alguma demanda que a gente evidencia ali alguma situação assim de trabalho infantil ou criança que evadiu da escola ou que tá com dificuldade de vaga na escola, normalmente a gente trabalha junto com pedagogo essa situação. Quando a gente recebe ou da rede ou a gente identifica no ato do atendimento uma própria demanda espontânea da família, alguma situação assim de dificuldade da criança, dificuldade de aprendizagem ou dificuldade comportamental, aí a gente faz a parceria com o psicólogo. [...] Pro assistente social fica muita demanda do, de, receber a família que chega muito nessa situação de vulnerabilidade, benefício de prestação continuada, bolsa família quando ele perdeu o benefício por questão de descumprimento, auxílio moradia, programa de segurança alimentar e outras situações como benefícios, INSS, previdência (ASSISTENTE SOCIAL, 08).

Então, tem as atribuições né que todo mundo desenvolve a mesma atividade e tem as atribuições específicas de cada, de cada profissão né. Hoje o assistente social ele fica responsável pelo, que é específico nosso né, que a gente fica responsável que é pelo grupo do PSA, que é o Programa de Segurança Alimentar. Sobre o descumprimento de condicionalidades é dos 3 técnicos né, agora do quarto, que chegou o técnico SUAS, que a gente faz até um, desenvolve um trabalho conjunto, a gente faz uma reunião com as famílias né, a nível multidisciplinar e depois cada técnico se divide e atende aquelas famílias e vê as demandas de cada uma. Tem

o atendimento individual né, que aí cada um é específico de cada área, tem o acompanhamento das famílias de BPC que também é restrito aos assistentes sociais e, eu acho que é isso (ASSISTENTE SOCIAL, 09).

[...] o CRAS ele tem frentes de trabalho... O PSA que é o Programa de Segurança Alimentar é o assistente social, creche que também, que envolve uma avaliação socioeconômica depois, embora essa avaliação socioeconômica não seja uma atribuição privativa do Serviço Social, mas a gente é quem faz essa classificação de acordo com os indicadores de vulnerabilidade social. Então hoje, creche e PSA são o Serviço Social tá? atendimentos individuais para esse fim, também. Visitas domiciliares geralmente também é o Serviço Social também que tem um maior volume, não impede também que outro profissional tenha essa necessidade. Mas geralmente é um instrumento mais utilizado pelo Serviço Social. É... os outros técnicos fazem os cadastros diversos, é... a gente também, a gente também faz esse que os outros fazem. Tá? Eu to marcando a diferença, é... cadastro pro Bolsa Família, encaminhamento para documento é só o Serviço Social, porque envolve parecer social sobre a vulnerabilidade, então a gente dá... assina, que a pessoa está dentro dos critérios de vulnerabilidade social, não tem esses, então só o Serviço Social que pode carimbar e assinar, é... Bolsa Família, programas socioassistenciais cursos diversos [...] O Cadastro Único é atribuição de todo mundo, todos os técnicos fazem a diferença é a finalidade pra que o usuário faz. O psicólogo ele vai também realizar o atendimento que é privativo da psicologia [...] A pedagogia tem uma entrada mais nos cursos para adolescente, mas a gente também pode fazer essa inscrição para curso (ASSISTENTE SOCIAL, 12).

Diante disso, observamos que apesar da problemática do técnico SUAS, e identificarmos que existem atividades no âmbito do CRAS que podem ser desenvolvidas por profissionais de diferentes áreas, existem aquelas atividades que são específicas de cada profissão. Nas falas expostas anteriormente isto fica claro, principalmente no que diz respeito as atribuições do assistente social. Neste sentido, pode-se afirmar que o assistente social possui competências profissionais que são respeitadas no trabalho interdisciplinar realizado nos CRAS.

Conforme o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social de 1993:

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;

II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;

III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;

IV - (Vetado);

V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;

CAPÍTULO III

PESQUISA EMPÍRICA: UMA ANÁLISE DA DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA A PARTIR DA APREENSÃO DO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS

VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;

VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;

VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;

IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;

X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;

XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades (CFESS, 2012, p. 44-45).

Assim, ter clareza do papel que o assistente social possui é fundamental para o desenvolvimento de ações profissionais junto aos sujeitos usuários que visem uma ação voltada para os interesses da classe trabalhadora e, assim, possa colaborar para os processos emancipatórios.

Além disso, a realização de ações socioeducativas que requerem a participação dos assistentes sociais articulados com outras áreas profissionais pode ocorrer de maneira enriquecedora, ao serem respeitados os conhecimentos de cada área profissional, visando assim promover espaços voltados para o fortalecimento dos sujeitos sociais, assim como a ampliação dos seus conhecimentos e autonomia.

3.5.4 RELAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS COM OS USUÁRIOS

Ao refletirmos acerca da dimensão socioeducativa do trabalho profissional do assistente social é imprescindível analisarmos como é a relação dos profissionais com os sujeitos usuários.

Nas falas das entrevistadas é possível identificar que, majoritariamente, as profissionais consideram positiva a relação com os usuários, avaliando-a como tranquila, respeitosa, boa, e voltada para uma aproximação com os usuários. Como pode ser visualizado nas falas a seguir:

Através do atendimento, do respeito mútuo, tanto meu com ele quanto comigo. Através do, da busca do conhecimento do, pra poder favorecê-lo mais, sempre que pode ta fazendo algum curso pra trazer uma coisa nova, digo de experiência que to sempre em um curso do INSS pra trazer, pra orientar melhor o usuário (ASSISTENTE SOCIAL, 04).

Bom, a gente busca sempre essa questão mesmo de um vínculo pra gente começar algum trabalho, né, iniciar aí alguma intervenção. É como eu falei tem seis meses que eu tô aqui, então assim, algumas pessoas, né, ainda são, né, é, desconhecidas, a gente tá buscando conhecer um pouco mais as famílias, compreender essa

realidade, né, mas a gente tá, eu penso que a gente tá caminhando, né?! (ASSISTENTE SOCIAL, 06).

Ah, eu considero boa [...] eu consigo realizar um bom atendimento e em contrapartida eu acho que os usuários também têm uma, é, uma visibilidade boa em relação ao Serviço Social aqui no CRAS, [...] acho que isso contribui pra uma relação boa, [...] uma relação profissional saudável porque assim, o Serviço Social construiu um trabalho, é, acho que o Serviço Social só não, a equipe do CRAS né. Mas assim, como o Serviço Social a demanda é muito maior em relação a outras áreas, eu acho que o Serviço Social conseguiu ter essa, essa procura maior. Mas é uma procura que a equipe do Serviço Social tem dado conta de atender com o acolhimento, tentando fazer vínculos, então eu acho que isso construiu uma relação muito boa (ASSISTENTE SOCIAL, 08).

Ah é muito boa! (risos) É muito boa, assim, a gente tem conseguido, como eu já to aqui há alguns anos, 4 anos né? É... a gente conseguiu é... uma conquista muito interessante com os usuários, assim, de perceberem o que que é a Assistência, o que que vão encontrar aqui no CRAS né? As vezes eles não tem uma consciência muito clara assim, que é direito. Né? No sentido amplo da palavra, mas sabe que aqui vai encontrar o Bolsa Família, vai encontrar... ainda tem alguns usuários que confundem, que as vezes me oferecem pra fazer faxina na minha casa, porque tá recebendo a cesta básica do CRAS, aí a gente tem que: Olha, a gente, né.. é seu direito, direito a alimentação, ainda existe muito, mas é uma relação muito boa, de respeito né? A questão de saber que pode vir aqui que vai receber um atendimento, nem que seja só o verbo, porque muitas vezes é só o verbo que a gente tem mesmo, é a orientação, não tem a resposta concreta ali, né? (ASSISTENTE SOCIAL, 12).

Conforme as falas apresentadas pode-se perceber que a questão do vínculo com os usuários é algo importante para esta relação profissional, visto que é essencial conhecer a realidade deles, assim como é fundamental que estes vejam os profissionais como referência. Dessa forma, ampliam-se as possibilidades de potencializar as ações socioeducativas junto aos usuários, que expressam a dimensão socioeducativa da profissão.

Nas entrevistas realizadas com as assistentes sociais, uma das questões buscava conhecer qual a importância que atribuíam ao CRAS na vida da população usuária. Na tabela a seguir constam os principais apontamentos retratados pelas entrevistadas:

Tabela 4: A importância do CRAS na vida da população usuária apresentada pelas entrevistadas

Qual a importância do CRAS na vida da população usuária?		
	Frequência	Porcentagem
Porta de entrada da política de assistência no território dos usuários	10	62,50%
Socialização de informações, orientações, articulação com a rede	6	37,50%
Perspectiva de direitos	6	37,50%
Acompanhamento dos usuários, acolhimento	3	18,75%
Concentração dos serviços da assistência social	2	12,50%
Compreensão da realidade dos usuários	1	6,25%
Empoderamento das famílias, compreensão dos direitos	1	6,25%

Fonte: Elaborado pela autora, conforme os dados da pesquisa coletiva Serviço Social e Sistema Único de Assistência Social em Juiz de Fora: Uma análise a partir dos assistentes sociais e usuários do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, 2015

Sendo assim, podemos perceber que a importância do CRAS na vida dos usuários, na visão dos assistentes sociais, em certa medida, está relacionada às potencialidades do trabalho desenvolvido neste espaço. Quando as entrevistadas falam sobre a socialização de informações e as orientações sociais, identificamos traços da dimensão socioeducativa presente no cotidiano profissional do assistente social, por meio de um trabalho de cunho socioeducativo.

No que se refere à perspectiva de direitos, é fundamental uma atuação profissional voltada para a explicitação do acesso aos serviços e benefícios da política de assistência social através do CRAS enquanto um direito social, contribuindo para uma desvinculação com a perspectiva de ajuda.

Ademais, a criação do CRAS como “porta de entrada” para a política de assistência social no território dos usuários, é um grande avanço para a população, possibilitando uma maior proximidade com a realidade social, além de facilitar o acesso à política.

[...] o usuário vê o CRAS como essa porta da assistência social, porta de entrada da política. A gente percebe que às vezes as pessoas vêm ao CRAS até mesmo pra se informar de coisas que não é do CRAS, quer dizer é referência que cria, a confiança que cria com os profissionais que trabalha aqui e que sabem que chegando aqui alguma informação vão obter mesmo que o serviço que ela tá demandando não seja aqui a gente vai orientar, a gente vai informar. Então acho que foi um ganho muito grande pra população e o fato de tá no território, acho que isso facilita muito. Concentração dos serviços da assistência no território, acho que isso ajudou muito (ASSISTENTE SOCIAL, 03).

Além disso, a importância do CRAS na vida dos sujeitos é identificada a partir da possibilidade de um acompanhamento dos usuários, do acolhimento, e do fortalecimento de vínculos, sendo fundamental para que a população usuária se identifique com o espaço. O que pode contribuir para a maior adesão dos usuários aos grupos de cunho socioeducativo desenvolvido pelos assistentes sociais.

Vale dizer que quando uma das entrevistadas se remete ao “empoderamento das famílias”, seguidamente em sua fala ela acrescenta que “as famílias entendem os direitos e começam a vislumbrar as suas potencialidades” (ASSISTENTE SOCIAL, 16). Isto posto, podemos apreender que a fala da profissional compreende que este “empoderamento” ocorre a partir do entendimento por parte dos sujeitos usuários da política de assistência social enquanto um direito. Assim sendo, a atuação do assistente social é de grande relevância, quando embasada em uma perspectiva crítica, que atue junto aos usuários visando colaborar para seu processo de conscientização acerca de seus direitos e potencialidade enquanto sujeitos sociais.

Neste sentido, o desenvolvimento de um trabalho socioeducativo sob uma perspectiva crítica pode contribuir ainda mais para os processos de formação de consciência enquanto “classe para si”. Para isso é fundamental a formação de uma identidade enquanto coletividade, de compreender a dinâmica que perpassa a vida cotidiana e a necessidade de lutar por direitos, além do mais, de ultrapassar a lógica societária que está posta, visto que esta é marcada pela reprodução das desigualdades sociais.

Conforme analisa Teixeira (2015), o trabalho socioeducativo desenvolvido com e para as famílias possui potencialidades,

desde que ultrapasse a indução de reflexões e fechamento da família nela mesma, nos seus muros internos, ou no uso do grupo como troca de experiências e ajuda mútua, para se transformar em instrumento de construção de um novo conhecimento, partilhado e crítico, que a leva a sair do imediatismo de suas necessidades para entendê-las coletivas, como necessidades sociais de classe, que devem ser atendidas pelo poder público como condição fundamental para a garantia de direitos e de qualidade de vida (TEIXEIRA, 2015, p. 233-234).

No âmbito da luta por direitos, podemos identificar em uma observação participante que tratava de atendimento realizado com um usuário do CRAS, a importância que a assistente social vê em incentivá-lo a ocupar espaços de controle social:

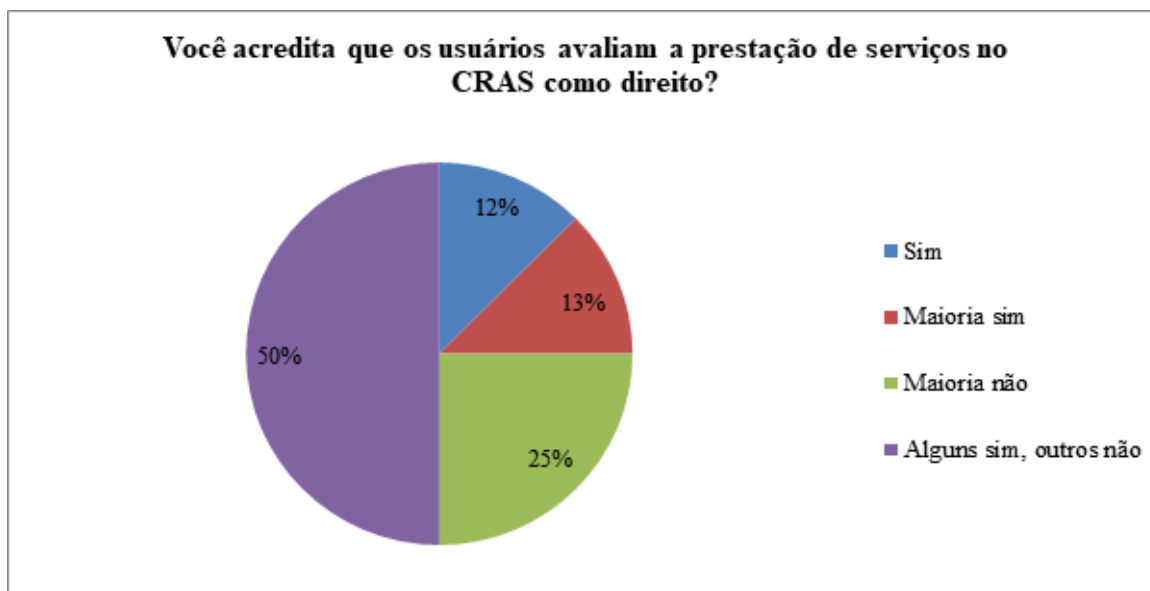
A assistente social explicou o que são conselhos de saúde e incitou a usuária a acionar/participar do conselho para melhorar a saúde local, falar, por exemplo, da falta de remédios no posto, conforme relatado pela própria usuária. Disse que “o governo quer que a gente cale a boca, não reclame, mas é preciso reclamar” (OBSERVAÇÃO, 13).

CAPÍTULO III

PESQUISA EMPÍRICA: UMA ANÁLISE DA DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA A PARTIR DA APREENSÃO DO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS

A compreensão por parte dos usuários da prestação de serviços no CRAS como um direito é um elemento importante para refletirmos, posto que isto traz rebatimentos para a forma de apreensão da realidade social que perpassa a vida cotidiana, o que traz implicações para o fortalecimento desses sujeitos enquanto classe trabalhadora. Tendo isto em vista, nas entrevistas as assistentes sociais nos responderam sua compreensão acerca da percepção dos usuários sobre a prestação de serviços no CRAS. Identificamos que 12% das entrevistadas consideram que os usuários avaliam, sim, a prestação de serviços no CRAS como um direito; 13% das entrevistadas acreditam que a maioria dos usuários tem a percepção dos serviços como direito; 25% das entrevistadas julgam que a maioria dos usuários não compreende a prestação de serviços no CRAS como direito; e 50% das entrevistadas disseram que alguns usuários têm a percepção de direitos, enquanto outros não. Tais dados podem ser observados no gráfico abaixo:

Gráfico 8: Percepção das entrevistadas sobre a compreensão dos usuários acerca da prestação de serviços no CRAS como direito ou não.



Fonte: Elaborado pela autora, conforme os dados da pesquisa coletiva Serviço Social e Sistema Único de Assistência Social em Juiz de Fora: Uma análise a partir dos assistentes sociais e usuários do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, 2015

Como pode ser identificado no gráfico acima, uma parte considerável das entrevistadas supõe que os usuários não avaliam a prestação de serviços no CRAS como direito, o que revela um desafio para os profissionais de criarem estratégias de atuação profissional que colaborem para desconstruir esta perspectiva de favor, como uma das ações socioeducativas realizadas, antes citadas, que além de ações concretas buscam viabilizar os direitos, que hoje está acontecendo também por via da judicialização. Neste sentido, o desenvolvimento de um trabalho socioeducativo junto aos usuários nos espaços de atendimento individual e na realização de trabalhos em

grupos, voltado para o esclarecimento da política de assistência social como um direito social, conquistado mediante um longo processo de luta de classes, é necessário. Para isso, é importante desenvolver ações socioeducativas através de uma linguagem que se aproxime da realidade do público-alvo, possibilitando sua compreensão, além de trazer elementos que contribuam para sua identificação enquanto classe trabalhadora.

É eu acho que a gente enquanto assistente social, a gente vai tentar através do nosso trabalho, do nosso dia a dia de garantir que essas pessoas que chegam no CRAS, independente de renda, de critério, que alguns serviços tem realmente essa questão de renda de critério, é garantir mesmo que essas pessoas conheçam e entendam o que é esse Sistema Único de Assistência Social e de fato fazer com que, dentro das nossas ações, tentar minimamente garantir o que está estabelecido enquanto direito dos usuários, dos sujeitos. E quando eu falo minimamente é pensando na questão mesmo, dos nossos recursos, que muitas vezes são poucos, são escassos, são, né, às vezes a nossa unidade mesmo de serviços, nem sempre as unidades vão atender a realidade daquela comunidade. Então é, fazer com que esses sujeitos através do meu trabalho a gente pode fazer isso, fazer que esse usuário consiga conhecer esse sistema e, inclusive, fazer parte dele, né, que eu acho que o mais importante disso tudo, não só ficar lamentando aquilo que é limite pra gente, né, que todo dia a gente esbarra nessa questão mesmo de não poder conseguir encaminhar de imediato esse sujeito, né, mas é fazer com que ele também reflita e possa fazer parte disso, pra ele também fazer parte das decisões, fazendo parte de um conselho, então eu acho que é a partir disso que ele, que os nossos usuários vão poder fazer parte disso junto com os trabalhadores (ASSISTENTE SOCIAL, 06).

Logo, pode-se constatar que é no cotidiano do trabalho profissional do assistente social, através da relação estabelecida com os usuários, que se pode contribuir tanto para a socialização de informações, quanto para que sejam estabelecidos processos reflexivos, objetivando “a formação da consciência crítica”, o que “somente se realiza à medida que são criadas as condições para que os usuários elaborem, de forma consciente e crítica sua própria concepção de mundo” (MIOTO, 2009, p. 07).

Diante do exposto, ressaltamos que a dimensão socioeducativa se expressa tanto nos atendimentos individuais, quanto naqueles coletivos, como em reuniões e grupos. Sendo que é através da atuação profissional do assistente social, direcionada pelo projeto ético-político da profissão, que podem ser criadas estratégias que potencializem os processos reflexivos.

3.5.5 DIRECIONAMENTO ÉTICO-POLÍTICO E DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA

O estudo da dimensão socioeducativa sob uma perspectiva crítica pressupõe realizar uma articulação com o projeto ético-político do Serviço Social, haja vista que este projeto profissional se articula a um projeto societário, revelando o compromisso da profissão com as classes subalternas e vislumbrando a criação de uma forma de

CAPÍTULO III

PESQUISA EMPÍRICA: UMA ANÁLISE DA DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA A PARTIR DA APREENSÃO DO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS

sociabilidade sem exploração de classes, livre de qualquer forma de preconceito e desigualdades.

Esta compreensão é importante, visto que as ações socioeducativas desenvolvidas no exercício profissional do assistente social são a forma de materialização da dimensão socioeducativa, e revela a articulação com todas as dimensões do trabalho profissional. Uma vez que as dimensões da profissão possuem suas particularidades e ao mesmo tempo se complementam. Assim,

pode-se inferir que o direcionamento ético-político articulado aos referenciais teórico-metodológicos e aos instrumentos e técnicas associados à dimensão técnico-operativa, vinculam-se a dimensão socioeducativa, a qual explicita a função social e educativa da profissão a partir das bases que fundamentam a atuação profissional. Nesse segmento, a opção por um projeto profissional comprometido com a classe trabalhadora traz novos aspectos para as ações socioeducativas desenvolvidas pelos assistentes sociais, visto que objetiva romper com os mecanismos de exploração da ordem vigente (MOLJO; PARREIRA; RAMOS, 2018, p. 08).

Isto posto, as ações socioeducativas desenvolvidas no cotidiano do exercício profissional do assistente social revelam todos os conhecimentos do campo teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo que o profissional possui. A dimensão socioeducativa perpassa estas dimensões, e expressa também o direcionamento que elas possuem.

Por exemplo, a partir da aproximação do Serviço Social com a teoria social crítica, a profissão passou a se embasar em formulações teóricas críticas, que permitem a compreensão da realidade em sua totalidade. Atrelada a esta concepção, a profissão se apoia em um projeto ético-político que almeja a transformação social, bem como a emancipação da classe trabalhadora. Nesse contexto, a dimensão socioeducativa, que é inerente a profissão, vai expressar esse conjunto de elementos: se a perspectiva teórica do assistente social e seu direcionamento ético-político forem embasados no marxismo, conseqüentemente, as ações socioeducativas visarão à emancipação dos sujeitos. Do contrário, apenas favorecerão a reprodução da lógica societária burguesa, muitas vezes, de maneira irrefletida.

Portanto,

o direcionamento ético-político deve prevalecer no exercício profissional para não sucumbirmos ao discurso e requisições burocráticas das políticas sociais e aos ditames da cotidianidade, com ações repetitivas, burocráticas, imediatas e que, por vezes, não concebem os usuários inseridos em uma totalidade social, culpabilizando-os pelas suas condições de vida e subsistência (PARREIRA, 2018, p. 276).

Considerando a importância de refletirmos sobre como o assistente social em seu cotidiano profissional visualiza e realiza mediações com projeto ético-político profissional, uma das questões direcionada às assistentes sociais entrevistadas, tinha como objetivo entender qual relação elas estabeleciam entre o SUAS e o projeto ético-político da profissão. A seguir apresentamos uma tabela com os principais pontos expostos pelas entrevistadas:

Tabela 5: Relação estabelecida pelas entrevistadas entre o SUAS e o projeto ético-político da profissão

Que relação você estabelece entre o SUAS e o projeto ético-político da profissão?		
Respostas	Frequência	Porcentagem
Acesso aos direitos sem discriminação.	2	12,50%
Os dois caminham juntos, precisam e devem caminhar juntos. No entanto, existem coisas que precisam melhorar.	1	12,50%
Equidade, garantia de direitos, respeito ao usuário, compreensão dessa complexidade e das especificidades de cada família, cobrança ao Estado para melhoria da política.	2	12,50%
Garantia dos direitos, socialização de informações e reconhecimento enquanto sujeito com possibilidade de escolha.	1	6,25%
Reconhece individualidades, garantia de direitos no território, acesso da população pobre e compromisso com as minorias.	1	6,25%
Acredita que um vai de encontro ao outro devido ao objetivo em comum, que é a garantia de direitos e empoderamento das famílias.	1	6,25%
Proposta de trabalho de emancipação dos sujeitos.	1	6,25%
Relação total, o SUAS exige um agir profissional de acordo com o projeto ético-político.	1	6,25%
Emancipação e autonomia dos sujeitos pelo projeto ético-político, e vê o SUAS como limitante e reducionista.	1	6,25%
O projeto ético-político dá base para a atuação profissional no âmbito do SUAS, de acordo com o interesse do profissional.	1	6,25%
Precisam se articular melhor.	1	6,25%
Adaptar o projeto ético-político ao SUAS. Algumas questões do projeto são fundamentais, outras são passíveis de não serem seguidas a risco. Obs.: A entrevistada confunde projeto ético-político com código de ética.	1	6,25%
Tem relação, mas a entrevistada prefere pular para próxima questão por considerar essa complexa.	1	6,25%
Não respondeu à pergunta.	1	6,25%

Fonte: Elaborado pela autora, conforme os dados da pesquisa coletiva Serviço Social e Sistema Único de Assistência Social em Juiz de Fora: Uma análise a partir dos assistentes sociais e usuários do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, 2015

Conforme podemos observar na tabela expositiva acima, a maior parcela das entrevistadas pensa a relação entre o SUAS e o projeto ético-político a partir de elementos que consideram que possuem em comum, principalmente, no que diz respeito ao acesso aos direitos e ao compromisso com os sujeitos.

Eu acho que tem tudo a ver, porque é uma proposta de trabalho de emancipação do cidadão. Num uma coisa de assim... Num passa pela caridade. É uma política de trabalho que visa assim a melhoria da qualidade de vida do cidadão como um todo (ASSISTENTE SOCIAL, 02).

Eu acho que é a questão do direito, mesmo. O acesso ao direito. Ah tem muita questão que a gente pode tá colocando, essa questão do sem discriminação. O SUAS tem uma visão bem bacana, bem próximo do projeto ético (ASSISTENTE SOCIAL, 05).

Eu acho assim gente o projeto tem diretrizes, a gente não pode perder de vista o que o projeto fala em tudo né? Em termos de ética, em termos de compromisso, mas a gente tem que adaptá-lo a algumas especificidades do SUAS né? Então assim quando a gente coloca o pé dentro do sistema a gente às vezes tem alguns embates por tudo isso que a gente tá conversando aqui agora, com o local né? Com o número excessivo às vezes de famílias referenciadas, então diversas questão que a gente for considerar a risco o que o projeto ético político fala às vezes a gente choca né? A gente entra em crise, então a gente tem que aproveitar o que... como eu vou dizer assim? Num é o que é mais importante, mas o que é fundamental pra profissão que é a questão da ética, compromisso com o usuário, nosso compromisso político com a profissão, com a categoria (ASSISTENTE SOCIAL, 10).

Na última fala apresentada é possível observar que a profissional considera que nem todos os elementos presentes no projeto ético-político têm como se efetivar no cotidiano profissional, mas ressalta que ele traz diretrizes que compreendem a totalidade. Também coloca que ele se adapta ao SUAS, o que é complicado de se afirmar, visto que nosso projeto é muito mais amplo que as determinações da política, além de objetivar o fim de todas as formas de dominação.

Cabe destacar, que a política de assistência social constitui uma importante mediação para o exercício profissional do assistente social, no entanto não deve vir a ser confundida com a profissão e com os seus fundamentos e objetivos. Deste modo, reconhecemos a importância de conhecer as legislações específicas de cada política social, principalmente quando se tratar da área de atuação do profissional, mas ressaltamos que o profissional deve ter como horizonte o arsenal teórico-metodológico, técnico-operativa e ético-político que a profissão dispõe e que deve ser utilizado em qualquer espaço de trabalho, pois, a ausência ou secundarização do estatuto legal da profissão e do direcionamento ético-político corroboram para o retorno de práticas conservadoras, assistencialistas e fiscalizatórias no exercício profissional do assistente social (PARREIRA, 2018, p. 276).

A partir dessas colocações, ressaltamos que o projeto ético-político, que se materializa nos aparatos normativos da profissão, deve nortear a ação profissional dos assistentes sociais, pois somente assim é possível contribuir para o fortalecimento dos interesses dos sujeitos sociais, reafirmando o que expressa nosso Código de Ética Profissional.

3.5.6 LIMITES E POSSIBILIDADES PARA O TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

No cotidiano do exercício profissional dos assistentes sociais podem ser encontrados diversos limites, assim como podem ser visualizadas possibilidades para a atuação, as quais podem ser construídas pelos próprios profissionais. Nas entrevistas realizadas com as assistentes sociais foi possível identificar os principais limites que elas enfrentam em seu cotidiano, bem como as possibilidades de atuação frente à realidade que perpassa a atuação profissional.

Dentre os limites identificados pelas profissionais no cotidiano do exercício profissional, destacam-se a escassez de recursos materiais e financeiros que implica na falta de vagas para os usuários nos programas sociais, a escassez de carro pertencente à instituição para realizar ações fora do CRAS, e a carência de recursos para o trabalho com grupos. Também apontaram com frequência como limites: a precariedade da rede socioassistencial; a focalização e seletividade da política de assistência social; e as limitações institucionais relacionadas à AMAC como executora dos serviços.

Além desses limites apresentados, foram mencionados de forma pontual:

Tantos limites que vão além da formação acadêmica, que vão além da instituição sabe? São tantos limites, às vezes até a motivação profissional mesmo, a motivação pessoal, isso em si já é um implicador né? Agora também é tudo em decorrência da falta de recursos né? Trabalhar com os mínimos (ASSISTENTE SOCIAL, 02).

Os limites acho que são os limites institucionais mesmo, limites mesmo da política, da falta de serviços, falta de oferta de benefícios né? Dentro dos limites também a gente acaba que discorda de alguma determinação e que a gente tem que acatar, tem que fazer (ASSISTENTE SOCIAL, 03).

É, eu acho que a política cada vez mais é focalizada, seletiva, a gente tá aqui pra poder, é, selecionar a vulnerabilidade e eu acho que isso é a pior parte. A gente tá ali pra poder ver quem tem mais necessidade sendo que todos tem né, então eu acho que, isso é um limite. A própria política nos impõe esse limite, tanto no municipal, no federal, a política nos impõe esse limite que é a gente acaba tendo que atuar conforme a própria política, de forma seletiva (ASSISTENTE SOCIAL, 07).

Eu acho que [o limite], é, a escassez de recurso, porque aí muita coisa que você pode pensar, você não pode ir além por causa da escassez de recurso, aí eu acho que a escassez de recurso não só na assistência, mas eu acho também que a escassez de recurso em outras áreas, em outras políticas. Porque não adianta também, se o CRAS atende uma família, se ela precisa da articulação com a rede, a rede não tem isso, então eu acho assim, que de um modo geral, a escassez de

recursos pras políticas públicas geram um grande limite pra assistência social, entendeu? Além de só, é lógico que o limite de recurso pra assistência é o primeiro gerador, porque a gente podia ter mais curso né, por exemplo, ampliar o número de vagas pros adolescentes na área da qualificação profissional, coisas que dão dentro da assistência hoje e que tá muito engessado, muito parado, então acho que a escassez de recurso é o grande problema (ASSISTENTE SOCIAL, 08).

Da mesma maneira, pode-se identificar os limites presentes no cotidiano do trabalho do assistente social na política de assistência social na seguinte observação participante que compõem a compilação das observações:

Disse que há uma sobrecarga, que “tudo é bonito no papel, mas colocar na prática é muito difícil”. Disse que é muito difícil trabalhar as famílias, a cultura, as vulnerabilidades; disse que a rede de serviços não funciona; diz que selecionar a pobreza é complicado; além disso, há muito demanda; as prioridades são definidas pela política e há ausência de recursos (OBSERVAÇÃO, 12).

Cabe ressaltar que esses limites apresentados revelam a dinâmica do capital, que traz estas consequências para os diversos espaços sócio-ocupacionais, nas mais variadas políticas públicas, uma vez que a lógica do capital prevê o mínimo para a área social. Por isso, conhecer estas problemáticas e entender que não ocorrem de forma isolada apenas neste espaço de atuação profissional é fundamental para se criar possibilidades de atuação eficazes, usando a criatividade e os aparatos que a profissão possui para ultrapassar as limitações cotidianas, buscando alternativas para a realização de um trabalho voltado para o fortalecimento dos interesses das classes subalternas.

Em uma das observações a assistente social destaca que a falta de recursos traz limites para suas atividades desenvolvidas em grupo. Nesse sentido,

a profissional também faz crítica pela burocracia para conseguirem verba para trabalhos realizados no CRAS, ela informa que muitas vezes os funcionários tiram do próprio bolso para conseguirem montar as dinâmicas e os projetos com os grupos (OBSERVAÇÃO, 04).

No que diz respeito aos limites, é importante apontarmos que, por vezes, a própria postura do profissional torna-se um dificultador para o desenvolvimento de ações profissionais comprometidas com as classes subalternas, quando suas práticas são irrefletidas, marcadas pelo pragmatismo, pela superficialidade extensiva e pela imediatividade. Uma vez que, encontramos profissionais com posturas atreladas ao conservadorismo; embora em menor contingente, já traz impactos negativos para a população usuária.

Nas observações participantes, alguns relatos sobre determinados atendimentos aos usuários revelaram uma postura conservadora, além de em algumas situações,

CAPÍTULO III

PESQUISA EMPÍRICA: UMA ANÁLISE DA DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA A PARTIR DA APREENSÃO DO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS

como na Observação 43, a assistente social se restringir a atender apenas a demanda explícita/pontual que a usuária trouxe, enquanto em sua fala havia várias demandas implícitas que poderiam ser trabalhadas. Como pode-se identificar nos fragmentos desta observação participante:

[...] A próxima usuária também queria vaga em creche (para criança mais nova, berçário) [aparentemente também tem entre 18 a 20 anos, é negra, vestia-se de forma simples, a fala simples também, deixando-se notar a pouco escolaridade]. Falou que não tem preferência, pode ser a mais próxima de Santa Luzia. A assistente social explicou que só pode fazer para uma creche [a usuária falou que a letra da assistente social é bonita e quando começou a falar que queria ter uma letra bonita igual foi cortada pela assistente social]. Perguntou se ela tem Bolsa Família ou se está no cadastro de alguém, a usuária não sabia o que é o Cadastro Único, falou que mora com a filha, num espaço cedido pela mãe, que cede também a água e a luz, mas está querendo cortar a ajuda (a mãe da usuária). A avó da usuária a ajuda com leite, fralda etc. Já marcou atendimento para o CadÚnico na recepção [mesmo não tendo sido informada do que se trata, pois nem sabe o que é]. O pai da criança não ajuda em nada e a mãe da usuária fica falando que ela tem que trabalhar (a usuária), mas ela alega que não tem com quem deixar a criança, chegou a dizer que deixou a criança sozinha, que ficava suja e chorando em casa, então não fez mais isso [trata-se de uma criança de colo]. Estudou até a 5ª série. A assistente social perguntou se ela namora com alguém, a usuária respondeu que não, a assistente social perguntou “e essa aliança de compromisso? É com Deus que você namora, né?” [com muita ironia]. A usuária disse que é só um anel. A usuária relatou também que não se dá bem com mãe, que foi criada pela avó. Disse que foi ao conselho tutelar [acho que a assistente social pensou que fosse para procurar ajuda para conseguir pensão alimentícia, pois tinha acabado de perguntar se o pai da criança ajudava]. Ela procurou o conselho tutelar para pedir a creche, pois precisa de trabalhar porque a mãe (da usuária) está doente com câncer [...]. A usuária contou que falou sobre o fato da mãe querer cortar a água e a luz com o conselheiro tutelar, que falou que a mãe não tem direito de fazer isso, mas como é ela quem paga não pode fazer nada [...] [Reparei que a usuária queria falar mais, mas não teve oportunidade porque o atendimento se restringiu ao cadastro, mesmo com tantas “demandas implícitas” na fala dela] [...] (OBSERVAÇÃO, 43).

Nesta observação participante notamos que além do atendimento ter se limitado as demandas imediatas, ao longo do atendimento a assistente social foi irônica com a usuária, realizando questionamentos impertinentes e invasivos, que infringem a privacidade, revelando uma atuação pautada no conservadorismo. Ressaltamos que o atendimento social deve ter como finalidade viabilizar o acesso dos usuários aos seus direitos, assim como de contribuir com processos reflexivos por meio de ações socioeducativas enviesadas pela perspectiva crítica, reafirmando um compromisso ético e político com a classe trabalhadora. Para tanto, conforme analisa Mioto (2009, p. 05) “torna-se imperativo que os assistentes sociais saibam o que fazem e para que fazem”.

Coelho (2013) contribui para reflexionarmos acerca destes aspectos ao analisar que:

O atual contexto é prenhe de desafios para as profissões. A superficialidade extensiva da vida cotidiana, a forma fragmentada como o pensamento hegemônico da sociedade capitalista apreende a realidade e sua tendência à naturalização dos fenômenos sociais, conduzem ao obscurecimento da essência, ao considerar o aparente como a substância. Em contraposição a essa perspectiva teórica e ideopolítica, o conhecimento da realidade implica o desvelamento da aparência, e a consciência assume um papel fundamental nesse processo. Para apreender a essência, a consciência movimenta-se dialeticamente, a fim de capturar as mediações que conectam os complexos sociais constitutivos e constituintes da totalidade do ser social, e supera, no plano do pensamento, a imediaticidade (COELHO, 2013, p. 06).

Assim, apesar dos desafios cotidianos, há também possibilidades de atuação profissional sob uma perspectiva crítica. A partir da realização das entrevistas com as assistentes sociais inseridas nos CRAS, foi possível observar alguns pontos importantes relacionados às possibilidades encontradas no cotidiano profissional.

Podemos constatar que parte das entrevistadas identificou como uma das possibilidades no âmbito do exercício profissional, a busca pelo fortalecimento da rede socioassistencial, com ampliação da parceria e do diálogo com as diferentes instituições e organizações que compõem a rede, visando um acompanhamento sistemático dos indivíduos e famílias referenciados.

Além disso, algumas das entrevistadas ressaltaram que as possibilidades estão interligadas à autonomia relativa, bem como ao arcabouço teórico-metodológico e interventivo que os profissionais possuem. Vale dizer que estas são características que a profissão possui fundamentais para que os profissionais possam usar sua criatividade, sendo propositivos, e assim criarem possibilidades em meio aos desafios do cotidiano.

Somam-se a esses aspectos, as potencialidades apontadas por outra parte das profissionais entrevistadas, como a criação de vínculo com os indivíduos e as famílias referenciados, além da possibilidade de atuar junto a esses sujeitos sociais a partir da criação de reflexões, orientações sociais, socialização de informações e criando ações voltadas à autonomia dos sujeitos.

[...] o fato de você contribuir de alguma forma na vida daquelas famílias que procuram o CRAS, ainda que às vezes bem pouquinho umas mais outras menos né? Mas a possibilidade de você orientar, de você abrir o olho daquela pessoa, a mente daquela pessoa pra determinada situação. E às vezes tem algumas pessoas que chegam ao CRAS completamente desprovido de determinada informação e aí a gente tem a possibilidade de passar isso (ASSISTENTE SOCIAL, 03).

[...] a gente cria possibilidades dentro dessa, desse contexto que não é tão favorável né, aí a gente cria as possibilidades a partir dos vínculos que se cria com as famílias né, e desses vínculos que a gente cria, a gente vai tentando trabalhar com as famílias as questões que são mais subjetivas, por exemplo, da promoção social né, desse,

CAPÍTULO III

PESQUISA EMPÍRICA: UMA ANÁLISE DA DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA A PARTIR DA APREENSÃO DO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS

desse aceitamento né em conjunto do profissional com a família, daquilo que tá proposto, daquele plano de trabalho de acompanhamento, aí que eu acho que tem as possibilidades. Porque aí talvez não dependam tanto da questão do recurso, mas são questão mais subjetiva mesmo da família, também tem a aceitação da família, então acho que as possibilidades são mais nisso (ASSISTENTE SOCIAL, 08).

A fala de uma das assistentes sociais entrevistadas traz uma apreensão crítica apontando diversos limites e possibilidades encontrados no cotidiano do exercício profissional:

É, a gente tá sempre buscando a questão mesmo, né, de quais possibilidades a gente tem, de quais estratégias que a gente vai ter na intervenção, que seja pra além desse atendimento pontual/burocrático. Eu acho que limite, a gente tem o próprio limite da instituição, enquanto a AMAC, que ela é hoje executora dos serviços, mas ela é conveniada com a Secretaria de Desenvolvimento Social, então é uma instituição AMAC, que pensa, executa e a SDS que planeja as ações, então a gente já fica meio distante das discussões, então o que vem pra gente, na grande maioria das vezes, já chega pronto. E há o próprio trabalho do CRAS, mesmo, que eu acho que ele é mesmo bem burocrático, bem rotineiro, então assim a gente tem sempre que [...] aproveitar os espaços que a gente tem, né, discussão interna, discussão quando a gente tem alguma reunião, né algum encontro, algum evento, pra pensar quais as possibilidades que a gente tem, pensando, aí, já que a gente pensa na emancipação desse sujeito, na autonomia deles, nas escolhas que eles vão fazer no dia a dia, mas como a gente vai fazer isso, se os nossos recursos estão tão limitados, diante dessas contradições que a gente tem aí nesse mundo capitalista. Então assim, é um desafio diário encontrar essas respostas, não são coisas prontas que a gente consegue tão facilmente. O que a gente não pode perder vista é isso, pensar que elas precisam ser encontradas, as possibilidades, a gente precisa pensar em como, né?! Não é fácil de pensar, mas a gente não pode perder isso de vista, não (ASSISTENTE SOCIAL, 06).

Durante os atendimentos realizados pelo assistente social, este pode contribuir para que os usuários ampliem seus espaços de representatividade a partir da informação, e da conscientização da importância de ocuparem tais espaços. O que se pode considerar enquanto uma possibilidade voltada para a autonomia do usuário enquanto cidadão de direito. Na observação abaixo, identificamos este viés quando a assistente social:

falou sobre o CMAS [Conselho Municipal de Assistência Social], que em janeiro vai haver eleições para o conselho regional, a usuária demonstrou interesse em representar os usuários. A assistente social X também falou da importância de participar das conferências de assistência social que acontecem de dois em dois anos, a assistente social pegou o nome da usuária para indicar nas próximas eleições (OBSERVAÇÃO, 45).

Em uma reunião com os usuários do Programa de Segurança Alimentar (PSA), a assistente social também frisou a relevância dos usuários se inscreverem na Conferência

Municipal de Assistência Social, “colocou a importância de participarem desse evento, de representar o seu bairro, expor os problemas, desafios e possibilidades” (OBSERVAÇÃO, 55).

Todavia, na etapa das entrevistas foi possível identificar a presença de um determinado fatalismo nas respostas de 12,50% das assistentes sociais, que afirmaram não haver possibilidades. Nesse sentido, é importante compreendermos que, como mencionado na fala acima, as possibilidades precisam ser pensadas. Para que assim não corramos o risco de reduzir o trabalho profissional a uma prática irrefletida e fatalista, marcada pela imediatividade e pela superficialidade extensiva da vida cotidiana, que leva o profissional a responder de forma singular as demandas sem realizar uma análise mais ampla da totalidade, devido aos mecanismos de alienação próprios da sociedade capitalista.

Desse modo, “a construção de estratégias e táticas pode ser um instrumento de suspensão desse cotidiano para que o assistente social possa estabelecer em seu exercício profissional elementos que ultrapassem a rotina por vezes burocratizante das instituições” (PAULA, 2016, p. 189).

Mediante o exposto, a construção de ações socioeducativas, fundamentadas na perspectiva crítica com um direcionamento ético e político, é necessária, sobretudo quando objetiva-se contribuir para ampliação do acesso dos usuários aos seus direitos, e, principalmente, quando se tem como intuito propiciar processos reflexivos.

Portanto, refletir acerca dos dados ora apresentados é de suma relevância quando pensamos na dimensão socioeducativa do assistente social e no desenvolvimento de um trabalho que vise à emancipação em todos os níveis, visto que a ocupação destes espaços expressa o reconhecimento da importância da mobilização social. Além do mais, reafirmamos que o assistente social é um profissional que se insere na luta de classes, sendo também classe trabalhadora, assim como é um profissional mediador dos interesses de classe.

Conforme apresenta os Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social:⁷⁰

A expansão da política de assistência social vem demandando cada vez mais a inserção de assistentes sociais comprometidos/as com a consolidação do Estado democrático dos direitos, a universalização da seguridade social e das políticas

70 Este documento foi elaborado em consonância com o Código de Ética Profissional, a Lei de Regulação da Profissão, a Resolução CFESS nº 493/06, e as Diretrizes Curriculares do Serviço Social. Sua primeira versão foi publicada em 2007 na forma de cartilha em um documento construído em conjunto com o Conselho Federal de Psicologia (CFP), denominado Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais e Psicólogos na Política de Assistência Social. Posteriormente, em 2011, a partir da realização do Seminário Nacional O Trabalho de Assistentes Sociais no SUAS, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) reeditou esta publicação, passando a abordar, especificamente, a atuação de assistentes sociais, passando a ser de autoria exclusiva do CFESS. Essa publicação inaugurou a Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais, que versa sobre a intervenção profissional em diversos espaços sócio-ocupacionais (CFESS, 2011).

CAPÍTULO III

PESQUISA EMPÍRICA: UMA ANÁLISE DA DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA A PARTIR DA APREENSÃO DO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS

públicas e o fortalecimento dos espaços de controle social democrático. Isso requer o fortalecimento de uma intervenção profissional crítica, autônoma, ética e politicamente comprometida com a classe trabalhadora e com as organizações populares de defesa de direitos (CFESS, 2011, p. 04).

À vista disso, em conformidade com Miotto (2009) concebemos que o desenvolvimento de ações socioeducativas orientadas pelo projeto ético-político, corrobora para a autonomia do usuário, visto que

com base nas contribuições gramscianas, é possível dizer que as ações socioeducativas, realizadas no âmbito dos processos socioassistenciais criam condições para que ele elabore, de maneira crítica e consciente, sua própria concepção de mundo e que participe ativamente na produção da história do mundo construindo uma nova cultura. Dessa forma, os assistentes sociais colocam em movimento o princípio educativo da “pedagogia emancipatória” proposto por Abreu (2002) (MIOTTO, 2009, p. 14).

Assim, compreendemos que a dimensão socioeducativa se expressa através do desenvolvimento de um trabalho profissional capaz de promover processos reflexivos, contribuir com a formação crítica dos sujeitos, corroborar para a ampliação da autonomia dos usuários, bem como fortalecer os interesses das classes subalternas, onde se destacam as ações socioeducativas. Para tanto, é imprescindível que a dimensão socioeducativa da profissão esteja embasada na perspectiva teórica crítica e orientada pelo projeto ético-político da profissão, objetivando a transformação social. Somente assim, é possível fazer mediações que ultrapassem o nível da alienação e da imediatividade, bem como as determinações do cotidiano, visando a construção de um trabalho profissional que expresse os preceitos de nosso Código de Ética Profissional.

Portanto, ressaltamos que embora o cotidiano profissional do assistente social seja repleto de desafios, que refletem a dinâmica societária atual, existem possibilidades, uma vez que podem ser criadas estratégias e táticas profissionais no âmbito das ações de cunho socioeducativo, que reforcem nosso comprometimento ético e político com as classes subalternas.

Concluimos este capítulo destacando a importância de se estudar a dimensão socioeducativa da profissão, que traz elementos substanciais para refletirmos sobre as potencialidades do trabalho profissional do assistente social. Ao longo deste capítulo buscamos demonstrar como esta dimensão se processa no cotidiano do trabalho profissional do assistente social, bem como as contribuições positivas que pode trazer para os sujeitos, num sentido de fortalecer os interesses da classe trabalhadora, através, por exemplo, da socialização de informações, e, sobretudo, a partir da possibilidade de contribuir com os processos reflexivos, que podem propiciar a formação de consciência crítica. Adiante, nas considerações finais, apresentaremos alguns apontamentos conclusivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta produção buscamos compreender os processos que se tecem na dinâmica da realidade, que se relacionam ao objeto ora em estudo – que consiste na dimensão socioeducativa do trabalho profissional do assistente social –, a partir da perspectiva materialista histórico-dialética, buscando assim, desvendar os fenômenos numa perspectiva de totalidade.

Partimos da hipótese de que existe uma dimensão socioeducativa constitutiva da profissão que se articula às demais dimensões do trabalho profissional do assistente social – teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa –, que traz impactos na vida dos sujeitos, podendo influenciar em seus modos de pensar, de refletir e de agir. O que buscamos demonstrar ao longo deste trabalho.

Assim, a partir das reflexões realizadas ao longo desta produção chegamos à concepção de que: A dimensão socioeducativa se articula as demais dimensões da prática profissional – ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa –, e expressa a função socioeducativa que a profissão possui, também entendida por alguns autores como função pedagógica e/ou função educativa. Isto quer dizer que a profissão possui uma função social, educativa, pedagógica, que pode influenciar nas maneiras de pensar e agir dos sujeitos. Tal dimensão se materializa através do desenvolvimento de ações profissionais de cunho socioeducativo, que podemos chamá-las de ações socioeducativas, no cotidiano do trabalho profissional do assistente social. Além disso, consideramos que se manifesta no desenvolvimento do que é denominado por alguns autores de trabalho socioeducativo.

Considerando que a dimensão socioeducativa é inerente à profissão, infere-se que ela acontece independente da vontade do assistente social, está presente na profissão desde a sua gênese, assumindo características diferentes ao longo do processo evolutivo da profissão, ora foi funcional aos interesses das classes dominantes, ora assumiu um posicionamento crítico comprometido com os interesses da classe trabalhadora. Isto posto, destacamos que “a prática profissional do assistente social é necessariamente polarizada pelos interesses de classes sociais em relação, não podendo ser pensada fora dessa trama (YAZBEK, 2009, p. 128).

No Capítulo 02 reconstruímos historicamente a trajetória da profissão no Brasil, com o intuito de identificarmos as principais mudanças que foram acontecendo no decorrer dos anos, assim como se expressava a dimensão socioeducativa desde a gênese do Serviço Social. O que nos levou a constatação de que a profissão tem um caráter socioeducativo imanente que está presente desde os primórdios da profissão,

CONSIDERAÇÕES FINAIS

e que foi assumindo novas significações de acordo com as transformações no campo teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo do Serviço Social. Como vimos, o processo de renovação do Serviço Social brasileiro foi um momento marcante da profissão, senão o mais expressivo, sobretudo a partir da vertente de intenção de ruptura, que marcou o rompimento da profissão com o conservadorismo, a aproximação com a teoria social marxista, além da construção de um novo direcionamento ético e político, que se expressou na construção do projeto ético-político da profissão, trazendo assim, rebatimentos na dimensão técnico-operativa da profissão e também na dimensão socioeducativa. A partir de então, a dimensão socioeducativa assumiu novas características, visto que passou a ter um viés de transformação social, o que revela aspectos do “perfil” emancipatório do assistente social, como define Abreu (2016). Desse modo, neste momento a profissão assumiu uma nova direção social, de transformação societária, e passou a comprometer-se com os interesses da classe trabalhadora.

Vale ressaltar que as três dimensões, teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, são constitutivas da profissão, portanto nenhuma atuação profissional ocorre sem que elas estejam articuladas. Diante disso, pode-se constatar que a dimensão socioeducativa é também consequência da articulação destas outras dimensões, uma vez que ela vai revelar as características destas dimensões em dado momento histórico.

Em concordância com Giaqueto (2015, p. 17), consideramos importante afirmar que: “Qualquer que seja o espaço de atuação do assistente social, ele é um profissional que tem um papel essencial visto que exerce uma função eminentemente educativa e organizativa, atuando com as classes trabalhadoras”.

Na política de assistência social, identificamos que a dimensão socioeducativa se expressa através de ações socioeducativas, no âmbito da dimensão técnico-operativa, revelando o direcionamento ético-político, bem como a fundamentação teórico-metodológica dos profissionais.

Nesse sentido, é fundamental que ao se pensar na construção de ações socioeducativas sob uma perspectiva crítica, orientada pelo projeto ético-político da profissão, se tenha clareza do objetivo que se quer alcançar. Logo, é de suma importância compreender a capacidade teleológica do trabalho do assistente social, que permite pensar no processo como um todo, inicialmente no âmbito do pensamento, criando-se a objetivação, para assim definir os meios, para concretizar o objetivo através da ação. Neste percurso, pensar nas estratégias e táticas é essencial.

Aqui ressaltamos que as ações de cunho socioeducativo podem contribuir com a formação de processos reflexivos, que podem corroborar com o processo de formação de consciência. Para tanto é importante que se faça um planejamento consciente das ações, capaz de ultrapassar o nível da imediatividade, do pragmatismo e de outras determinações do cotidiano. Além do mais é imprescindível conhecer a

realidade da vida cotidiana dos sujeitos usuários. Assim, constatamos que para que as ações socioeducativas aconteçam num viés emancipatório, é fundamental uma ação consciente, embasada num referencial teórico crítico e orientada pelo projeto ético-político.

Desta forma, no exercício profissional do assistente social em qualquer espaço sócio-ocupacional, deve-se buscar construir estratégias profissionais e mediações que possibilitem a suspensão temporária do cotidiano e dos elementos que o compõem (imediatez, espontaneidade, superficialidade extensiva, heterogeneidade e pragmatismo). Nesse sentido, as ações socioeducativas desenvolvidas a partir de uma perspectiva crítico-dialética, com um direcionamento ético-político e uma postura investigativa, corroboram com os processos de desvelamento da realidade e da alienação (MOLJO; PARREIRA; RAMOS, 2018, p. 16).

É importante sublinhar que, como já exposto, consideramos essencial a apreensão de que o Serviço Social é uma profissão que se insere na divisão social e técnica do trabalho, como uma especialização do trabalho coletivo na sociedade capitalista, no âmbito da reprodução das relações sociais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006). Assim, o assistente social, na condição de trabalhador assalariado, sofre os tensionamentos das contradições presentes nesta sociabilidade, onde há um confronto entre capital e trabalho.

Desse modo,

[...] no processo de divisão social do trabalho, o Serviço Social como profissão insere-se, desde sua emergência, no interior dos equipamentos socioassistenciais existentes, desenvolvendo uma atuação caracterizada: 1ª - pelo atendimento de demandas e necessidades sociais de seus usuários, podendo produzir resultados concretos nas condições materiais, sociais, políticas e culturais na vida população com a qual trabalha, viabilizando seu acesso a políticas sociais, programas, projetos, serviços, recursos e bens de natureza diversa. Nesse âmbito, desenvolve tanto atividades que envolvem abordagens diretas com os seus usuários, como ações de planejamento e gestão de serviços e políticas sociais; 2ª - *por uma ação socioeducativa para com as classes subalternas, interferindo em seus comportamentos e valores, em seu modo de viver e de pensar, em suas formas de luta e organização e em suas práticas de resistência* (YAZBEK, 2009, p. 135, grifo nosso).

O assistente social, ao atuar no âmbito das políticas sociais frente às expressões da “questão social”, é requisitado para atender as demandas das instituições/organizações que se vinculam ao Estado e as classes dominantes, e ao mesmo tempo, aos interesses da classe trabalhadora, podendo fortalecer os interesses de um polo ou de outro. Consideramos ser fundamental que o assistente social compreenda o contexto societário no qual se insere a profissão, uma vez que ele traz rebatimentos para o cotidiano

CONSIDERAÇÕES FINAIS

profissional do trabalho do assistente social. Por isso, no Capítulo 1 trouxemos aspectos conjunturais e estruturais da sociedade do capital na contemporaneidade.

Dessa forma, apontamos que a dinâmica atual do capitalismo, marcada pela reestruturação produtiva do capital e pelo avanço da ideologia neoliberal, traz impactos perversos sobre a forma de organização das políticas sociais, bem como sobre o mundo do trabalho, no qual ocorreram diversas metamorfoses desastrosas para a classe trabalhadora. Na cena contemporânea, configuram-se políticas sociais fragmentadas, fragilizadas, setorizadas e seletivas, que refletem a adesão do país ao ideário neoliberal a partir da década de 1990. Destarte, identifica-se um Estado que favorece a esfera do capital, em detrimento dos interesses da classe trabalhadora. Como vimos, há uma significativa redução do orçamento público direcionado às políticas sociais, o que gera impactos negativos para os segmentos populacionais que necessitam recorrer a estas políticas, que além de vivenciarem em seu cotidiano o acirramento da “questão social”, sofrem com a recessão no campo dos direitos sociais. Do mesmo modo, esta conjuntura traz consequências para os espaços sócio-ocupacionais, que se encontram atrelados às políticas sociais, nas quais se inserem os assistentes sociais.

Tais características foram verificadas a partir de nossa pesquisa empírica realizada no âmbito da política de assistência social, nos CRAS do município de Juiz de Fora, ao identificarmos que as condições de trabalho das assistentes sociais entrevistadas e daquelas que participaram das observações, possuem inúmeros pontos negativos. Identificamos, por exemplo, que as profissionais possuíam contratos de trabalho temporários, bem como as condições físicas de alguns CRAS eram inadequadas devido à falta de recursos direcionados para esta política, e, sobretudo, pela própria lógica do capital.

Compreendemos que o assistente social enquanto trabalhador assalariado possui autonomia relativa, ela possibilita ao profissional criar estratégias, mediações no âmbito da política de assistência social, que podem corroborar com os interesses da classe trabalhadora, através, por exemplo, do desenvolvimento de ações socioeducativas.

É preciso acentuar que no cotidiano do exercício profissional do assistente social estão postos diversos desafios. É no espaço da vida cotidiana que se expressam a heterogeneidade, a imediatividade e a superficialidade extensiva, bem como as demais determinações inelimináveis. Tais características trazem implicações no cotidiano, mas também podem ser suspensas, pois é no cotidiano que estão postas as possibilidades de romper com a alienação. Assim, da mesma forma em que estão postos os limites, que por vezes são estruturais, podem ser criadas possibilidades e alternativas.

Reafirmamos que limites existem, mas como vimos, também há possibilidades, visto que o assistente social possui competência teórica e técnica, um direcionamento ético-político, assim como autonomia relativa, capacidade teleológica, que propiciam que ele seja um profissional criativo e propositivo. O que não significa dizer que as

condições objetivas do cotidiano não geram entraves para o trabalho do assistente social, posto que os contratos de trabalho temporários, reflexos da terceirização, da precarização, da fragilização das relações de trabalho, causam uma instabilidade, por vezes, impossibilitando que as assistentes sociais desenvolvam um trabalho contínuo com os usuários, o qual é de suma importância para a criação de vínculos com a população usuária, pois pode corroborar para uma maior adesão dos usuários às atividades desenvolvidas. Além disso, vimos que a estrutura física de alguns CRAS atrapalha em questões do sigilo, assim como, alguns espaços são inadequados para realização dos grupos socioeducativos.

Quando analisamos os dados da pesquisa empírica, outro elemento que nos chamou a atenção diz respeito ao trabalho interdisciplinar realizado no âmbito do CRAS. Destacamos que este trabalho está previsto na política de assistência social, visando um atendimento dos usuários na ótica da integralidade. Compreendemos que o fato de a política preconizar um trabalho interdisciplinar, não significa que descaracterize as especificidades de cada profissão, até porque o conhecimento específico de cada área e a troca de saberes entre as profissões possibilitam a integralidade do atendimento. A partir da análise das entrevistas constatamos que uma parcela das entrevistadas considerava que eram “técnicos SUAS” e possuíam algumas funções em comum, mas que as profissões têm atribuições privativas, assim como o Serviço Social, visto que determinadas atividades competem somente aos assistentes sociais executarem. Outras profissionais também ressaltaram as particularidades de cada profissão. Todavia, percebemos que uma parcela das entrevistadas entendia que por todos os profissionais serem considerados “técnicos SUAS”, exerciam as mesmas funções, revelando uma apreensão equivocada.

Este é um dado bastante importante de ser refletido, haja vista que o assistente social é demandado para compor equipes interdisciplinares em diversos espaços sócio-ocupacionais, logo, faz-se necessário que os profissionais tenham conhecimento do Código de Ética Profissional, onde constam as competências e atribuições privativas do assistente social, a Lei de Regulamentação, as resoluções do conjunto CFESS/CRESS. Ademais, há os Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social, assim como existem para outras políticas, como de Saúde e de Educação, que norteiam o trabalho profissional nestes espaços, estando embasados na concepção crítica da profissão e nas regulamentações.

Ao refletirmos acerca do desenvolvimento de ações socioeducativas em conjunto com outros profissionais, sobretudo em espaços coletivos, como os grupos e oficinas, é importante salientar que quando eles são realizados por mais de um profissional, cada um pode contribuir com o seu saber teórico, visando que os usuários tenham acesso à socialização de informações de forma mais completa. Além do mais, compreendemos que o assistente social, com sua formação crítica, tem um olhar diferenciado sobre as

CONSIDERAÇÕES FINAIS

situações vivenciadas no cotidiano dos usuários, no campo das determinações sociais e econômicas, contribuindo para uma apreensão na perspectiva de totalidade.

A partir deste estudo também identificamos que é fundamental que o assistente social tenha conhecimento das especificidades do espaço sócio-ocupacional no qual se insere, bem como da política social. Uma vez que conhecer tais características é um pressuposto básico para que se possa refletir sobre quais as estratégias e táticas podem ser criadas naquele espaço sócio-ocupacional.

Ressaltamos que a ideologia dominante está posta, e criar mecanismos para romper com ela é um enorme desafio, visto que a construção de uma contra-hegemonia perpassa esferas que transpassam o nível do exercício profissional do assistente social. Também acreditamos que: “A luta por hegemonia é a luta para que determinado ponto de vista predomine a partir de forças sociais em disputa, nisto sua cultura” (MOLJO; SILVA, 2018, p. 117). Destarte, a tarefa da transformação social, rumo à construção de uma nova sociabilidade compete a classe trabalhadora como um todo. Todavia, é possível contribuir para processos de formação de consciência, influenciando nas maneiras de pensar e agir dos sujeitos, mediante a materialização da dimensão socioeducativa. Logo,

os assistentes sociais podem desenvolver intervenções profissionais aptas a refletir mudanças na forma de pensar, de sentir, de viver e de lutar dos seus sujeitos com os quais trabalha. Estas intervenções podem estimular e potencializar a resistência dos trabalhadores fazendo com que, ainda na ordem vigente, surjam elementos de contestação, de rebeldia, de organização voltados para a ampliação dos direitos (PAULA, 2009, p. 175).

Desse modo, quando o assistente social compreende as potencialidades da dimensão socioeducativa que possui, ele traz um atendimento diferenciado. Acreditamos que é possível a construção de processos reflexivos, visando a formação de consciência, através da elaboração de ações socioeducativas, que possibilitem que os sujeitos tenham acesso ao conhecimento crítico acerca das questões que perpassam a vida cotidiana, assim como que possam compreender a importância da participação em espaços de organização popular, por exemplo, propendendo uma maior autonomia destes sujeitos.

Em última análise, consideramos que a dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social, tratada por alguns autores como dimensão educativa, por outros como dimensão pedagógica, traz importantes contribuições para pensarmos nas potencialidades que a profissão possui na atuação direta com os usuários das políticas sociais, considerando-a como uma profissão de caráter eminentemente educativo. Neste sentido, não podemos perder de vista a direção social que a profissão possui, expressa em nosso projeto ético-político, pois, somente tendo como horizonte a transformação social há a possibilidade de serem planejadas ações socioeducativas

que objetivem fortalecer os interesses dos sujeitos e que propiciem os processos de formação de consciência.

Por fim, enfatizamos que compreendemos que enquanto assistentes sociais – na condição de trabalhadores assalariados – não temos a função de promovermos a emancipação humana, portanto não sejamos messiânicos, mas também temos plena consciência das potencialidades que nosso trabalho possui, visto que ocupamos um papel privilegiado no âmbito da reprodução das relações sociais, ao atuar diretamente com as classes subalternas. Portanto, é preciso ousar, lutar e resistir!

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social. (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996). In: Formação Profissional: Trajetórias e Desafios. Cadernos ABESS nº 07. São Paulo: Cortez, 1997.

ABREU, Marina Maciel. Serviço Social, Assistência Social e Lutas Sociais: inflexões na cultura profissional. 2011. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/MUNDIALIZACAO_BLOCOS_ECONOMICOS_ESTADO_NACIONAIS_E_POLITICAS_PUBLICAS/SERVICO_SOCIAL_ASSISTENCIA_SOCIAL_E_LUTAS_SOCIAIS.pdf. Acesso em: 01 set. 2017.

_____. Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional. – 5. Ed. – São Paulo: Cortez, 2016.

_____; CARDOSO, Franci Gomes. Mobilização social e práticas educativas. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B9wbyRiFkFjweHZxWEEdMNTBZQ28/view>. Acesso em: 29 ago. 2016.

AMMANN, Safira Bezerra. Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil. – 12. ed. – São Paulo: Cortez, 2013.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir. (org.). Pós-neoliberalismo: políticas sociais e o Estado democrático. SP, Paz Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez, 2011.

BARROCO, M. L. S. ÉTICA: fundamentos sócio-históricos. São Paulo: Cortez. (Coleção biblioteca básica/serviço social; vol. 4), 2008.

BATISTONI, Maria Rosângela. O Movimento de Reconceituação no Brasil: o Projeto Profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1964-1980). In: Revista Em Pauta. Rio de Janeiro – 2º Semestre, n. 40, v. 15, p. 136-150, 2017.

BEHRING, Elaine Rossetti. As novas configurações do Estado e da Sociedade Civil no contexto da crise do capital. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B9wbyRiFkFjweHZxWEEdMNTBZQ28/view>. Acesso em: 01 set. 2016.

_____; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: Fundamentos e História. 7. ed. São Paulo: Cortez: 2011.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Parecer Conselho Federal de Educação nº 412/1982. Proposta de Ante-projeto de Reforma Curricular da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cd010113.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2019.

_____. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 jul. 2018.

_____. Presidência da República. Lei Orgânica da Assistência Social. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, publicada na DOU de 08 de dezembro de 1993.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Brasília, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB/SUAS/RH). Brasília, 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas sobre o PAIF: Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família- PAIF. Brasília, 2012.

CAPES. Catálogo de Teses e Dissertações. Disponível em: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 30 out. 2017.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. O conhecimento da vida cotidiana: base necessária à prática social. In: Cotidiano: conhecimento e crítica. J. P. Netto, M. C. Brant de Carvalho. – 10. ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

CASTRO, Marina Monteiro de Castro e; TOLEDO, Sabrina Navarro. A Reforma Curricular do Serviço Social de 1982 e sua implantação na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz De Fora. In: Revista Libertas. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18119/9371>. Acesso em: 19 jun. 2019.

CFESS. Código de Ética de Ética Profissional do Assistente Social 1986. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1986.pdf. Acesso em: 15 jan. 2019.

_____. Resolução CFESS nº 493, de 21 de agosto de 2006: Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Brasília: CFESS, 2006.

_____. Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social. 2011.

CFESS. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual.- Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

_____. O Serviço Social apoia as ocupações nas escolas, institutos e universidades. 2016. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1312>. Acesso em: dez. 2016.

CHESNAIS, F. (org.). A finança mundializada. São Paulo. Boitempo, p. 35-68, 2005.

CLOSS, Thaisa Teixeira. Fundamentos do serviço social: um estudo a partir da produção da área. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Porto Alegre, 253f., 2015.

COELHO, Marilene. Imediaticidade: Na Prática Profissional do Assistente Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Questão social, sociedade civil e lutas sociais: desafios ao Serviço Social. In: Revista Conexões Geraes, nº 4, ano 03, 1º semestre de 2014.

DRAIBE, Sônia M. As políticas sociais e o neoliberalismo. In: Revista USP, São Paulo, nº 17, 1993.

EIRAS, Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra. A intervenção do Serviço Social nos CRAS: análise das demandas e possibilidades para o trabalho socioeducativo realizado grupalmente. In: SANTOS, C.M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (orgs.). A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.

ELIAS, Wiataiana de Freitas; OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário Silva de. As diferentes configurações da dimensão sócio-educativa do serviço social brasileiro na sua trajetória histórica profissional. In: Serviço Social & Realidade. Franca, v. 17, n. 2, p. 61-83, 2008.

EVANGELISTA, João Emanuel. Crise do Marxismo e Irracionalismo Pós-moderno. São Paulo: Cortez, 1992.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

SOUZA FILHO, Rodrigo de. Fundo público e políticas sociais no capitalismo: considerações teóricas. In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 126, p. 318-339, mai./ago. 2016

_____; OLIVEIRA, Ester de Almeida. Gestão do SUAS em Juiz de Fora: análise da estrutura burocrática. In: MOLJO, C. B.; DURIGUETTO, M. L. (org.). Sistema Único de Assistência Social, Organizações da Sociedade Civil e Serviço Social: uma análise da realidade de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.

FREIRE, Paulo. Educação Como Prática da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

GIAQUETO, Adriana. Serviço Social e a ação socioeducativa frente ao contexto sócio-histórico atual. In: A Dimensão Educativa no Trabalho Social. Adriana Giaqueto. (Org.). Jundiá, Paco Editorial: 2015.

REFERÊNCIAS

_____; LINGABUE, Helena de Paiva; PROENÇA, Jaíne. Processos emancipatórios e práticas educativas no serviço social. 2015. Disponível em: http://www.uel.br/pos/mestradoservicosocial/congresso/anais/Trabalhos/eixo4/oral/45_processos_emancipatorios....pdf. Acesso em: 12 mai. 2018.

GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GUERRA, Yolanda. A Instrumentalidade do Serviço Social. São Paulo, Cortez, 1995.

_____. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

HARVEY, David. Condição pós-moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. EDIÇÕES LOYOLA, São Paulo, Brasil, 1992. 17ª Edição: maio de 2008.

HELLER, Agnes. O Cotidiano e a História. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na Contemporaneidade. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. O Serviço Social na cena contemporânea. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B9wbyRiFkFjweHZxWEEdMNTBZQ28/view>. Acesso em: 02 jun. 2019.

_____. Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____; CARVALHO, Raul. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 19. Ed. – São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2006.

IANNI, Octávio. A Construção da Categoria. In: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, p. 397-416, abr. 2011.

IASI, Mauro Luis. Ensaio sobre a consciência e emancipação. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

JACINTO, Adriana Giaqueto. Trabalho socioeducativo no Serviço Social à luz de Gramsci: o intelectual orgânico. In: Revista Katálysis, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 77-85, jan./abr. 2017.

LAURELL, Asa Cristina. (org.). Estado e políticas sociais no neoliberalismo. São Paulo: Cortez, 1997.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Ações Socioeducativas e Serviço Social: características e tendências na produção bibliográfica. In: Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 11, n. 21, p. 211-237, jan./jun. 2011.

LÖWY, Michael. Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista. 10. ed. – São Paulo: Cortez, 1995.

LUKÁCS, György. Para uma ontologia do Ser Social. Boitempo Editorial, São Paulo. 2013.

MARTINS, Fillipe Perantoni. Serviço Social e Perfis Pedagógicos: elementos para uma análise crítica. 2013. Disponível em: <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/SERVI%C3%87O%20SOCIAL%20E%20PERFIS%20PEDAG%C3%93GICOS%20ELEMENTOS%20PARA%20UMA%20AN%C3%81LISE%20CR%C3%8DTICA.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2016.

MARX, Karl. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

_____. O capital: crítica da economia política: livro I. Boitempo Editorial. 2013.

_____; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MENDES, Daniela Leonel de Paula. Serviço Social e Cotidiano: reflexões sobre o exercício profissional do assistente social. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

REFERÊNCIAS

MESTRINER, Maria Luiza. O Estado entre a filantropia e a assistência social. São Paulo, Cortez, 2001.

MINAYO, M. C. S. Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. Coleção Temas Sociais 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Orientação e acompanhamento de indivíduos, grupos e famílias. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B9wbyRiFk-FjweHZxWEdMNTBZQ28/view>. Acesso em: 01 mai. 2019.

MOLJO, Carina Berta. Cultura política e Serviço Social. In: Revista Libertas. Juiz de Fora, v. 4 e 5, n. especial, p. 171-191, jan.-dez. 2004, jan.-dez. 2005.

_____. Considerações sobre o Serviço Social na América Latina. In: Revista Praia Vermelha. Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 403-421, jul./dez. 2014.

_____; SILVA, Renata Aparecida Ferreira da; SOUZA, Priscilla Alves Moura de; TIMÓTEO, Raquel Ferreira; REZENDE, Mariana Lombardi. A dimensão da cultura na intervenção profissional do assistente social. 2009. Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-019-040.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2016.

_____; PARREIRA, Janaina Aparecida; RAMOS, Tamara Duarte; PEREIRA, Zingla Assunção; OLIVEIRA, Beatriz Chaves de; MARTINS; Flávia Rangel Tonassi. O exercício profissional do assistente social no SUAS: atribuições privativas e projeto ético-político. In: Revista Emancipação. Ponta Grossa, 17(2): p. 304-318, 2017. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao>. Acesso em: 09 fev. 2019.

_____; PARREIRA, Janaina Aparecida; RAMOS, Tamara Duarte. A Dimensão Socioeducativa do Serviço Social: reflexões sobre as ações profissionais desenvolvidas no CRAS. In: Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social (XVI ENPESS). Em Tempos de Radicalização do Capital, Lutas, Resistências e Serviço Social. Vitória: 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/ABEPSS/article/view/22386/14882>. Acesso em: 10 fev. 2019.

_____; SILVA, José Fernando Siqueira da. Cultura profissional e tendências teóricas atuais: o Serviço Social brasileiro em debate. In: Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica. Organizado por Yolanda Guerra... [et al.]. Campinas: Papel Social, 2018.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. Estado, Classe e Movimento Social. – 1. ed. – São Paulo: Cortez. – (Biblioteca básica do Serviço Social; v. 5), 2010.

MOTA, Ana Elizabete. A centralidade da assistência social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In: MOTA, Ana Elizabete. (Org.). O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____; MARANHÃO, Cezar Henrique; SITCOVSKY, Marcelo. As tendências da política de Assistência Social, o Suas e a formação profissional. In: MOTA, Ana Elizabete. (Org.). O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____; AMARAL, Angela Santana do. O Projeto Profissional e o Projeto Societário. In: Revista Inscrita, n. 12, Brasília: CFESS, 2009.

NETTO, José Paulo. A crítica conservadora à reconceituação. In: Serviço Social & Sociedade. São Paulo, Cortez, v. 2, n. 5, p. 59-75, 1981.

_____. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: Serviço Social e Sociedade, n. 50. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. 4. ed. São Paulo, Cortez: 2005a.

_____. O Movimento de Reconceituação 40 anos depois. In: Serviço Social e Sociedade. n. 84. São Paulo: Cortez: 2005b.

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional/Ana Elizabete Mota... [et al.]. (orgs.) . – 4. ed. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009a.

REFERÊNCIAS

_____. III CBAS: Algumas Referências para a sua Contextualização. In: 30 Anos do Congresso da Virada. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) (organizador), Conselho Regional de Serviço Social- S. Paulo (CRESS- 9a. Região), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) (co-organizadores). – Brasília, 2009b.

_____. Introdução ao método da Teoria Social. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009c. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B9wbyRiFkFjweHZxWEdMNTBZQ28/view>. Acesso em: 11 agos. 2016.

_____. Introdução ao Estudo do Método de Marx. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 64p., 2011.

_____. Para a crítica da vida cotidiana. In: Cotidiano: conhecimento e crítica. J. P. Netto, M. C. Brant de Carvalho. – 10. ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

_____. A crise global e a significação da ofensiva neoliberal. In: Ensaio de um marxista em repouso. Seleção, organização e apresentação Marcelo Braz. São Paulo: Cortez, 2017a.

_____. Uma face contemporânea da barbárie. In: Ensaio de um marxista em repouso. Seleção, organização e apresentação Marcelo Braz. São Paulo: Cortez, 2017b.

NICOLAU, Maria Célia Correia; SANTOS, Tássia Rejane Monte. O estágio no processo da formação profissional em Serviço Social: dimensão socioeducativa e os desafios à contracorrente. In: Revista Katálysis, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 380-388, out./dez. 2016.

PARREIRA, Janaina Aparecida. Serviço Social e Projeto Ético-Político: estudo das possibilidades de sua efetivação no exercício profissional dos/das assistentes sociais nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS's) do município de Juiz de Fora/MG. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de. Dimensão ídeo-política da intervenção profissional do Assistente Social: o debate teórico sobre sua conformação. Dissertação

(Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

_____. Estratégias e Táticas: Reflexões no Campo do Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

PRATES, Jane Cruz. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. In: Revista Textos & Contextos. (Porto Alegre), v. 11, n. 1, p. 116-128, jan./jul. 2012.

PONTES, Reinaldo Nobre. Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social. – 8. ed. rev. e ampl. – São Paulo: Cortez, 2016.

RAICHELIS, Raquel. O trabalho do assistente social na esfera estatal. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B9wbyRiFkFjweHZxWEdMNTB-ZQ28/view>. Acesso em: 15 jun. 2019.

_____. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 104, p. 750-772, out./dez. 2010.

_____. Polêmicas teóricas na análise marxiana do trabalho no Serviço Social. In: Revista Em Pauta, Rio de Janeiro – 1º Semestre, n. 41, v. 16, p. 154-170, 2018.

SALVADOR, Evilasio. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 104, p. 605-631, out./dez. 2010.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. As Dimensões da Prática Profissional do Serviço Social. In: Revista Libertas, v. 2, nº 2 e v. 3, nº 1 e 2. FSS/UFJF, 2002.

_____. A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social. In: Revista Conexões Geraes, nº 3, 2º semestre de 2013.

SIMIONATTO, Ivete. Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez, 1995.

_____. As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-política. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Pro-

REFERÊNCIAS

fissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B9wbyRiFkFjweHZxWEdMNTBZQ28/view>. Acesso em: 01 set. 2016.

SITCOVSKY, Marcelo. Particularidades da expansão da Assistência Social no Brasil. In: MOTA, Ana Elizabete. (Org.). O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

TEIXEIRA, Solange Maria. Política social contemporânea: a família como referência para as Políticas Sociais e para o trabalho social. In: Familismo, Direitos e Cidadania: contradições da política social. Regina Célia Tamaso Miotto, Marta Silva Campos, Cássia Maria Carloto. (Orgs.) – São Paulo: Cortez, 2015.

TORRES, Mabel. O trabalho socioeducativo desenvolvido pelo Assistente Social: concepções e atividades desenvolvidas. In: Revista Libertas. v. 14 n. 2 (2014): (ago./dez. 2014). Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18306>. Acesso em: 28 abr. 2019.

WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER John Bellamy. (org.): tradução, Ruy Jungmann. Em defesa da história: Marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.1999.

YAZBEK, Maria Carmelita. Classes subalternas e assistência social. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. O significado sócio-histórico da profissão. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. Editorial Serviço Social e pobreza. In: Revista Katálysis, Florianópolis, v. 13, n. 2, 2010.

_____. A dimensão política do trabalho do assistente social. In: Serviço Social e Sociedade, n. 120 – p. 677-693, 2014.

_____. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas do Serviço Social. In: Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica. Organizado por Yolanda Guerra... [et al.]. Campinas: Papel Social, 2018.

_____; MESTRINER, Maria Luiza; CHIACHIO, Neiri B.; RAICHELIS, Raquel; PAZ, Rosângela; NERY, Vânia. O Sistema Único de Assistência Social em São Paulo e Minas Gerais: desafios e perspectivas de uma realidade em movimento. In: O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. (orgs.). Berenice Rojas Couto... [et al.]. – 4. ed. – São Paulo: Cortez, 2014.

APÊNDICE A

ROTEIRO UTILIZADO NAS OBSERVAÇÕES NOS CRAS⁷¹

1. ASPECTOS A SEREM OBSERVADOS EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL:

- CONDIÇÕES DE TRABALHO

- Espaço físico;
- Garante o sigilo;
- Armários privados para prontuários e anotações do Serviço Social;
- Aspecto de higiene e salubridade.
- Autonomia profissional.

- RELAÇÕES DE TRABALHO

- entre o profissionais os usuários;
- entre o profissional e os outros assistentes sociais;
- entre o profissional e os profissionais de outras áreas;
- entre o profissional e a equipe de trabalho;
- entre o profissional e todos os trabalhadores do CRAS.

- INSTRUMENTOS E TÉCNICAS

- Respostas profissionais;
- encaminhamentos;
- entrevistas;
- atividades coletivas;
- visita domiciliar;
- Linguagem profissional/diálogo com o usuário;
- Rotina do trabalho;
- Planejamento;
- Disponibilização informações sobre acesso a direitos e rede socioassistencial.

71 Este roteiro foi construído pelo grupo da pesquisa coletiva Serviço Social e Sistema Único de Assistência Social em Juiz de Fora: uma análise a partir dos Assistentes Sociais e dos usuários, da qual fui integrante, para a realização das observações participantes, que compuseram a pesquisa empírica citada neste trabalho.

- ARTICULAÇÃO TEÓRICA

- Possíveis formulações teóricas sobre a concepção de profissão e de política social, especialmente a de Assistência Social e sobre os objetivos da profissão e objetivos da instituição;
- Desafios encontrados;
- Estratégias profissionais;
- Formação profissional;
- Capacitação e atualização profissional.

2) ASPECTOS A SEREM OBSERVADOS EM RELAÇÃO AOS USUÁRIOS

- ASPECTOS FÍSICOS (“VISÍVEIS”/APARENTES - SIGNOS DE UMA CONDIÇÃO SOCIAL)

- Vestuário;
- Transporte utilizado no deslocamento;
- Gênero;
- Idade;
- Escolaridade;
- Estado civil (solteiro, casado, separado/divorciado, “amasiado”, segundo casamento etc.);
- Local de residência.

- VÍNCULO COM A INSTITUIÇÃO

- O usuário chega sozinho ou acompanhado. Se acompanhado, por quem;
- Como os usuários agem/comportamento (agressivo, receptivo etc.);
- Chega ao CRAS por livre espontânea vontade ou por encaminhamento;
- Demandas;
- Como interpretam a linguagem usada pelo profissional;
- Percepção do profissional que o atende;
- Como visualizam o CRAS.

- CONDIÇÕES QUE SINALIZAM A CONDIÇÃO DE SUBALTERNOS:

- Falas;
- Condições explícitas de comportamento (cansando, desanimado, apatia, revolta, confiança etc.);
- Silêncios;
- Expressões corporais;

APÊNDICE A
ROTEIRO UTILIZADO NAS OBSERVAÇÕES NOS CRAS

- Linguagens;
- Discursos;
- Situação ocupacional (relação de trabalhista – se existente).

- ASPECTOS EXTERNOS E INTERNOS À DEMANDA

- A demanda apresentada é realmente para o CRAS;
- O CRAS é de fácil acesso;
- A demanda encontra solução no espaço do CRAS;
- É necessária articulação com outra política;
- A resolução da demanda é possível pelo que o município oferece ou é necessário articulação com outros entes federativos ou ação judicial.

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO UTILIZADO NAS ENTREVISTAS COM OS ASSISTENTES SOCIAIS⁷²



SERVIÇO SOCIAL E SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM JUIZ DE FORA: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS ASSISTENTES SOCIAIS

Orientadora do projeto: Dra. Carina Berta Moljo. Professora Associada da FSS e Pesquisadora CNPq.

Entrevista realizada no CRAS: _____.

Data: _____. Entrevistador (a): _____.

PERFIL DOS ASSISTENTES SOCIAIS

1. Nome Completo:

2. Idade:

3. Sexo:

72 Este questionário foi elaborado coletivamente pelo grupo da pesquisa Serviço Social e Sistema Único de Assistência Social em Juiz de Fora: uma análise a partir dos Assistentes Sociais e dos usuários, do qual fui participante. Como apresentado nesta produção, algumas das questões que compõem este questionário foram analisadas para o desenvolvimento da temática estudada.

APÊNDICE B
QUESTIONÁRIO UTILIZADO NAS ENTREVISTAS COM OS ASSISTENTES SOCIAIS

4. Graduou-se em faculdade:
() Pública () Privada
Qual? _____
5. Ano em que se formou:

6. Você desempenha atividade profissional em outra organização/ instituição?
() Sim () Não Qual? _____
7. Qual seu vínculo empregatício no CRAS? _____
8. O que o (a) motivou optar pela profissão de Serviço Social?
8.1. Atualmente essa motivação permanece? () Sim () Não
Justifique. _____
9. Você possui pós graduação, especialização: Lato Sensu e/ou Stricto Sensu?
() Sim () Não Quais? _____
10. Em qual instituição de ensino realizou estes cursos? _____
10.1. Em caso negativo, justifique: _____
11. Você participa de atividades de atualização (palestras, seminários, congressos, cursos de extensão etc.)?
() Sim () Não
11.1. Em caso afirmativo, com que frequência?

12. Você tem ou teve participação em:
() Organização da categoria profissional
() Partidos Políticos
() Sindicatos
() Movimentos Sociais
() Conselhos de direitos/ políticas públicas
Outros? Qual? _____
12.1. Se não, por quê?

13. Você se considera realizada profissionalmente?

() sim () não

Por quê? _____

CONDIÇÕES DE TRABALHO

14. Qual atividade desempenha no CRAS?

15. Como você definiria as suas condições de trabalho?

16. Como é sua relação de trabalho com:

16.1. Os usuários: _____

16.2. Outros profissionais do CRAS:

- Técnicos SUAS: _____

- Com a rede socioassistencial _____

16.3. Coordenação da instituição: _____

16.3.1. A(o) coordenadora (o) é Assistente Social?

() sim () não

16.3.2. Há quanto tempo está na coordenação?

17. Você considera importante a coordenação dos CRAS terem uma formação generalista?

() Sim () Não

17.1. Se sim, quais são os impactos no processo de trabalho?

17.2. Se não, por quê?

18. Quais são os profissionais que compõem a equipe profissional deste CRAS?

18.1. Quais são as atribuições de cada membro da equipe?

APÊNDICE B
QUESTIONÁRIO UTILIZADO NAS ENTREVISTAS COM OS ASSISTENTES SOCIAIS

19. Você considera que há um trabalho interdisciplinar no CRAS?

() Sim. () Não.

19.1. Se sim, como este trabalho se realiza?

19.2. O que você acha que deveria mudar para que este trabalho se realize?

19.3. Qual é o papel do A.S no trabalho interdisciplinar?

20. Quem são os usuários do CRAS?

21. Quais são as principais demandas dos usuários?

22. Como são respondidas as demandas dos usuários?

23. Quais as suas principais atividades desenvolvidas no CRAS?

24. O espaço físico do CRAS é apropriado para a realização das atividades?

() Sim () Não.

Por quê? _____

24.1. Em sua visão, o que deveria ser feito para melhorar este espaço?

ORGANIZAÇÃO E TRABALHO

25. Conte-nos um dia do seu trabalho:

26. Você tem planejamento de trabalho?

() Sim () Não. Qual? _____

26.1. Se sim, este Planejamento é: () individual () Coletivo

27. Quais são seus principais instrumentos de trabalho?

27.1. Como é o processo de escolha destes instrumentos?

27.2. Qual a contribuição destes instrumentos para o desenvolvimento de suas atividades?

28. Qual é a sua opinião sobre o Cadastro Único?

28.1. Para você, são os Assistentes Sociais que devem preencher o cadastro único?

() Sim () Não

Por quê? _____

28.2. Você tem a sistematização/ relatórios do CADÚNICO?

() Sim () Não

Se sim o que faz com essas informações?

29. Em relação ao cotidiano profissional, quais são os limites encontrados no exercício da profissão? E as possibilidades?

30. Qual a demanda do SUAS para o exercício profissional do assistente social?

APÊNDICE B
QUESTIONÁRIO UTILIZADO NAS ENTREVISTAS COM OS ASSISTENTES SOCIAIS

31. Que relação você estabelece entre o SUAS e o projeto ético político da profissão do Serviço Social?

32. Ainda sobre o cotidiano, quais são as suas estratégias de trabalho para o atendimento das demandas dos usuários?

33. Você realiza ou já realizou algum trabalho em grupo no CRAS? () Sim () Não

33.1. Se sim, qual? _____

33.2. Se não por quê? _____

34. Como funciona o Programa de Segurança Alimentar (PSA)?

35. Quais são os profissionais responsáveis pelo programa?

36. Onde são distribuídas as cestas básicas do PSA?

36.1. Você considera que esses espaços podem influenciar na visão dos usuários acerca da Assistência Social como direito?

37. Você tem conhecimento dos recursos financeiros destinados ao CRAS?

AUTONOMIA PROFISSIONAL

38. Você considera ter autonomia no CRAS?

() Sim () Não

38.1. Como ela se efetiva?

39. Como você avalia a legislação da profissão na intervenção profissional:

39.1. Como o código de ética profissional se concretiza no espaço sócio ocupacional?

39.2. Qual a principal conquista da categoria de assistentes sociais para você?

40. Você tem arquivo privativo?

() Sim () Não.

Por quê? _____

ARTICULAÇÃO TEÓRICO PRÁTICA

41. Em sua opinião, qual a importância do CRAS na vida da população usuária?

41.1. Você entende que os usuários avaliam a prestação de serviços no CRAS como direito?

42. De que maneira as dimensões da profissão (teórico metodológicas, ético políticas e técnico operativas) se efetivam no exercício profissional?

APÊNDICE B
QUESTIONÁRIO UTILIZADO NAS ENTREVISTAS COM OS ASSISTENTES SOCIAIS

43. Na sua opinião, qual a importância da implementação do SUAS para o exercício profissional?

43.1. Por quê?

44. Para você o que mudou com a implementação do SUAS para Assistência Social?

45. Qual o significado de trabalhar vinculado a uma política pública?

45.1. De maneira geral, como é o exercício profissional na assistência social?

45.2. Em sua opinião a assistência social é uma política social precária?

45.3. De que forma isso interfere no exercício profissional?

46. Por fim, gostaria de fazer alguma colocação?

APÊNDICE C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este documento visa solicitar sua participação na Pesquisa referente à pesquisa Serviço Social e Sistema Único de Assistência Social em Juiz de Fora: uma análise a partir dos Assistentes Sociais e dos usuários. Sob coordenação da professora Dr^a Carina Berta Moljo, financiada pelo CNPq e pela UFJF, que tem como objetivo conhecer e analisar o exercício profissional do assistente social, focalizando a dimensão da cultura e a interseção com o projeto ético político do Serviço Social, assim como conhecer os usuários destinatários da política de assistência social em Juiz de Fora e a concepção desta política como direito social. Por intermédio deste Termo são-lhes garantidos os seguintes direitos: (1) solicitar, a qualquer tempo, maiores esclarecimentos sobre esta Pesquisa; (2) sigilo absoluto sobrenomes, apelidos, datas de nascimento, local de trabalho, bem como quaisquer outras informações que possam levar à identificação pessoal; (3) ampla possibilidade de negar-se a responder a quaisquer questões ou a fornecer informações que julguem prejudiciais à sua integridade física, moral e social; (4) opção de solicitar que determinadas falas e/ou declarações não sejam incluídas em nenhum documento oficial, o que será prontamente atendido; (5) desistir, a qualquer tempo, de participar da Pesquisa.

“Declaro estar ciente das informações constantes neste ‘Termo de Consentimento Livre e Esclarecido’, e entender que serei resguardado pelo sigilo absoluto de meus dados pessoais e de minha participação na Pesquisa. Poderei pedir, a qualquer tempo, esclarecimentos sobre esta Pesquisa; recusar a dar informações que julgue prejudiciais a minha pessoa, solicitar a não inclusão em documentos de quaisquer informações que já tenha fornecido e desistir, a qualquer momento, de participar da Pesquisa. Fico ciente também de que as discussões ocorridas durante as entrevistas serão gravadas e, posteriormente, os dados serão analisados e divulgados. Uma cópia deste termo permanecerá arquivada com o Pesquisador do Programa de Pós Graduação da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.”

Juiz de Fora, ____ de _____ de 2015.

_____ RG: _____ .

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

SOBRE A AUTORA

Tamara Duarte Ramos é assistente social, formada em 2017 pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFJF, em 2019. Atualmente é Supervisora de Serviço Social da Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil/Secretaria de Governo de Juiz de Fora – MG. E-mail: tamaraduarteramos@gmail.com.